Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

ALESSANDRA MARTINS ANTUNES

A REDE FERROVIÁRIA E A URBANIZAÇÃO DA FREGUESIA DO BRÁS.
ESTUDO ONOMÁSTICO CONTRASTIVO

São Paulo
2007

ALESSANDRA MARTINS ANTUNES

A REDE FERROVIÁRIA E A URBANIZAÇÃO DA FREGUESIA DO BRÁS.
ESTUDO ONOMÁSTICO CONTRASTIVO

Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em
Semiótica e Linguística Geral.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Vicentina
de Paula do Amaral Dick

São Paulo

2007

FOLHA DE APROVAÇÃO

Alessandra Martins Antunes

A rede ferroviária e a urbanização da freguesia do Brás. Estudo onomástico contrastivo

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor.

Área de Concentração: Semiótica e Linguística
Geral.

Aprovada em _____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Aos meus pais, pela minha existência
e pelo sentido que trazem a minha vida.*

A minha vovó, exemplo de força e de amor.

Agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível graças a minha sempre orientadora, Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, que há tantos anos me acolheu e, desde então, com carinho e dedicação, revela os mistérios dos nomes e, com paciência e entusiasmo, ilumina minhas reflexões. Meus especiais agradecimentos à Senhora, Professora.

Agradeço às Professoras Doutoras Maria Aparecida Barbosa, Jeni Silva Turazza e Leonor Lopes Favero pelas sugestões minuciosas durante o Exame de Qualificação, que tanto contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, e aos amigos da área de Toponímia, por compartilharem os medos da pós-graduação e as dúvidas e as certezas da arte de dar nomes.

Aos meus irmãos e aos meus amigos do coração, meus sinceros agradecimentos por tornarem a minha vida mais leve e os meus sonhos mais intensos.

Devo agradecer, também, a Carlos Goulart, pelo Abstract, aos funcionários das bibliotecas da FFLCH, FAU, FEA e EP, que, prestativamente, auxiliaram-me durante a coleta do material que integra esta Tese, e ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por financiar minhas pesquisas desde os tempos de Iniciação Científica.

Resumo

ANTUNES, A. M. **A rede ferroviária e a urbanização da freguesia do Brás. Estudo onomástico contrastivo.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

De um extremo a outro, entende-se a toponímia de regiões urbanizadas como resultante de homenagens ou como resquícios da história de formação da comunidade. No primeiro caso, a denominação é entendida como retribuição a uma ação realizada em prol do local, dedicada àqueles que se empenharam em sua consolidação, ou impostas por autoridades políticas e como reflexos de mudanças históricas e sociais. No segundo caso, interpreta-se a fixação de designativos como testemunhos da passagem de determinados indivíduos na região ou como a descrição de características inerentes ao local, em geral perdidas com a sua ocupação maciça. Ignora-se, em ambos os casos, a pesquisa do processo de formação, de cristalização e de ressemantização do topônimo, gerando, muitas vezes, conclusões equivocadas. No presente trabalho, aplicamos a metodologia de recuperação de causas denominativas do Projeto Atlas das Cidades, coordenado por Dick (1996), à freguesia do Brás, região a leste do antigo núcleo paulistano. Após o levantamento dos designativos e dos referencializadores utilizados entre os anos de 1850 e 1914, analisamos o desenvolvimento da maneira de singularizar os espaços em contraste à ocupação da região e à mudança do perfil do morador. Constatamos três fases de engendramento de topônimos: na primeira, até a década de 1870, enquanto a freguesia do Brás mantém-se isolada do restante de São Paulo, os designativos são formados pela descrição do espaço; entre as décadas de 1880 e 1900, período em que os antigos chacareiros loteiam suas propriedades, a denominação sistemática é visível na região, mas a fixação dos designativos atende antes à referencialização, no caso de antropotopônimos indicados, e ao desejo de atribuir topônimos que remetessem a regiões prósperas, no caso dos corotopônimos, do que à escolha aleatória e à homenagem propriamente dita; é após a Proclamação da República e a ocupação da freguesia do Brás por imigrantes e migrantes pobres, quando se evidencia a urbanização, que a homenagem a autoridades políticas e a indicação de topônimos a partir de motivações toponímicas pré-estabelecidas tornam-se tendências denominativas.

Palavras-chave: Onomástica; Toponímia urbana; freguesia do Brás.

Abstract

ANTUNES, A. M. **The railway and the urbanization of freguesia do Brás. Essay onomastic contrastive.** Thesis (Doctoral) – Faculty of Philosophy, Languages and Human Science, São Paulo 2007.

From out to out, place names are understandable as results of homage or rest as community history formation. In the first case, the name is understandable as retribution for a done action in favor of the local, dedicated to whose enforced to consolidate it, or ordered by politicians and socials and historic changes of reflex, In the second case, interprets the fixation of names testimonials of passage of determined people in the region or as description of characteristic names to the local, in general lost with its massive occupation. To ignore in both cases, the research of the formation process, of crystallization and resignification of place names creating, many times, wrong conclusions. In this research, we apply the methodology of recovery of denominating cases from Cities Atlas Project coordinated by Dick (1996), at freguesia do Brás, east side in the old paulistano nucleus. After rising up of the characteristics and the referenced used between years 1850 to 1914, we analyzed the development in way to singularize the spaces in opposition to occupation of the region and to change the resident profile. We realized three steps of the creation of place names: in the first, till a decade of 1870, while the freguesia do Brás kept away of the rest of São Paulo, the characteristics are formed by description of the space; between the decades of 1880 and 1900, period where old farmers allotted their own properties, the systematic denomination is clear on this region, but the fixation of the characteristics serve before the referenced, in case of the personal names indicated, and the wish to attribute place names that permit to rich regions, in case of the choronym, that an aleatory choice and to homage necessary said; happened after as the republic's proclamation and occupation of freguesia do Brás by poor migrants, when the urbanization is evident, that homage to politicians authorities and the indication of the place names from motivations pre established turn to denominated tendencies.

Key words: Onomastic; urban place names; freguesia do Brás.

Lista de abreviaturas e siglas

ACSP	Ata da Câmara de São Paulo
CDT	Cartas de Datas de Terra
CMP	Casa da Memória Paulista
DI	Documentos Interessantes
EFCB	estrada de ferro Central do Brasil
EFDP	estrada de ferro Dom Pedro
EFN	estrada de ferro do Norte
EFSJ	estrada de ferro Santos-Jundiaí
RT	Registro de Terra

Sumário

Introdução.....	1
Fundamentação Teórica	8
Metodologia	24
I. Os nomes da São Paulo Oriental do século XVI ao XIX	30
I.1. Os primeiros referenciais da São Paulo Oriental: os aldeamentos	30
I.2. As paragens de tropas de burros	39
I.3. A capela de Nossa Senhora da Penha	46
II. Os nomes da São Paulo Oriental do século XVI ao XIX	53
II.1. Surge a Freguesia do Brás. Mas quem foi o Brás?	53
II.2. A hierotoponímia da freguesia do Brás	59
II.2.1. Os representantes da Igreja na freguesia do Brás	61
III. Os nomes indígenas da freguesia do Brás	67
III.1. A toponímia de origem indígena no Brasil	67
III.1.1. Os cursos d'água e a hidrotoponímia	69
III.1.2. A flora e a fauna da freguesia do Brás e a cristalização da fitotoponímia e zootoponímia de origem indígena	74
III.1.3. O solo, a terra molhada e a atividades humanas	79
III.2. A formação dos bairros e a atribuição de designativos indígenas originais por translação toponímica	83
III.2.1. Designativos de bairros formados a partir de hidrônimos	86
III.2.2. A fixação do topônimo <i>bairro da Mooca</i>	91
IV. A descrição no processo de formação de designativos.....	95
IV.1. Os elementos descritivos e os arquétipos toponímicos	95
IV.1.1 As pontes da freguesia do Brás.....	98
IV.2. A função da Toponímia no resgate de memória	108
IV.2.1. Termos geográficos populares	108
IV.2.2. O ambiente e a ação do homem	110
IV.2.3. A toponimização de termos geográficos	120
IV.3. A formação de designativos espontâneos por descrição associativa	121
IV.4. A Descrição do ambiente e a ampliação de referenciais	125
IV.4.1. A demarcação dos limites da municipalidade: o Marco da Meia Legoa	128
IV.4.2. A tomada da freguesia do Brás: do largo do Brás à rua da Concórdia	133
IV.4.3. O aterrado do Gasômetro: da ponte do Mercado à do Gasômetro	136

IV.4.4. Do hospital dos Lázaros à construção do hospital de Isolamento	142
IV.4.5. O Hipódromo Paulistano	146
IV.5. O estabelecimentos de ferrovias na freguesia do Brás	148
IV.5.1. A Estrada Ingleza na freguesia do Brás e os designativos do núcleo provenientes de ferrovias	149
IV.5.2. Da estrada de ferro do Norte à E.F.Central do Brasil	153
IV.5.3. A EFSJ na freguesia do Brás e a formação de novos topônimos	157
V. Os topônimos sistemáticos da freguesia do Brás	164
V.1. O processo de urbanização da freguesia do Brás: reflexo no processo denominativo	167
V.1.1. A concessão de datas de terras na freguesia do Brás nas décadas de 1870 e 1880 e a designação de ruas abertas pela Câmara Municipal	169
V.1.2. Os mecanismos de denominação das novas ruas	177
V.2. O loteamento de antigas chácaras: os designativos indicados pelos proprietários	199
V.2.1. A abertura de ruas: a formação de antropotopônimos	202
V.2.2. Os designativos de motivação religiosa	210
V.3. A estabilização do processo de engendramento de topônimos sistemáticos	212
Conclusão	230
Bibliografia	239
Anexos	246

Introdução

A Onomástica, sendo uma das ciências do léxico, objetiva, nos seus dois ramos de estudo – a Toponímia e a Antroponímia –, a pesquisa dos denominativos, em diversos domínios de experiência. Os nomes, tornados palavras-ocorrência de discursos significativos, envolvem uma rede intrincada de mecanismos étnicos de formação. Cabe ao pesquisador, ao reconstruir o percurso de enunciação do *onoma*, apontar a sua motivação e relacioná-la com as circunstâncias que levaram a sua criação.

Apesar de os nomes próprios, especialmente os nomes de lugar, serem objeto de estudos científicos desde meados do século XIX, a consolidação de tais pesquisas pelo viés teórico e metodológico dos estudos lingüísticos só foi viabilizada nas últimas décadas, sobretudo em trabalhos de Dick (1990, 1992 e 1997).

A Toponímia, a partir de então, vem sendo temática de estudos tanto em perspectiva sincrônica – os processos de atualização da significação e ressemantização do signo toponímico –, como diacrônica – a análise do próprio ato de nomear o espaço e das substituições de nomes por questões político-ideológicas ou por não mais serem utilizados pelos membros da comunidade.

Neste sentido, esta última vertente de estudo dos designativos possibilita a detecção de valores sociais e econômicos, avanços tecnológicos, práticas rotineiras, ideologias e religiosidade e o mapeamento de camadas lingüísticas que marcam o espaço; antes restrita à reconstrução do significado original, levando em conta apenas fenômenos fonológicos ou influências geográficas.

Assim, define-se os objetivos desta Tese pelo levantamento e a pela análise lingüística e histórico-semântica de designativos da região a leste da cidade de São Paulo, do período anterior à ocupação maciça e à urbanização até a normatização da ação de engendrar designativos. A hipótese central que norteou a definição tanto da região quanto do momento histórico é a de que o ato denominatório acompanha a visão que o homem possui do próprio espaço, levando à formação de verdadeiros *ciclos denominativos*:

Organizados em torno de um sistema de valores, tendem a refletir não só a estrutura se sociedades constituídas em função de mentalidades ou ideologias de épocas,

como a própria natureza do código lingüístico, na valorização de seu léxico e de seus arranjos morfo-sintáticos. (Dick: 1995, 62)

Assim, dois momentos distintos de formação de topônimos foram postos à prova: o período em que a ação de designar os espaços mantém um caráter espontâneo *versus* aquele que enseja o estabelecimento de designativos sistemáticos.

O ponto de partida da análise fixou-se, aproximadamente, no terceiro quartel do século XIX. Antes disto, apesar de conhecida desde as primeiras entradas de europeus em terras paulistas, a região a leste da cidade paulistana, a São Paulo Oriental, como denominou Azevedo (1958), não propiciou adensamentos consideráveis, salvo aldeamentos indígenas e um bairro no entorno da capela de Nossa Senhora da Penha.

Destaca-se, neste contexto, a freguesia do Brás, desmembrada em 1818, trecho da São Paulo Oriental entre os ribeirões Tamanduateí e Aricanduva. A proximidade com a região central de São Paulo não foi suficiente para sua inserção na expansão da cidade, já na primeira metade do século XIX verificada a Norte, a Noroeste e, em parte, a Oeste do centro velho da cidade de São Paulo, ora núcleo. Por mais de três séculos, a várzea do Carmo, uma larga faixa alagadiça do ribeirão Tamanduateí, dificultava o acesso à região a leste durante a maior parte do ano.

A travessia pela ladeira do Carmo, um paredão íngreme e pouco resistente, só foi viabilizada no início do século XIX, com a construção de uma ponte. Ainda assim, seguir pela ladeira esburacada e cruzar a várzea alagadiça, cujas pontes frequentemente eram levadas pelas águas do ribeirão, não era uma tarefa tranqüila. Neste ponto, o Tamanduateí representava a principal proteção do núcleo, o que levou a escolha do núcleo para a fundação do Colégio dos jesuítas. No momento em que se visava ampliar os limites da cidade, torna-se um obstáculo (Monbeig, 1958, 8; Reis, 2004, 24).

No século XVIII, a fixação da capela de Nossa Senhora da Penha, na margem direita do ribeirão Aricanduva, atrai fiéis de diversos pontos da cidade, especialmente em períodos de secas prolongadas e epidemias. Apenas a estrada cruzada por estes romeiros, contudo, tem relativa mudança com a fixação de um pequeno comércio. A freguesia do Brás permanece isolada e sem adensamentos humanos significativos.

No século seguinte, as condições precárias de higiene e a constante falta de água do núcleo levaram seus habitantes abastados aos arredores paulistanos, em busca de espaço e água em abundância para construir belas e confortáveis moradas, longe do foco das epidemias que assolavam com frequência a população. O isolamento da freguesia do Brás constitui-lhe espaço ideal para o estabelecimento das antigas chácaras paulistanas (Canabrava, 1953).

Os Registros de Terras destas propriedades (RT), em decorrência da Lei de Terras (1850), evidenciam os mecanismos de referencialização utilizados por estes chacareiros. A formação de designativos espontâneos, a partir da descrição de elementos encontrados na região, e a permanência de antigos topônimos de procedência indígena compõem a toponímia da freguesia do Brás na década de 1850.

Reflexo da alteração do perfil comercial de São Paulo, a paisagem da São Paulo Oreintal começa a ser alterada especialmente nos últimos anos da década de 1870. Nos primeiros anos do oitocentismo, o café começa a substituir lentamente a produção de açúcar, com diminutas, mas importantes, investidas desde o final do século anterior. Gera-se, primeiramente, enriquecimento no vale do Paraíba e, depois, no oeste paulista.

Até 1687, o café produzido na região Noroeste de São Paulo era escoado pelo antigo caminho do Mar, que percorria parte da margem direita do rio Tamanduateí, um lento e oneroso trajeto. A construção da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí (EFSJ), para atender à ascendente economia cafeeira paulistana, passa a atingir a margem esquerda do rio Tamanduateí, cortando a cidade de São Paulo transversalmente, de Noroeste a Sudeste, alcançando a freguesia do Brás.

A Estrada de Ferro do Norte (EFN), posteriormente Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), parcialmente inaugurada em 1875, atravessava a leste a cidade de São Paulo, em busca do vale do Paraíba, e, na cidade de Cachoeira (atual município de Cachoeira Paulista), entroncava com outro caminho de ferro, anterior a este, rumo ao Rio de Janeiro. Diferente de outras ferrovias construídas no Brasil, o ramal paulista da EFCB margeava o principal caminho da freguesia do Brás, a estrada da Penha.

A elaboração da Lei de Terras, que gerou os RTs, reflete este enriquecimento pela produção cafeeira, por normalizar e incentivar o cultivo de terras não aproveitadas pela

venda de títulos de pequenos lotes pelas municipalidades, a fundação de povoações e, no sentido de ampliar o espaço ocupado, a abertura de estradas e caminhos que ligassem aglomerados humanos. Concomitantemente, questiona-se a criação de programas para o incentivo à imigração para o Brasil.

Em geral, o estabelecimento das ferrovias levou ao desaparecimento de antigos povoados, em virtude do desmantelamento do antigo sistema de transporte de carga e do comércio ligado a serviços desta natureza. Novas rotas se organizam das quais as ferrovias funcionam como agentes orientadores. Este processo altera profundamente a paisagem paulistana. Os tropeiros evitavam as várzeas, limitando-se, em geral, a cruzá-las. Os financiadores de ferrovias, ao contrário, procuravam os terrenos mais baixos, sem a necessidade de construção de pontes e patamares e, ao mesmo tempo, evitando expropriações demais vultuosas.

Isso não ocorreu, contudo, na São Paulo Oriental, ao menos nas primeiras décadas, já que os trilhos da EFCB acompanhavam a estrada da Penha até proximidades do ribeirão Aricanduva. Além disso, as romarias eram normalmente feitas a pé, seguindo o andador com a imagem do santo, e a ferrovia não atingiu a freguesia da Penha, localidade que atraía grande número de peregrinos. Ao mesmo tempo, as ferrovias iniciam um processo efetivo de ligação física da freguesia do Brás com o núcleo, após três séculos de isolamento.

As solicitações por datas de terras aumentam consideravelmente quando os trilhos começam a ser assentados na região. A grande mudança, contudo, diz respeito à fixação de novos moradores, especialmente a partir de meados da década de 1880. A fuga de antigos proprietários abastados e a retalhação de suas chácaras para construção de bairros populares alteram profundamente a paisagem.

Os indivíduos que passam a buscar a São Paulo Oriental são migrantes e imigrantes pobres, especialmente italianos e portugueses e, em menor número, espanhóis e sírio-libaneses. Modestas residências e numerosos cortiços se confundem, agora, em meio a estabelecimentos fabris. Fatores de mútua atração trazem empreendedores e mantêm imigrantes nesta região: para a instalação de fábricas, ainda de forma incipiente nos primeiros anos do século XX, foram decisivos o transporte barato, os terrenos de baixo valor e a construção da Hospedaria dos Imigrantes em 1886, na Moóca; e, para os

imigrantes, o fato de serem deixados em local onde possam residir por baixos aluguéis e encontrar trabalho.

Em 1893, Elisée Réclus (1894, 371-2), após visitar os grandes monumentos, os belos edifícios destinados à educação e à cultura, os prédios destinados ao comércio e os jardins, destinados ao lazer e os bairros elegantes a noroeste do núcleo, apresenta observações não tão animadoras da região a leste da cidade, indicando as condições insalubres das ruas e dos esgotos e o contraste entre a planície baixa e as fábricas. Poucas são as ações no sentido de sanar os problemas da freguesia do Brás.

Nos períodos de cheia, a várzea do Carmo continua a inundar-se. Na década de 1880, quando o aterramento da várzea é concluído, a solução deste problema é vista como prioritária, evidenciando antes a segregação social, com o incentivo à permanência da população pobre no local, do que a preocupação com a qualidade de vida na freguesia do Brás. A canalização do ribeirão Tamanduateí, que garantiu o fim do espraiamento de suas águas, ao menos na maior parte do ano, só foi concluída em 1914.

Caracteriza-se, assim, o segundo momento de formação de topônimos. Ainda na década de 1870, tanto às ruas abertas pela Câmara Municipal, quanto àquelas demarcadas em terrenos de antigos chacareiros, são atribuídos designativos sistemáticos. Inicialmente, nota-se que os nomes indicados não se fixam rapidamente e que, na maior parte dos casos, a escolha não é aleatória, mesmo no caso de homenagens. Em meados de 1880, especialmente após a Proclamação da República, o engendramento de topônimos fixa-se na escolha de determinada motivação toponímica e em verdadeiras homenagens a autoridades políticas.

Desta forma, a toponímia torna-se, cada vez mais, uma ação política. A expansão da cidade justifica, de certa maneira, a necessidade de regulamentação de logradouros públicos. Em 14 de março de 1914, ano em que as obras da várzea do Carmo e do Tamanduateí são concluídas, pelo Ato nº 671, todas as denominações de ruas relacionadas na *Planta da cidade de S. Paulo*, levantada pelos engenheiros F. Costa e A. Cocci, em 1913, são oficializadas. O processo de denominar dezenas de ruas sem discriminá-las torna-se rotineiro. A nomeação, a partir de então, passa a ter um caráter oficial que não impõe ao denominador qualquer relação ou mesmo conhecimento prévio do local a ser nomeado.

Além disso, tal alteração na maneira de se designar acompanha a mudança da função do espaço. Inicialmente, percebe-se uma estreita relação entre as poucas famílias proprietárias e a terra. No segundo momento, ocorre a chegada de novas famílias, que, privadas da terra natal e relegadas à miséria, mantêm a identidade restrita à privacidade do lar.

A fixação da análise até o ano de 1914 também se baseia em outras alterações na paisagem. Os problemas que afligem a população nos anos que seguem a 1920 possuem natureza diversa da de outrora. O primeiro fator é que os primeiros imigrantes já possuem descendentes brasileiros, a maior parte bilíngüe. Esta nova geração vê no Brasil a sua única morada possível; diferente dos pais, eles trabalham não para *fazer a América*, mas conscientes das ínfimas possibilidades de conquistarem melhor qualidade de vida.

As grandes fábricas começam a se estabelecer em São Paulo, e seus proprietários criam verdadeiros monopólios. Surgem movimentos grevistas baseados em correntes filosóficas européias trazidas por imigrantes diferentes daqueles que chegaram nas décadas anteriores. Além disso, a gripe espanhola de 1918 dizimou grande parte da população e ampliou medidas de segregação. O mesmo se verifica em relação a revoluções, que marcam profundamente a população; na Revolução de 1924, por exemplo, muitos morreram, e partes do Brás e Moóca precisaram ser reconstruídas (Reale: 1982, 37-40). Além disso, têm-se o início da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, e a participação do país de origem de muitos dos imigrantes do lado oposto ao do governo brasileiro, o que gera novos embates sociais.

Com base neste cenário, analisaram-se as causas denominativas que levaram ao engendramento de designativos para logradouros da freguesia do Brás. Após a apresentação das teorias que antecedem e que norteiam este estudo e a metodologia adotada para o levantamento e a análise do *corpus*, apresentam-se cinco capítulos de discussão propriamente dita do tema.

No Capítulo I, delineou-se uma breve descrição e análise dos primeiros designativos atribuídos a São Paulo Oriental; os nomes fixados na freguesia do Brás provenientes da prática tropeira também figuram neste capítulo.

No Capítulo II, a partir da apresentação dos limites estabelecidos para a freguesia do Brás, em 1818, analisam-se as causas toponímicas atribuídas equivocadamente para este designativos e os hierotopônimos cristalizados na região, até a década de 1870.

No Capítulo II, dedica-se à discussão a respeito dos topônimos de procedência indígena fixados na freguesia do Brás antes do desenvolvimento da toponímia sistemática e dos processos de translação toponímica.

No Capítulo IV, tem-se o estudo do processo de formação e de fixação de topônimos descritivos; destaca-se, neste momento, a toponímia como testemunho de mudanças na freguesia do Brás.

No Capítulo V, desenvolve-se a análise apenas de topônimos sistemáticos; busca-se, especialmente, levantar as razões que ocasionaram a não atribuição de designativos sistemáticos antes do final da década de 1870 e a formação exclusivamente de topônimos sistemáticos a partir da década de 1890.

Fundamentação Teórica

O nome próprio passou a ser objeto de estudos científicos a partir das últimas décadas do século XIX, na Europa. Os trabalhos desenvolvidos por Houzé, Quicherat, Cocheris e Lognon demonstram a possibilidade de descobrir vestígios de antigas populações por meio da recuperação de formas de língua ininteligíveis. Dentre estes pesquisadores, ressalta-se, sobretudo, o nome de Auguste Lognon pela realização de um estudo metódico e sistemático em *Les Noms de lieux de la France*, publicado, postumamente, em 1920.

Em 1922, na École de Hautes Études, Albert Dauzat e uma equipe de jovens estudantes retomam estes estudos e desenvolvem pesquisas tanto sobre nomes de lugares quanto de pessoas, campo fértil para estudos das mudanças nas / das línguas. Em 1924, Dauzat publica o manual *Les Noms de lieux*, no qual apresenta, ao mesmo tempo, a Toponímia, a Oronímia e a Hidronímia da França e pontua conhecimentos intuídos em décadas anteriores. No ano seguinte, Dauzat lança o livro intitulado *Noms de personnes*, no qual já se encontra referências aos nomes de lugares em relação aos nomes de pessoas:

Noms de lieux et noms de personnes ont toujours eu et ont encore entre eux des rapports d'interdépendance, plus ou moins accusés suivant les époques. Ville ou village tire souvent son appellation du nom de son fondateur ou du possesseur du domaine autour duquel une agglomération s'est formée plus tard. En revanche, l'individu ou la famille est fréquemment dénomé d'après sa localité, sa province, sa patrie d'origine, d'après sa propriété ou d'après telle particularité de son habitation. (...)

Noms de personnes et noms de lieux offrent, à toute époque, les mêmes phénomènes de cristallisation et de stérilisation linguistique, sur lesquelles nous allons revenir. Mais les premiers, dans l'ensemble, sont beaucoup moins archaïques que les seconds. L'aspect du sol, les montagnes, les rivières les rivages restent fixes à travers deux ou trois millénaires d'histoire; la ville, le village même dure des siècles. Au contraire, les générations se succèdent, rapides, favorisant les changements et les disparitions de noms, surtout au cours des périodes troubles. Les noms de famille n'ont été fixes qu'aux époques de forte organisation politique et sociale. Enfin les variations de la mode, si puissantes pour les noms de personnes, n'ont guère de prise sur les noms de lieux. (Dauzat: 1946, 4-5)

Ao mesmo tempo, em diversos outros países, como Bélgica, Suíça, Itália, Catalunha, Alemanha e Portugal, surgem grupos que se dedicam, num primeiro momento regionalmente, à temática dos nomes. A reunião e a divulgação do material produzido só foram possíveis em Paris, no ano de 1938, quando ocorre o 1º. Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, com a presença de representantes de dezenove países.

A Revista *Onomastica*, fundada por Dauzat em 1947, mantém discussão permanente entre os principais estudiosos da época. Os trabalhos publicados são de cunho filológico, pela apresentação de etimologias, as quais são cotejadas com acontecimentos sociais e históricos ou relacionadas a características geográficas. É a partir deste tratamento dos nomes que se depreendem informações sobre a manutenção/permanência de nomes encontrados e deslocamentos populacionais.

Deve-se o desenvolvimento da vertente filológica dos estudos onomásticos, em grande parte, à consolidação da Geografia Lingüística, que ia de encontro ao modelo positivista de neogramáticos e sua rígida teoria das leis fonéticas. Dauzat, que foi aluno do próprio Guilliéron, colabora na formalização da teoria das áreas e, muito do método empregado e material recolhido para este fim, utilizou na elaboração de seus trabalhos sobre toponímia. É o que se percebe, claramente, na obra intitulada *Mélanges de linguistique*, que lhe oferecem alunos e amigos. Esta obra, publicada em 1951, é composta de trinta e oito artigos, sendo que vinte e oito tratam, especialmente, de assuntos ligados à Geografia Lingüística e seis, à Toponímia.

Em Portugal, destaca-se, especialmente, o nome de Leite de Vasconcelos (1931). O volume III da reunião de seus textos, intitulada *Opúsculos*, é dedicado a *Onomatologia*, entendida como ramo da Glotologia e subdividida em três partes, assim definidas:

1. *Antroponímia* (expressão que empreguei a primeira vez em 1887, na Revista *Lusitana*, I, 45), ou estudos de nomes individuais, com o dos sobrenomes e apelidos;
2. *Toponímia*, ou estudo do nome de sítios, povoações, nações e bem assim de rios, montes, vales, etc. – isto é, os nomes geográficos;
3. *Vários nomes próprios*, isto é, que não estão contidos nas duas classes precedentes, por exemplo, de entidades sobrenaturais, de astros, ventos, animais, de coisas (espadas, navios, sinos). (Vasconcelos: 1931, 3-4)

Leite de Vasconcelos, desta forma, inicia seus estudos de nomes próprios antes da formação do grupo coordenado por Dauzat e não restringi, como normalmente se faz, suas pesquisas à Toponímia e à Antroponímia. Em sua vasta produção, salienta-se a divisão das pesquisas toponímicas em três temáticas (idem, 139-151):

* *nomes de lugar, classificados por línguas*, pelo mapeamento a procedência lingüística dos nomes;

* *modos de formação toponímica* ou a *Gramática toponímica*, pela análise da estrutura morfossintática dos designativos;

* *categorias de nomes, segundo as causas que lhes deram origem*, pela classificação dos nomes a partir dos motivos que levam a sua formação. A saber: *nomes provenientes da hidrografia, construções hidráulicas, etc; da agricultura; da meteorologia; da caça; de caminhos; de campos; da natureza do solo; da configuração do terreno; de rochas; da fauna; da flora; de construção civis e religiosas; da história; da indústria; de instituições sociais; do lume; da milícia; de nomes próprios de pessoas e alcunhas; de povoações ou arredores; da religião e congêneres; de cemitérios.*

Na América, o processo de colonização e a diversidade de línguas indígenas existentes levam à vinculação dos estudos onomásticos a diferentes áreas do conhecimento humano. No Brasil, mais especificamente, a difusão da língua tupi por bandeirantes e jesuítas ao longo dos dois primeiros séculos de colônia portuguesa lega uma toponímia repleta de indigenismos:

Recebiam, então, um nome tupi as regiões que se iam descobrindo e o conservavam pelo tempo adiante, ainda que nellas jamais tivesse habitado uma tribu de raça tupí. E assim é que, no Planalto Central, onde dominavam povos de outras raças, as denominações dos valles, rios e montanhas e até das povoações são pela mór parte da lingua geral.

Bem poucos, na verdade, são os nomes de procedencia tapuya, conservados na Geographia Nacional, e estes mesmos nas regiões centraes, onde a catechese jámais penetrou ou se iniciou muito tarde por motivos particulares que atrasaram a conquista. (Sampaio: 1928, 5-6)

As primeiras tentativas de registrar as línguas indígenas foram realizadas por missionários. Segundo Grasso (1958, 16),

A la vez hicieron un daño indirecto, pero que igualmente se habría producido sin ellos: interesados en generalizar algunas lenguas para facilitar la conversión de los indígenas a la fe cristiana, hicieron desaparecer muchas otras, de las cuales apenas si nos ha quedado el nombre, algunas veces ni eso, sin haberse recogido ningún material de ellas, ni siquiera una palabra que nos pudieran prestar alguna luz para clasificarlas.

Nos anos que seguem a Proclamação da Independência, em busca de uma identidade nacional, elege-se o índio como símbolo da origem do povo brasileiro. Multiplicam-se os topônimos e os antropônimos formados com termos de origem tupi. Mas a língua geral¹, pela qual o tupi colonial era conhecido, desaparece ao longo da primeira metade do século XVIII.

Surgem, então, estudiosos que realizam o levantamento de listas de nomes de origem tupi, seguidos de seus possíveis significados, como subsídios à Literatura, à História, à Geografia, à Botânica e à Etnografia e à Etnologia. Não se pode afirmar que se caracterizem estudos filológicos, dada a sua realização superficial e a falta de qualquer método.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possibilita a sistematização destes trabalhos. Theodoro Sampaio destaca-se pela introdução de método de restauração, à maneira portuguesa, da grafia original e pela elaboração de etimologias para diversos topônimos brasileiros, a partir das quais grupos de investigação histórica de topônimos de procedência tupi são formados. Tais estudos, discutidos em reuniões periódicas, encontram-se impressos na *Revista* deste Instituto.

É a Sampaio (1928: 129) que se deve, pelo cotejamento de nomes em várias regiões do país, a identificação de diferentes dialetos por meio de variações vocabulares, sobretudo de ordem morfológica, e a afirmação categórica do caráter descritivo da toponímia de origem tupi, como *impressões nítidas reaes, vivas* da percepção do acidente geográfico a ser nomeado.

¹ Ver, especialmente, Dick, A língua de São Paulo. In *Revista da USP*, São Paulo, v. 63, n. 1, p. 36-63, 2004.

O estudo de línguas indígenas vivas, até então restrito à análise documental do tupi colonial, só se concretiza com a publicação do livro *Toponímia brasílica*, de Armando Levy Cardoso, em 1960. Como integrante da Comissão Brasileira de Limites do Setor Norte, é enviado para a fronteira da Guiana Britânica, onde se detém no linguajar e na toponímia de diversos grupos indígenas que encontra (Drumond: 1965, 15).

Neste trabalho, Cardoso (1961a) se propõe a identificar e mapear os lugares pouco conhecidos da Amazônia pelo estudo etimológico de designativos *caribes* e *aruacos* e, conseqüentemente, aponta diversos dialetos destas famílias lingüísticas. Afirma, contudo, que não o faz sistematicamente e que esta modalidade de pesquisa não era realizada no Brasil. No ano seguinte, conclui a obra intitulada *Amerigenismos*, na qual se dedica ao estudo de *vocábulos que foram incorporados à nossa língua* (Cardoso: 1961b, 29).

Ainda na década de 1960, o prof. Carlos Drumond (1965) apresenta, em sua Livre-Docência, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo, o estudo de outra língua indígena viva e de origem não tupi, o bororo. Este trabalho torna-se marco por condenar, em âmbito acadêmico, a realização de *listas de palavras de origem indígena, acompanhadas de um provável significado*, simplesmente a título de curiosidade. Fixou-se, assim, a necessidade de elaboração de método científico para os estudos toponímicos, adequado à realidade lingüística do Brasil, e seu emprego de forma sistematizada.

Ao mesmo tempo, a fim de colaborar na formação de técnicos em cartografia para o mapeamento das terras brasileiras, realizado pelo Exército, o Major Sebastião da Silva Furtado (1960) apresenta obra intitulada *A Toponímia e a Cartografia*, cuja principal contribuição diz respeito à reflexão acerca da estrutura dos topônimos:

O topônimo compõe-se duma parte genérica e doutra específica. Exemplos: Rio Amazonas, Rio Paraná, Serra Geral, Serra do Mar, Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim, etc., nos quais rio, serra e lagoa constituem o *gênero geográfico*, ao qual corresponde o *térmo geográfico*; e, Amazonas, Paraná, Geral, do Mar, dos Patos e Mirim, a parte específica, que precisa a espécie do lugar ou acidente nomeado. Uma – o gênero –, determina-o; a outra – a espécie –, qualifica-o. (Furtado: 1960, 18)

Esta subdivisão deve-se a própria perspectiva dos cartógrafos que utilizam, em geral, símbolos para a identificação daquilo que Furtado chama *gênero geográfico* e reservam a transcrição à *espécie*.

Por outro lado, Furtado restringi o restante desta obra a reproduzir outros estudos. Desta forma, a partir de Leite de Vasconcelos, apresenta exemplos de topônimos brasileiros aplicados à classificação por *línguas*, por *modos de formação toponímica* e as *causas que lhe deram origem* (idem, 15-8) e, pelos estudos de línguas indígenas desenvolvidos nos anos anteriores, induz a busca desenfreada por topônimos de procedência tupi, a fim de justificar os designativos como descrições dos elementos geográficos que nomeiam:

Como corruptela e interpretação deploráveis, Almeida² apresenta, entre muitos casos semelhantes, em São Paulo, o topônimo *Matias Peres*, que designa uma das corredeiras do rio Tietê. Diz ele tratar-se duma corrupção de *Mbo-ti-yo-api-yéré*, alusivo a ondas e redemoinhos. (idem, 56)

Apresenta, a seguir, o apontamento realizado nos relatos monçoeiros de Teotônio Juzarte e Lacerda de Almeida, segundo os quais o topônimo *Matias Peres* é referência a indivíduo que morreu nesta corredeira. Conclui, entretanto, pela explicação de Almeida, já que *o significado indígena é claro* (idem, 57).

Assim, a reivindicação de Drumond só é completamente atendida em 1980, com a elaboração da tese de doutoramento de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, apresentada ao Departamento de Lingüística e Letras Orientais da Universidade de São Paulo.

Neste trabalho, Dick (1990) indica uma nova maneira de analisar a toponímia, então apenas restrita à reconstituição de etimologias ou a serviço do mapeamento de terras. A Toponímia, assim como a Antroponímia, passa a ser entendida pelo seu papel nas comunidades, enquanto modo de referencializar e singularizar aquilo que se designa, conferindo-lhe características específicas.

² Cf. Almeida, João Mendes de. *Dicionario Geographico da Provincia de São Paulo*, 1902.

A toponímia, em especial, é analisada como crônica de um povo, reminiscência de um passado talvez esquecido e a sua presença dinamizada. Assim, como verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, os nomes são vistos por aquilo que transcende ao próprio ato da nomeação.

Iconicamente simbólico, vai permitir, portanto, através de uma reconstituição de suas características imanentes, a captação de elementos os mais diferenciadores da própria mentalidade do homem, em sua época e em seu tempo, em face das condições ambientais de vida, senão totalmente, pelo menos de forma considerável. (Dick: 1990, IV)

Dentre as questões levantadas neste trabalho, ressaltam-se a contestação da ausência de autonomia dos estudos toponímicos brasileiros, fundamental para a criação da subárea, em nível de graduação – Toponímia Geral e do Brasil – e do respectivo curso de pós-graduação; a fixação de princípios teóricos dentro da área de Linguística e de um rigoroso método de trabalho científico; e a divisão do plano de investigação em duas modalidades: sincrônica / diacrônica.

O topônimo, não mais visto como simples fato geográfico ou oficial, passa a ser analisado em sua relação binômica. Dick (1992, 10), neste sentido, revê a terminologia adotada para os elementos que o compõem:

Dessa simbiose, depreendem-se dois dados básicos, um, que se convencionou denominar *termo ou elemento genérico*, relativo a entidade geográfica que irá receber a denominação, e o outro, o *elemento ou termo específico*, ou topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes. Atuam ambos no sintagma toponímico, de forma justaposta (rio das Amazonas) ou aglutinada (Parauna, "rio negro"), conforme, portanto, a natureza da língua que os inscreve.

Sob a perspectiva sincrônica dos estudos toponímicos, é criado o Projeto ATESP – Atlas Toponímico do Estado de São Paulo –, coordenado por Dick. Como uma pesquisa de caráter dialetológico, o objetivo central é o de remapear este Estado de acordo com as

diferentes línguas e suas respectivas variantes e verificar campos semânticos de motivação dos designativos, e não segundo suas fronteiras políticas.

A realização deste Projeto, cujo banco de dados consta de mais de 41.000 nomes, só é possível graças à proposição, em 1980, de categorias terminológicas de motivações toponímicas – as taxinomias, o que permite inferir a *freqüência de determinados modelos denominativos (...), o perfil denominativo do lugar, o padrão de nomes utilizados e a ideologia da sociedade* (Dick: 1998b, 104).

A- Taxinomias de Natureza Física

- 1- *Astrotopônimos*: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex: Estrela (AH BA); rio da Estrela (ES); Saturno (AH ES).
- 2- *Cardinotopônimos*: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex: praia do Leste (PR); serra do Norte (MT); Entre-Rios (AH AM); ribeirão ao Norte (MG); lagoa do Sul (SC).
- 3- *Cromotopônimos*: topônimos relativos à escala cromática. Ex: rio Branco (AM); rio Negro (AM); rio Pardo (SP); serra Azul (SP).
- 4- *Dimensiotopônimos*: topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Ex: ilha Comprida (AM); serra Curta (BA); Larga (AH GO); riacho Grosso (CE); morro Alto (GO); córrego Fundo (MT); igarapé Profundo (RO).
- 5- *Fitotopônimos*: topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade (arroio Pinheiro, RS), em conjuntos da mesma espécie (Pinheiral, AH RJ), ou de espécies diferentes (morro da Mata, MT); Caatinga (AH BA); serra da Caatinga (RN), além de formações não espontâneas individuais (ribeirão Café, ES) e em conjunto (Cafezal, AH PA).
- 6- *Geomorfotopônimos*: topônimos relativos às formas topográficas: elevações (*montanha*: Montanhas, AH RN; *monte*: Monte Alto, AH SP; *morro*: Morro Azul, AH RS; *colina*: Colinas, AH GO; *coxilha*: Coxilha, AH RS) e depressões do terreno (*vale*: Vale Fundo, AH HG; *baixada*: Baixadão, AH MT) e as formações litorâneas (*costa*: Costa Rica, AH MT; *cabo*: Cabo Frio, AH RJ; *angra*: Angra dos Reis, AH RJ; *ilha*: Ilhabela, AH SP; *porto*: Porto Velho, AH RO).
- 7- *Hidrotopônimos*: topônimos resultantes de acidentes hidrográficos, em geral. Ex: *água*: serra das Águas (GO), Água Boa (AH MG); *rio*: Riozinho (AH PI); Rio Preto (AH SP); *córrego*: Córrego Novo (AH MO); *ribeirão*: Ribeirão Preto (AH SP); *braço*: Braço do Norte (AH BA); *foz*: foz do Riozinho (AH AM).
- 8- *Litotopônimos*: topônimos de índole mineral, relativos também à constituição do solo, representados por indivíduos (*barro*: lagoa do Barro (BA); *barreiro*: córrego do Barreiro (AM); *tijucu*: Tijucu Preto (AH SP); *ouro*: arroio do Ouro (RS), conjunto da mesma espécie (córrego Tijucal (SP)), ou de espécies diferentes (Minas Gerais AH MG); Cristália (AH MG), Pedreiras (AH MG)).
- 9- *Meteorotopônimos*: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex: *vento*: serra do Vento (PB); Ventania (AH SP); Botucatu (AH SP); *neve*: riacho das Neves (BA); *chuva*: cachoeira da Chuva (RO); cachoeira do Chuvisco (MT); Chuva (AH MG); *trovão*: Trovão (AH AM); cachoeira Trovoada (PA).
- 10- *Morfotopônimos*: topônimos que refletem o sentido de forma geométrica. Ex: Curva Grande (AH AM); Ilha Quadrada (RS); lagoa Redonda (BA); Triângulo (AH MT).
- 11- *Zootopônimos*: topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos (*boi*: rio do Boi (MG)) e não domésticos (*onça*: lagoa da Onça (RJ)) e da mesma espécie em grupos (*boiada*: ribeirão da Boiada (SP); Vacaria (AH RS); Tapiratiba (AH SP)).

B- Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural

1- *Animotopônimos* ou *Nootopônimos*: topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física. Ex: *vitória*: Vitória (AH CE); *triunfo*: Triunfo (AH AC); *saudade*: cachoeira da Saudade (MT); *belo*: Belo Campo (AH BA); *feio*: rio Feio (SP).

2- *Antropotopônimos*: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex: *prenome*: Abel (AH MG); Benedito (Igarapé, MT); Fátima (AH MT); *hipocorístico*: Bentinho (AH MG); Chiquita (ilha MT); Nico (Igarapé, AC); *prenome + alcunha*: Fernão Velho (AH AL); Joaquim Preto (Igarapé do, PA); Jorge Pequeno (ribeirão MG); Maria Magra (serra da, MG); Pedro Ligeiro (AH GO); *apelidos de família*: Abreu (AH RS); Barbosa (arroyo RS); Silva (AH PA); Tavares (rio SP); *prenome + apelido de família*: Antonio Amaral (AH MG); Francisco Dantas (AH RN); Manuel Alves (rio GO).

3- *Axiotopônimos*: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex Presidente Prudente (AH SP); Doutor Pedrinho (AH SC); Duque de Caxias (AH RJ).

4- *Corotopônimos*: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex: Brasil (AH AM); Europa (AH AC), Amazonas (AH BA); Uruguai (AH MG).

5- *Cronotopônimos*: topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos *novo/nova*, *velho/velha*. Velha Boipeba (AH BA); rio Novo Mundo (GO); Nova Viçosa (AH BA); Velha e Nova Emas (AH SP).

6- *Ecotopônimos*: topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex: Casa da Telha (AH BA); Ocaçu (AH SP); Sobrado (AH BA).

7- *Ergotopônimos*: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex.: *flecha*: córrego da Flecha (MT); *jangada*: Jangada (AH MT); *relógio*: Relógio (AH PR).

8- *Etnotopônimos*: topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex: Guarani (AH PE); Ilha do Francês (RJ); rio Xavante (MT); Chavantes (AH SP); Árabe (arroyo, RS).

9- *Dirrematotopônimos*: topônimos constituídos por frases ou enunciados lingüísticos. Ex: Há Mais Tempo (AH MA); Valha-me Deus (AH MA); Vai Quem Quer (Igarapé, AM); Deus me Livre (AH BA).

10- *Hierotopônimos*: topônimos relativos aos *nomes sagrados* de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana, etc. Ex: Cristo Rei (AH PR); Jesus (rio GO); Alá (lago AM); Nossa Senhora da Glória (AH AM); às *efemérides religiosas*: Natividade (AH GO); Natal (AH AC); às *associações religiosas*: Cruz de Malta (AH SC); aos *locais de culto*: igreja: serra da Igreja (PR); *capela*: Capela (AH AL); Capelazinha (AH MG). Os hierotopônimos podem apresentar, ainda, duas subdivisões: a- *hagiotopônimos*: topônimos relativos aos santos e santas do hagiológico romano: São Paulo (AH SP); Santa Tereza (AH GO); Santana da Boa Vista (AH RS); b- *mitotopônimos*: topônimos relativos às entidades mitológicas. Ex: *saci*: ribeirão do Saci (ES); *curupira*: lago Curupira (AM); *jurupari*: Jurupari (AH AM); *anhangá*: Anhangá (AH BA).

11- *Historiotopônimos*: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como as datas correspondentes. Ex: Independência (AH AC); rio 7 de Setembro (MT); Inconfidência (AH RJ); Inconfidentes (AH MG); rua Vinte e Um de Abril (SP).

12- *Hodotopônimos* (ou *Odotopônimos*): topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana. Ex: Estradas (AH AM); Avenida (AH BA); córrego do Atalho (GO); Travessa (AH BA); Rua de Palha (AH BA); Ladeira (AH MA).

13- *Numerotopônimos*: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex: Duas Barras (AH BA); Duas Pontes (AH RO); Três Coroas (AH RS).

14- *Poliotopônimos*: topônimos constituídos pelos vocábulos *vila*, *aldeia*, *cidade*, *povoação*, *arraial*. Ex: rio da Cidade (RJ); serra da Aldeia (PB); Arraial (AH BA); Vila dos Anjos (AH MG); Povoação (AH PI); Tabapuã (AH SP).

15- *Sociotopônimos*: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, páteo, praça). Ex: Sapateiro (serra do,

SP); Pescador (AH MG); Tropeiros (serra dos, MG); Engenho Novo (córrego, MG); Oficina (AH MG); Pracinha (AH SP).

16- *Somatotopônimos*: topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal. Ex: Cotovel (AH MG); Pé de Boi (AH SE); Pé de Galinha (AH BA); Mão Esquerda (rio da, AL); Mão Quebrada (lagoa da, PI); Dedo (Igarapé do, RR); Dedo Cortado (córrego do, GO); Dedo grosso (AH SC). (Dick: 1992, 31-4)

Nota-se, portanto, que a classificação do sintagma toponímico e das taxionomias atende a aspectos lingüísticos e terminológicos, não claramente definidos na obras anteriormente indicadas.

É a partir da perspectiva diacrônica que se analisam os processos de formação e de ressemantização dos nomes e justificam-se formas denominativas cujo significado tornou-se opaco. O topônimo, desta forma, é entendido não apenas pelo seu resultado final, como termo cristalizado, mas pelo seu processo de engendramento. Vinculados aos mesmos princípios teóricos do ATESP, dois novos projetos são propostos nesta perspectiva de estudo toponímico: o Caminho das Águas, Povos dos Rios: Uma Visão Etnolingüística da Toponímia Brasileira, que visa, especialmente, ao resgate etnolingüístico seguindo o *percurso* dos hidrônimos – “Águas e rios, religião e fé, desde o início da ocupação da terra, consubstanciam os mitos dos homens” (Dick: 2001, 153) – e o Atlas das Cidades (Dick: 1992).

O primeiro trabalho no âmbito do Atlas Toponímico das Cidades foi a tese de Livre-Docência de Dick (1996), um estudo do centro da cidade de São Paulo, entre os anos de 1554 e 1897, proporcionando modelo e método ainda mais específicos para a toponímia urbana. A realização desta pesquisa rompeu tabus até então existentes. Primeiramente, porque se acreditava na impossibilidade de se desenvolver, em âmbito acadêmico, trabalhos que prioritariamente versassem sobre toponímia urbana. Antes se contemplava somente os acidentes geográficos físicos, e os antrópicos eram tratados esporadicamente: alguns poucos em obras que abordavam a toponímia de forma geral ou para demonstração de processos de translação toponímica (Dick: 2001), ressaltando a forte função referencial de cursos d'água e elevações e depressões do terreno no momento do estabelecimento de novos aglomerados humanos.

Além disto, este trabalho foi estabelecido, principalmente, com base em documentação da época – *Atas da Câmara da Vila / Cidade de São Paulo* – e não apenas na cartografia. A leitura desta documentação permitiu a reconstrução da toponímia desde

os primeiros anos da tímida Piratininga, encerrada no alto do planalto e vulnerável a ataques indígenas, até vésperas da entrada do século XX, expandida em diferentes direções, muito além das terras altas.

Assim, Dick (1996, 14-15) relaciona o incipiente processo denominativo à atração que o sertão exercia sobre os moradores de Piratininga e a estruturação da toponímia do planalto ao declínio do ciclo bandeirante. No primeiro caso, correspondente aos séculos XVI e XVII, o despovoamento da vila implica em *retrocesso desenvolvimentista* [e] *torna desnecessário o aparecimento de mais nomes*. Num segundo momento, a partir do século XVIII, a manutenção da população proporciona a consolidação de atividades administrativas no núcleo e, conseqüentemente, *passa a se estruturar melhor e em maior quantidade de nomes, o que vai se consolidar no século XIX*.

O reconhecimento do valor teórico e metodológico desta tese na recuperação das diversas camadas denominativas e do percurso gerativo da criação do nome abre caminhos para a realização de novas pesquisas em toponímia urbana.

Maria da Penha Marinovic Doro (2000) apresenta em sua Dissertação de Mestrado, em 2000, estudo da toponímia urbana de um pequeno bairro da zona Leste de São Paulo: a Vila Nova Savóia. Loteado por Jean Jules Arthaud Berthet, um francês positivista, este terreno foi nomeado dentro dos princípios filosóficos seguidos pelo proprietário e dentro do contexto de urbanização e industrialização vivenciado nesta região nas primeiras décadas do século XX.

Amparado teoricamente pela Antropologia urbana, o *corpus* deste trabalho foi construído pela análise de documentos oficiais, mapas e, sobretudo, relatos de antigos moradores, revelando as intensas relações existentes entre o(s) nomeador(es), o espaço a ser nomeado e a linguagem.

Retomando a temática de estudo da região central da cidade de São Paulo, no ano seguinte, Ricardo Vianna Van Acker (2001) apresenta em sua Dissertação de Mestrado, intitulada *Os signos do centro nas fotografias do triângulo paulistano na primeira década do século XX*, análise das três principais ruas comerciais paulistanas por meio de fotos.

A elaboração de tais trabalhos demanda larga consulta a documentos históricos. O objetivo central é recuperar motivações e as formas lingüísticas originais e acompanhar os designativos ao longo de tempo em que se mantêm atualizados na comunidade da qual fazem parte, localizando as diferentes forma de referencializar o espaço em diferentes épocas. Verifica-se, assim, todo o processo de seguidas ressemantizações do nome próprio.

Neste sentido, entende-se *motivação toponímica* como a divisão de designativos por campos lexicais, correspondentes às taxionomias, e *causa denominativa*, em referência as razões que levam ao engendramento dos nomes. A primeira classificação dos processos de formação de topônimos foi realizada por Dick, em 1995:

As recorrências lingüísticas presentes nos topônimos, evidenciam, como já se fez sentir, os dois mecanismos ordenadores da nomenclatura em qualquer terreno, ou seja, a espontaneidade e a sistematização dos batismos. No primeiro caso, a expressividade das formas de linguagem corresponde à adequada representação simbólica dos lugares pelos seus constituintes imediatos (cor, forma, grandeza, etc.); as ocorrências toponímicas prendem-se aos campos dialetológicos reconhecidos na região em exame e qualquer análise pretendida deveria recobrir a verificação das fronteiras lingüísticas definidas pelos topônimos, assim como sua integração nos valores culturais do grupo, isto porque se trata do corpus nomenclatural mais antigo. Os topônimos sistemáticos são resultados de uma política administrativa de nomeação, do agir consciente da comunidade ao eleger determinados padrões de designação como os seus paradigmas; geralmente se opõe aos precedentes pelo aspecto dedicatório, devocional ou comemorativo de fatos ou costumes; homenageiam pessoas e reverenciam momentos de fé; podem até ser bajulatórios em sua reverência, conforme o momento político em que foram gerados; de qualquer forma, são interacionais em sua pontuação, muito embora cheguem a constituir áreas lexicais características do ponto de vista da toponímia. (Dick: 1995, 63-4)

Reconhece-se, neste contexto, o engendramento de designativos *espontâneos* e *sistemáticos* a partir das motivações toponímicas. A análise da documentação que compõe o corpus desta Tese, ao contrário, possibilita a verificação das motivações toponímicas em função da causa denominativa.

Observa-se, igualmente, que a referencialização do espaço por meio da indicação de alguns dos elementos existentes recobre-se de intencionalidade, base para engendramento de nomes. Zelinsk (2002) chama a atenção dos pesquisadores para questões que vem ao encontro destas constatações. Primeiramente, problematiza os conceitos daquilo que, equivocadamente, reconhece-se como *nomes próprios*, já que o estudo de topônimos, sobretudo no plano diacrônico, leva à constatação de uma série de exemplos que caem no *limbo* entre substantivos comuns e próprios:

the obsession with achieving a rigorous definition of names, staking out that elusive boundary between proper and common nouns. (...). Much of it is highly technical in character, and after several decades of intense cerebration, the pursuers of this holy grail of an ironclad definition seem no closer to the goal than they were at the outset. (Zelinsky: 2002, 244-5)

Zelinsky, então, considera como objeto de estudo de todo tipo de nomeação, de marcas registradas a passos de dança e propõe o levantamento exaustivo de *nomes-tipos*, a fim de formular uma definição mais precisa do que verdadeiramente vêm a constituir os substantivos próprios.

De fato, documentos antigos estão repletos de outros tantos exemplos da designação do espaço a partir da descrição dos elementos encontrados. Definir as razões que levam à manutenção de uns a despeito do desaparecimento de outros nem sempre é tarefa tranqüila, especialmente se se tiver em mente que estas descrições são realizadas pela necessidade de indicar localizações e demarcar terras.

Interessante notar como as comunidades cuja denominação se faz de maneira espontânea fazem-na por meio de uma deriva própria de nomeação. Topônimos descritivos e a simples descrição dos elementos que compõem o ambiente possuem uma separação que, ao estudá-los, era nítida à comunidade.

A dificuldade em compreender esta distinção parece fruto da tentativa formal de hierarquizar topônimos e, especialmente, diferenciar o que pode ou não ser um nome; obstáculo ainda maior diante da tendência moderna de nomeação oficial e distanciada. Ressalta-se, contudo, que mesmo os topônimos cristalizados têm o significado constantemente atualizado.

É necessário, portanto, considerar a toda a lexia textual utilizada na indicação de lugar. Certamente identificam-se termos mínimos, possivelmente que se fixarão como designação do local, já em evidência, mas conservam-se meio a necessidade de localização por seu enunciador entre outros tantos termos.

Pottier (1974: 203-4) classifica qualitativamente os nomes próprios ou específicos como pertencentes a categoria *spécificité* por exprimir *l'intention d'unicité (quel que soit le nombre réel des référents)*. O próprio meio sociocultural se encarrega de diferenciar referentes diversos com o mesmo nome. Isto porque os nomes próprios unem o referente ao signo, sendo que, no discurso, não são selecionados em meio a outros termos: eles evocam a unidade. Esta explicação vem ao encontro daquelas observações, exceto no que concerne a uma *étiquete indiscutable* (idem, 204) que os nomes próprios dão aos referentes.

Exemplos de possibilidade de variação são freqüentes. Os topônimos podem ser ressemantizados, alterando, muitas vezes, a quantidade e ordem de termos e a significação primeira. A seleção de termos, não tão nítida como a que ocorre com os nomes comuns, pode ser percebida no processo de toponimização de nomes (ditos) comuns em topônimos propriamente ditos, quando, por exemplo, ocorre a escolha de determinada(s) palavra(s) da expressão textualizada original.

Opta-se, desta forma, particularmente, em entender como objeto de estudo tudo aquilo que de certa forma *identifique e singularize* o espaço, do maior ao menor grau de intencionalidade / espontaneidade e maior ou menor de impessoalidade / íntima relação com o nome. Até mesmo porque, somente a partir da nomeação do espaço, a configuração de uma forma de diferenciá-lo de tudo aquilo que existe no entorno, o lugar efetivamente passa a existir.

Dick (2002-3) diz que para cada *lugar* corresponde um *nome*; paralelamente, ao *não-nome* se configuraria o *não-lugar*. Em outros termos, o espaço só se torna efetivamente um *lugar*, conhecido e reconhecido, pela existência de um *nome*, parte da realidade humana. No outro extremo, numa clara inferência dedutiva, conclui-se que, enquanto o ato denominatório não ocorre (*não-nome*), o espaço ainda não existe dentro da universo humano (*não-lugar*):

Nesses dois pólos, que condicionam a atividade subjetiva ou objetiva do nomeador, frente ao espaço a nomear, situam-se as origens das denominações; em sua intermediação lingüística, lugares se constroem, assim, de modo figurativo, pelo simbolismo dos signos. Por isso distinguimos o “lugar” do “não-lugar”, ou seja, a porção do espaço em um sítio qualquer que recebe o investimento semântico da língua, tornando-se representável e identificável intra e extra-corpora. Possível, também, de “posse” e “domínio” comunitário. Essa qualidade, do ponto de vista da etnolingüística, é outorgada pelo nome que se torna, portanto, o dado referencial, definidor e identitário do objeto. (Dick: 2001, 172)

Neste sentido, os vazios toponímicos representam, antes de qualquer outra coisa, o fato de o homem não ter conseguido nem física nem espiritualmente tomar posse do espaço. Entende-se a posse do *espaço* pelo homem além do aspecto físico propriamente dito, a falta de nomeação oficial de lugares conhecidos pode implicar na não inclusão social do grupo nesta sociedade. Da mesma forma, a presença de designativos pelos quais a comunidade não se identifica revela a imposição de valores culturais do outro.

Em contrapartida, percebem-se, especialmente em memorialistas e literatos, nomes de *lugares imaginários* ou, ao menos, não passíveis de apontamento exato em documentos cartográficos. É a ampliação do espaço transitável, seja de forma eufórica ou disfórica, (re)conhecido apenas pelos membros da comunidade e poucas vezes revelado a estranhos.

Segundo Guizzetti (1957), a língua – instrumento de representação e, ao mesmo tempo, produto de cultura – é um conjunto sistemático de duplo aspecto: um consciente e outro inconsciente. Ao primeiro, atribui a capacidade humana de se comunicar e, conseqüentemente, estabelecer relações com o mundo material e espiritual, com todas implicações psicológicas acarretadas. A possibilidade de, intencionalmente, falar de uma maneira e não de outra e de fazer-se entender ou não por outros membros de sua própria comunidade constitui também fruto deste *fazer* consciente.

O aspecto inconsciente, por sua vez, concerne a toda representação coletiva da qual os próprios indivíduos-falantes não possuem clara consciência, mas que reflete hábitos sociais e religiosos e visão de mundo, enfim, toda estrutura simbólica da comunidade. Reconstruir pela língua a cosmovisão de uma comunidade é penetrar nas camadas mais profundas do *Espírito Coletivo* – fenômenos de caráter intelectual, volitivo e de percepção

da realidade exterior – e do *Consciente Coletivo* – conjunto sistemático de representações abstratas –, presentes em todos os indivíduos de um mesmo grupo.

De este modo podremos llegar a las leyes que rigen el funcionamiento del pensar colectivo y a la visión de conjunto que la comunidad cultural pose del mundo circundante, reflejadas ambas en el idioma. (Guizzetti: 1957, 79)

A substituição de um determinado nome configura, em geral, questões ideológicas latentes. O esquecimento ou a ressemantização decorre da utilização natural do nome como elemento da língua, procedimento este inconsciente pelo falante. Assim, ou o topônimo é *atualizado* e se mantém ativo ou, perdendo sua função dentro da comunidade, é esquecido. Esse processo dentro do sistema onomástico certamente é muito mais lento do que no sistema lexical, aqui compreendido como objeto dos estudos lexicológicos (domínio das palavras comuns), o que não deixa de implicar em uma dinâmica própria de renovação.

O estudo dos nomes de lugar de certa região em um determinado espaço de tempo em busca dos significados e dos nomes e dos modelos denominatórios empregados, permite, portanto, atingir o conhecimento de processos reguladores desta sociedade.

Particularmente, entendemos que a Onomástica, tratando do significado dos nomes próprios, deve buscá-los em um contexto mais amplo que o etimológico. Procuramos, para isso, alcançar o nomeador / emissor ou o agente do processo de nomeação, no ato enunciativo. Situam-se aqui duas circularidades cronológicas, em que o tempo cultural ou coletivo vai se contrapor, complementando, ao tempo biológico ou particular do indivíduo, somatória de todas as suas experiências, projetadas simbolicamente em um enunciado ou em um sintagma onomástico. (Dick: 1998a, 45-6)

Reunir, catalogar, organizar um inventário de nomes atribuídos no espaço delimitado constitui o trabalho inicial e imprescindível do toponimista. Tem-se por objetivo, portanto, entender as razões que levaram à nomeação no momento flagrante da primeira enunciação (quando possível sua recuperação) e a variedade de modelos de nomes utilizados em seu contexto motivado, refletindo, assim, o conhecimento do mundo observado.

Metodologia

A elaboração da Tese segue a sistemática metodológica e terminológica especializada do Atlas das Cidades, o qual é variante do Projeto ATESP – Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. Os estudos aí inseridos visam ao entendimento do processo de estabelecimento e transformação dos nomes de lugares em áreas urbanas, numa perspectiva diacrônico-contrastiva.

Pela modalidade diacrônico-contrastiva de análise toponímica, é possível atingir questões além do próprio ato denominatório e a identificação dos fatores que levaram à utilização dos designativos. Pode-se chegar ao completo entendimento da rotina dos aglomerados humanos, o seu papel frente a outros grupos e, mesmo, a função de indivíduos deste organismo social.

Deve-se seguir o processo onomasiológico de pesquisa dos nomes de lugar, partindo da primeira enunciação que *singularize* o espaço até sua configuração como topônimo propriamente dito. Isso porque, a partir da recuperação das maneiras mais remotas de indicar o espaço, das modificações na forma e no significado destes nomes, de substituições de certos designativos em detrimento a outros, observam-se os modos de pensar e de agir em determinada região e tempo.

Neste sentido, a leitura de relatos de viajantes foi relevante por apresentar impressões causadas no reconhecimento de diferenças e de memorialistas, por indicar a rotina da população paulistana. Já os manuais históricos e geográficos e as monografias especializadas, que tratam da São Paulo Oriental nos XIX e décadas iniciais do XX, foram necessários para a caracterização das condições humanas – social, econômica, política e ideológica e dos grupos lingüísticos/étnicos existentes no local – e físicas – condições meteorológicas, relevo e hidrografia – da região.

Destacam-se a tese de Langenbuch (1968), sobre a expansão da cidade de São Paulo nos séculos XIX e XX, por apresentar os fatores que impulsionaram o crescimento da zona urbana paulistana; os estudos de Aroldo de Azevedo (1958), que focalizam as conseqüências desta expansão desmesurada na São Paulo Oriental; e a tese de doutoramento de Margarida de Andrade (1991), com documentação encontrada recentemente e novos métodos de análise da Geografia Humana.

Assim, traçou-se o perfil da freguesia do Brás e suas relações com regiões contíguas: a função das chácaras e o progressivo estabelecimento de bairros urbanos; a barreira natural representada pela várzea do Carmo e o processo de aterramento e saneamento pelo qual foi submetida; a construção das ferrovias e as conseqüentes mudanças no aspecto e função da região; os aldeamentos indígenas existentes nas proximidades, o homem chacareiro, o trabalho escravo e, posteriormente, a chegada de imigrantes.

A urbanização da região, tendo por eixo norteador a construção de ferrovias, implica no estabelecimento dos designativos já existentes. É natural que muitos dos nomes encontrados em 1850 sejam substituídos por outros nos anos seguintes, mas é também esperado que uma parte se mantenha, sendo atualizada de maneira diversa a anteriormente realizada. Da mesma forma, referencializadores de espaço, caracterizados por manterem-se no limiar entre a mera descrição e a toponimização, podem ser revitalizados em épocas posteriores, gerando designativos.

Os Registros de Terras da freguesia do Senhor Bom Jesus do Brás, declarados entre setembro de 1854 e maio de 1856, vêm ao encontro destas colocações. Nos 157 registros, a falta da toponímia regulamentada implica na remissão a elementos encontrados na paisagem para indicação da localização e dos limites das propriedades. Neste sentido, a comparação com o perfil da região permite cotejar quais elementos encontrados são selecionados e quais são preteridos e caracterizar os processos de referencialização em diferentes momentos.

A catalogação destas informações não é tarefa tranquila. São muitos os elementos referencializadores indicados, e um mesmo lugar pode ser conhecido de diferentes modos. Além disso, verifica-se intrincada relação de posse de terras, própria a sociedades endógenas como a de chacareiros abastados da freguesia do Brás. As informações extraídas dos RTs foram organizadas em fichas, cujo modelo é apresentado a seguir, por meio da comparação entre os proprietários e os referenciais indicados.

RODRIGUES (DE CAMARGO)	TAQUAPININDUBA Confluência do rib. da Moóca, próximo à cabeceira, à caminho de <i>outra freguesia</i> [São Caetano] * estrada velha que vai para o lugar chamado Caguaçu * rio Veruma * brejo que nasce dos valos do terreno do tnt cel João C. de Bauman (RT 79) – próximo ao ribeirão Aricanduva (RT 29) * proximidade com o córrego Taquapininduba, mas não consta da descrição da propriedade (RT 12B)
------------------------	---

Vicente José Rodrigues (de Camargo)
(RTs 41, 79, 80)

sítio no Taquapininduba, her. dos 6 filhos (RT 79)
não há menção ao cor. Taquapininduba na descrição da propriedade

+ Brígida (Maria (de Jesus))
(RTs 1, 3, 12B, 16, 41, 57, 79, 80, 81, 85B)

* diz do sítio no Taquapininduba do marido (RTs 41, 79,80)
* próximo a: rib. Moóca, Cab. Rib. Moóca, cor. Água Vermelha, estrada velha, Cab. Uberaba, Uberaba, cór. Taquapininduba, cór. Boçoroca, Bairro do Fonseca, Bairro do Caguaçu, estrada que vai para o Bairro do Pilar, cór. Rio das Pedras

↓ ↓
Joaquim José Rodrigues (RTs 41, 79)
- homônimo – este é analfabeto [cf. GONÇALVES, GT] (RT 41)
compra sítio na *cab. do rib. Moóca* dos herd. de Bento Cardoso, divisa com sítio dos fal. pais no Taquapininduba (RT 41)

↓
Manuel (José) Rodrigues (RTs 29, 79, 81, 89, 98, 125, 126, 152B)
* é filho de Vicente Rodrigues, mas não de dn. Brígida (RT 81)
a) Compra sítio com casas no *Caguaçu*, limite com *herdeiros da finada Brígida* e irmão João Rodrigues da Fonseca [não é filho da Brígida?]. Vende parte para Joaquim Antonio da Silva, no *Caguaçu*, perto do córrego Ipiranga, ribeirão Verava e uma porteira velha (RT 89)
* córrego Ipiranga / porteira sobre o córrego Ipiranga
* passagem da estrada que segue para Caguaçu (...) denominado – Ipiranga / estrada que segue para o dito bairro de Caguaçu
* ribeirão Verava
* córrego Passagem

b) Uma *tira pequena de terra no bairro do Aricanduva*
* ribeirão de Fora
* ribeirão Taboão
* ribeirão da Venda (q deságua no ribeirão Aricanduva)
* divisa com capão de matos de Rosa Maria da Conceição, no Capão da Imbira (RT 152B)

↓
João Floriano de Oliveira (RTs 31, 79)
Putinga, bairro da Moóca – Herda terreno dos sogros – Gabriel Correia e Rita Correia [ver CORREIA]
* único alfabetizado (RT 79)

+ Joaquina Maria de Jesus [ver CORREIA]

↓
Escolástica Maria do Espírito Santo (RTs 12B, 79, 80)
Taquapininduba, compra de terreno – João Rasquinho, divisa com propriedade de seu pai
* perto da Cabeceira do Uberaba e divisa com barrocada acima (RT 12B)
* divisa com o córrego Taquapininduba (RT 12B)

↓
Maria da Cruz (RT 79)

↓
João [Vicente / Rodrigues] da Fonseca (RTs 79, 81, 89)
* perto do Caguaçu, onde mora o irmão Manuel José Rodrigues, com quem faz divisa (RT 81)
* no RT 79, informa-se que o único alfabetizado é João Floriano de Oliveira. No RT 89, contudo, *declarou e assinou João Vicente da Fonseca por Joaquim Antônio da Silva não saber ler nem escrever.*

Outra fonte utilizada é as Atas da Câmara de São Paulo (ACSP). É a partir da leitura de dos registros dos camaristas, entre 1562 e 1887, que Dick (1996) reconstrói o a toponímia de procedência portuguesa e indígena do núcleo. Verifica, ao mesmo tempo, o próprio estabelecimento do homem europeu no planalto paulistano e os movimentos socioculturais flagrantes.

No caso das ACSP consultadas, é possível traçar os problemas de ordem pública, como epidemias, conflitos sociais, destino do lixo e inexistência de calçamentos, as querelas locais, como brigas entre vizinhos por limites de terras, as solicitações para construção e para retirada de porteiras, que alteram a configuração de vias públicas, e as aberturas, os prolongamentos e os fechamentos de ruas, narrados do ponto de vista administrativo.

A Câmara era também responsável pela distribuição de cartas de datas e datas de terra e pela abertura da maior parte dos logradouros, dentro dos limites da municipalidade. Muitos dos designativos atribuídos sistematicamente também são realizados por vereadores. Nas atas, registram-se os nomes existentes anteriormente, sendo a omissão desta informação relevante para as análises, e a localização de logradouros denominados, pela indicação dos limites ou de outros referenciais.

Da mesma forma, documentos dos séculos XVIII e XIX editados pela Revista do Arquivo Municipal e dois estudos históricos de cunho descritivo, dos engenheiros Pedro Muller (1836-7) e Azevedo Marques (1876), complementam informações constantes nas ACSP e integram o *corpus* de análise.

As fontes cartográficas, por sua vez, permitem visualizar as áreas a serem analisadas por serem fontes iconográficas por excelência. A utilização destas fontes requer atenção. Os responsáveis pelo mapeamento da cidade no século XIX e no início do XX, em geral, realizavam a abertura e o prolongamento de ruas e utilizavam os mapas, ao mesmo tempo, na projeção destes trabalhos e, não raro, indicam designativos sistemáticos não cristalizados.

Nota-se, assim, que logradouros indicados na cartografia consultada não foram efetivamente realizados. Em 1914, por exemplo, aponta-se a abertura de uma rua no Cambucy, em prolongamento a caminho denominado *JAMUNDÁ*, na década de 1890

(*Planta* de Gomes Cardim). Mesmo sem a construção de uma ponte no ribeirão Tamandateí, ocasionaria a alteração da designação para *RUA BELA CINTRA*, nos dois trechos (*Planta* da Comissão Geographica e Geologica). O prolongamento, contudo, não foi executado, e a rua é denominada *Coronel Cintra*, atualmente, na Mooca.

O cruzamento destas fontes bibliográficas fornece elementos necessários para a construção do texto onomástico pela articulação dos topônimos identificados, tendo em vista a configuração de influências de diversos grupos lingüísticos aí estabelecidos; a formação de campos de motivação semântica pelas taxionomias toponímicas; a dinâmica de nomeação, variação de emprego de um mesmo nome e manutenção ou substituição por outros; e a constituição gramatical dos nomes.

As fichas lexicográfico-toponímicas, também chamadas fichas de extração terminológica pela metodologia utilizada em sua elaboração fornecem elementos necessários para a formação do saber-cognitivo da toponímia da região.

Localização – Município: _____	fonte: Dick (2004c, 130)
Topônimo: _____ A.G.: _____ Taxionomia: _____	
Etimologia: _____	

Entrada Lexical: _____	

Estrutura Morfológica: _____	

Histórico: _____	

Informações Enciclopédicas: _____	

Contexto: _____	

Fonte: _____	
Pesquisador: _____ Revisor: _____	
Data de Coleta: _____	

Neste sentido, a organização do material coletado foi realizada pela catalogação dos nomes em fichas lexicográfico-toponímicas, adaptadas a características próprias dos objetivos desta Tese, a partir do modelo elaborado por Dick (2004c, 130) para o Projeto ATESP, acima apresentado:

topônimo	elemento geográfico	localização	nº
Piratininga	rua	Mooca	172
estrutura lingüística	taxionomia		
indígena	zootopônimo		
variantes			
rua dos Campos de Piratininga (ACSP, LXV, 139); rua de Piratininga (ACSP, LXVII, 232); rua do Piratininga (LXX, 133)			
nome(s) anterior(es)	substituição		
Mooca, caminho; Mooca, travessa da	-		
causas denominativas			
Topônimo sistemático atribuído, em 1879, por camarista - Campos de Piratininga. Em 1881, já não mais é registrado o primeiro termo do topônimo propriamente dito. Cristaliza-se, na década de 1890, o topônimo – rua Piratininga.			
data de oficialização	documento oficial		
1879	ACSP		
limites			
Rangel Pestana, avenida (norte); Mooca, rua ¹ (sul)			
etimologia			
<i>pirá-tininga</i> – “o peixe a secar; o seca peixe”. (Sampaio: 1928)			
entrada lexical			
informações enciclopédicas			
Referência à maneira como era conhecido o local onde teriam tentado se fixar os jesuítas antes de fundarem Colégio no núcleo. Ver Dick: 1996, 53-75; Campos, 2006.			
estrutura do topônimo	estrutura morfo-sintática		
simples	substantivo		
obs.			

Estes elementos permitem a reconstrução do processo gerativo do nome a sua ligação com fatores motivadores dentro dos seus contextos de enunciação original, evidenciando, assim, a realidade vivenciada e as tendências denominativas em diferentes momentos, apresentadas a seguir.

I. Os nomes da São Paulo Oriental do século XVI ao XIX

À época [das] primeiras cartas de datas de São Paulo, os marcadores léxico-toponímicos da vila não diferiam em nada de outros traços comuns a outras vilas brasileiras, mesmo as secundárias. O rio, o caminho, a ponte, a paragem, sempre participaram, em igual medida, da vida pública que se iniciava. Com o passar dos tempos, da origem ao contemporâneo, ou ao dado sincrônico que se analisa, os papéis sociais do núcleo se alteraram, por força do próprio deslocamento da população e do alargamento de seu horizonte geográfico e de suas relações culturais. Em algumas coisas, porém, certos índices ou fatores continuaram inalterados, cabendo ao pesquisador buscar as razões da mudança, da substituição, da conservação ou da troca.

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

I.1. Os primeiros referenciais da São Paulo Oriental: os aldeamentos

A São Paulo Oriental, apesar de conhecida e utilizada, permaneceu pouco explorada, durante os três séculos que se seguem à fundação do colégio pelos jesuítas e à transferência do pelourinho para o núcleo. Se o paredão e a várzea do Carmo representaram, no século XVI, o ponto principal de defesa de ataques de indígenas, isto se devia à grande dificuldade de transpô-los. A dificuldade de acesso levou a iniciativas de fixação a leste do núcleo muito menos recorrentes do que a oeste e a sul.

Numerosas eram as trilhas pré-colombianas que ligavam o planalto e o litoral vicentino pela serra do Mar³. A chegada de Mem de Sá à Piratininga em 1560 leva à abertura de uma rota mais segura para a qual foi encarregado o Padre José de Anchieta, e por isso denominada *caminho do Padre José*. Alegava o então Governador-Geral da Capitania de São Vicente que a *trilha dos Tupiniquim* era perigosa, tamanha a exposição a “ciladas dos selvagens” (Petrone: 1955, 40-4).

Um outro caminho, que ligava o núcleo ao interior do Brasil, era conhecido pelos indígenas como *Peabiru*. O interesse desta trilha, ressaltado em cartas de Nóbrega, para atingir “gerações do sertão”, fica claro pela mudança de sua denominação para *caminho de*

³ Pinto (1977: 8-11) também aponta para a presteza com que os indígenas, em 1532, avisaram aos que estavam no núcleo sobre a chegada da armada no litoral. Petrone (1995, 34) afirma que “em âmbito mais restrito (...) os *Campos de Piratininga* constituiriam uma dessas áreas valorizadas do interior, um desses nódulos interioranos de cristalização demográfica, o litoral aparecendo como um verdadeiro *fundo de quintal*, com funções econômicas subsidiárias e não fundamentais. Dinamicamente, portanto, o caminho que unia planalto e litoral tinha seu ponto de partida no planalto e não no litoral.”

São Tomé (idem, 35-41). Tanto o percurso quanto o novo nome estariam envoltos em misteriosas marcas em rochas encontradas no caminho, fruto das pegadas do apóstolo São Tomé, na versão jesuítica.

Nenhum caminho por terra digno de nota, contudo, atingiria a porção a leste do ribeirão Tamanduateí. Ainda no século XVI, têm-se notícias dos aldeamentos de São Miguel do Ururaí e de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, ambos fundados por inacianos. Possivelmente, trilhas iam ao encontro destes, mas o mais usual, até o seiscentismo, era navegar pelo Tamanduateí e, da sua barra, seguir pelo rio Tietê⁴ (Botempi: 1970, 25)

Quanto aos aldeamentos⁵, cabem algumas notas. *Ururaí*⁶ era o nome de uma numerosa população chefiada por Piquerobi, na época da formação do aldeamento (Azevedo Marques, II, 1952, 296; Petrone, 1995, 129). Segundo Sant'Anna (1950, 68-9), Ururaí

designava uma tribo, ou antes, uma ramificação da tribo dos guaianás, que se radicara no caminho das minas gerais, entre São Paulo e Santana de Mogi das Cruzes. Nesse ponto, fundou-se uma aldeia, a aldeia histórica, pré-jesuítica, em que pontificara o famoso chefe Piquerobi, sogro do velho Antônio Rodrigues. Êste e João Ramalho, sertanistas destas paragens, guiaram, em 1532, através da serra de Paranapiacaba e destas extensas regiões, Martim Afonso de Souza, que cá veio desvendar o planalto, nêle fundando a misteriosa povoação de Piratininga.

⁴ A utilização do rio Tietê na locomoção entre os diversos núcleos quinhentistas era prática comum. Teodoro Sampaio ("São Paulo de Piratininga no fim do século XVI", *RIHGPS*, v. IV, p. 263-4; apud Petrone, 1995, 340) traçou os percursos conhecidos: "Navegando rio acima, alcançavam a Conceição dos *Guarus* e Maqueribu onde pois se estabelecera João Pires, *S. Miguel* e *Taquaquicetuba*, onde mais tarde o Padre João Álvares aldeou alguns indios Guaianás, e atingia-se o sítio de *Boigy* da sesmaria de Brás Cubas, no lugar em que alguns moradores tinham já iniciado uma pequena povoação que foi a origem da atual cidade de Mogy das Cruzes. Descendo o rio para baixo de S. Paulo, tocava-se primeiro no sítio de *Nossa Senhora da Esperança* com um aldeamento fundado por Manuel Preto, e que veio a ser depois a capella e povoação de Nossa Senhora da Expectação do O, deixava-se, pouco mais abaixo, à esquerda, o sítio de *Emboaçava*, de Affonso Sardinha, e podia-se ir até as primeiras lavouras de Parnahyba se se não preferisse desembarcar no porto de Carapicuíba."

⁵ Faz-se a distinção *aldeia* e *aldeamento*, conforme Azevedo (1959). Aldeia é restrito a formações indígenas sem a interferência do branco, por ser a forma que o colonizador definiu inicialmente as tabas. Aldeamento, aos aglomerados criados, com ou sem intenção religiosa, já que, no próprio sufixo, tem-se a idéia de processo intencional. Quanto às citações de documentos antigos, manter-se-á conforme o original.

⁶ Teodoro Sampaio (1928, 112) afirma que os indígenas em geral viviam cercados de animais domesticados nas proximidades e dentro das cabanas. Não é de se estranhar que grande parte das tribos, e mesmo dos grupos, possuísse nomes de animais. Ainda segundo o mesmo autor (idem, 337), "urú, s., o nome commum das gallinaceas no tupi."

A aldeia de Ururá adotou o nome da tribo.

A fundação do aldeamento de São Miguel de Ururá em 1560 por jesuítas, assim como a de Pinheiros, no mesmo ano, deve ser entendida, portanto, em termos de datação da ação de brancos em núcleo pré-cabralino (Viotti: 1980, 29-32; Petrone, 1995, 114). Nos primeiros anos, mantiveram os indígenas os mesmos hábitos e isolamento, rotina interrompida apenas por esporádicas visitas de jesuítas, que ainda têm dificuldade em mantê-los fixos num mesmo chão⁷; ao mesmo tempo, a possibilidade de ataques de indígenas mantém os poucos europeus restritos à circunvizinhança do pátio do Colégio.

A fidelidade de Piquerobi aos jesuítas era duvidosa, tanto que, em 1562, atacou o núcleo. Os dois dias de “cêrco dos índios Ariri”, contudo, não impediram a vitória dos povoadores, auxiliados por indígenas cristãos chefiados por Tibiriçá (Sant’Anna, 1950, 137). O temor pelos padres faz os rebelados retornarem a Ururá e, submetidos à fé cristã, compõem a linha de defesa a leste do núcleo contra os irredutíveis “gentios do Paraíba, conhecidos como sanguinários.” (Bontempi, 1970, 25).

Na década de 1580, os ataques ao colégio cessam, e os colonos começam a ser fixar além do planalto paulistano, a ocupar as lavouras de aldeamentos e a escravizar os indígenas em trabalhos diversos⁸. A demarcação do território do aldeamento, por concessão de carta de sesmaria⁹, restringe a mobilidade indígena.

A estabilização do sítio de Ururá ocorreu algumas décadas depois, entre os anos de 1620 e 1624, após receber um grande contingente oriundo de Itaquaquecetuba. Sendo o nomadismo uma prática comum entre os indígenas, a instabilidade do sítio dos aldeamentos paulistanos não justifica a mudança / fixação dos designativos.

⁷ Sobre hipóteses de mudanças do sítio original de São Miguel, ver Petrone (1995, 141-2).

⁸ Em 1583, uma postura é baixada proibindo a utilização da força de trabalho dos aldeados de Ururá sem autorização de Jerônimo Leitão, capitão e governador da Capitania de São Vicente. Na prática, tinha-se por objetivo por função abrandar a resistência dos jesuítas, que constantemente se queixavam dos esvaziamentos dos aldeamentos, mais do que impedir a utilização da mão-de-obra indígena por colonos. Devem-se entender tais investidas dos colonos pela falta de contingente livre para defesa e para cultivo de terras. Sobre a legislação do cativo indígena, ver Petrone (1995, 67-79).

⁹ Carta de sesmaria de Ururá traz a seguinte delimitação: “outras seis léguas em quadra ao longo do Rio de Vruais, as quais comessarão a partir a onde acabar a data de João Ramalho e de seus filhos, e hirão pello dito Rio Abaixo, digo Rio, correndo tanto de huma parte como da outra até se acabarem as ditas seis leguas em quadra” (Petrone, 1995, 296).

A dinâmica de nomeação dos núcleos indígenas, diversa a do europeu, arraigada ao chão, pode ser percebida em aldeamentos. O topônimo *[aldeia] de rirai* é citado em registro dos camaristas de São Paulo¹⁰ de 1583, por mais inconstante que tenha sido o seu sítio.

A posterior predileção pelo orago *São Miguel* para designação do povoado e do aldeamento, portanto, está diretamente ligada ao esvaziamento do aldeamento, seguido de reforços de contingente indígena trazido do sertão, não raro de elementos da terra de origens diversas. A primeira referência registrada ao hagiotopônimo remete à comunidade não-índia, em 1589:

os moradores de são miguel abrirão hũ caminho novo a sua aldeã em royn envenção hy era perjuizo aos moradores desta villa asy pera socorer e qualquer necessidade que soçeder a esta villa (ACSP, I, 372)

Três anos depois, os registros dos camaristas fazem menção direta ao orago, e não mais ao grupo indígena, na descrição do aldeamento:

a aldeia de são miguell e as mais aldeias ou indios dellas estavam aroinados do quoall elle não sabe quoall he a cauza q̃ lhe requeria da parte dell rei nosso s^{or} fosem a dita alldeia de são miguell donde ao prezente estavam muitos indios das outras alldeias principaes (ACSP, I, 449)

Alia-se à invalidação do primitivo designativo, a crescente população branca e mameluca no seu entorno que, conforme se percebe na transcrição acima, ocupava as terras dos indígenas. A função do templo do aldeamento de Ururáí exemplifica este processo.

A capela, construída em 1560 por jesuítas e indígenas, é remodelada a partir de 1620 e concluída em 1622. O plano realizado pelo padre jesuíta João Álvares, que possuía terras em Mogi Mirim (atual município de Mogi das Cruzes) e prestava atendimento religioso a São Miguel, foi executado por Fernão Munhoz.

¹⁰ As discussões dos camaristas em relação aos indígenas, nas primeiras Atas da Câmara da Vila de São Paulo, restringem-se a autorizar ou não que aldeados realizassem serviços diversos. Recorrente é a menção ao grupo indígena, o que não implica numa clara definição étnica, e não ao aldeamento: “que nenhũ destes seja housado a levar indios destes tupinaquĩs soo as dittas penas que hos hofiçiais de câmara desta vylla lhe mãodavão” (ACSP, I, 54); “gaanazes” (ACSP, I, 211); “maramomis” (ACSP, II, 222); “marmemis” (ACSP, II, 235). Encontra-se também registrado: “indios xpãos” (ACSP, II, 49).

Além disto, cogita-se que se tratasse de construção e não reconstrução do templo, o que implicaria na mudança do local primitivo, a fim de atender à crescente população que o tinha por centro religioso do povoado (Bontempi, 1970, 53-63). Somente uma povoação composta especialmente de brancos e mestiços católicos justificaria a reformulação da capela de maneira a torná-la tão distantes das precárias escolas coloniais de indígenas.

A descaracterização da população indígena e a devoção da população local por São Miguel justificam a cristalização do hagiotopônimo, a despeito a designação que, originalmente, foi atribuída ao aldeamento.

Já a formação e a cristalização do designativo Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos, para o aldeamento na margem direita do rio Tietê, teve percurso diferente ao de Ururáí. Nos últimos anos da década de 1580¹¹, momento em que a população branca já não se encontra mais restrita ao núcleo, índios de um grupo diferente aos Guaianá¹² teriam sido reunidos em um novo aldeamento (Viotti, 1980, 34-5). Eram indígenas que não falavam língua comum àqueles que viviam em Piratininga, mas, inquestionavelmente, possuíam uma unidade tribal. Não eram, contudo, provenientes de uma única aldeia:

O fato pode ser percebido por intermédio da transformação do nome do grupo verificada no século XVII. Assim é que em 1623, poucas décadas depois da criação do aldeamento, fala-se no “gentio de pas guaramimis”, com evidente referência ao aldeamento; em 1638 nomeia-se um capitão para “os guarulhos da aldeia de Nossa Senhora da Conceição e outros da mesma nação”, no mesmo ano dando-se juramento ao referido capitão, “para servir o cargo dos índios da aldeia garamemis”; em 1652 nomeia-se outro capitão “dos índios guaromims da aldeia de Nossa Senhora da Conceição”, o juramento tendo sido prestado para “capitão dos índios da nação guaromimis”; em 1661 fala-se dos indígenas “naturaes da aldeia de Nossa Senhora da Conceição, dos Goarulhos” (...). Daí por diante, as referências

¹¹ Segundo Azevedo Marques (I, 1952, 308), este aldeamento teria se formado a partir de integrantes de “numerosa tribo da nação *Guaianaz* que não fugiu à conquista e ao massacre dos invasores europeus de São Vicente, mas que, em seguida, ao desbarato dos índios, formou, em 1560 a aldeia daquele nome, 3 léguas, ou 16,6 quilômetros a NNE. da capital. (...)”. Quanto à data da reunião destes indígenas em São Paulo, cf. Petrone (1995, 119)

¹² Simão de Vasconcelos, em sua divisão entre indígenas brasileiros *mansos* e *bravos*, inclui entre aqueles os que “fallão aquella lingua commum, de que compoz a Arte Universal o Padre Joseph de Anchieta” e os “guaramomi”, apesar de sua origem “tapuia” (*Notícias Antecedentes*, I, 89-90; 153 e *Crônica*, I, 40; apud, Petrone, 1995, 130). Sant’Anna (1950, 128) acredita que os *guaramimins* eram procedentes do vale do Paraíba.

são a *Guarulhos* ou *Goarulhos*, prevalecendo a primeira forma. (Petrone, 1995, 130)

A fundação do aldeamento ocorreu no ano 1595, quando Pero Rodrigues, em visita a Piratininga, inaugura a *Aldeia de N. S. da Conceição dos Maromimins*, depois de realizada a missa. Trata-se, portanto, de mera oficialização de um agrupamento anterior (idem, 119).

Estes indígenas entram em conflitos com posseiros, ainda no quinhentismo. A situação se agrava nos primeiros anos do século XVII, com a descoberta de minas por Geraldo Correia Sardinha¹³ nas proximidades do ribeirão Maquiobi (Baquirivu). A busca por ouro atraiu diversos colonos, levando à ocupação das terras dos aldeamentos de São Miguel e, especialmente, de Guarulhos e à utilização do braço indígena. Ao mesmo tempo, nas constantes entradas no sertão, os aldeados eram solicitados. Faltavam, portanto, não apenas terras para lavar¹⁴, mas também a permanência de indígenas para o fortalecimento do aldeamento.

Não é de estranhar que este tenha sido o primeiro agrupamento de indígenas a perder o predicado de *aldêa* e a ser elevado à categoria de freguesia em 1685 (Azevedo Marques, I, 1952, 308). É importante ressaltar que o aldeamento continuou a existir e os indígenas permanecem na disputa por terras com os moradores. Não se pode, contudo, esperar que o povoado de brancos e mamelucos tenha evoluído demasiadamente. A elevação à freguesia atende, antes, ao reconhecimento do povoado de brancos, a despeito da simples função de aldeamento.

Outro fator que precipitou a elevação à freguesia foi a procura do aldeamento como centro de romarias ainda na primeira metade do século XVII. Um longo registro dos camaristas em 1623 mostra-se elucidativo sobre as questões religiosas e práticas dos moradores e dos aldeados:

E requereo loguo o dito pd^{or} do cõselho luis furtado aos ditos offisiaes da camara que pella porta de grasia roiz o moço estava hu caminho real antiguo pello qual se

¹³ A região onde o ouro foi descoberto ficou conhecida como “Lavras do Geraldo”, como se lê em diversos documentos da época. (Bontempi, 1970, 19) Trata-se do atual “bairro Lavras”.

¹⁴ Assim como São Miguel, as terras do aldeamento de Guarulhos serão entregues em cartas de sesmarias ao longo dos séculos XVII e XVIII, num ato de regulamentação de posses há muito realizadas. Sobre a escassez de terras para lavar, ver Petrone (1995, 298)

servẽ o gentio de pas guaramimis e gente mor^{es} desta villa q̃ vão tratar cõ elles e a romaria a nossa s^a da cõseisã e que a elle dito procurador se lhe vieram queixar os ditos indios dizendo que o dito grasia roĩz o moço os tratava mal e lhe ãpedia o caminho e lhes tomava o q̃ levavam e o mesmo lhes fazia seu cunho l^{co} de siqr^a p^r outro caminho q̃ os ditos indios abrirão p^r lhes ãpedirẽ o dito caminho real de modo que nẽ p^r hũ nẽ outro caminho lhe davão passagẽ o que podia vir o resultar ã dano do povo e pode cauzar alevantam^o do dito gentio e dar m^a opressão a esta tera pelos ditos agravos (...).

E juntam^e requereo mais o dito pd^{or} do cõselho a elles ditos offisiaes da camara mandasẽ notefiquar algũas pessoas q̃ tivesẽ creasões nas teras dos ditos indios tirasẽ della seus gados e os puzesẽ ã parte onde não fizesẽ prejuizo aos ditos indios e suas sementeras porq^{to} se queixavão q̃ lhe fazião m^a perda e dano (ACSP, III, 47-8)

Ressalta-se a menção a um *caminho real antigo*¹⁵, que, provavelmente, ligaria o aldeamento de Guarulhos a São Miguel. Ao mesmo tempo, dado que os caminhos de Piratininga ainda não passavam de trilhas precárias, verifica-se que, comumente, novas vias eram abertas – *outro caminho q̃ os ditos indios abrirão*. Tanto o bloqueio das estradas e a prática de furto, quanto a invasão de plantações por animais de moradores do povoado indicam a opressão em que viviam os aldeados, indo ao encontro de afirmações anteriores.

Não há menção ao nome da localidade. Apontam-se, neste sentido, a prática religiosa – *romaria a nossa s^a da cõseisã* –, com destaque para o orago, e os indígenas apenas como *guaramimis*.

Assim como *Ururái* deixa de integrar a designação em virtude do crescimento do aglomerado de brancos, prevalecendo apenas a referência ao orago *São Miguel*, o mesmo ocorre tanto para o aldeamento quanto para a freguesia à direita do Tietê, ao longo século XVII, conhecidos apenas pelo orago *Nossa Senhora da Conceição*. Em 1669, registrou-se “amutina os *indios goarulhos* de sua mg.^{de} que estavam na *aldeia de nosa sra. da conseisã*”; em 1685, registrou-se *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição* (Petrone: 1995, 342 e 344).

¹⁵ A referência de caminho “antigo” não equivale, necessariamente, a caminho aberto a longa data, mas tão somente ‘anterior a um outro’; neste caso, a contraposição entre o “caminho real” e a trilha alternativa aberta pelos próprios aldeados.

Em 1880, quando elevada à categoria de *villa*, registrou-se *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos* (ACSP, LXVI, 65). Trata-se antes de retomada da antiga denominação oficial, visto que, em 1836, quando Müller (1923, 51) relaciona as 10 freguesias de São Paulo, anota, simplesmente, *Freguesia da Conceição*.

Nas Atas que antecedem ao desmembramento da povoação e, posteriormente ao ano de 1886, quando reincorporada à cidade de São Paulo, contudo, lêem-se *Conceição* e, especialmente, *Conceição dos Guarulhos*. Quando elevada à cidade, em 1906, é denominada *Guarulhos*.

É sabido que a busca por símbolos nacionais após a Independência do Brasil levou à idealização do indígena e, conseqüentemente, à valorização de nomes de procedência indígena e à recuperação de antigos topônimos indígenas.

A princípio, o nome destes dois povoados, assim como dos dez demais fundados por inacianos em São Paulo, segue um princípio de nomeação de povoados mantido até meados do oitocentismo. Trata-se da composição do sintagma toponímico por dois diferentes referentes:

* pelo santo de devoção do(s) fundador(es) ou santo de guarda do dia pelo hagiológico católico romano, ao qual se construía uma capela, evocando proteção ao povoado. Não raro, verifica-se a omissão de termos genéricos do nome do orago, nos anos que seguiam à fundação: Nossa Senhora da Conceição > Conceição; São Miguel Arcanjo > São Miguel;

* por um elemento referencializador do lugar: o nome de um acidente geográfico próximo ao povoado, com ou sem o termo genérico, ou o denominativo de grupos étnicos que moravam na região.

Tem-se, portanto,

		topônimo propriamente dito	
elemento geográfico humano	+	orago	referencializador
		(devocional)	(singularizador do espaço)
		- determinado -	- determinante -

O nome oficial dos povoados e aldeamentos, contudo, torna-se extenso. A utilização, em geral, levava à restrição de dois ou três termos, mesmo em documentos oficiais, como os dos camaristas. Concorre para a escolha, certamente, o termo mais representativo à população, aquele que melhor lhe cai ao gosto ou melhor lhe diferencia dos demais aglomerados humanos.

No caso de São Miguel de Ururá, manteve-se apenas o orago por topônimo na denominação moderna do bairro – São Miguel Paulista –, com destaque para a existência da capela setecentista¹⁶. O povoado de *Conceição dos Guarulhos*, da mesma forma, atraiu o homem europeu, o que proporcionou a miscigenação dos indígenas. A capela de Nossa Senhora da Conceição, igualmente, recebia romarias no século XVII.

A Imaculada Conceição, dogma da fé cristã, padroeira de Portugal e do Brasil¹⁷, foi conclamada orago de muitos dos povoados paulistas, diferente de São Miguel, de invocação mais restrita. Além de Guarulhos, das 142 paróquias paulistas relacionadas por Azevedo Marques (II, 1952, 181-5), em 1876, 75 têm por orago alguma das manifestações de Nossa Senhora, sendo que outras 19¹⁸ têm por invocação especialmente *Nossa Senhora da Conceição*. Dentre os 89 municípios listados, 7 têm alguma das manifestações de Nossa Senhora na sua denominação¹⁹; nenhum deles, contudo, *Conceição*. Destaca-se o caso do atual município de São Bernardo, cujo orago também é Nossa Senhora da Conceição.

Percebe-se, portanto, que, apesar de tamanha devoção, nenhum manteve esta referência em topônimos reduzidos. Ao contrário, a intensidade de homenagens à Imaculada inviabilizou a continuidade da demonstração de deferência nas denominações.

¹⁶ Na década de 1920, foram realizados alguns reparos na capela de São Miguel orientados por Taunay. A restauração efetiva, executada entre 1939 e 1940, foi coordenada pelo arquiteto Luís Saia.

¹⁷ Não podemos esquecer que Nossa Senhora Aparecida nada mais é do que a imagem de Nossa Senhora da Conceição, "aparecida" nas águas do rio Paraíba do Sul, em 1717. O tom enegrecido da imagem da santa deve-se à constante exposição a chamas de velas (picumã) e ao efeito do lodo do rio.

¹⁸ No município de São Paulo: Senhora da Conceição de Santa Efigênia, Senhora da Conceição dos Guarulhos e Senhora da Conceição de São Bernardo; em Jacareí: Senhora da Conceição de Jacareí; em Paraibuna: Senhora da Conceição do Bairro Alto; em São Luís do Paraitinga: Senhora da Conceição da Lagoinha; em Cunha: Senhora da Conceição do Cunha; em Cruzeiro: Senhora da Conceição do Cruzeiro; em Silveiras: Senhora da Conceição de Silveiras; em Itanhaém: Senhora da Conceição de Itanhaém; em Iguape: Senhora da Conceição de Jacupiranga; em Campinas: Senhora da Conceição de Campinas; em Bragança: Senhora da Conceição de Bragança; em Paranapanema: Senhora da Conceição do Capão Bonito de Paranapanema; em Tatuí: Senhora da Conceição de Tatuí; em São João Batista do Rio Verde: Senhora da Conceição das Lavrinhas; em Mogi-Mirim: Senhora da Conceição de Mogi-Guaçu; em Caconde: Senhora da Conceição de Caconde; em São João do Rio Claro: Senhora da Conceição de Itaqueri; em Franca: Senhora da Conceição da Franca

¹⁹ São eles: Amparo, Belém, Belém do Descalvado, Nazaré, Patrocínio das Araras, Penha de Mogi-Mirim, Piedade.

Se a fé tornou *Conceição* profícua como orago, os topônimos impõem à necessidade de geração de símbolos que singularizem o espaço.

Assim, no caso de Guarulhos, a *romaria a nossa s^a da cõseisã* deve ter impulsionado a sua utilização como referencial do aglomerado humano. Se enquanto freguesia de São Paulo a denominação *Conceição* mostrava-se suficiente, quando se iniciaram movimentos para dar-lhe autonomia, esta denominação mostrou-se insuficiente. Coube, então, ao elemento referencializador indicado no período de elevação da vila, aliás único no território, como diferencial.

I.2. As paragens de tropas de burros

O núcleo não era o principal ponto do território nos primeiros tempos. Se os demais aldeamentos acabaram por criar barreiras de defesa, isto se deve a sua própria localização e sítio onde fora construído o Colégio dos jesuítas (Petrone, 1995, 140). Tal *status* perpetuava-se na medida em que arrefece a constância dos ataques e intensifica-se a circulação de mercadorias.

O homem, antes confinado aos muros, espalha-se pelo entorno do núcleo no século XVII. O povoado servido por caminhos pré-colombianos, tanto para o sertão do Brasil como para Santos, importante porta com a Europa, beneficia-se pela passagem constante de tropas de mulas, meio de transporte de cargas e pessoas (Morse: 1954, 23 e 30).

Em 1836, o engenheiro Daniel Pedro Müller (1978, 244A) fornece importante quadro das estradas que cruzavam São Paulo:

* a norte: estrada *D.º a Bragança*; passando por *Atibaia*.

* a noroeste: estrada *D.º dº, a o Rio Grande, limite com Goyaz*; passando por *Jundiáhy* e *S. Carlos* (hoje município de Campinas)

* a sudoeste e sul: *Estrada de S. Paulo a o Limite com S. Catherina*, passando por *Mboy* e *Cutia*; a *D.º a Santos*, por *S. Bernardo*; *D.º a S. Amaro*; *D.º a Porto-Feliz*, cruzando o *R. dos Pinheiros*, rumava por *Barauri*; e *D.º a Paranaíba* que cruzava o *R. Tieté*.

* a leste: a estrada *D.º a o Rio Pirahy*, passando pela capela de *N. S. da Penha* e por *Mogi das Cruzes*.

A intenção do autor era apresentar os “itinerários das principais Estradas da Província”, e faz a “indicação dos rumos gerais das ditas Estradas, supondo a Cidade ser o ponto de partida” e não lhe convergindo. A São Paulo Oriental só é atendida por um destes caminhos, tidos como *principaes*, ao contrário das demais regiões, favorecidas pela proximidade com o núcleo e com ampla rede de comunicação.

Certamente estas estradas, freqüentadas por tropas, eram muito precárias e tortuosas, mas foram decisivas na criação de aglomerados (Langenbuch: 1968, 16). No início do século XVII, inevitavelmente, os aldeamentos a leste do núcleo assumem pontos estratégicos de defesa de possíveis ataques de índios do vale do Paraíba, ainda irredutíveis. Como linha de defesa, têm um processo evolutivo comprometido.

A estrada *a o Rio Pirahy*, cujo trecho inicial representa o antigo caminho que ligava o núcleo a São Miguel, restringiu-se ao abastecimento dos povoados do vale do Paraíba e, posteriormente, ao escoamento de gêneros aí produzidos²⁰. Foi suficiente, contudo, para a continuidade de antigos aldeamentos e para a formação e o fortalecimento de povoados formados no entorno. A posição do largo de *São Miguel* marca “com clareza um vértice que liga o caminho de São Paulo e Rio de Janeiro”. O aldeamento de *Itaquaquecetuba*, durante algumas décadas, abasteceu o colégio de São Paulo e, posteriormente, no século XVIII, tornou-se pouso. *Escada* também constituiu pouso durante parte do século XIX (Petrone: 1995, 147-50; 221).

O crescimento lento e irregular a que a São Paulo Oriental pode ser percebido pela existência de apenas 3 arraiais até meados do Seiscentos: *N. S. da Conceição dos Guarulhos*, *São Miguel de Ururá* e *Tatuapé* (Sant’Anna: 1958, 491-2). Os dois primeiros são os aldeamentos já citados. Quanto à paragem do Tatuapé, trata-se de um pouso no caminho para o Rio de Janeiro que começa a ser conhecido por volta de 1600.

²⁰ Este caminho passa a chamar atenção dentre os demais da Província de São Paulo quando ocorre o progresso da lavoura no vale do Paraíba, especialmente de cana-de-açúcar, no século XVIII. Os fazendeiros enriqueceram, e as cidades ganham importância. Tais lavouras, em menor escala, também foram comuns nos arredores de Campinas, Itu e Porto Feliz. (Monbeig, 1954, 11)

Em uma região pouco explorada, com poucos marcos que pudessem referencializar o novo estabelecimento, a denominação provém de um curso d'água, afluente do rio Tietê – ribeirão Tatuapé –, e, após sua formação, toma a função referencializadora da São Paulo Oriental. É o que se percebe no documento de concessão de sesmaria de 5 de setembro de 1668. A indicação das terras foi realizada não pelos cursos d'água, utilizados apenas no momento da demarcação dos limites, mas pelo pouso estabelecido há, aproximadamente, sete décadas:

Diz o licenciado Matheus Nunes de Siqueira, morador na villa de S. Paulo, que elle supplicante tem uma fazenda com ermida e curral de gado légua e meia d'esta villa, *na paragem chamada Tatuapé*, terras que houve dos herdeiros do defunto Francisco Jorge, e por quanto não tem terras para lavrar, e na testada d'estas terras para o Rio-Grande (assim chamavam os antigos o Rio Tietê) em uma volta que faz o rio tem um pedaço de terra dentro da qual há algumas campinas, brejaes e restingas de matto que se póde lavrar, por isso pede a Vossa Mercê que, como procurador bastante do donatário, lhe faça mercê dar por carta de sesmaria a terra que pede para maior augmento da capella, havendo também respeito ser o supplicante filho e neto de povoadores e não ter até agora carta de sesmaria; a qual terra correrá de umas campinas que partem da banda de baixo do *ribeirão de Tatuapé*, correndo pelo Rio-Grande a riba pela volta que faz por uma campina que chamam Itacurutiba até uma aguada que foi do defunto João Leite. E. R. M. (Azevedo Marques, II, 1952, 165)

O caminho cruzava o ribeirão Tatuapé naquele ponto, o primeiro curso d'água de volume considerável após transpor a várzea do Carmo. O estabelecimento do pouso levou a algum adensamento no seu entorno. Dentre os Registros de Terras realizados na *Freguesia do Senhor Bom Jesus do Brás*, as indicações mais antigas de ocupação e permanência encontram-se no *Bairro do Tatuapé* e localidades adjacentes. No RT 44, de 27 de julho de 1855, Miguel Rodrigues da Silva informa que herdara do pai *um pequeno sítio de terras lavradas à beira da estrada da Penha, no bairro do Tatuapé*, as quais informa pertencerem à família há sessenta e três anos.

Ao mesmo tempo, as descrições destas propriedades demonstram que o comércio proveniente dos serviços de estalagem de viajantes e animais era comum naquele cruzamento da estrada da Penha, se não a principal atividade.

Tais práticas propiciam o desenvolvimento de alcunhas aos estalajadeiros²¹. O cruzamento da demarcação de diferentes registros (RTs 6A, 9, 65, 105 e 107) levou à identificação de uma antiga grande propriedade entre Pari e o Tatuapé, com fundos para o rio Tietê. Declarou-se, nas proximidades do Pari, que o falecido proprietário chamava-se João Moreira da Rocha (RTs 9, 65 e 105). Já os registros do Tatuapé apresentam sua alcunha: *João Tamangueiro* (RT 6A); *chácara que foi do finado João Moreira da Rocha (vulgo Tamangueiro)* (RT 107).

A nomeação das paragens pela utilização do nome do proprietário também foi um recurso freqüente frente a vazios toponímicos. Em 1819, durante primeira passagem pela Província de São Paulo, Saint-Hilaire (1972, 89) anota a seguinte observação: “Existe em São Paulo uma ponte chamada, Ponte do Bexiga, que talvez tenho o nome do estalajadeiro ou de algum predessor”.

O naturalista seguia até um pouso com vastas pastagens próximo à mencionada ponte do Anhangabaú, onde pernitoitou. Conheceu também o estalajadeiro de nome Antonio Bexiga ou Antonio Manuel, proprietário da *chácara do Bexiga*, fronteira ao pouso, e, a partir daí, inferiu a procedência do designativo da ponte.

Marzola (1979, 34-7) levantou hipóteses para a origem do topônimo *Bexiga*²². A mais corrente é a correlação que fizera Saint-Hilaire. A chácara e a estalagem, assim como as pastagens, teriam recebido o nome de seu proprietário e se espalhado a outros elementos geográficos da região²³, como a já citada ponte. Cotejando documentos antigos, Marzola conclui que *Bexiga*, como topônimo, surgiu entre 1789 e 1792 e que, se proveniente de alcunha relativa à varíola, o “honesto Bexiga”, descrito por Saint-Hilaire, teria recebido por apelido de família ou por alcunha.

Quanto ao João Moreira da Rocha, fica nítido que se tratava de alcunha, *vulgo Tamangueiro*. Esta alcunha, contudo, se incorporou ao sistema toponímico da região, não

²¹ Morse (1954, 138) apresenta exemplo de Antonio Pontrimoly, mascate conhecido pela alcunha de “200 Réis”, preço fixo de todas as suas mercadorias. Em 1870, abriu uma loja e a denominou a partir de sua alcunha.

²² Ainda irrefutável, mas pouco própria à dinâmica de nomeação da época, é a hipótese de o topônimo *Bexiga* ter se originado de “bexiga de boi”, tanto por ser um prato comum da época, especialmente nas estalagens, como por este pouso se localizar nas proximidades do matadouro. O antropônimo *Bexiga*, neste caso, seria proveniente do topônimo, e não o contrário.

²³ Vale ressaltar que o topônimo *Bexiga* nunca foi oficializado, resistindo, até hoje, como nome paralelo ao do *bairro de Bela Vista*.

se manteve por muito tempo. Suas propriedades foram subdivididas, não se encontrado, no *corpus* analisado, menção a tal nome após 1854.

Outros topônimos demonstram a tendência a serviços de atendimento de tropas. O *ribeirão chamado – da Venda*²⁴ (RT 29) preserva registro do comércio de tropas por caminho que margeava a esquerda o ribeirão Aricanduva. O *mato chamado do – Potreiro*²⁵ (RT 33), se não diz respeito diretamente a tropas, indica a presença de descanso de animais de montaria. *Invernada* (RTs 51, 110, 112, 121A e 143), como elemento geográfico e designativo, remete tanto ao sistema de engorda ou descanso de animais, como a pastos limitados por cercas ou obstáculos naturais onde os animais eram soltos.

Na freguesia do Brás, como local de pousos, a *invernada* possivelmente era encontrada em diversos pontos. Nos Registros de Terras, contudo, encontra-se referência a apenas um elemento geográfico assim referido e, em destaque, toponimizado como nome de localidade e propriedade: *sítio chamado Invernada* (RT 110); *invernada de Joaquim Gonçalves digo de Sales* (RT 121A); *Local: Invernada, na estrada que segue de São Paulo para o bairro do Caguaçu*. (RT 143)²⁶.

A confluência de caminhos para a *Invernada*, apesar de não se mencionar claramente a sua função, indica atendimento a tropas. Dois diferentes caminhos a ligavam: um, a partir da estrada para o Rio de Janeiro, e outro, até a margem esquerda do Aricanduva: *estrada da Invernada* e *Caminho da Invernada* (RT 51). Outros registros indicam ligação com a mesma *Invernada*; difícil precisar, contudo, se se tratam de outros caminhos, ou os já citados: na Moóca, *estrada que vai da cidade para um sítio chamado Invernada* (RT 110) e *estrada que vem do sítio da Invernada* (RT 112); na cabeceira do Tatuapé, *estrada que vai para a invernada de Joaquim Gonçalves digo de Sales* (RT 121A); no Olho de Água, *estrada da Invernada* (RT 135).

²⁴ O ribeirão da Venda é afluente esquerdo do ribeirão Aricanduva. No mapa Sara Brazil (1930), registrou-se *córrego da Venda ou Tapera*.

²⁵ O topônimo “mato chamado do – Potreiro” remete a um capão de mato próximo à cabeceira do Uberaba, afluente do rio da Mooca. Este elemento geográfico foi utilizado para demarcar limite entre propriedade de Pedro José de Siqueira e Maria Inácia e precisar a localização da propriedade do primeiro. *Potreiro* é, pelo contexto, um pequeno pasto utilizado para descanso de cavalos (Houaiss).

²⁶ O *sítio chamado Invernada*, pelo cotejamento de tais registros, é composto por “dois capões de matos” de João Gonçalves de Oliveira, então já falecido, pai de Escolástica Joaquina de Oliveira e Joaquim Gonçalves de Oliveira. As terras estariam entre a cabeceira do Tatuapé e o rio Moóca, confinadas com terras da cabeceira do ribeirão Caçandoca. A *Invernada*, como lugar, estender-se-ia até proximidade da cabeceira do rio da Moóca.

Nos exemplos citados, percebem-se diferentes escolhas para a indicação do elemento geográfico. No primeiro caso, o topônimo *Bexiga*, se proveniente do nome do estalajadeiro, resulta da escolha pelo indivíduo como referencializador do espaço. Em *Venda*, *Potreiro* e *Invernada*, o elemento geográfico é toponimizado, revelando que, senão únicos no território, representam aquilo que se destaca no espaço. Enquanto mantidos como referencializadores, acabam por invalidar a sua utilização como único termo do designativo em outros pontos aos quais estejam diretamente relacionados.

Antônio Bexiga^{*1} > pouso do [Antônio] *Bexiga*^{*2} > ponte do [pouso do] *Bexiga*³ > ponte do *Bexiga*⁴

sendo que,

1- antropônimo

2- termo específico = antropotopônimo, por indicação de posse

3- termo específico = antropotopônimo, com omissão do termo genérico 'pouso' (determinado), do qual era indicativo de posse (determinante)

4- termo específico = antropotopônimo

invernada^{*A} > *invernada* de Joaquim de Sales^B > sítio *Invernada*^{C1} > estrada [que vem] do sítio da *Invernada*^{C2}

> estrada [que vai para a] *invernada* de Joaquim de Sales^D

> lugar chamado *Invernada*^E

ou

> lugar chamado *Invernada*^E

sendo que,

A- termo genérico = fitônimo

B- termo genérico = estabelecimento comercial

C1- termo específico = sociotopônimo, por toponimização do elemento genérico

C2- termo específico = sociotopônimo, resultante da toponimização do termo genérico 'sítio' (determinado) + termo específico 'da Invernada' (determinante)

D - termo específico = sociotopônimo, resultante da toponimização do termo genérico 'da Invernada' (determinado) + termo específico indicativo de posse 'de Joaquim de Sales' (determinante)

E- termo específico = sociotopônimo, por toponimização do elemento genérico

No primeiro caso, a resultante é *Bexiga* (4) como topônimo propriamente dito; o processo é intuído a partir do seu papel de indicativo de posse. Já *invernada* (B) / *Invernada* (E) assume diferentes papéis em processos que podem ter ocorrido concomitantemente, sem prejuízo a nenhum deles. Apesar disto, nota-se que ambos os exemplos resultam de topônimos espontâneos.

Nos Registros de Terras, evidencia-se o caráter rural que a região mantém em meados do século XIX, sem preocupação em sistematizar o processo de denominação do espaço, então já perceptível no núcleo. Encontram-se no Tatuapé, apesar disto, todos elementos necessários para o crescimento de aglomerados. O registro abaixo transcrito leva a esta constatação:

Registro de Terras de São Paulo nº 107

Freguesia: Senhor Bom Jesus do Brás

Data / Declaração: 22/05/1856

Proprietário(s): Maria Firmina de Jesus e seus filhos Benedito Inácio da Silva, Maria Inácia da Silva, Joaquim Inácio da Silva e Jacinta Maria de Jesus.

Antigo(s) Proprietário(s): Inácio de Azevedo Silva (marido e pai dos proprietários).

Modalidade de aquisição: Herança.

Obs: A herança se encontra pró-indivisa.

Espécie de Propriedade: Uma chácara onde se contra a capela de Nossa Senhora do Belém, com casas de morada e ranchos de tropeiros.

Local: Belém, à esquerda na estrada que segue para a frente a freguesia da Penha.

Demarcação: “Tendo de frente na referida estrada cento e trinta e seis braças e de fundo cento e vinte e dividi-se pela frente com a estrada pelo fundo com o rio Tietê por um lado com o pasto de Cirino Césario de Abreu e por outro com a chácara que foi do finado João Moreira da Rocha (vulgo Tamangueiro)”.

Primeiramente, a grande propriedade é passada de pai para filhos, a partir da qual se intui a existência e permanência da família há algum tempo neste local; a *chácara* era a moradia mais comum a famílias de posse da região.

Já a menção a *casas de morada* indica a existência de outras famílias, possivelmente voltadas ao atendimento das tropas e da chácara. Contíguo a esta propriedade, declarou-se uma *pequena chácara de pau a pique* (RT 55), cuja localização à beira da estrada propícia o comércio com viajantes. A especialização das funções do bairro do Tatuapé é ratificada pela presença de *ranchos de tropeiros*; assim como a *chácara que foi do finado João Moreira da Rocha (vulgo Tamangueiro)*, acima mencionado, e o *pasto de Cirino Césario de Abreu*, declarado como *um cercado de terras para criar* (RT 97), ambos referencializados a partir do nome do proprietário.

Os pousos de tropeiros mantêm os caminhos abertos, oferecem demandas de atividades correlatas e propiciam rede de abastecimento. Paralelamente, a *capela de Nossa Senhora do Belém* atende às necessidades religiosas, inerentes à força que a fé cristã mantém neste período. O nome da família de Inácio de Azevedo Silva não é perpetuado pela toponímia. A capela, ao contrário, já aparece como designativo do lugar: *Bairro do Belém* (RT 97). Nota-se, contudo, a instabilidade da permanência do termo determinado do orago:

* *Capela de Nossa Senhora do Belém* (RTs 6A e 6B) = elemento geográfico + preposição ‘de’ [ressaltando a relação de subordinação do elemento geográfico ao topônimo propriamente dito] + topônimo propriamente dito [termo determinado ‘Nossa Senhora’ + termo determinante – manifestação do orago ‘do Belém’];

* *capela da senhora do Belém* (RT 104), cujo topônimo propriamente dito apresenta o termo determinado reduzido;

* *capela do Belém* (RT 55), cujo topônimo propriamente dito apresenta apenas o termo determinante do orago, e *Bairro do Belém* (RT 97), topônimo formado pela omissão de ‘capela’, elemento geográfico do qual origina o designativo, e do termo determinado do orago, ‘Nossa Senhora’.

Ressalta-se, neste sentido, tendência à fixação do topônimo – *Belém*.

I.3. A capela de Nossa Senhora da Penha

O fim dos ataques indígenas no seiscentismo não cessa, contudo, as dificuldades de manutenção dos povoados paulistanos. Além da constante saída dos homens para o sertão, esvaziando os aglomerados, as secas e epidemias dizimam a população e desencorajam a fixação de novos colonos. Espalhar-se no entorno reduz chances de contaminação e ampliam as terras a serem cultivadas. O isolamento, contudo, leva à abertura de capelas ao longo dos caminhos, como ocorreu no Tatuapé com o estabelecimento da capela do Belém.

A partir do século XVIII, nenhum outro orago guarda a força devocional representada pela Nossa Senhora da Penha, cuja capela foi construída na estrada que seguia

para o aldeamento de São Miguel. O processo de escolha do orago se reveste de lendas²⁷. A mais comum reporta a um francês que, passando por São Paulo, pernitoou em uma colina afastada do núcleo. No dia seguinte, o viajante percebeu que a imagem de santa que amarrara ao cavalo havia desaparecido, encontrando-a, para sua surpresa, no lugar onde dormira no dia anterior. Retomada a viagem, a imagem desaparece pela segunda vez e, novamente, é encontrada no alto da colina. Diante do milagre, o próprio francês teria construído a primeira capela (Arroyo: 1954, 176-177; Bontempi: 1969, 33).

As histórias abrigam muito da crença popular, encobrindo fatos que poderiam elucidar as verdadeiras razões que levaram à manutenção da imagem na colina da Penha, a esquerda do ribeirão Aricanduva, de difícil acesso sobretudo nos meses de cheia do Tamanduateí e Tietê. Todas chegam a um ponto em comum: a própria santa escolheu o local onde deveria ser venerada pela população. O culto a Penha, contudo, não ficou restrito a São Paulo.

A origem do convento de Nossa Senhora da Penha, no município de Vila Velha (ES), também é encoberta por milagres. Em 1558 chegou ao Brasil o primeiro quadro a óleo da santa, trazido pelo franciscano Pedro Palácios, que, misteriosamente, desapareceu algumas vezes, vindo sempre a ser encontrado no alto de um morro. O Frei Palácios viu no milagre o desejo da santa de permanecer no lugar e construiu uma capela, concluída apenas em 1750 e transformada, posteriormente, em convento.

A localização da cidade de Reduto (MG)²⁸ assemelha-se ao sítio onde se construiu a capela da Penha na São Paulo Oriental. O povoado do século XVIII foi criado no cruzamento de dois caminhos, um que ligava Minas Gerais a Goiás e ao Rio de Janeiro e outro que cruzava a Província de norte a sul. O orago escolhido foi Nossa Senhora da Penha de França, em virtude de o povoado ser estabelecido no alto de uma grande pedra.

²⁷ Muitas lendas espalharam a fama da santa, algumas registradas pela Igreja. Entre estas, documentou-se um estranho fato no Bispado de Dom José de Barros de Alarcão: o próprio bispo ordenou que a imagem fosse levada para o núcleo, onde seria construído um convento, ato que a população da circunvizinhança em vão tentou impedir. Marcado o dia da translação, todos foram acompanhar a partida da imagem, mas ficaram entristecidos ao encontrarem a capela fechada, sinal de que a santa já tinha sido levada. De repente, a capela se abre, e, estarecida, a população vê a santa colocada no seu nicho, sem conseguir explicar como as portas foram abertas. Diante do milagre, como sinal de que a própria santa não deseja sair de sua capela, o bispo desistiu de sua intenção. (Bontempi: 1969, 54)

²⁸ O município de Reduto foi elevado a distrito em 1840 com o nome de Nossa Senhora da Penha de França do Arraial da Lage.

Estes exemplos revelam características recorrentes. No caso de Vila Velha, um milagre justifica a construção da capela em um morro. Reduto surge ao longo de estradas, no entorno de uma capela construída na parte mais elevada do terreno. A fé por Nossa Senhora da Penha e a construção da capela para a imagem no alto, para ser adorada e olhada de baixo para cima, são comuns no século XVII-XVIII. A dificuldade de acesso representada pela elevação e, especialmente em São Paulo, pelo penoso caminho reforça a devoção à Virgem, tornado-se penitência em favor de curas e milagres²⁹.

Faltam documentos que indiquem a data e o construtor da primeira capela de Nossa Senhora da Penha em São Paulo. A petição datada de 1668 do licenciado Matheus Nunes de Siqueira, anteriormente transcrita, é o primeiro documento conhecido que trata da Penha, mas ainda não se refere ao orago. Pelo registro, subentende-se que a capela era mais antiga, “lhe faça mercê dar por carta de sesmaria a terra que pede para *maior augmento da capella*” (Azevedo Marques, 1952, 165). Segundo Sant’Anna (1958: 490-1), antes do licenciado Mateus Nunes de Siqueira, a capela já existia como propriedade de Francisco Jorge, na qual se enterravam os povoadores daquela região até 1621 ou 1622.

Bontempi (1969, 58) identifica o primeiro registro do designativo *Penha*, em 1682:

já em 1682 (note-se bem o ano!), nos primeiros anos do povoado, em seu berço, aparece a designação tal como se emprega hoje, “Penha”, bem moderna e isso está em papel oficial. Foi usada por André Lopes em pedido de carta de aforamento de terras situadas na paragem de “Jagoaporeruva”, com o fim de melhor esclarecer a posição delas: “(...) confrontando com um ribeiro que está junto com o sítio vindo delle para a Penha e da outra parte correndo”, etc. (CDT, III, 132). (...) E, nota curiosa, do mesmo modo como é chamado hoje, simplesmente “Penha”.

Assim como se observou no caso de Belém, a designação da localidade ocorre apenas pelo termo determinante do orago, *Penha*. No início dos setecentos, tem-se o primeiro registro no qual o orago dá nome ao caminho:

O bairro da Penha, nos papéis antigos do Arquivo Histórico da Prefeitura, começou a aparecer, com êsse nome, muito depois da fundação da ermida. “Caminho da

²⁹ Anos em que ocorreu a transladação da imagem da Penha para a igreja da Sé: 1768, 1780, 1783, 1791, 1816, 1817, 1819, 1841, 1842, 1846 (seca), 1847, 1858 (varíola), 1859 (varíola), 1863 (varíola), 1864, 1867, 1869 (seca), 1873 (varíola), 1875 (varíola) e 1876 (última vez). (Langenbuch, 1968, 111; Arroyo, 1954).

Penha”, só por volta de 1715 (ACSP, VIII, 344); depois em 1748 e 1749, “bairro da Penha” ou “caminho de São Miguel até a Penha” (RGCSP, XIX, 92 e 303). (Sant’Anna, 1953, 491)

Trata-se da estrada que ligava o núcleo ao aldeamento de São Miguel, preterido ao percurso fluvial durante o século XVI e cruzado por tropeiros nos primeiros anos do XVII. Esta mudança é evidenciada em registro de 14 de julho de 1764, apresentado por Sant’Anna (1950, 94-5), no qual os camaristas ordenam aos moradores de São Miguel a realização de reparos de caminho e aterrado:

que fosse o alcaide deste Senado notificar aos cabos de São Miguel à sua custa para logo virem fazer o caminho e aterrado desde Nossa Senhora da Penha até á ponte de José da Silva Ferrão na forma do mandado que se expediu.

Solicitações como esta eram comuns; nesta época a manutenção das estradas era realizada pelos próprios moradores a mando dos camaristas. O estranhamento recai sobre o interesse do trabalho: apesar de os moradores serem de São Miguel, meia légua antes da capela da Penha, restringiu-se os consertos dos limites da várzea do Carmo, marcada pela chácara do Ferrão, até proximidade do povoado da Penha.

Difícil afirmar quanto do traçado seiscentista da estrada que conduzia aos aldeamentos de São Miguel e Guarulhos tenha se alterado; mesmo porque, a maneira mais usual de se chegar aos aldeamentos era pelo Tietê, e a trilha, senão as trilhas, recebia pouca atenção da vereança e, conseqüentemente, pouca manutenção. Em meados do século XVIII, seu traçado se estabiliza, tornando-se o mais próximo possível ao conhecido no século XIX, pelas obras do caminho de São Paulo ao Rio de Janeiro determinadas em 1725 no governo de Rodrigo César de Meneses (Bontempi, 1970, 104).

A fama de milagrosa da imagem da Penha e o progressivo aumento de peregrinos certamente foram decisivos na estabilização do traçado final. O Conde de Assumar, 3.º Governador e Capitão-mor da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, por exemplo,

oito anos antes de ser iniciada a estrada nova, passou pela Penha ao se dirigir ao Rio de Janeiro, lá parando obviamente para uma oração a Nossa Senhora e, ao

ensejo, saborear doces e guloseimas da casa, já famosos na época. (Bontempi: 1969, 71)

Os camaristas voltam-se para a São Paulo Oriental, portanto, como obstáculo a ser vencido até a Penha, e a necessidade de manter o caminho aberto levou a constantes ordens de reconstrução dos aterrados e pontes. Em 15 de abril de 1769, determinava-se novos trabalhos de manutenção da estrada, desta vez a uma quantidade maior de moradores e a ser realizado desde proximidades do núcleo até São Miguel:

se passou um mandado para se fazer o caminho, e pontes e aterrados desde o bairro de São Miguel até á ponte do Ferrão e se nomeou por cabos a saber a Salvador Munhoz Paes – e a Ignácio Fernandes. (ACSP, XV, 454)

A descrição de Müller (1978, 244A) mostra que, em 1836, a freguesia da Penha é passagem obrigatória da estrada que se iniciava no núcleo, e, a partir deste ponto, bifurcava-se. Um dos caminhos, possivelmente o mais utilizado, resultante das obras iniciadas em 1725, não mais passava por São Miguel nem por Itaquaquecetuba. Torna-se a ligação aos antigos aldeamentos apenas mais uma das muitas estradas secundárias e de menor importância, assim como as “trilhas e picadas vicinais que levavam à baixada do Ticoatira (Cangalha), Guaiaúna, cabeceiras do Aricanduva (Rio Verde), Jaguaporeruba, enfim, a inúmeras direções, sempre ao longo dos pequenos cursos fluviais” (Bontempi: 1969, 71).

Fixa-se, paralelamente, o novo referencial da São Paulo Oriental. A *Penha* passa a designar toda a região à direita do ribeirão Aricanduva, e referencial do caminho, reflexo da função principal que este adquiriu: permitir acesso de peregrinos a partir do núcleo e, apenas em segundo plano, tropas provenientes do vale do Paraíba e do Rio de Janeiro.

Nos Registros de Terras, somam-se 53 referências à designação da estrada da Penha. Destas, apenas 3 não fazem qualquer remissão à capela da Penha:

* *estrada geral* (RT 20);

* *estrada geral para o Rio de Janeiro* (RT 13);

* *estrada que segue para o Rio de Janeiro* (RT 124).

O primeiro refere-se à propriedade que se encontrava no lado direito da estrada, em ambas as margens do ribeirão do Aricanduva. Os demais foram declarados nas proximidades da primeira ponte da estrada e no Tatuapé, respectivamente; o primeiro, por um engenheiro alemão responsável por diversas obras na Província, o que, em parte, justifica declarar o destino da estrada por uma maior dimensão.

Quanto ao fato de ser uma *estrada geral*, ou seja, oficial, além dos dois registros acima transcritos, apenas outros três assim o declararam: estrada geral que [segue] de São Paulo [segue] {à/para a} freguesia de Nossa Senhora da Penha [de França] (RT 22, 28, 30A)³⁰. Ainda em relação ao termo genérico, apenas um registro o indicou como ‘caminho’ (RT 42), no Tatuapé, e outro como ‘rua’ (RT 105), nas proximidades da várzea do Carmo.

A análise destes registros³¹ permitiu traçar, esquematicamente, os elementos máximos e mínimos deste topônimo:

elemento geográfico	{caminho / E-estrada [geral] / rua}
topônimo	{[que] [<u>vem</u> / <u>segue</u> / <u>vai</u>] [{desta / da [mesma]}] {cidade / F-freguesia [do Brás] / do Brás}} [<u>segue</u>] [de São Paulo] [{ <u>segue</u> / <u>vai</u> }] [{à / para
propriamente dito	a}] [F-freguesia [{de Nossa Senhora / da Senhora}] da] / da} Penha [de França]

Após apresentação dos elementos máximos da composição do topônimo, verificou-se que se trata de três os elementos mínimos: elemento geográfico + preposição indicativa de subordinação ou expressão indicativa de origem e destino + ‘Penha’. Os termos indicativos do aglomerado humano *freguesia*, do templo *capela* e, ainda, o termo determinado do orago *Nossa Senhora* mostram-se acessórios e não mínimo à constituição do topônimo.

³⁰ Os colchetes indicam termos não citados em todos os registros, ou seja, que não integram a composição mínima da representação. As chaves, variações, sendo que as barras separam variantes. Os termos sublinhados remetem àqueles que alternam a posição na lexia textual.

³¹ Utilizaram-se os seguintes RTs: 2; 6A; 6B; 11; 12A; 13; 22; 26B; 28; 30A; 36; 37; 40; 42; 44; 45; 46; 47; 48; 49; 50; 55; 59; 62; 74; 76; 88; 94; 97; 101; 102; 103; 104; 105; 107; 115; 117; 128; 129; 130; 138A; 138B; 138C; 138D; 140’.

O designativo declarado pelos moradores da principal estrada da freguesia do Brás reflete a sua especialização para o pequeno comércio de atendimento a tropeiros e, especialmente, a romeiros.

A distribuição de aglomerados humanos se faz por grandes eixos viários, organizados a partir das necessidades das comunidades. Os sistemas de circulação “decorrem da distribuição dos núcleos, e não os antecedem”, conforme observa Petrone (1995, 140). Quanto à designação, os caminhos a recebiam não apenas pelo local para o qual seguiam ou por onde passavam, mas especialmente por aquilo que se tinha de referência principal, assim como qualquer outro elemento geográfico denominado espontaneamente. Assim, a *estrada da Penha*, enquanto denominada pela comunidade e tão-somente por ela, representa apenas um determinado tempo, um determinado espaço e, acima de tudo, uma determinada visão de si mesma:

Êsse caminho, recentemente construído que se denominou, indistintamente, do Tatuapé, da Conceição dos Guarulhos e de São Miguel, data de 1622, havendo entre outro, antigo, nas suas imediações, o qual, em 1623, em certo trecho, foi igualmente causa de ríspidos desaguisados. Foi depois Caminho da Penha, e, com o correr do tempo, Avenida da Intendência, Rua do Brás, Avenida Celso Garcia e Avenida Rangel Pestana.” (Sant’Anna, 1953, 490)

II. Os nomes da São Paulo Oriental do século XVI ao XIX

A cidade collocada na montanha, envolta de varzeas relvasas, tem ladeiras ingremes e ruas pessimas. É raro o minuto em que não se esbarra a gente com um burro ou com um padre.

Álvares de Azevedo

II.1. Surge a Freguesia do Brás. Mas quem foi o Brás?

A várzea e o paredão do Carmo e o rio Tamanduateí, sobretudo nos séculos XVI e XVII, eram os pontos fortes de defesa do núcleo. Depois se tornaram obstáculos. Romper as dificuldades representadas por eles, vinculou-se, diretamente, à busca por milagres, em peregrinações até a capela de Nossa Senhora da Penha. Do século XVII até princípio do XIX, as terras entre a várzea do Carmo e à esquerda do ribeirão Aricanduva eram apenas um caminho a ser cruzado.

Isto restringiu o crescimento da freguesia do Brás a pequenos aglomerados em torno de pousos, nos quais, geralmente, eram construídas oradas. Apesar de não apresentar um centro organizado, no princípio do oitocentismo esta região adquiriu certa autonomia ao ser elevada à categoria de freguesia.

LIVRO DO TOMBO DA SÉ DE SÃO PAULO

A PARÓQUIA DO BRÁS

8 de junho de 1818

DECRETO DE EL-REY D. JOÃO VI:

Eu, El-Rey como governador e perpétuo administrador que sou do mestrado, Cavalleiro, e ordem de Nosso Senhor Jesus Christo.

Faço saber, que atendendo ao que por consulta da Mesa da Consciência, e Ordem sobro a minha real presença: Hei por bem erigir em Freguezia Collada a capela do Senhor Bem Jesus dos Mattosinhos, filial da freguezia da Penha de França do Bispado de São Paulo, desmembrando desta Freguezia e da Sé o território que lhe há de ficar pertencendo. Pelo que mando ao reverendo Bispo de São Paulo, do meu conselho que designe a esta nova freguezia os limites que forem mais convenientes. Este se cumprirá como nele se conta sendo registrado nos livros da camera do

Bispado de S. P., da nova freguezia, e das que com ella ficam confinando; dado e passado pela chancelaria das ordens.

Rio de Janeiro, oito de junho de mil oitocentos e dezoito.

El-Rey (Reale: 1982, 5-6)

Dez anos antes deste decreto, na *Planta* de Rufino J. Felizardo e Costa, poucos são os elementos a leste do núcleo: um canal d'água afluyente do *Tanmadaty*, duas pontes, o traçado de duas ruas, cada qual ligada ao núcleo por uma das pontes mencionadas, e duas construções ao longo da rua mais a norte.

Neste mapa, ainda não se menciona o designativo atribuído posteriormente à freguesia – *Senhor Bom Jesus de Matosinhos do Braz*. Este topônimo é engendrado por processo de formação comum a todos os nomes de povoados brasileiros até o século XIX. A designação é composta pelo padroeiro do local, ao qual se constrói uma orada – capela do Senhor Bem Jesus dos Mattosinhos –, e um segundo elemento, mais antigo, que referencializasse o local – *Braz*.

Este antropônimo gerou uma série de controvertidas explicações³². Pensou-se que resultasse de uma homenagem a Brás Cubas, fundador de Santos, por ter dado início à criação do povoado quando seguia rumo ao núcleo, em 1567. Os únicos topônimos da região nos seiscentos, contudo, são *São Miguel Arcanjo de Ururá*, *Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos* e a *paragem do Tatuapé*, conforme visto anteriormente.

Outra hipótese era de que o nome Brás fosse uma homenagem a Brasília de Aguiar Canto, morador das proximidades da igreja do Bom Jesus. Filho caçula de Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos, e do brigadeiro Rafael Tobias Aguiar, Brasília nasceu em 1840 e herdou, em 1867, uma chácara que pertencera a sua mãe no início do caminho da Penha. A *Carta* de Frederico H. Gonçalves, de 1837, e a *Planta* de Bresser, de 1841, revelam que esta indicação é falsa. Ambas já apontam à existência da *Freguesia do Braz* e *Igreja do Senr. Bom Jesus do Braz / Igreja Bom Jesu no Braz*, respectivamente.

³² Na *Revista do IV Centenário de São Paulo*, publicação oficial dos 400 anos da cidade (1954), apresentou-se uma breve discussão sobre a origem do nome *Brás*, intitulada “Brás: Terceira cidade do Brasil”. (Artigo disponível em <http://www.abril.com.br/especial450/materias/bras/index.html>, acessado em 17 de setembro de 2006)

Torres (1969, 43), em busca do antropônimo *Brás* nas ACSP, identificou, em 4 de março de 1769, talvez a mais antiga menção àquele que daria nome à freguesia:

Termo de vereança feito aos 4 dias do mez de março de 1769 annos

Aos quatro dias do mez de março de mil e setecentos e sessenta e nove annos nesta cidade de São Paulo em as casas do Senado da Camara aonde se achavam presentes os vereadores actuaes Antonio de Freitas Branco, e Antonio Alves de Siqueira, e Joaquim Manuel de Silva e Castro, e a assistencia do procurador actual Domingos Fernandes Lima, e a presidencia do juiz ordinario Ignacio de Barros Rego, e sendo ahi todos juntos em acto de vereança para proverem o que fosse a bem commum desta republica se despacharam varias petições que concorreram das partes, e na mesma se passou um mandado para os moradores do Pary fazendo as pontes que ficam entre o caminho de José Braz até á chacara do Nicolau como tambem para os mesmos moradores irem desentupir a ponte grande de Nossa Senhora da Luz desatracando-a de todos os ramos que tiver a dita ponte e se nomearam para cabos desta diligencia a José Braz; Salvador Fernandes Falcão, e por não haver mais que prover na presente vereança houveram sua vereança por acabada do que para constar mandaram fazer este termo que assignaram. Eu João da Silva Machado escrivão da Câmara que o escrevi. – Rego – Branco – Siqueira – Castro – Lima. (ACSP, XV, 446)

O *José Braz* era morador da região com propriedade junto à várzea do Carmo, pelas indicações do documento acima transcrito. Sua rotina não deveria ser muito diferente de outros tantos proprietários da região no setecentismo. A prestação de serviços à municipalidade, mantendo os caminhos abertos e as pontes em condições de uso, era uma das funções atribuídas a moradores dos arredores paulistanos.

Além de sua manutenção, a abertura dos caminhos também era de responsabilidade dos proprietários, e, comumente, eram designados a partir do nome daquele que os tinha aberto ou que possuía propriedade nas proximidades. É a partir do nome de outro morador da freguesia do Brás, cuja chácara é mencionada na ata acima transcrita, que os elementos geográficos existentes na estrada da Penha, nas proximidades do ribeirão Cassandoca, são denominados nos Registros de Terras: *ponte chamada – do Nicolau* (RT 12A) / *ponte do*

Nicolau (RT 22); *várzea chamada do – Nicolau* (RTs 22 e 30B); *córrego do Nicolau* (RT 22); *terreno denominado Nicolau* (RT 30B); *Local: Nicolau* (RT 138A).

Na freguesia do Brás, outros tantos designativos são engendrados pela indicação de proprietários e mantidos, nas décadas seguintes, mesmo após falecimento destes moradores e/ou venda da propriedade para outros indivíduos:

* a família de José da Silva Ferrão, com sítio na região desde a primeira metade do século XVIII³³, é diversas vezes chamada em reformas da estrada e da ponte na várzea do Carmo (Reis, 2004, 89-91). Na década de 1870, apesar da vitalidade do topônimo *ponte do Brás*, indica-se, também, a antiga designação: *do Ferrão* (ACSP, LVI, 93; LVIII, 31; LIX, 55; LXII, 59; 98; LXV, 30);

* esta mesma ponte era designava, ainda, em referência a outro proprietário na várzea do Carmo – *Caetano Ferreira Baltar* (RTs 58B, 133 e 146): *ponte do Balthar* (ACSP, LXI, 123; LXII, 48; LXV, 122) / *ponte denominada do Balthar* (ACSP, LIX, 162 e 164; LXI, 142) / *ponte do Balthasar* (ACSP, LXV, 152);

* na rua da Mooca, a *ponte da Tabatinguera* era também denominada como *ponte do Fonseca* (ACSP, LVI, 101) / *ponte do Tabatinguera (Fonseca)* (ACSP, LVII, 38).

A construção de uma capela, por sua vez, é apenas consequência da existência de adensamento, por mais exíguo que fosse, no local. Quanto ao orago que deu nome à recém-criada freguesia, afirma-se que foi a maneira de José Brás homenagear a sua própria terra, Matozinhos, no Porto, cuja igreja matriz, datada do século XVI, é dedica ao Senhor Bom Jesus. A capela em si, contudo, pouco diferia de tantas outras construídas em São Paulo. O seu orago compõe a designação da freguesia devido à localização da capela no *caminho de José Braz*, trecho inicial da estrada da Penha, e por indicar a orada mais próxima do núcleo. Nas décadas seguintes, o nome da via se sobrepôs ao da orada, fixando-se como designativo da freguesia, sem qualquer interferência oficial.

No *Mappa* de Bresser, foi anotado *Freguesia do Braz*, mas registrou *Ig[reja] do Bom Jezus*, sem indicação do antropônimo. Na *Carta* de Frederico H. Gonçalves de 1837,

³³ Em mandado da Câmara Municipal, de 1740, para conserto da estrada da Penha e da ponte do Brás, menciona-se *sítio de Jozé da Silva Ferrão* (Revista: 1946, 125). Trata-se da chácara designada *da Figueira*, posteriormente comprada pela Marquesa de Santos.

consta apenas *Freguesia do Braz*; já a capela é designada por sintagma composto (orago + antropônimo): *Igreja do Snr. Bom Jesus do Braz*. Igualmente, na *Planta* de Bresser, de 1841, aponta-se *Freguesia do Braz* e *Igreja Bom Jesu no Braz*, respectivamente. A partir da *Planta* de Carlos Rath, de 1868, a igreja começa a ser designada apenas pelo topônimo *Brás* na cartografia paulistana.

Nas Atas da Câmara ao longo da década de 1870, raras são as remissões ao orago para a designação da freguesia; *Igreja do Braz* é a forma encontrada mesmo quando se indica a orada. Nos Registros de Terra, igualmente, declararam-se *Freguesia do Senhor Bom Jesus do Brás* (RT 49) e, apenas, *Igreja do Brás* (RT 47).

Verifica-se, assim, o antropotopônimo *Brás* na referencialização do lugar, em detrimento ao hagiopotônimo, levando a confusões quanto ao orago da igreja. No primeiro capítulo do romance *Rosaura, a Enjeitada*, publicado em 1883, uma das personagens menciona, numa nítida ligação do nome da freguesia ao orago da capela, *S. Brás*:

– Pois bem, mudemos de rumo, e vamos ao *arrabalde do Brás*. Queres mais bonito passeio? Que vasta e formosa perspectiva nos oferece esse bairro, visto do terraço do convento do Carmo! É a mais deliciosa e encantadora que se pode imaginar. A *capela de S. Brás*, com seu campanário branco, e aquelas casas dispersas pela planície exalam como um perfume idílico, que enleva a imaginação...

– Basta! Basta! Por S. Brás te peço! E aquele comprido e monótono caminho do aterrado ente os charcos de Tamanduateí, exalando infectos miasmas de maresia, transposto o qual, essas planícies, que de longe parecem vastas e aprazíveis, vistas de perto não são mais que áridas e acanhadas charnecas entre rincões estéreis onde não murmura um regato, não sussurra um arvoredado, não canta um passarinho... Terra de águas mortas e de formiga saúva, campos sem selvas e sem flores... (Guimarães: 1883)

Apesar de tratar-se de obra de ficção, o seu autor, Bernardo Guimarães, que estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, conhecedor da cidade e seus arredores, o faz por desconhecimento do orago. Todos os demais topônimos encontrados na mesma obra são registros precisos da toponímia paulistana.

Se o nome do aglomerado humano e da rua são realizados a partir daquilo que melhor os referencializa, a escolha dos oragos é intencional. Se o primeiro fator é a devoção do morador ao homenagear o orago, na construção de um templo, fatores próprios à nomeação de lugares levam a fixação ou não de designativos.

Entretanto, não é possível afirmar se a escolha do orago foi realmente em virtude da origem e preferência de José Brás. Não há documentos que embasem tal explicação. É possível que Brás tenha construído uma primeira capela, ainda no século XVIII, e, antes de findar os setecentos, ela já teria ruído. Isto porque em 3 de abril de 1800, o tenente-coronel José Correia de Moraes encaminha petição ao Cartório da Câmara Eclesiástica de São Paulo solicitando autorização “para fazer uma capela ao Bom Jesus, defronte à sua chácara na saída desta cidade para a Penha, na vargem do Carmo”. Em resposta à petição, coloca-se uma condição:

fundar, erigir e edificar uma capela ao Senhor Bom Jesus, contanto que o lugar seja alto, livre de humidades, desviado quanto possível de lugares imundos e sórdidos e de casas particulares, não sendo porém em lugar ermo e despovado. (Sant’Anna, 1953, 503; Torres, 1969, 47)

Nos registros da câmara, percebe-se que ‘fazer’ também era equivalente a ‘refazer’ e ‘reconstruir’. Mas, pelas condições assinaladas, conclui-se que se tratava de uma nova orada, sem local definido previamente (Santana: 1953, 503). Além disso, o culto ao Bom Jesus data da época das bandeiras³⁴. A sua invocação também era encontrada no núcleo, entre 1725 e 1872. O primeiro trecho da rua do Rosario (antigo Beco do Rosario), entre a rua Quinze de Novembro (antiga rua da Imperatriz) e a de São Bento, era conhecida como *Beco do Bom Jesus*. Em certa propriedade, na rua de São Bento, havia um oratório público com a imagem do Bom Jesus que, segundo Afonso de Freitas, juntamente com outros dois

³⁴ Da década de 1690, data a construção da igreja, hoje Basílica, do Senhor Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas (MG). Conta-se que sua fundação deveu-se ao português Feliciano Mendes, integrante da bandeira de Bartolomeu Bueno, que a teria construído como paga à promessa feita ao Senhor Bom Jesus dos Matosinhos, do qual era devoto, por ter se curado de grave doença. Outra referência igualmente interessante é a do município de Matosinhos (MG). Este foi formado ao redor de uma capela do Senhor Bom Jesus, cuja imagem teria sido encontrada nas ruínas de um antigo acampamento da bandeira de Dom Rodrigo de Castelo Branco. Quanto ao elemento determinante do sintagma toponímico, não seria proveniente da região de Portugal de onde originou determinada imagem do Bom Jesus, mas a antiga designação referente à vegetação do local. *Matozinhos* significaria, então, “pequenos matos”. (IBGE, XXVI, 490 e sgs)

existentes³⁵ na mesma rua, recebia constantes visitas, especialmente em épocas de epidemia e seca (Sant'Anna, 1950, 12; 25-9).

No século XVIII e XIX, Bom Jesus³⁶, independente de sua manifestação, reunia devotos. Ressalta-se que estes o buscavam em momentos de crise e que a imagem era exposta do lado de fora de propriedades particulares, em rotas de grande circulação, como o oratório público no núcleo e como primeira parada do caminho da Penha.

Indiferente a isto, a capela de Nossa Senhora da Penha continuou sendo a principal orada de São Paulo, a verdadeira padroeira da cidade. A toponímia flagra tais preferências: no caso da capela do Senhor Bom Jesus, confusão quanto à identidade do orago; no caso da Penha, utilização como referente dos diversos elementos geográficos encontrados no entorno.

II.2. A hierotoponímia da freguesia do Brás

Outros topônimos provenientes de motivação religiosa são encontrados na freguesia do Brás. A antiga propriedade do capitão José Rodrigues da Silva Meneses, vendida a José Cardoso de Siqueira, foi declarada como *Fazenda chamada de Oratório* (RT 84). Nota-se que não há menção ao santo ao qual a capela é dedicada, nem nos Registros de Terras nem, posteriormente, quando o nome desta fazenda passa a designar o lugar e outros elementos geográficos da região.

Tanto as oradas de caminho, quanto as particulares, tendem a não reunir grande número de devotos, salvo diante da divulgação de milagres. Sua função destina-se mais a realização de preces rápidas, enquanto as romarias reservam-se a grandes templos. Diante disto, a sua invocação permanece em segundo plano, ressaltando, se elemento referencializador, mais o templo do que o orago em si.

³⁵ Havia outros dois oratórios públicos na rua de São Bento, com imagens de Nossa Senhora da Lapa e de Santo Antônio.

³⁶ Segundo Campos & Frioli (1999, 195), encontram-se “duas clássicas imagens do Bom Jesus cultuadas no Brasil, que há muito foram trazidas pelos colonizadores e que guardam suas características de origem. Uma, por influência portuguesa, apresenta a imagem do Bom Jesus Crucificado, e a outra, por influência açoriana, (...) mostra a imagem do Bom Jesus Flagelado, com uma coroa de espinhos”.

Aliás, a Santa Cruz é o orago mais comum em caminhos, misto de símbolo máximo do cristianismo, remetendo à imagem de Jesus crucificado ou carregando a cruz, e superstição³⁷, presente em encruzilhadas ou marcando ponto de acidentes fatais. O orago *Santa Cruz* não detém significativa função referenciadora, e raramente é dedicada em templos principais. Dentre as 142 paróquias relacionadas por Azevedo Marques (II, 1952, 181-5), apenas 3 têm por orago Santa Cruz ou Exaltação da Santa Cruz; 1, Senhora do Carmo e Santa Cruz; e outra, São Bento e Santa Cruz.

A despeito disto, *Santa Cruz* é o orago mais recorrente em pequenas capelas. Isto se confirma na freguesia do Brás. Na *Carta* de Frederico H. Gonçalves, indica-se as seguintes capelas conhecidas, em 1837: *Cap. de Sta. Cruz da Tabatinguera*, *Cap. de Sta. Cruz da Figueira* e *Cap. de S. José do Belém*. Das 3 registradas, 2 são dedicadas à Santa Cruz, mas apenas a do Belém torna-se referencial de outros elementos geográficos, conforme já assinalado.

Por outro lado, a cruz em si, ainda objeto de adoração, marcando fisicamente o espaço, é comumente referencial na formação de topônimos espontâneos³⁸. Entre as duas capelas de Santa Cruz acima mencionadas, já na década de 1850, registrou-se como logradouro a *rua da Cruz* (RT 105 e 149B). Além da São Paulo Oriental, rumo ao vale do Paraíba, o designativo *Mogi das Cruzes*³⁹ (hoje município) foi formada a partir do hidrotópônimo que banha o território, *rio Mogi-Mirim*, e, por segundo elemento, a referência a três cruzeiros que foram colocadas no frontal da antiga capela dedicada à Santana.

³⁷ A chegada dos estudantes da Faculdade de Direito ressaltou a superstição comum aos moradores de São Paulo. Morse (1954, 100) cita alguns incidentes ocorridos antes de 1850: “Na esquina de uma rua erguia-se uma grande cruz preta venerada pela população. Eis porém que se espalhou a notícia de que certo Don Juan fazia-a de escada para penetrar no quarto de uma jovem. Certa noite um grupo de estudantes arrancou a cruz de seu lugar e atirou-a ao rio. O chefe da conspiração espalhou a notícia, por intermédio de uma crêdula lavadeira, de que a cruz fôra vista pela cidade, carregada por um bando de anjos.”

³⁸ Sant’Anna (1950, 93-4) inicia análise de designativos de algumas pontes paulistas da seguinte maneira: “Houve entre nós mais de uma ponte das Almas e mais de uma Cruz das Almas.” e, a partir daí, indica uma ponte denominada “das Almas” no início da rua Senador Queiroz, por existir nas proximidades uma “Cruz das Almas, próximo à encruzilhada de uma das variantes do Caminho de Piratininga”.

³⁹ A formação deste topônimo merece considerações. Primeiramente, como já assinalado, o orago da primitiva capela não era a Santa Cruz, mas Santana. O primeiro nome do povoado foi *Santana das Cruzes de Mogi*. Em 1608, durante expedição da bandeira de Nicolau Barreto, acrescentou-se o sufixo *mirim* ao então conhecido rio *Mboy*, como observa Bontempi (1970). Quando elevada à vila em 1611, registrou-se a forma mais desdobrada que tal designação atingiu, constituída por 2 determinantes do orago: *Sant’Ana das Cruzes de Mogi-Mirim*. Em 1671, quando elevada à cidade, o topônimo já se encontra reduzido e com inversão de elementos do seu sintagma: *Mogi das Cruzes*. Em 1836, segundo indicação de Müller (1923, 47), além da matriz, cujo orago era Santa Anna, havia duas capelas: uma do Bom Jesus e outra do Rosário, assinalando a utilização de *Bom Jesus* como padroeiro de oradas menores também nesta região.

Outro hierotopônimo registrado em caminho da freguesia do Brás remetia, assim como a *estrada da Penha*, ao destino: *estrada de São Caetano*⁴⁰. Neste caso, percebe-se variação na constituição do topônimo, cujos elementos máximos são: {rua / estrada} [que {segue / vai}] para [o B-bairro de] São Caetano [Cadaguari]. Como principal termo para a formação do sintagma toponímico, encontra-se o orago, simplesmente; sendo que, das oito ocorrências levantadas, três apresentam o termo geográfico *bairro* toponimizado e cinco não o indicam.

Nota-se uma tendência, portanto, pela toponimização de um termo geográfico para designações que contenham oragos pouco cultuados. Daqueles que se destacam frente à comunidade, no processo de referencialização, tende-se a omiti-lo. A *Penha*, cuja orada atrai fiéis, toma para si a função de designar o espaço; São Caetano, que vinha atraindo moradores para o entorno da capela, segue tal orientação.

Ressalta-se, contudo, que tais hierotôponimos são espontâneos. *São Caetano*, *Penha* e *Belém* cristalizam-se na toponímia como *estradas para*. A cruz, como objeto encontrado nos caminhos, representando um aviso ou um referencial como qualquer outro, eram as *estradas da*.

II.2.1. Os representantes da Igreja na freguesia do Brás

Na freguesia do Brás, registrou-se uma quantidade significativas de nomeações realizadas a partir de antropônimos e axiônimos de representantes da igreja. Estes topônimos são igualmente espontâneos; refletem a existência de autoridades religiosas que aí residiam e, também, pela função administrativa que a igreja exercia⁴¹.

A bula papal de 1827 legava a membros do clero a possibilidade de manterem-se apenas em cargos administrativos oferecidos pelo governo imperial, sendo dispensados de suas atribuições eclesiásticas, se necessário. Na década de 1830, os padres já eram “tratados como simples agentes civis do poder executivo” (Morse: 1954, 68). Mas este

⁴⁰ O bairro de São Caetano limitava-se com a freguesia do Brás pelo rio Tamanduateí. Destaca-se a existência de uma ponte limítrofe, do lado do Brás, à fazenda do Oratório (RT 151).

⁴¹ Como detentora de uma das maiores riquezas de São Paulo, a Igreja diversas vezes ofereceu indígenas e escravos para a realização de obras públicas, entre elas a de drenagem da várzea do Carmo. (Morse: 1954, 40)

procedimento já era anunciado pelo termo oficial o qual os povoados, com certa autonomia, recebiam: *freguesia*.

A elevação do Brás, em 1818, por ordem real, é seguida por ordem para o bispo de São Paulo realizar a demarcação de seus limites:

EDITAL DO SENHOR BISPO

Dom Matheus de Abreu Pereira, por mercê de Deos, e da Santa Sé Apostólica, Bispo de S. P. do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, etc. etc. etc. Aos que o presente edital virem ou dele notícia tiverem saúde, e benção em o Senhor. Fazemos saber, que pelo muito reverendo Joaquim José Rodrigues, Vigário Collado da nova freguezia do Senhor Bom Jesus do Mattozinho desta cidade, nos foi representado, que queria se declarasse os limites da sua freguezia: portanto, estamos nós munidos com faculdade de Sua Majestade Fidelíssima, e depois de ouvirmos os muitos Reverendos Parochos confinantes, e concorrerem os mais termos necessários, travemos por bem determinar, que fica esta nova freguezia do Senhor Bom Jesus dividida com a freguezia da Sé pelo Ribeirão-Tamandaly - principalmente onde ele faz barra no Rio Thyethé - e seguindo pelo mesmo ribeirão acima até divizas com a freguezia de São Bernardo ficando pertencendo os moradores daquem do dito Ribeirão a Freguezia da Sé e os d'alem à nova Freguezia do Senhor Bom Jesus; e com a freguezia de Nossa Senhora da Penha de França ficarão divididas pelo Ribeirão Aricanduba - principiando onde elle faz barra com o Rio-Tyethé e seguindo o mesmo Ribeirão por elle asima até a sua vertente onde principia a verter e daly por diante seguindo rumo direito a leste ficando em consequencia comprehendido todo o bairro do Pilar para a ditta nova freguezia do Senhor Bom Jesus. E mandamos passar o presente que será publicado pelo muito reverendo Cura da Sé em hum dia festivo a estação da Missa Conventual, e ao depois afixado no lugar costumado por quinze dias; e registrado no livro do tombo, e com certidão sua nas costas deste será remetido à Camara Episcopal. Dado em S. P. sob nosso signal, e sello das nossas armas. Aos vinte e oito de setembro de mil oitocentos e dezanove: e eu o padre Ildefonso Xavier Ferreira Escrivão Ajudante da Camara de Sua Excellencia Reverendissimo o escrevy - Dom Matheos Bispo. (Reale: 1982, 5-6)

Acrescenta-se, ainda, a função do vigário de zelar pelo cumprimento de ordens dos camaristas, em especial, a de os moradores fazerem os caminhos, pontes e aterrados continuamente:

Nas Freguezias e Capellas Curadas devem tanto o Vigario, como o Juiz de Paz de accordo com os moradores mais probos, procurarem obter o acceio e bom estado das ruas; a sua pouca extensão lhes facilita obter esse fim; todavia se houver precisão de algum auxilio pecuniario poderão recorrer á Camara Municipal de seu districto visto que seus moradores tambem concorrem para á sua receita. (Müller, 1923, 104)

Se os representantes da Igreja eram submetidos à estrutura política, por outro lado mantinham a autoridade de qualquer outro alto funcionário público. Assim como topônimos de títulos de cargos oficiais eram encontrados no núcleo, designativos com títulos religiosos marcaram a toponímia da freguesia do Brás.

Na *Carta* de Frederico H. Gonçalves, de 1837, *Chacara do Bispo* e *Chacara do Vigário do Braz* estão entre as poucas propriedades apresentadas em destaque. Consequência natural de serem figuras conhecidas na comunidade, os antropônimos não necessitam ser informados. Após algumas décadas, contudo, tais designativos geram confusões.

Quando realizado os Registros de Terras da freguesia do Brás, o primeiro vigário do Brás, o reverendo Joaquim José Rodrigues, um dos agentes responsáveis pela delimitação da freguesia, foi o primeiro a realizar a declaração de sua propriedade. A partir do cruzamento de registros, percebe-se que o sítio do vigário⁴² era uma grande propriedade da região, o qual já vinha de gerações, visto que herdara de sua mãe (RT 1).

Em todas as declarações limítrofes a sua propriedade, vem assinalada a sua atribuição eclesiástica⁴³, pela qual é reconhecido: *as terras do reverendo vigário do Brás, padre Joaquim José Rodrigues* (RT 24); *terras (...) que hoje pertencem ao reverendo vigário desta freguesia Joaquim José Rodrigues* (RT 31); *terras do reverendo vigário*

⁴² A propriedade do vigário Joaquim José Rodrigues localizava-se nas proximidades da cabeceira do rio da Moóca.

⁴³ Nas proximidades do sítio do vigário, encontrava-se proprietário homônimo. A distinção se faz, pelo fato deste ser analfabeto (RT 79).

Joaquim José Rodrigues (RT 32); *terras do meritíssimo senhor vigário desta freguesia Joaquim José Rodrigues* (RT 92); *vigário Joaquim José Rodrigues* (RT 142B). Nota-se que, apesar da tendência à economia de indicações para a realização da delimitação, não se dispensou ambas as informações, título e antropônimo, neste caso.

Quanto à propriedade indicada na *Carta* mencionada, o vigário já a tinha vendido ao Cônego Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade, em 1855. Com idade avançada e afastado de atribuições eclesiásticas e administrativas, passa a residir mais afastado, no sítio acima mencionado.

A *Chácara do Bispo* referia-se a propriedade de Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade. Natural da Ilha da Madeira, chega a São Paulo em 1797 para assumir a função de arcediogo da Sé, por indicação do então Bispo, D. Mateus de Abreu Pereira. Após a morte deste, é eleito bispo da diocese de São Paulo em 1826 e, como seu predecessor, teve papel de relevo nas esferas políticas, chegando a ocupar o cargo de vice-presidente da província, pouco antes de falecer, em 1847 (Azevedo Marques, II, 1952, 99-100).

Já Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, cujo nome confunde-se com o do bispo, quando se torna cônego da freguesia do Brás, adquire propriedade nas *imediações da várzea do Carmo*, por compra de terras do vigário do Brás, já mencionada, e do Doutor Hipólito José Soares (RTs 58A, 58B, 133, 146): *chácara do cônego Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade* (RT 133).

A capela do Belém só é reconhecida paróquia nos últimos anos da década de 1890 e, conseqüentemente, alocou-se um religioso como responsável por ela após este período. Nas suas proximidades, contudo, declarou-se *um terreno denominado o Padre Chico* (RT 26B). Em 1854, quando se registrou esta propriedade, não mais há indicações daquele que o teria por referente. Igualmente, no ano seguinte, assinalou-se como limite de uma propriedade limítrofe as *terras de Nossa Senhora do Carmo*, as *terras dos herdeiros do finado padre Freitas*, sem qualquer indicação deste religioso (RT 85A).

A *Nossa Senhora do Carmo*, como no último registro indicado, é comumente verificada em designativos. Apesar de se mencionar apenas o orago, integralmente ou apenas o seu termo determinante remete, em geral, à presença da Ordem dos Carmelitas, igreja ou propriedade. A *várzea do Carmo* recebeu tal designação em virtude da antiga

igreja⁴⁴ da ordem encontrar-se no alto da colina. Foi a primeira denominação a um trecho específico da extensão várzea do rio Tamanduateí.

Em todos os hierotopônimos registrados até a década de 1850, prevalecem dois distintos processos de nomeação. O primeiro diz respeito à escolha de orago para capelas: intencional, mas, ao menos aparentemente, realizada a partir de tendências; há padroeiros para as capelas principais e outros, para as pequenas oradas colocadas em caminhos. O outro processo, concernente à utilização deste orago no engendramento de topônimos, caracteriza-se como *espontâneo*.

Neste sentido, enquanto religião e ato civil se confundem, a denominação de caminhos e aglomerados reflete o fluxo de romarias em momentos de grandes adversidades coletivas ou de festas religiosas registradas em calendário oficial. As casas localizadas ao longo de caminhos por onde passavam as procissões e o carnaval se realizava eram mais caras. Os indivíduos mais abastados tinham o privilégio de assistir aos foliões por trás de suas cortinas (Morse: 1954, 42). De todas as propriedades, as mais valorizadas eram as existentes nos pátios de igrejas, adquiridas apenas por grandes autoridades.

Mas, como espaço destinado a todas as cerimônias, deflagrava-se também o desentendimento de tradições religiosas e rotina da comunidade. O pátio da igreja dos franciscanos, por exemplo, era utilizado por fiéis e estudantes da faculdade de Direito, ocasionando contendas entre o diretor e o superior quanto à utilização dos sinos da igreja, como sinal para os estudantes (idem, 62).

Desde a colônia, estes espaços diante das paróquias tinham posição de destaque nas comunidades: onde cruzeiro e tronco eram erguidos, símbolo da fé cristã e das leis humanas, respectivamente (Petrone: 1995, 231). Dentre as primeiras ordens dos camaristas, consta a seguinte, de 1563:

mãodasẽ fazer as pôtes e fôtes e quaminhos mãdem repairar os muros e cõsertar os pateos da vila (ACSP, I, 26)

⁴⁴ Trata-se de uma das mais antigas igrejas de São Paulo, tendo sido construída ainda na última década do século XVI.

Como se observa no excerto acima, além dos elementos necessários ao acesso, à manutenção e à defesa do núcleo, solicita-se também conserto dos pátios, atestando a importância de conservar o espaço destinado ao cumprimento da ordem.

Não é de se estranhar que no *corpus* analisado, os termos geográficos *pátio*, originalmente aplicado apenas a espaços reservados a cultos religiosos, e *praça*, referente à área pública laica, confundem-se: *rua que segue para o pátio da igreja até a rua da Moóca* (RT 137); *rua que desce de frente do portão da chácara (...) vai ter a praça da Igreja do Senhor Bom Jesus* (RT 149B).

Por extensão, qualquer espaço mais ou menos fechado passa a ser designado de tal maneira:

Está a casa sita seis braças antes de chegar ao alinhamento da estrada [geral que segue de São Paulo à freguesia de Nossa Senhora da Penha de França], fazendo por isso um *pátio*, *que é todo fechado de muros* (RT 22)

No trecho final da estrada da Penha, a esquerda do ribeirão Aricanduva, declarou-se o topônimo *Pátio do Maranhão* (RT 25), no qual o primeiro termo é o elemento genérico e o segundo, *Maranhão*, provém de hidrônimo que corre nas adjacências. O proprietário contíguo, contudo, assinalou *Pátio da Penha* (RT 131), em clara referência a capela localizada na próxima parada, após o curso d'água. Ressalta-se que não há qualquer menção à existência de orada neste ponto, conforme solicitação encaminhada em 1876 aos camaristas.

A proximidade com a capela da Penha supria, em parte, as necessidades religiosas deste aglomerado. Neste caso, a permanência de *pátio* como termo geográfico parece manter-se constante em virtude da designação do aglomerado por *Bairro do Pátio* (RT 25), enquanto a variação entre *Maranhão* e *Penha* refletiria a sobreposição do elemento geográfico como referencializador do local.

III. Os nomes indígenas da freguesia do Brás

Determinar com precisão a quais camadas de população pertencem os topônimos e, conseqüentemente, qual foi a contribuição de cada povo que ocupou nosso país, tal é a finalidade da toponímia.

Charles Rostaing

III.1. A toponímia de origem indígena no Brasil

Nos três séculos de utilização de mão-de-obra indígena, marcados pela existência de aldeamentos no entorno do núcleo paulistano, registrou-se período de bilingüismo⁴⁵. Enquanto os jesuítas ensinavam a membros de diferentes culturas indígenas a língua tupi, registrada em suas gramáticas, na vila paulistana, desde os primeiros tempos, utilizou-se a língua portuguesa para registro oficial da rotina.

Tal impasse lingüístico manteve-se até a expulsão dos jesuítas, em 1759, e a proibição, pelo *Diretório*, da utilização da “Lingua, que chamarão geral”, visível manobra de transformar os indígenas em “europeus” a serviço da metrópole (Petrone: 1995, 170-72).

A designação de aldeamentos e povoados criados, conforme se verificou anteriormente, seguia fórmula denominativa comum em toda a Colônia: orago, padroeiro da localidade escolhido por devoção dos fundadores ou pelo calendário hagiológico, e nome de elemento geográfico já fixado. O segundo termo era geralmente em língua indígena, isto porque a toponímia encontrada pelo colonizador manteve-se para (re)conhecimento da paisagem.

A supremacia do grupo lingüístico tupi, do qual fazia parte os guaianá encontrados no extenso território que hoje vai do litoral santista até além do planalto paulistano (Petrone: 1995, 31-44), é evidenciada por tais topônimos, encontrados ainda em meados do século XIX, na freguesia do Brás. Os indígenas que, originalmente, compunham o aldeamento de Guarulhos, dividido com o de São Miguel apenas pelo rio Tietê, mas unidos por uma ponte, e que, portanto, utilizavam os mesmos caminhos abertos para alcançar o núcleo, não deixaram marcas da sua presença na toponímia.

⁴⁵ Apesar de o tupi ter sido a língua mais falada entre indígenas administrados, mamelucos e descendentes de portugueses, era comum indígenas falarem mais de uma língua, dada a heterogeneidade dos aldeamentos paulistas (Petrone: 1995, 133-5).

Dauzat (1937, 41) verificou que os hidrônimos na França foram os nomes que menos sofreram substituições, já que, pelos cursos d'água não possuem limites precisos, diferente das montanhas, escapavam, no seu todo, do poder de uma única comunidade. No Brasil, a preservação de nomes recaiu sobre elementos físicos de uma forma geral, o que se deve à razão histórica: à chegada do branco, coube ao indígena indicar e, conseqüentemente, referencializar os espaços. Tendeu-se, assim, à manutenção dos designativos já encontrados e à denominação, à moda portuguesa, dos criados.

Nos relatos de viajantes dos séculos XVI a XVIII, o autóctone era guia das expedições e comumente inquirido quanto ao nome e respectivo significado dos cursos d'água e dos morros do caminho. Na *Carta do Capitão General Governador do Paraguay, Don Luís de Céspedes Xeria a Felipe IV*, primeiro registro de viagem pelo rio Tietê, de 1628, o autor relata que embarcaram, antes de iniciar o trajeto que duraria 32 dias, “sinquenta yndios que remavam” (Taunay: 1953, 92). Ao mapa, inclui, em caixa, “la interpretacion de los dichos rios”, tradução dos hidrônimos, certamente realizado a partir de informações de guias indígenas (idem: 97).

Em 1769, o sargento-mor Teotônio José Juzarte é convocado a realizar a travessia de colonos para região próxima ao Paraguai, com a finalidade de, ocupando as terras fronteiriças, frear as constantes invasões de espanhóis das terras da coroa portuguesa. Esta viagem foi bem documentada. Foram anotados relatos diários e desenhadas 57 estampas nos quais informa os topônimos encontrados no caminho, a maioria de origem indígena, e os traduz, alguns deles equivocadamente, a partir de informações do guia: “Nesta canoa embarca o guia que é um homem dos mais práticos e inteligentes daquele sertão, ao qual todos os pilotos obedecem.” (Juzarte: 2000, 24). Além de indicar a existência de índios na expedição, com funções diversas, informa também que, como povoadores, “achava-se entre outros índios que acompanhavam esta expedição, um índio da nação Bororo casado com uma índia da mesma nação” (idem, 28).

Dos 398 designativos procedentes do rio Tietê, seus “córregos, ribeirões, rios, cachoeiras, corredeiras, ilhas, águas, portos, saltos, canais, voltas, lagoas, pontal”, estudados por Drumond e Nogueira, 135 eram indígenas (Dick: 2001, 77). Dos 39.827 topônimos com apenas um sintagma toponímico, que compõem o banco de dados do Projeto ATESP, coordenado por Dick, 8,77% é de origem indígena. A análise de apenas topônimos físicos, contudo, indica que 24,5% são de procedência indígena.

Quanto à toponímia urbana de São Paulo, muitos são os topônimos de origem indígena encontrados desde o final do século XIX. Parte destes designativos, contudo, integra a tendência à nomeação de logradouros a partir de bancos de dados. A recuperação da camada mais antiga dos topônimos foi possível pela análise de documentos anteriores à década de 1870, fruto de designações anteriores à saída dos colonos do núcleo, no século XVIII, e mantidas, apesar de esvaziadas de seu significado, como referencial.

Na freguesia do Brás, nota-se que esta camada de antigos designativos detém conhecimentos dos recursos que a região poderia oferecer. A qualidade do barro, assim como técnicas de praticar a pesca, realizada especialmente no rio Tamanduateí, são reconhecidas em diversos topônimos indígenas. O principal elemento existente, responsável diretamente pela constituição do solo da região e pela piscicultura, é a rede hidrográfica, que, a partir do final do século XVIII, torna-se elemento valorizado na paisagem, diante do crescimento da população do núcleo.

III.1.1. Os cursos d'água e a hidrotponímia

Os rios são de grande valia na manutenção dos povoados. O homem fixa-se às suas margens por lhe oferecerem “a fertilidade dos vales aluvianos, a abundância do pescado e da caça, as argilas plásticas para os utensílios domésticos, o suprimento de água potável”. (Nóbrega, 1981, 39) Ao mesmo tempo, enquanto localizados em região pouco conhecida, os cursos d'água são caminhos vicinais, e trilhas são criadas às suas margens.

Os hidrônimos da freguesia do Brás, após findar o período de bilingüismo, cristalizaram-se. Por ser uma língua aglutinante, muitos mantiveram o elemento geográfico fixado aos antigos apelativos indígenas. O principal curso d'água, o rio Tietê, limite da freguesia do Brás a norte, ilustra este processo:

$$\begin{array}{ccc}
 \begin{array}{c} \text{tietê} \\ \text{hidrônimo} \\ \text{(elemento geográfico)} \\ \text{[rio verdadeiro]}^{46} \end{array} & > & \begin{array}{c} \text{rio Tietê} \\ \text{hidrônimo / hidrotponônimo} \\ \text{(toponimização de elemento geográfico)} \\ \text{[rio + Rio Verdadeiro]} \end{array}
 \end{array}$$

⁴⁶ A etimologia é de Teodoro Sampaio (1928, 324): “Tietê, c. tié-etê, o verdadeiro tiê. Pode o mesmo vocabulo proceder de ty-etê que significa – rio bastante fundo, rio verdadeiro, consideravel. S. Paulo”. Interpretou-se tal designação como hidrotponônimo, e não zootponônimo, conforme possibilidade de interpretação do topônimo, a partir de trabalhos de Dick (2004a, 49).

Neste caso, observa-se a toponimização do elemento geográfico por desconhecimento do significado original do nome, sendo que o hidrotopônimo atribuído é equivalente ao novo termo geográfico.

Todos os designativos indígenas cristalizados na freguesia do Brás são de caráter eminentemente descritivo. Restaurar tais topônimos é resgatar as características físicas e funções dos espaços, a despeito da mudança no ambiente. Dick (1996, 36) aponta que a descritividade de antigas designações seria um dos fatores de sua fixação:

De fato, os nomes dos rios, assim como os aplicados aos acidentes orográficos, costumam ser, universalmente, os mais antigos registros que a língua e a toponímia empregam. Avessos a mudanças, quase sempre não costuma haver, em relação a eles, tentativas alteradoras. Arraigam-se ao terreno porque, costumeiramente, refletem circunstâncias típicas, ou do próprio acidente, em sua natureza intrínseca, ou dos locais que percorrem, incorporando ao nome os elementos regionais característicos.

Nomeações realizadas a partir de hidrônimos são comuns. Por tais características, mantêm relação direta com os povoadores e vitalidade no processo de designação dos povoados. Basta citar que dois aldeamentos criados além dos limites, a leste do núcleo, tomaram por referencial o rio Paraíba: *Aldêa de S. Jozé da Parahyba* (DI, XXIII, 399) e *aldêa da Escada do rio Parahyba* (DI, LV, 114). Por outro lado, os principais hidrônimos⁴⁷ perdem sua capacidade de referencializar e deixam de integrar o sintagma toponímico quando se amplia a rede de comunicação, como ocorreu com ambos os aldeamentos.

Na freguesia do Brás, contudo, os cursos d'água eram, em geral, pouco extensos, tributários do Tamanduateí e do Tietê e seus subafluentes, o que ampliou as chances de manutenção como referencializadores por longo período. Alguns topônimos indígenas, entretanto, nunca figuraram designação propriamente dita, por não singularizarem o

⁴⁷ O rio Tietê, utilizado até o século XVIII em expedições ao interior do Brasil, exemplifica, claramente, este processo. Citado exaustivamente em documentos antigos, dos 645 municípios do Estado de São Paulo, apenas 3 o integram em sua designação, mas nenhum a recebeu antes do século XIX: *Igaraçu do Tietê* (formado em meados do século XIX e o nome, contudo, é de 1903), *Mineiros do Tietê* (formado em meados do século XIX; recebe em 1875 o nome de 'bairro dos Mineiros'; em 1891 é criado o distrito de paz de 'Capela de Mineiros'; o designativo é reduzido para 'Mineiros', em 1899, quando elevado à categoria de município, sendo alterado para 'Mineiros do Tietê', em 1944) e *Tietê* (povoado formado no fim do século XVII com o nome 'Pirapora'; elevado à freguesia em 1811 com o nome de 'Santíssima Trindade de Pirapora'; recebe a designação 'Tietê' em 1867, quando elevada a categoria de cidade). (fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo>)

espaço, mas se mantiveram como elemento geográfico encontrado em diferentes pontos do terreno. Tem-se, por exemplo, a lexia *tietequera*⁴⁸ – os tietês – que indicava trechos nos quais as águas do Tietê se espalhavam nos períodos de cheia e, nos períodos de seca, formavam pequenos cursos d’água intermitentes.

Assim como o rio Tietê, o afluente *ribeirão Maranhão* foi re-designado e teve, por novo elemento geográfico, termo equivalente ao seu significado: “Maranhão, corr. mbaranhã, o mar corrente; o grande caudal que simula um mar a correr.” (Sampaio: 1928, 262)

Identificou-se esta denominação nos Registros de Terras (declarados entre 1854 e 1856), nas Atas da Câmara⁴⁹ (entre 1875 e 1881) e na *Planta* da Comissão Geográfica e Geológica⁵⁰ (1914), sendo que, nestes dois últimos, os designativos são resultantes de translação toponímica, sem incorporação do elemento geográfico em português.

Nos Registros de Terras, declarou-se a variante de *Maranhão – Maranhanha*:

* *sítio (chamado) Maranhão* (RT 94); *sítio denominado Maranhão* (RT 101);

* *ribeirão Maranhão* (RT 25); [*ribeirão Maranhão* (RT 94, 117) verificar!]; *ribeirão denominado Maranhão* (RT 94); *ribeirão chamado Maranhão* (RT 102); *córrego chamado Maranhão* (RT 117);

* *Maranhão* (RT 117); *Maranhanha* (RT 48); *lugar denominado Maranhanha* (RT 49); *Bairro Maranhanha* (RT 45);

* *Pátio do Maranhão* (RT 25).

O topônimo *Maranhão* é indicado em maior frequência como designativo e, também, a forma que se encontra fixada em outras regiões brasileiras, como, por exemplo, em subafluente do rio *Paraopeba* (MG) e na região nordeste brasileira (Estado do Maranhão). Rodolfo Garcia, quanto a *maranhão* como termo geográfico, afirma que

⁴⁸ No *Mapa* de Gomes Cardim (1897), anotou-se *TIETEQUERA* em duas curvas do rio Tietê. Trata-se de *tietê+cuêra*, sendo o segundo termo que compõe a lexia um adjetivo que, segundo Sampaio (1928, 26 e 192), significa “velho, antigo; o que já foi, o passado; velhaco, experto, entendido”, mas que também podia ter função de plural para substantivos, adquirindo significado de “repetido, reiterado, multiplicado”.

⁴⁹ Tratam-se das seguintes indicações: *bairro denominado Maranhão* (ACSP, LXI, 139); *Maranhão* (ACSP, LXV, 146); *bairro do Maranhão* (ACSP, LXVII, 137).

⁵⁰ O bairro *MARANHÃO* está indicado entre o rio Aricanduva e ribeirão Maranhão, sendo que os hidrônimos não são indicados na *Planta*.

A terminação *a* é freqüentemente mais ou menos nasal. *Maranhãozinho*, em Português, nome de uma queda do rio Tapajós, é o mesmo que *Paraná-miri*, ou pequeno rio. *Paraná-pitina* é o nome nativo do rio Amazonas, mas quase de modo invariável o índio diz simplesmente *Parana* (*paranan*), o mar. Não pode haver dúvida, penso eu, que o português *maranhão* e o espanho *marañon*, são simples formas modificadas do *paraná* tupi. (apud Hartt: 1937, 311)

Se na década de 1850, quando os Registros de Terras foram declarados, ainda não se encontravam cristalizados os topônimos da região, tanto os de origem portuguesa quanto indígena, nota-se a tendência à escolha entre as variantes.

Todas as menções a *Maranhonha*, desta forma, dizem respeito à denominação de bairro, cuja variação é verificada não em relação à margem do ribeirão/córrego ou distância/proximidade em relação a este⁵¹, mas aos registros cuja propriedade mais antiga pertencia a Carlos Abraão Bresser. Apesar de não ser possível anuir sobre qual das variantes seja a mais antiga, a decomposição de *Maranhonha* revela que se trata dos mesmos elementos que compõem a *lexia*, só que com intensificação do adjetivo por duplicação: *mbará + nhá + nhá*⁵² (Sampaio: 1928, 27).

A existência de variantes revela que se tratava de topônimo antigo e conhecido na localidade, a ponto de não gerar dúvidas quanto ao referencial. Como curso d'água, tal denominação não se mantém referencializadora, sendo raramente citada em registros e em mapas. Nas Atas da Câmara, as menções a *Maranhão* remetem apenas ao bairro e são realizadas por indicação da *estrada da Penha* ou como *alto do Tatuapé* (ACSP, LXV, 146), senão as duas, o que revela, por sua vez, que se tratava antes de uma designação local do que um referencial mais amplo.

⁵¹ A disposição das propriedades declaradas em relação à estrada da Penha (EP) e ao ribeirão Maranhão (RM) é a seguinte: lado esquerdo EP / lado esquerdo RM – *sítio (chamado) Maranhão* (RT 94), *sítio denominado Maranhão* (RT 101), *ribeirão denominado Maranhão* (RT 94), *córrego chamado Maranhão* (RT 117), *Maranhão* (RT 117), *Maranhonha* (RT 48), *lugar denominado Maranhonha* (RT 49), *Bairro Maranhonha* (RT 45); lado direito EP / lado esquerdo RM – *ribeirão chamado Maranhão* (RT 102); lado esquerdo EP / lado direito RM – *ribeirão Maranhão* (RT 94, 117) verificar, *ribeirão Maranhão* (RT 25), *Pátio do Maranhão* (RT 25).

⁵² A duplicação em tupi era, constantemente, utilizada como intensificador (Sampaio: 1928, 27), perceptível na designação *butantã*, “corr. yby-tantã, a terra dura, firme; designa também, em outr’ora, na língua geral, em contacto com os portugueses – a taipa, o muro de terra socada” (Sampaio: 1928, 171). A respeito deste topônimo, atualmente designação de bairro paulistano, Dick (2004a, 49) informa que já era conhecido no seiscentismo, início do setecentismo.

Tais características foram, igualmente, percebidas em outras duas designações de procedência indígena, re-designadas com a introdução de novos elementos geográficos: *Putinga/Ipotinga*⁵³ e *Uberaba/Verava*⁵⁴. Pelo cotejamento de Registros de Terras, demonstra-se que ambos os pares de variações indicavam, cada qual, um único referencial:

* *Local: Putinga* (RT 31); *córrego, chamado – Ipotinga* (RT 31), *córrego do – Putinga* (RT 32).

* *cabeceira de Uberaba* (RT 16); *córrego do dito Uberaba* (RT 16), *rio chamado Uberaba* (RT 126), *ribeirão chamado Verava* (RT 89); *Local: Cabeceira do Uberaba* (RT 12B), *Local: Uberaba* (RT 16 e 33). 125 126

Nota-se que a variação *Putinga/Ipotinga* é anotada num mesmo Registro e que diferentes parassinônimos de termos geográficos de hidrônimos – *córrego, rio e ribeirão* –, foram mencionados para o hidrônimo *Uberaba/Verava*, o que indica que os elementos geográficos ainda não haviam se fixado. Além disto, verificou-se a variante *verava* não foi mencionada por Teodoro Sampaio (1928, 334) em seu glossário, podendo ser ocorrência única.

O hidrônimo *Ipiranga*, por sua vez, afluente esquerdo do ribeirão Aricanduva, encontrava-se cristalizados na freguesia do Brás, sendo utilizado como referencial em processo de translação toponímica:

* *córrego chamado Ipiranga* (RT 81, 89);

* *barroca chamada do Ipiranga* (RT 126);

* *subida do morro do dito Ipiranga* (RT 33).

Quando a região passa a integrar efetivamente a rotina de São Paulo, as barreiras impostas pela várzea do Carmo e pelo ribeirão Tamanduateí são minimizadas. A ampliação

⁵³ *Iputinga* significa a nascente branca. Trata-se da composição formada pela corruptela de “ypú ou y-bú, a água surge; o minadouro, a fonte, o olho d’água” (Sampaio: 1928, 348) e por *tinga*, branco.

⁵⁴ Afluente esquerdo do ribeirão Aricanduva, sendo limite dos bairros *Fonseca* e *Caguaçu*. Eram seus afluentes os córregos *Ipiranga*, *Boçoroca* e *Passagem*. O topônimo *Uberaba / Verava* (*y-beraba*) significa “a água brilhante, clara, transparente, cristalina” (Sampaio: 1928, 334)

dos limites referencializadores invalidou este designativo, em contraposição a hidrônimo homônimo⁵⁵, a sul do núcleo.

A denominação que substituiu *córrego Ipiranga* foi *Córrego da Porteira Grande* (*Mapa Sara Brasil*, 1930), remetendo a elemento conhecido, como se verifica em *porteira que está sobre o córrego chamado Ipiranga e porteira velha* (RT 89). A referência ao antigo hidrônimo manteve-se apenas em afluente: *Córrego Ipiranguinha* (*Mapa Sara Brasil*, 1930).

III.1.2. A flora e a fauna da freguesia do Brás e a cristalização da fitotoponímia e zootoponímia de origem indígena

Assim como *Ipiranga*, *Caguaçu* era designativo tanto na freguesia do Brás quando a sul do núcleo, atual espigão da avenida Paulista. Este topônimo deve-se ao contraste entre o planalto, descampado e de vegetação rasteira, e os diversos pontos isolados de “manchas de mata”⁵⁶ (Petroni: 1995, 38). Ambos designam a localidade e o respectivo caminho que a ligava até proximidades do núcleo.

A profunda mudança na paisagem com a abertura da avenida Paulista e das alamedas paralelas e perpendiculares previa a homenagem a indivíduos envolvidos no projeto e a autoridades políticas, fazendo com que a antiga camada de designativos da região desaparecesse⁵⁷.

Por outro lado, o extenso trecho que a designação *Caguaçu* abarcava na freguesia do Brás reflete, já nos Registros de Terras, a tendência à perda da capacidade referencializadora deste designativo. Nota-se que outros referenciais assumem a função de singularizar o espaço, como *Ipiranga*, *Uberaba* e *Rio das Pedras*, formados a partir de hidrônimos, e *Oratório*, a partir da designação de uma propriedade da região.

⁵⁵ A estrada que seguia para o porto de Santos cruzava o *ribeirão Ipiranga* (afluente esquerdo do Tamanduateí), nas proximidades do qual foi proclamada a Independência do Brasil em 1822. A região às suas margens recebia o hidrônimo por designação, na qual foi colocado um marco de pedra comemorativo, visitado oficial em setembro.

⁵⁶ Este designativo provém de “caá-guassû, o mattão; o matto alto”. (Sampaio: 1928, 173)

⁵⁷ A *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, já indica os nomes dos diversos logradouros projetados, antes mesmo da abertura da avenida e parte das alamedas.

Dentre os diversos referencializadores de origem indígena encontrados nos Registros de Terras, e que nas décadas seguintes formaram topônimos propriamente ditos, a maior parte é composta por zootopônimos e fitotopônimos⁵⁸. Recuperar antigas denominações é, ao mesmo tempo, identificar a fauna e a flora local. Designativos como *Momboca*⁵⁹ (= variedade de abelha silvestre) e *Tucuri*⁶⁰ (= gafanhoto) alertam para a presença destes animais nas regiões, e *Canindé*⁶¹ (= variedade de arara), *Umbaúba*⁶² (= tipo de árvore) e *Tatuapé* (= caminho do tatu⁶³) indicam a presença destes em determinados pontos da freguesia do Brás.

A abundância de cursos d'água na região certamente favoreceu a piscicultura, sendo este um alimento complementar da dieta no planalto, herança de hábitos indígenas⁶⁴. Registraram-se, neste sentido, três designativos: *Piquiri* (= variedade de peixe), *Pari* (= instrumento de pesca) e *Alambary* (= variedade de peixe).

O primeiro, hidrônimo de afluente do ribeirão Tatuapé, é, na *Carta* de Frederico H. Gonçalves (1837), registrado como denominação de aglomerado humano, sob a forma *Piquery*. Nos Registros de Terras, declarou-se *córrego chamado Piquiri* (RT 42), *várzea Piquiri* (RT 124) e *Piqueri* (RT 74). Tal designativo é formado pela composição de *piquira*, “corr. py-quira, a pelle ferra; o pequeno; o miúdo, o curto, o baixote; o peixinho

⁵⁸ Dick (2001, 77), retomando trabalho de Drumond e Nogueira, cujo levantamento abarcou 398 designações de elementos geográficos relacionados diretamente ao rio Tietê, verificou igualmente que as motivações de maior ocorrência remetiam à fauna e à flora.

⁵⁹ Mombuca (*mô-buca*) significa “o furo, o furado”, o qual deu nome à abelha silvestre *Trigona mombuca*. (Sampaio: 1928, 268) Tal designativo – Momboca (RT 74) – é dado ao trecho de terras do lado esquerdo da estrada da Penha, entre os ribeirões Tatuapé e Piquiri.

⁶⁰ Tucuri significa a “água dos gafanhotos”, composição de *tucura* – “bicho voraz, o gafanhoto” – e *hy* – água. (Sampaio: 1928, 329) O designativo *córrego Tucuri* (RT 27 e 29) é, portanto, resultante de toponimização de antiga denominação, com manutenção do termo geográfico em língua indígena. Este hidrônimo, afluente direito do rio Aricanduva, era a antiga designação de terras tanto do lado da freguesia da Penha quanto do Brás, entre os ribeirões Rapadura e Água Funda, e foi substituído por *Bom Retiro* (RT 20) já década de 1850.

⁶¹ Segundo Sampaio (1928, 179), canindé é a “ave conhecida por aráuá”. Na *Carta* de Frederico H. Gonçalves (1837), registrou-se *Canindé* como a designação das terras entre os rios Tietê e Tamanduateí e a várzea do Pari. Na *Planta* de Gomes Cardim (1897), anotou-se *R. Canindé*, como caminho que da *R. D.^R João Theodoro* segue sentido rio Tietê.

⁶² *Umbauba* era a designação de sítio loteado nos últimos anos da década de 1880, na margem esquerda do rio da Mooca, pertencente a José Antonio Barbosa (*Mapa* de chácaras, s/data). Segundo Ferreira (1999, 117 e 2027), *umbaúba*, variante de *ambaíba* (do tupi, “árvore oca”), é uma árvore do gênero *Cecropia*, na qual costuma se abrigar preguiças e formigas agressivas.

⁶³ A etimologia é de Sampaio (1928, 321): “Tatuapé, c. tatú-apé, o caminho ou trilho do tatu”.

⁶⁴ Muitas são as referências à psicossidade dos rios do planalto, indicando que a pesca era uma atividade usual. Petrone (1995, 137-9; 288) ressalta que, em ata de 1591, é visível a preocupação dos camaristas em preservar a diversidade de peixes encontradas no Tamanduateí, o que resultou na proibição de tinguizadas no rio (Ver, especialmente, ACSP, I, 425).

d'agua doce” (Sampaio: 1928, 289) e *y*, água, e resulta, portanto, de processo de toponimização do elemento geográfico indígena, como se verificou em *Tucuri*.

Em *Pari*⁶⁵, revela-se a prática de pescar com auxílio de cestos, usual no Tamanduateí. Muitos outros sistemas eram utilizados pelos indígenas, entre eles o gambôa, similar ao pari, fixado na toponímia bahiana⁶⁶. Este designativo dava nome à área a sul do Canindé, já citada, entre os rios Tietê e Tamanduatéi e a estrada da Penha. Interessante indagação faz Sant'Anna (1950, 61), que revela a exigüidade de população da freguesia do Brás, mas reforça a presença e manutenção do nome em virtude de sua localização:

O Tietê, nos nossos primeiros séculos, foi o grande fornecedor de peixe para a população. Tivemos um bairro inteiro, o Pari, que se ocupava quase exclusivamente da pesca. Um bairro inteiro dá, sem dúvida, uma idéia da enormidade. Convém, portanto, ir-se notando desde logo, que, em 1765, não reunia mais que 14 casas, habitadas por 72 pessoas, das quais 11 homens, 16 mulheres, 17 meninos e 28 meninas. É possível que todos êsses indivíduos não se entregassem ao comercio referido. Três eram sapateiros. Só um declarou ser pescador. Não era então um bairro de pescadores! Não importa: tirou o nome de uma armadilha de pesca e a tradição, que se alia à circunstância de ser êle ribeirinho, outorga-lhe tal prerrogativa.

O último designativo formado por referência à piscicultura foi mencionado pelos camaristas, em 1870: *varzea do Alambary*⁶⁷ (ACSP, LVI, 109). Apesar de não ser possível precisar a localização deste elemento geográfico, infere-se, por cotejamento de registros, que fosse próximo à várzea do Pari. No *Mapa* de Gomes Cardim (1897), indica-se um logradouro sob a denominação de *R. Alambary*. Trata-se, contudo, de denominação não relacionada ao antigo designativo homônimo e, visivelmente, proveniente de banco de nomes, dada a sua localização, perpendicular ao lado direito da EFCB, última antes de cruzar o rio Aricanduva.

Um dos caminhos que ligava o núcleo à freguesia de São Caetano (atual município de São Caetano do Sul), ao contrário, é registrado, em 1930 (*Mapa Sara Brasil*), como

⁶⁵ Segundo Sampaio (1928, 284), *pari* significa “cercado para apanhar peixe, a caniçada, ou curral de peixe”.

⁶⁶ Esta informação é de Sampaio (1928, 201), que afirma que *gambôa* era “como os índios chamavam o cercado, feito de galhos e ramagens, á entrada dos esteiros para apanhar peixe”.

⁶⁷ Alambary (*araberi*) é a sardinha. (Sampaio: 1928, 151)

estrada da Sapopemba; fitotopônimo que também designa o *bairro*, localizado entre o *ribeirão da Mooca* e a *cabeceira do ribeirão Tatuapé*⁶⁸. Encontramos a descrição da presença e utilização de *sapopemba*, nesta região, em demarcação de terras de 1854:

De um cerne de Cambará que está afincado na beira do mato daí segue por uma picada acima até dar em um *pau de sapopema que tiraram as raízes para fazer rodeiro de carro*, e daí segue pela mesma picada até sair em outro campo, onde está outro cerne de Cambará afincado, e daí segue por uma barroca abaixo até chegar ao córrego, onde tem outro cerne afincado e que fica defronte à nossa casa, e segue córrego abaixo até dar na barra de uma sanga e sobe essa mesma sanga até dar na cabeceira que também tem um cerne de Cambará afincado; e daí segue a beira do campo onde tem outro cerne que serve de divisa com Hilário Barbosa de Siqueira para o lado debaixo, onde vem a fazer quadra com o lugar onde principiou; e pelo lado de cima com o mesmo vendedor João Cardoso de Siqueira. (RT 5)

A *sapopemba*⁶⁹ era comum nas proximidades do ribeirão da Moóca. Pela rigidez de sua madeira, era aproveitada na construção de eixos de carros de bois, conforme acima descrito; sendo a região próxima à cabeceira do ribeirão Tatuapé, destinada ao tratamento de animais de tropas, como já se observou pela descrição da *Invernada*, deveria esta ser uma árvore valorizada.

A presença de determinada cobertura vegetal ou animal não é suficiente para a fixação como designativo. A valorização do elemento é fundamental para o engendramento de topônimos; é necessário seu reconhecimento e utilização pela comunidade. Pode-se chegar ao período de formação de povoados pela toponímia. Terrenos cuja vegetação fosse típica de cerrado ou mesmo faxinal, por exemplo, favoreciam a formação de povoados dedicados à pecuária, no século XVIII, como é o caso de Itapeva da Faxina em São Paulo, originalmente *Vila de Faxina*. (Moura: 1999, 11)

⁶⁸ Atualmente *Sapopemba* é designativo de avenida paralela à atual avenida Prof. Luis Ignácio Anhaia Mello, canalização do rio da Moóca. Pelas indicações, é a mesma que no *Mapa Sara Brasil* (1930) é denominada *estrada da Sapopemba*. É também subdistrito paulistano, mas não corresponde ao *bairro Sapopemba* de 1930. O antigo aglomerado encontra-se mais a norte do atual, localizado entre os subdistritos de São Lucas e São Mateus.

⁶⁹ Segundo Sampaio (1928, 304) *sapopema*, corruptela de *çapó-pema*, é “a raiz esquinada, ou faceada, a que se dispõe em forma de parede, como nas figueiras bravas ou gamelleiras. (*Ficum rel.*)”.

Além disto, variedades de animais e de plantas desconhecidas pelos europeus levaram à manutenção de lexias indígenas, classificadas, de forma geral, como brasileirismos em dicionários de língua, sem indicação da procedência. Assim, *cambará*⁷⁰ (RT 5), *caraguatás*⁷¹ (RT 126) e *guatambu*⁷² (RT 41) designam variedades de planta e *capoeira*⁷³ (RT 41), formação vegetal encontrada na região, mas não foram integrados ao sistema onomástico.

Já *capão*⁷⁴ é encontrado tanto como termo geográfico – *capão do Pau Caído* (RT 20), *capão das Bexigas* (RT 24) e *capão de matos denominado Bocaina* (RT 96) – quanto como topônimo propriamente dito:

[A] *capão da Embira* (RT 19)

> [B] *aguada do lugar chamado – Capão da Embira* (RT 17)

> [C] *logradouros que compreende o Capão da Embira* (RT 17);

Local: *Capão Imbira* (RT 152B).

Em [A], *capão* é elemento geográfico, e *Embira*, fitotopônimo. É a partir deste topônimo que se formou [B], no qual *Capão da Embira* é hidrônimo, por toponimização do termo geográfico. A designação do aglomerado humano, formado nas proximidades da nascente do curso d'água, verificada em [C], por sua vez, é engendrada por processo de translação toponímica de [B].

Quanto à variação fonética *Embira/Imbira*, foi descrita por Sampaio (Sampaio: 1928, 198), em seu vocabulário: “Embira, corr. mbira, o descascado, o tirado da casca. E’ a entreasca resistente de certas arvores, servindo para corda. Alt. Imbira”. O mesmo se nota em outro fitotopônimo, divisa das freguesias do Brás e da Penha: rio *Guaricanduva* (RT

⁷⁰ Pela descrição realizada nos RTs, dentre as diversas árvores e arbustos com tal nome, trata-se de árvore frondosa (*Vochysia divergens*), nativa do Brasil (Houaiss). O fitônimo, segundo Sampaio (1928, 177), significa “a planta variegada; a planta de folhas de varias côres”.

⁷¹ Caraguatá, segundo (Sampaio, 18-2), é corruptela de “*carauá-tã*, o carauá rijo, duro”, sendo que *carauá* é a denominação de variedade de bromélia cuja fibra é utilizada na confecção de cordas, tecidos e papéis.

⁷² Segundo Houaiss, o guatambu possui madeira de reconhecida qualidade. A rigidez desta árvore é marcada já na sua etimologia: “*gatumbú*, corr. *guá-atã-mbú*, o que é duro e sonoro. É a madeira também conhecida por piquiá (*Apidosperma sessiliflorum*).” (Sampaio: 1928, 211)

⁷³ Segundo Sampaio (1928, 72) “ao matto, que se renova sobre os destroços de uma matta primitiva, dava-se o nome de *caá-poêra*, de que a corruptella fez *capoeira*, que significa *matto extinto*”.

⁷⁴ Petrone (1995, 38) informa que, no Brasil, *capões de mato* eram os “pequenos bosques distantes uns dos outros e dispersos por toda a campanha, a qual é um terreno desigual, espontânea, e mais ordinária, consiste em fenos e arbustos rasteiros”. O caráter dispersivo da formação vegetal é revelado pelo significado de *capão*, “corr. caá-páu, a ilha de matto; o matto crescido e isolado no campo” (Sampaio: 1928, 179).

63) / *Aricanduva* (RT 136), sendo que se verifica nítida tendência de fixação da última forma⁷⁵.

O rio *Tamanduateí*⁷⁶, limite entre a freguesia do Brás e o núcleo, apresentou, em menor proporção, variação fonética ao longo dos séculos, sendo que, no ano de 1870, verifica-se a alternância nas atas da Câmara entre *rio Tamandoatehy* / *Tamanduatehy*, fixando-se esta última forma, nas décadas seguintes.

Alguns topônimos, contudo, trazem dificuldades de recuperação do significado original. No RT 57, lê-se *córrego de Inhaúma*, afluente do Aricanduva, menção única a este elemento geográfico, o que induz à interpretação como litotopônimo⁷⁷: corruptela de *nhaẽ-ũ*, “o barro olar, o barro de panella”. (Sampaio: 1928, 224).

Identificou-se este curso d’água, no *Mapa Sara Brasil* (1930), sob a denominação de *córrego Anhumas*: composto de inhambu-y, “o rio das perdizes”. Igualmente, segundo Sant’Anna (1950, 62), o canal aberto no Tietê recebia a mesma designação – *canal de Inhaúma* –, referência ao antigo apelativo do curso d’água, rio Anhembi⁷⁸. Assim, apesar de não constar como variante de *anhuma*⁷⁹, nota-se que se a primeira interpretação é equivocada, tratando-se de um zootopônimo.

III.1.3. O solo, a terra molhada e a atividades humanas

A extensa rede hidrográfica da freguesia do Brás ocasionou a erosão do solo e a formação de barro próprio a diversas produções oleiras. A palavra de origem tupi Boçoroca, por exemplo, hidrônimo de subafluente do Aricanduva, *rio chamado Boçoroca*

⁷⁵ Registrou-se apenas uma ocorrência para *Guaricanduva*, nos RTs da freguesia do Brás. Aricanduva significa “o sitio dos airís, ou das palmas airís; onde há abundância dessas palmas”. (Sampaio: 1928, 160)

⁷⁶ Segundo Sampaio (1928, 314), Tamanduatey significa “tamanduás em grande numero”, sendo que o sufixo *-teí* tem adquire sentido de plural, neste caso.

⁷⁷ Tal interpretação poderia ser válida pela própria característica do terreno, cujo barro era, comumente, utilizado em olarias e para criação de utensílios domésticos.

⁷⁸ Sobre diferentes grafias registradas para o topônimo *rio Anhembi*, ver Dick (1996, 46-49).

⁷⁹ Sampaio (1928, 224) indica *inhuma* como variante de *anhuma*, mas não indica qualquer variação para *inhaúma*.

(RT 125) / *córrego chamado – Boçoroca* (RT 16), tem significado que, em português, é equivalente a *rasgão*⁸⁰.

Um segundo grupo de designativos tem por base a palavra indígena *tuyuca*, “o brejo, a lama, o charco, o paul” (Sampaio: 1928, 332): *barraca do Tijuca* (RT 112) e *Bairro Tijucoçu* (RT 38)⁸¹; e *córrego chamado Tijuca*⁸² (RT 136) e *logar denominado - Tijuco Preto*⁸³ (ACSP, LXV, 36), sendo que os dois últimos são topônimos híbridos, claramente resultantes da incorporação da lexia *tijuca* à língua portuguesa do Brasil.

Apesar de o significado de *Tijuco Preto* ser equivalente ao de *Tijucoçu* e os documentos apontarem para localidades próximas, ainda são poucas as indicações existentes para concluir se se tratam de denominação de um mesmo elemento geográfico, com tradução parcial do topônimo mais antigo.

Os demais designativos atestam a antiguidade da percepção de características do solo, valorizadas pela colonização. Em ata da Câmara de 1575, evidencia-se a importância da produção de telhas:

Obrigação de cristóvão glz~ pr^a fazer telha pr^a esta villa.

(...) ã camara hapareseo cristóvão glz~ ora morador nesta vila ã presença de todos dise q~ elle se queria vir a morar nesta villa e se queria obrigar a fazer telha pr^a ce cobrirem as moradas desta villa p^r ser cousa pr^a inobrecimento della e ser muito nesario cõtanto q~ se obrigasẽ a lhe tomar toda a q~ elle fizer e p^r os ditos officiaes verem e a dita telha hera nesaria p^r rezam desta villa estar coberta de palha e corer risco p^r rezam do foguo se cõsertaram cõ o dito cristóvão glz~ [é feito o ajuste do preço dos serviços a serem prestados] e elle a fara de bom tamanho e boma forma q~ fique a dous pallmos e meio depois de cozida... e pr^a iso q~ lhe avião de dar os ditos sñrs officiaes a tera olha q~ foi dada a cristovão diniz p^a nella fazer o forno e casa ... e eu fruituoso da costa escrivão da camara q~ o escrevi e diguo q~ elles señrs officiaes diserão q~ lhe davão a dita tera q~ tinham dado a

⁸⁰ Segundo Sampaio (1928, 169), bossoroca, ubussoroca ou vossoroca é corruptela de *yby-soroca* é significa “a terra rasgada ou fendida; o rasgão no solo”.

⁸¹ Ambos os topônimos – *Tijuca* e *Tijucoçu* – designam elementos geográficos humanos próximos ao ribeirão da Mooca e à estrada de São Caetano. O sufixo -uçú, encontrado no segundo, significa negro, escuro.

⁸² Trata-se de afluente do rio Aricanduva.

⁸³ Os únicos registros de *Tijuco Preto* foram identificados em atas da Câmara de 1879 (ACSP, LXV, 36; 102), possivelmente um pequeno bairro localizado próximo ao ribeirão Tatupé.

cristovão diniz p^r coanto o dito cristovão diniz se fora p^a o mar e não a querer fazer dita telha de q̃ ha dito povo ser nesiedade p^r lhe ser dada có esa condição e mandaram q̃ lhe fose feita carta della e q̃ fizese sua petição e o asinarão aqui e eu frutuoso da costa t^m o escrevi e elle cristovão glz̃ se obrigou a comesar da feitura desta a dous mezes e o asinarão aqui – cr^o † glz̃ – ant^o bequdo – ant^o cubas – j^o frz – mel frz – ât^o preto.” (ACSP, I, 66-8)

O barro branco encontrado no limite do núcleo com a freguesia do Brás dava nome ao local de onde era extraído: *tabatinguera*, que, segundo Sampaio (1928, 311-2), significa “os barreiros de tabatinga”, a argila branca. Dick (2004a, 49) considera este designativo, entre outros de procedência indígena, a despeito dos que têm por motivação animais e plantas, como indício de um “momento preciso de observação direta”, “o grande laboratório vivo que a terra significava para o europeu em termos de aprendizado do meio”.

Coube ao europeu a incorporação ou não destes conhecimentos adquiridos à rotina dos novos aglomerados. A fixação como designativo, neste caso, atesta a importância da tabatinga para o núcleo, no qual era utilizada para a caiação de casas. De elemento encontrado na terra à designação de todo o arredor, passou a denominar novos elementos geográficos, por processo de translação.

O primeiro deles é próprio caminho aberto. Neste ponto, encontrava-se a mais antiga e importante ponte de São Paulo, sobre o rio Tamanduateí. (Sant’Anna, 1950, 92 e 132) No século XVI, por ser a primeira da região, era conhecida por *ponte grande*⁸⁴ ou *ponte do rio Tamanduateí*⁸⁵. Transposta a ponte, seguia-se por outro caminho, à esquerda do *ribeirão Mooca*, cujo designativo, indiretamente, complementa o anterior. Segundo Sampaio (1928, 267), *mô-oca* significa “faz casa” e, por extensão, “a rancharia, o pouso”.

O caminho, segundo Daniel Issa Gonçalves (apud Campos: 2006, 15-6; 25-7), era o trecho inicial da estrada que ligava o núcleo ao porto de Santos, o qual, até 1598, quando

⁸⁴ Conforme escritura, de maio de 1589, de doação de terras aos carmelitas por Brás Cubas: “o caminho de Santo André para Piratininga vinha do curral de Aleixo Jorge pelo mesmo caminho que vem pela *ponte grande em Tabatinguera* dahy atravessava pela villa vindo pela rua direita onde estava o mosteiro dos padres da companhia (...)” (Campos: 2006, 19).

⁸⁵ Conforme registrado, em agosto de 1556, pelos camaristas: “obrigados a fazer a *ponte do rio tomêteahi* que passa por junto da villa todas as vezes que diso necessidade e por ora ao presente a dita ponte ter necessidade de concertarse mandarão que por todo este mes de agosto deste dito ano concerten a dita ponte” (Sant’Anna, 1950, 92).

substituído pelo caminho do Virapoeira, seguia pela futura freguesia do Brás até proximidade da atual cidade de Ribeirão Pires.

Nota-se variação na designação do caminho à direita do rio Tamanduateí. Na *Planta* de Carlos Rath, de 1868, anotou-se *Caminho da Tabatinguera*, para este trecho, e *Rua da Tabatinguera*, para aquele à esquerda da ponte, no núcleo. O designativo *Caminho da Mooca* é dado à via perpendicular ao *Caminho da Tabatinguera*, cujo início é no *Caminho do Braz*. Na década de 1870, percebe-se a estabilização destes referenciais, sendo *Tabatinguera* restrito até a ponte, que designa desde a criação de outras no Tamanduateí⁸⁶, e *Mooca*, na freguesia do Brás.

O esvaziamento do significado original, consequência do desconhecimento da língua indígena, pode ser notado pelo registro, ora no feminino, ora no masculino, da designação da ponte, nas primeiras décadas do século XIX. Na *Carta* de José Jacques da Costa Ourique (1842), tem-se *pte. do Tabatinguera*. No *Mappa* de Bresser (1844-1847), *Ponte de Tabatinguera*. Dos 63 registros nas atas da Câmara, entre 1870 e 1879, 15 são realizadas no feminino⁸⁷ (*ponte da Tabatinguera*) e 48, no masculino⁸⁸ (*ponte do Tabatinguera*). Apesar da maior ocorrência no masculino, tal variação mantém-se na década de 1880: [*ponte*] *do Tabatinguéra* (ACSP, LXXI, 69) e *ponte da Tabatinguera* (ACSP, LXXII, 87).

Na designação da ladeira que ligava o núcleo à ponte, nota-se idêntica variação: *ladeira do Tabatinguéra* (ACSP, LVII, 66), *ladeira do Tabatinguera* (ACSP, LXV, 23), *ladeira da Tabatinguéra* (ACSP, LVII, 70) e *ladeira da Tabatinguera* (ACSP, LXIV, 85). O topônimo *logar denominado Tabatinguéra* (ACSP, LVI, 136-7) é realizado sem definição de gênero e sem preposição, como no exemplo acima, ou no feminino, ou, ainda, como [*ponte*] *na Tabatinguéra* (ACSP, LVIII, 30-1; 99; LIX, 10).

⁸⁶ A ponte do Carmo foi construída entre 1805 e 1808. Até o século XVIII, a ponte da Tabatinguera era a única existente no rio Tamanduateí.

⁸⁷ Trata-se dos seguintes registros: *ponte da Tabatinguéra* (ACSP, LVII, 66; LIX, 8; 9; 13; 17; 58; 153), *ponte da Tabatinguera* (ACSP, LVI, 125; 127; LVII, 70; LIX, 46; LXII, 101; LXIV, 85) e *ponte de ferro da Tabatinguera* (ACSP, LIX, 64).

⁸⁸ Trata-se dos seguintes registros: *pontes do Tabatinguera* (ACSP, LVI, 22), *ponte do Tabatinguera* (ACSP, LVI, 35; 44; 51; 78; 139; LVII, 20; 26; 53; 134; 140; LVIII, 31; 82; 115; 122; 127; 128; 133; 133; 167; 170; LIX, 13; LIX, 117; 161; LXIII, 61-2; LXV, 138) e *ponte do Tabatinguéra* (ACSP, LVI, 131; 143; LVII, 62; 141; LVIII, 10; 99; 122; 136; 146; 146; 146; 149; LIX, 120; 144; 206; LX, 91; 145; LXII, 35; 69; 77; 83).

No caso do termo Mooca, têm-se as seguintes variações: *Caminho da Muóca*, na *Carta* de José Jacques da Costa Ourique (1842); *Moóca*, no *Mapa* de Bresser (1844/1847); e *Mooca*, na *Planta* de Rath (1868). Predomina, a partir de 1870, a grafia *Mooca*, após visível período de variação, ainda na década de 1860, nos registros dos camaristas⁸⁹.

III.2. A formação dos bairros e a atribuição de designativos indígenas originais por translação toponímica

A formação dos designativos dos primeiros povoados e aldeamentos, em São Paulo, obedeceu a um princípio de invocação de um orago, ao qual se construía uma capela, e acréscimo de um designativo mais antigo, em geral anterior à chegada dos portugueses. Estes últimos designativos, portanto, eram originais, sem interferência da maneira de nomear portuguesa ou mameluca, e representam a camada mais antiga registrada em documentos⁹⁰.

Entre o século XVIII e a primeira metade do XIX, manteve-se a utilização dos antigos designativos indígenas fixados na freguesia do Brás como referenciais de novos aglomerados humanos. Predicamentos não-oficiais, como *bairro*, *povoação* e *local denominado*, e oficiais, como *freguesia* e *capela curada*⁹¹, contudo, não significam, necessariamente, a presença de características urbanas ou núcleo definido⁹².

O censo realizado pelo engenheiro Pedro Müller, em 1836, indica que, apesar de diversas chácaras criadas, a freguesia do Brás mantinha características rurais, dado que as

⁸⁹ Nas atas de 1860, o mesmo escrivão anotou *rua da Mooca* (ACSP, XLVI, 36), *Campo da Muóca* (ACSP, XLVI, 156), *varzea da Muoca* (ACSP, XLVI, 173) e *Muoca* (ACSP, XLVI, 207-8).

⁹⁰ Interessante notar a dificuldade de se precisar o elemento geográfico ao qual parte destes designativos nomeava ou mesmo a região que abrangia. Quanto à região, depois aldeamento de *Ururáí*, questiona Sant'Anna (1950, 68-70): "Que era Ururáí? Uma aldeia, uma tribo, um rio, uma lagoa, uma região?". A partir da carta de sesmaria, infere que "A aldeia de Ururáí adotou o nome da tribo" e o *rio Ururáí* era o próprio Tietê, "a partir da Penha, talvez mesmo mais cá de baixo, (...), como em tempo fôra também pelo [nome] de Rio Grande"; contudo, não traz a conclusão se originalmente *Ururáí* era hidrônimo ou nome da aldeia. Quanto à dificuldade de definir a localidade, tem-se *Piratininga*, designativo da aldeia assentada em 1553 no planalto paulistano, embrião do colégio de São Paulo, já exhaustivamente tratado, mas que se mantém indefinido. Sobre *Piratininga*, ver, especialmente, Dick (1996, 53-75) e Campos (2006, 17-22).

⁹¹ *Capela curada* era um predicamento oficial extinto a partir de 1870. (Langenbuch: 1968, 52)

⁹² O único predicamento constante em documentos de cronistas e de órgãos públicos é *aldeia*, utilizado, exclusivamente, para aglomerados compostos por indígenas, apesar de ser termo geográfico indicativo de povoações de caráter rural disperso em Portugal (Petrone: 1995, 104-5). Povoações de indígenas e de brancos / mamelucos eram diferenciadas pelos predicamentos e não necessariamente pelo designativo, como se observou entre *aldeia* / *povoação de São Miguel*.

propriedades encontravam-se dispersas. Azevedo Marques (1952) indica diversas localidades sem predicamento oficial na freguesia do Brás, como os bairros *Bethlem*, *Maranhão* e *Marco da Meia Léguas*, e omite outras tantas. A urbanização do bairro do Brás, trecho no entorno da igreja do Bom Jesus, acontece apenas no último quartel do XIX. (Langenbuch: 1968, 55 e 84).

Manchas contínuas de chácaras, que se identificavam como pertencentes a uma mesma localidade, seja pela proximidade ou por pertencerem a um proprietário em comum, passam a se identificar sob uma única denominação. Por ser uma região pouco ocupada, verifica-se o aproveitamento de antigos designativos de procedência indígena, já fixados, ao menos localmente, para a referencialização do espaço.

Apenas três topônimos designavam o espaço propriamente dito, e não outros elementos geográficos: *Canindé*, *Pari* e *Caguaçu*. O primeiro é indicado na *Carta* de Frederico H. Gonçalves, de 1837, como região entre os rios Tietê e Tamanduateí, a norte do Pary, com o qual se limita por uma extensa faixa alagadiça. Não se identificou outro registro deste designativo, no *corpus* analisado, por mais de sessenta anos.

Na *Planta* de Gomes Cardim (1897), registrou-se *R. Canindé* para logradouro que acompanha, aproximadamente, a faixa alagadiça indicada na *Carta* de Gonçalves, aterrada ao longo das décadas de 1870 e 1880. Esta mesma rua mantém-se como limite entre os bairros do Pari e do *Canindé*, este último de caráter local e não oficial.

A atual designação oficial do *distrito do Pari*, que engloba a região também conhecida por *Canindé*, corresponde aos limites indicados nos Registros de Terras, na década de 1850, para o *bairro do Pari*⁹³: entre os rios Tietê (a norte) e Tamanduateí (a oeste), até a propriedade de Horácio Tover Fogg (RT 132) (a leste), a qual se encontrava a norte da chacara de Carlos Abrão Bresser (RT 13). As propriedades à beira da estrada da Penha não recebem tal designativo (RTs 13 e 47) (a sul).

⁹³ O topônimo *bairro do Pari*, por ser uma dos mais povoados da freguesia do Brás, encontra-se fixado nos Registros de Terras. Apenas duas propriedades foram declaradas, simplesmente, como localizadas no *Pari* (RTs 7 e 114). As demais, como *Bairro do Pari* (RT s8A, 8B, 9, 10, 14, 21, 23, 60, 65, 66, 68, 77, 86, 90, 95, 100, 109, 132 e 148).

A várzea do rio Tietê era conhecida sob a mesma denominação, até a ocupação maciça e aterramento, a partir da década de 1880: *varzea do Pary* (ACSP, XLVI, 173; 211), *varzêa do Pary* (ACSP, LVIII, 20) e *varzea do Pary* (ACSP, LXVI, 30).

O último designativo – *bairro do Caguaçu* – diz respeito à região na margem esquerda do ribeirão Aricanduva, direita do rio das Pedras (RTs 83 e 85A). Parte deste aglomerado humano encontrava-se em outra freguesia: *lugar chamado Caguaçu, distrito da Freguesia de Sam Bernardo* (RT 52), pelo qual se ressalta que as designações não se restringem a limites oficiais.

Registrou-se, igualmente, *Caguaçu* como designação de caminho. Não se tratava de um único, mas diversos traçados, que convergiam para além do rio das Pedras:

até alcançar outro valo que corre abeirando a mesma *estrada do Caguaçu que vem dos moradores do caminho da Penha e outra estrada que desta cidade vai para o mesmo bairro da Moóca* e fica à esquerda do sítio até onde as *duas estradas que seguem para o mesmo bairro do Caguaçu se encontram* (RT 87)

Tal propriedade, localizada pouco além das *vertentes do ribeirão Tatuapé*, indica dois caminhos que seguiam para o mesmo local, *bairro do Caguaçu*. A segunda estrada mencionada é continuidade do antigo caminho conhecido como *estrada da Mooca*, registrado, a partir deste ponto, como:

- * estrada que segue para o bairro do Caguaçu (RT 3) [Moóca];
- * estrada velha que vai para o lugar chamado Caguaçu (RT 79) [Taquapininduba];
- * estrada velha até o alto do mesmo morro [do Rio Ipiranga] (RT 33) [Uberaba];
- * estrada que segue para o dito bairro de Caguaçu (RT 89) [Caguaçu, na porteira do córrego Ipiranga];
- * [estrada] de Caguaçu (RT 98) [Caguaçu].

Nota-se que, até a década de 1850, os caminhos da freguesia do Brás não possuíam designativos propriamente ditos, mas indicação do local *para* o qual seguiam – são *estrada*

para e não estrada do/a. O mesmo pode ser notado no *Pari*, para o qual diversos caminhos convergiam, indicando, em geral, *bairro / várzea do Pari*:

1º. (proximidades da várzea do Carmo) *corredor que segue para o bairro do Pari* (RT 146); *Estrada dos Lázaros, imediações da várzea do Carmo* (RT 58B);

(próximo à igreja do Brás) *beco comprido e acompanhando este a direção do Pari* (RT 47); *rua que vai dar nos valos do terreno pertencente aos herdeiros de dona Ana Vicência e para o Pari* (RT 141).

2º. (trecho inicial, próximo à ponte Preta) *um corredor ou caminho que segue para o lugar chamado – Pari* (RT 13); *rua que segue ao Pari* (RT 56); *estrada que segue para o porto grande do rio Tietê* (RT 132);

(trecho intermediário, no centro do bairro) *estrada que vai para a várzea do Pari* (RT 109); *rua que segue para a várzea do Pari* (RT 114);

(próximo à várzea do Tietê) *corredor denominado do – Pari* (RT 8B); *caminho de moradores* (RT 10).

Identificaram-se, ao menos, dois caminhos, que acompanhavam o traçado de propriedades⁹⁴, nos quais se percebe que a designação varia a partir do referencial do proprietário.

III.2.1. Designativos de bairros formados a partir de hidrônimos

Em propriedades localizadas às margens de pequenos cursos d'água, declaradas nos Registros de Terras, percebe-se a tendência de indicação da designação da localidade a partir do hidrônimo: *córrego denominado – Taquapininduba* (RT 12B), deu origem ao *Local: Taquapininduba* (RTs 79 e 80); *córrego, chamado – Ipotinga* (RT 31) / *córrego do – Putinga* (RT 32), *Local: Putinga, bairro da Mooca* (RT 31).

⁹⁴ O irregular traçado das ruas do bairro do Pari deve à antiga ocupação desorganizada das chácaras e, consequentemente, a abertura de caminhos em seus limites e, não apenas, à rápida transformação em bairro misto, industrial e residencial, ocorrida, especialmente, a partir da década de 1890.

Com terras na freguesia da Penha, na margem esquerda do *córrego Tucuri* (RTs 27 e 29) – afluente direito do Aricanduva –, e na freguesia do Brás, entre os córregos Rapadura e Água Funda – esquerda do Aricanduva –, declarou-se, como antiga designação, a localidade *Tucuri*, já substituída na década de 1850: *Local: Parte na freguesia da Penha e parte na do Brás, chamado Bom Retiro (antes Tucuri)* (RT 20).

Outros dois topônimos parecem seguir o mesmo processo denominativo: *Local: Momboca* (RT 74) e *Bairro Tijucoçu, na Mooca* (RT 38), apesar de não ter sido registrado qualquer elemento geográfico físico com igual designativo.

Verifica-se que apenas *Tijucoçu* apresenta predicamento, um indício de fixação de topônimos não oficiais, o qual, contudo, não dispensa a menção a outro referencial mais conhecido – *Mooca*. Estes designativos permanecem em esfera local, sendo substituídos aos primeiros sinais de urbanização da freguesia do Brás. Além disto, por serem pequenos afluentes, muitos deixaram de existir ainda no século XIX, aterrados ou canalizados pelos próprios chacareiros⁹⁵.

Para cursos d'água maiores, com maior capacidade referencializadora, nota-se a tendência à apropriação do hidrônimo para designação das terras localizadas na cabeceira do curso d'água. O único registro que indicou o hidrônimo *Taquapininduba*, por exemplo, tem por nome de localidade *Cabeceira do Uberaba* (RT 12B).

As demais propriedades localizadas nas proximidades da cabeceira do *rio chamado Uberaba* (RT 126) / *ribeirão chamado Verava* (RT 89) foram: *Local: Uberaba* (RT 16) e *Local: Uberaba, colocado junto ao morro do Rio Ipiranga* (RT 33), sendo que a *cabeceira de Uberaba* (RT 16) encontrava-se no primeiro destes. Desta forma, a designação *Cabeceira do Uberaba* (RT 12B), com toponimização do elemento geográfico físico, parece antes atender à necessidade de reforçar a localização, em contraposição a outro curso d'água que limita a propriedade, do que a maneira usual de indicar terras localizadas nas proximidades das nascentes, por translação toponímica.

O designativo *lugar chamado – Capão da Embira* (RT 17) / *Local: Capão Imbira* (152B), localizado na cabeceira do *córrego do Capão da Embira*, do qual provém o nome,

⁹⁵ Não se pode negar, contudo, a antiguidade destes designativos indígenas, preservados em esfera local. Já que proibição oficial do bilinguismo é de 1750.

sem toponimização do elemento geográfico⁹⁶, vem ao encontro desta afirmação. No *Mapa Sara Brasil* (1930), o [bairro] *Capão da Embira* encontra-se, aparentemente, distante do *córrego Capão da Embira*, visto que parte do trecho inicial do curso d'água não se encontra delineada, apenas o trecho próximo à nascente. Isto se deve, provavelmente, à canalização parcial do córrego ainda nas primeiras décadas do século XX⁹⁷.

A designação *Piquiri*, como localidade, por sua vez, dentre aquelas provenientes de cursos d'água pouco extensos da freguesia do Brás, foi a primeira a ser documentada e a única que se fixou na região. Em carta de terra de 1710, encontra-se associada ao povoado do Tatuapé, na estrada da Penha:

Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que havendo respeito ao que por sua petição me enviaram a dizer Thomé Rodrigues da Silva, e Maria Leite moradores nesta villa de São Paulo que elles são filhos e netos de povoadores e tem seus sitios e casas de vivenda na *paragem chamada Tatuapé e Piquiri* termo desta villa sobre o rio Tietê Anhembii e com elles suplicantes partem as várzeas do dito rio, e algumas pontas que nunca foram pedidas nem dadas a nenhuma pessoa (...) e como a elles supplicantes lhes são necessarias as ditas varzeas e pontas. (CDT, 1710).

A localidade *Piquiri* era, na realidade, uma imensa várzea, especialmente até o terceiro quartel do século XIX. O *córrego chamado Piquiri* (RT 42), localizado ao lado direito do ribeirão Tatuapé, encontrava-se no início da zona mais alagadiça do Tietê a leste do planalto; tanto que, nas propriedades declaradas, mencionam-se a *várzea denominada Piquiri* (RT 124) e *um brejo* (RT 74), como limites.

A importância desta localidade e a manutenção do designativo *Piquiri* devem-se à proximidade com a parada do Tatuapé e ao pequeno porto do rio Tietê existente, igualmente denominado *Piquiri*. A utilização das estradas da freguesia do Brás por tropeiros e peregrinos, ainda no XVIII, precipitou a formação de povoados nas

⁹⁶ O hidrônimo *Cor. do Capão da Embira* (*Carta* de Frederico F. Gonçalves, 1837), conforme indicado anteriormente, já registra processo de toponimização do elemento geográfico *Capão*. É a partir deste designativo, e não do fitônimo, que surge a designação do aglomerado humano formado. Neste sentido, convém notar que, em *Local: Na cabeceira do Tatuapé, no capão da Embira* (RT 19), o *capão da Embira* (fitônimo) é indicado nas proximidades da foz do *córrego do Capão da Embira*, e não na nascente, onde se encontra o aglomerado humano.

⁹⁷ Posteriormente o córrego Capão da Embira foi totalmente canalizado. Corresponde, aproximadamente, ao traçado atual da avenida Vereador Abel Ferreira.

proximidades de rios. Estes novos aglomerados humanos, igualmente, foram designados a partir dos hidrônimos.

No seiscentismo, o dismantelamento dos aldeamentos, entre eles o de São Miguel, e a ocupação das terras por moradores brancos levaram à formação de bairros rurais contíguos a cursos d'água:

As concessões de terras a foreiros, pela Câmara, fornecem inúmeros exemplos: as terras são concedidas no *ribeiro do Payva* (Barueri), na *paragem chamada Caocaia* (uma em Guarulhos e outra em Barueri), no *rio Maquirobii* (São Miguel), na *paragem chamada Jaguaporeruba* (São Miguel), em *Cahagoassu* (São Miguel), no *Jaragoá-mirim* (Barueri), em *Hibitiratim* (Guarulhos), no *rio de Taquera* (São Miguel), na *paragem chamada do rio de Goiaió* (São Miguel) etc. (Petrone: 1995, 226-7)

Percebe-se, portanto, que a tendência de se denominar aglomerados formados ao longo de caminhos pelo hidrônimo vem do princípio da ocupação do planalto. Convém notar que, apesar de dispersas e diminutas, muitas das localidades indicadas por Petrone resistiram, dando origem a bairros caipiras afastados do núcleo, assim como aquelas formadas ao longo dos caminhos da freguesia do Brás, especialmente as estradas da Penha e da Mooca.

A mudança de *paragem de Tatuapé* para *bairro do Tatuapé* revela a permanência da denominação, a despeito da evolução do aglomerado humano, em meados do século XIX. Nos Registros de Terras, todas as propriedades, em ambas as margens do ribeirão homônimo, são designadas a partir do hidrônimo.

As terras à beira da estrada da Penha, desde a *capela de Nossa Senhora do Belém* (RTs 6A e 104), a esquerda, até divisa do *córrego Piquiri* (RT 42), a direita, recebem por designação *Bairro do Tatuapé* ou *Tatuapé*, simplesmente, sem predicamento⁹⁸. Próximo à nascente do ribeirão Tatuapé, declarou-se:

⁹⁸ Tratam-se dos seguintes registros: *Bairro do Tatuapé* (RT 6A) [direito EP, esquerda rib. Tatuapé]; *Tatuapé* (RT 35) [direito EP, sem beirar a estrada, direita rib. Tatuapé]; *Tatuapé* (RT 36) [esquerdo EP, não margeia o rib. Tatuapé]; *Bairro do Tatuapé* (RT 42) [esquerdo EP, não margeia o rib. Tatuapé]; *bairro do Tatuapé* (RT 44) [direito da EP, não margeia o rib. Tatuapé]; *Bairro do Tatuapé* (RT 88) [direito EP, direita rib. Tatuapé];

* *Na cabeceira do Tatuapé, no capão Embira* (RT 19);

* *Nas vertentes do ribeirão Tatuapé* (RT 87);

* *Cabeceira do Tatuapé* (RT 121A).

Em um registro sem demarcação das terras, indica-se *Local: Ribeirão Tatuapé* (RT 152A); o qual, cotejando com outro registro realizado pelo mesmo proprietário (RT 152B), intui-se que se localizava entre a foz e a nascente do curso d'água.

A referencialização do hidrônimo, desta forma, impõe-se nas proximidades da estrada da Penha, levando à toponimização do elemento geográfico *cabeceira* para as terras localizadas próximas à nascente e à estrada da Mooca. Para o *pedaço de terras debaixo de fechos* (RT 152A), a toponimização do termo geográfico em *[bairro] Ribeirão Tatuapé* deve-se por não se enquadrar como *bairro do Tatuapé* nem como *[bairro] Cabeceira do Tatuapé*.

No terceiro quartel do século XIX, o designativo Tatuapé mantém-se para esta extensa área. Novos mecanismos de diferenciação são identificados, como *alem do Tatuapé* (ACSP, LXI, 35) e *alto do Tatuapé* (ACSP, LXV, 146), ambos realizados para indicações à beira da estrada da Penha.

O loteamento das terras, especialmente nas primeiras décadas do século XX, leva à criação de diversas outras denominações, em geral indicadas pelos antigos proprietários a fim de evidenciar o espaço que se almejava vender⁹⁹. Na *Planta* da Comissão Geographica e Geologica, de 1914, indica-se *TATUAPÉ* apenas para o trecho delineado entre o rio Tietê e a EFCB, em ambas as margens do ribeirão Tatuapé. A designação *alto do Tatuapé* ainda hoje se mantém na região, em esfera local e não oficial.

O hidrônimo *Maranhão*, por sua vez, gerou a localidade *Maranhonha / Maranhão / Bairro do Pátio [Maranhão]*, correspondente à extensa área entre o rio Tietê (a norte) até além da estrada da Penha (a sul) e de proximidades do ribeirão Piquiri (a oeste) até o

Bairro do Tatuapé (RT 104) [direito da EP, não margeia o rib. Tatuapé]; *Tatuapé* (RT 106) [direito EP, sem beirar a estrada, esquerda rib. Tatuapé]; *Tatuapé* (RT 138C) [esquerdo EP, não margeia o rib. Tatuapé].

⁹⁹ No *Mapa Sara Brasil*, de 1930, não consta o designativo *Tatuapé*. Encontram-se, contudo, diversos bairros ao longo do ribeirão Tatuapé: *Villa Claudia*, *Villa Bertioiga*, *Villa Azevedo*, *Villa Gomes Cardim*, *Villa Leme*, entre outros.

ribeirão Aricanduva (a leste), provavelmente pertencentes a um proprietário em comum no século XVIII.

Na década de 1850, verifica-se que as terras do [*bairro*] *Maranhonha*, como apontado anteriormente, tinham sido vendidas por Carlos Abrão Bresser, imigrante alemão que só chegou a São Paulo no final da década de 1830. Já as do *Bairro Pátio* (RT 25), denominação surgida em decorrência do *Pátio do Maranhão / Pátio da Penha* (RT 131), encontram-se visivelmente divididas há muito tempo: além dos dois sítios que fazem frente ao pátio, parte do terreno às margens do ribeirão Aricanduva pertence a Melo Franco, já falecido em 1856.

A maior parte das propriedades que se declaram como localizadas no *Bairro Maranhão* está vinculada ao *sítio Maranhão*, pertencente à família de Gertrudes Dores Barbosa, já falecida em 1856 (RT 94). Convém notar que o sítio, ou pelo menos o núcleo principal, encontrava-se distante da cabeceira do ribeirão Maranhão, ressaltando a sua forte vinculação com a estrada da Penha.

A variação descrita, desta forma, tem por finalidade distinguir três conjuntos de propriedade, sendo o topônimo *bairro Maranhão* aquele que designa a região. Na *Planta da Comissão Geographica e Geologica*, o topônimo *MARANHÃO* remete apenas ao trecho entre o rio Tietê (norte) e a EFCB (sul), e os ribeirões Maranhão (oeste) e Aricanduva (leste).

III.2.2. A fixação do topônimo *bairro da Mooca*

Pela análise dos Registros de Terras, percebe-se que as designações de localidades a partir de hidrônimos remetiam às terras localizadas às margens de pequenos córregos, àquelas encontradas no entorno da cabeceira do curso d'água, local onde se poderia desfrutar das águas sem as desvantagens do espraçamento destas, e aos aglomerados constituídos próximo às passagens por pontes, ao longo dos principais caminhos.

Uma complexa rede de repetidos processos de translação toponímica levou à fixação do topônimo *bairro da Mooca* para a região a sul da igreja do Senhor Bom Jesus do Brás, limitada a oeste pelo núcleo.

A trilha tupiniquim para o litoral quinhentista partia do núcleo pelas atuais ruas do Carmo e Tabatinguera e, transpondo a ponte do rio Tamanduateí, posteriormente conhecida como *da Tabatinguera* ou *da Mooca*, seguia pelo caminho da Mooca, como informa o Padre Anchieta em carta de 1579¹⁰⁰. Daniel Issa Gonçalves (apud Campos: 2006, 15-6) afirma que este caminho “continuava pela Rua do Oratório, pela Avenida Vila Ema e por trechos da Avenida Sapopemba, já fora dos limites do município até atingir a cidade de Ribeirão Pires”.

Este trajeto, contudo, deixou de ser utilizado pelos viajantes, em 1593, após decisão dos camaristas pela abertura de um traçado direto entre o *caminho de Virapoeira* e as *bandas do Ipiranga*, dando origem à atual rua da Glória¹⁰¹. O caminho da Mooca recebeu este nome em decorrência de seguir, margeando o curso d’água pela margem direita, até as proximidades da cabeceira do ribeirão homônimo. A designação *Mooca* a partir do hidrônimo, portanto, refere-se ao fato de se atingir a sua nascente, sendo, na realidade, *caminho para a Mooca*.

Outros fatos relevantes são: o trecho inicial da rua da Mooca não margeia o ribeirão da Mooca que, por ser afluente do córrego das Vacas, nem deságua no rio Tamanduateí; o córrego à direita do trecho inicial da rua da Mooca, por sua vez, não é o córrego das Vacas, mas um pequeno curso d’água utilizado como limite, a norte, das terras de Raphael Pais de Barros (*Mapa de chácaras*), cujo nome não é mencionado na documentação analisada; e a estrada da Penha começava, no século XVIII, diante da igreja do Senhor Bom Jesus do Brás, já que o trecho inicial, na várzea do Carmo, só foi viabilizado no início do século XIX, quando foi construída a ponte do Carmo.

A designação *bairro da Mooca* segue, portanto, os seguintes processos denominativos:

A) ribeirão da Mooca > estrada para a Mooca > bairro da Mooca (próximo à nascente) – designativos formados a partir de translação toponímica do hidrônimo;

¹⁰⁰ Outra opção era navegar pelo rio Tamanduateí até o atual município de Mauá e, daí, seguir o caminho terrestre.

¹⁰¹ Este caminho atravessava o córrego Lavapés, passando pela Várzea do Cambuci. A alteração deste caminho só ocorreu novamente entre 1862 e 1863, quando o fazendeiro e comendador José Vergueiro decidiu abrir uma estrada em suas propriedades, criando um novo atalho que deu origem a atual rua Vergueiro. Foi a partir da criação deste atalho que a rua da Liberdade passou a ser o trecho inicial da estrada de Santos. (Campos: 2006, 26-7)

B) estrada para a Mooca > bairro da Mooca (próximo ao núcleo) – designativo formado a partir de translação toponímica do nome do caminho.

Estas denominações já se encontravam consolidadas em 1837. Na *Carta* de Frederico H. Gonçalves, lê-se *Mooca* como designativo das terras entre os caminhos *para a capella de N. S. da Penha e para a Mooca*. Na *Planta* de Rath, de 1868, o trecho inicial do caminho da Mooca é designado *Caminho da Tabatinguera*, e o *Caminho a Mooca* parte do *Caminho do Braz*, diante da igreja do Senhor Bom Jesus.

Nos Registros de Terras, a estrada da Mooca é designada no seu trecho inicial, até a primeira bifurcação, de onde seguia a *estrada que segue para São Caetano* (RT 123), como rua / estrada / caminho da Mooca, simplesmente, e, também, como

elemento geográfico	caminho / estrada [geral] / rua
topônimo propriamente dito	{que [de São Paulo] -- segue / vai -- [de São Paulo]}
	[para -- a / o lugar chamado / o bairro da--] / [do bairro da]
	Moóca ¹⁰²

Verifica-se, portanto, a noção do sentido original da designação do caminho (*estrada para*) e da existência de um *bairro da Mooca* como destino – *estrada geral que vai para a Moóca* (RT 18) e *estrada que segue para o bairro da Moóca* (RT 87), por exemplo. Por outro lado, as indicações do nome de localidade em propriedades existentes na parte inicial da estrada revelam que, igualmente, era conhecida pelo hidrônimo: *Com frente para a mesma rua ou estrada [da Tabatingüera] e fundos para a Moóca* (RT 153). O mesmo observa-se para as poucas terras localizadas a sul da cabeceira do Tatuapé, equidistante da foz e nascente, que indicam *Mooca* como designativo da localidade.

¹⁰² Foram utilizados os seguintes registros para traçar o esquema de elementos máximos do topônimo: *estrada geral que vai para a Moóca* (RT 18); *estrada que segue para o lugar chamado – Moóca* (RT 26A); *estrada da Moóca* (RT 39); *caminho da bairro da Moóca* (RT 53); *Estrada da Moóca* (RTs 54A e 54B); *estrada que vai para a Moóca* (RT 61); *estrada da Moóca* (RT 64); *caminho que vai de São Paulo para a Moóca* (RT 69); *caminho da Moóca* (RT 71); *estrada que de São Paulo segue para o bairro da Moóca* (RT 72); *estrada que vai para a Moóca* (RT 73); *Rua da Moóca* (RT 108); *rua que vai para a Moóca* (RT 113); *rua da Moóca* (RT 119); *caminho da Moóca* (RT 130); *Estrada da Moóca* (RT 134); *rua da Moóca* (RT 137); *Estrada que segue para a Moóca* (RT 139); *Rua da Moóca* (RT 140); *Rua da Moóca* (RT 145); *Estrada da Moóca* (RT 149A).

O único diferencial é que algumas das propriedades próximas à nascente do ribeirão da Mooca indicam o predicamento do aglomerado humano, e outras, a toponimização do termo geográfico, certamente com intuito de precisar a localização, enquanto, para as demais, refere-se apenas a *Mooca* como nome da localidade:

Trecho inicial (entre ponte da Tabatinguera e primeira bifurcação da estrada)	<i>Moóca</i> (RTs 64, 111, 112, 120, 121B e 123)
Trecho intermediário (a sul da cabeceira do ribeirão do Tatuapé)	<i>Moóca</i> (RT 17 e 110)
Trecho final (cabeceira do ribeirão da Mooca)	<i>Bairro da Moóca</i> (RT 1, 3, 4, 31 e 122) <i>Móoca</i> (RT 1, 15, 32, 92 e 142B) <i>Cabeceira da Moóca</i> (RT 34) <i>Cabeceira do ribeirão Moóca</i> (RT 41)

A designação *bairro da Mooca* fixa-se no trecho inicial da estrada da Mooca a partir da década de 1870, nos registros dos camaristas:

Os abaixo assignados, membros da Commissão de datas, passando a examinar o pequeno terreno que pede o supplicante Dr. Rafael Tobias de Aguiar, para o fechamento de fundos de seu chacara, é de parecer que lhe seja concedido esse terreno, visto que para mais ninguem póde servir a não ser para o supplicante por se achar mystico com os seus terrenos, pois que a estrada de ferro que por ali passa inutilisou esse terreno e para mais nada serve, e dado ao supplicante não só a Camara fez justiça, como tambem serve para embellesamento do *Bairro da Moóca*.
Paço da Camara Municipal, 1. de junho de 1871 - Joaquim Fernandes Cantinho - Alves Pereira - Aprovado. (ACSP, LVII, 65-6)

Na década seguinte, a cartografia indica o topônimo *bairro da Mooca* apenas como designação do entorno do trecho inicial da estrada da Mooca. Neste caso, é nítido que a urbanização influenciou tanto a redefinição do espaço que deve ou não ser valorizado, quanto propiciou o acomodamento de antigos designativos, destacando a referencialidade do designativo *Mooca* para a região mais próxima ao núcleo e que, mais rapidamente, foi ocupada.

IV. A descrição no processo de formação de designativos

Comprazemo-nos em repetir que o fenómeno urbano é expressão mais marcante da civilização moderna: é fruto de suas técnicas; reflete-lhe as estruturas econômicas e sociais; em parte alguma têm os homens comportamentos psicológicos tão reveladores de uma época.

Pierre Monbeig

IV.1. Os elementos descritivos e os arquétipos toponímicos

A formação de um sistema toponímico acompanha a ocupação de um determinado lugar pelo homem e, conseqüentemente, a necessidade de desenvolver referenciais para o espaço ocupado. Nos Registros de Terras da freguesia do Senhor Bom Jesus do Brás, cujas declarações foram realizadas de setembro de 1854 a maio de 1856, percebe-se a inexistência de uma toponímia fixada. Poucos eram os referenciais da região, ainda dominada por grandes vazios, e as demarcações revelam a utilização dos próprios elementos geográficos para a designação dos lugares.

Tal procedimento mostra-se comum nos primeiros séculos de ocupação do espaço brasileiro. Os indivíduos que vieram com o propósito de se fixarem na Colônia criaram mecanismos lingüísticos de localização dos povoados fundados e dos caminhos a serem percorridos. Além do aproveitamento das designações aprendidas com os indígenas, coube estabelecer novos nomes, engendrados especialmente pela descrição do ambiente.

A descrição da própria paisagem é perceptível em adensamentos humanos de proporções limitadas. A respeito do núcleo, Dick (2004a, 41) verificou, com base na ata da Câmara de 31 de janeiro de 1660, que

o espaço útil da vila, sendo pequeno, dispensava nomes específicos ou topônimos propriamente ditos para alguns de seus acidentes referidos nos discursos dos camaristas que utilizavam, nesses casos, termos genéricos seguidos de adjetivos determinativos de suas dimensões: “rio grande”, “rio pequeno”, ou de sua posição geográfica: “cume da serra”, “borda do campo”, “serra acima”.

Tais nomes só são possíveis pela familiaridade da comunidade com a geografia do lugar, dispensando maiores especificadores destes elementos geográficos, ao mesmo tempo

em que, aos que não a conhecem, distanciados temporal ou especialmente, estes referenciais pouco singularizam (idem, 42).

A primeira designação dada ao núcleo paulistano pelos portugueses é exemplo deste procedimento. Nos séculos XVI e XVII era comum a expressão *O Campo* ou *Campos de Piratininga*. Segundo Petrone (1995, 36-8), tal denominação se deve à existência de uma área aberta, com alguns bosques dispersos na região, ao contrário das florestas fechadas, típica cobertura vegetal de zonas tropicais, que encontrava o europeu ao longo da serra do Mar. Igualmente, a primeira vila fundada no planalto paulistano foi denominada *Santo André da Borda da Mata* ou *Santo André da Borda do Campo*, evidenciando-se na denominação a zona de transição encontrada logo que se transpunha a serra. A própria instabilidade da designação, ora *Borda da Mata* ora *do Campo*, revela diferentes olhares – o primeiro para a serra, o segundo para a área aberta – e a tendência à descrição para localização do aglomerado.

Dick (1992, 8), sob um ponto de vista mais amplo, conceituou as designações descritivas, formadas a partir do próprio elemento geográfico, como *arquétipos toponímicos*:

Seriam estas expressões padrões, que traduzem ou enfocam o mesmo ângulo em relação à caracterização dos acidentes geográficos. Assim, os diversos sistemas toponímicos apresentam expressões que significam, em seu universo onomástico apresentam expressões que significam, em seu universo onomástico, o mesmo fato, ou traduzem uma condição semelhante.

Desta forma, os arquétipos toponímicos são nomes que, por serem trans-individuais e mesmo trans-culturais, apresentam-se nas diversas comunidades. Em geral, o elemento geográfico torna-se designativo por ser o único ou o principal para determinada comunidade e dispensa qualquer outro referencial, limitando o número de termos da composição do topônimo propriamente dito.

Apesar da aparente estereotipação, estes topônimos muito revelam do universo no qual se apresentam inseridos, não só porque a cada nova enunciação são atualizados os semas que compõem o próprio termo geográfico, mas, também, por manterem ligação direta àquilo que designam. Assim, a permanência destes designativos é atrelada à

manutenção do elemento geográfico como tal. O desaparecimento do elemento referencializado, portanto, pode levar ao desaparecimento do topônimo. É o que se percebe na demarcação de um sítio na *Cabeceira do ribeirão da Moóca*, em 31 de janeiro de 1855:

De um pau grande de guatambu pela picada abaixo até o ribeirão Moóca, e por este acima até a ponta de uma restinga de mato, onde forma uma ressaca, e do campo até confrontar com o princípio do mato, e pelo rumo direito até sair aborda de uma capoeira, abordando sempre o mato até o mesmo pau de guatambu onde principiou divisa, cujas terras dividem por uma picada com as terras pertencentes aos herdeiros de nossos finados pais Vicente José Rodrigues e sua mulher Brígida Maria de Jesus. (RT 41)

No trecho transcrito, salvo os designativos fixados – *ribeirão Moóca* e *terras (...)* *Vicente José Rodrigues e sua mulher Brígida Maria de Jesus* –, os elementos descritos potencialmente podem gerar fitônimos / fitotopônimos – *pau grande de guatambu*, *restinga de mato*, *campo*, *capoeira* e *picada* –, por revelarem aquilo que se destaca da vegetação local, e hidrônimo / hidrotopônimo – *ressaca*. Estes referencializadores, contudo, não são registrados em documentação posterior, servindo à descrição do ambiente apenas neste registro.

Outras designações fixadas podem também deixar de serem utilizadas pelo desaparecimento daquilo ao qual se referiam. Quando se intensificou o tráfego da estrada da Penha no início do século XIX, por exemplo, formou-se uma grande vala na ladeira do Carmo, chamada de *buracão do Carmo* ou o *Buracão*. Igualmente, o *grande barranco* (ACSP, LVI, 116), localizado entre a colina e a várzea do Carmo, manteve-se acentuado ao longo do século XVIII, conforme se percebe por esta designação corrente nas atas da Câmara. Restabelecida a ladeira e, posteriormente, suavizada a inclinação, não mais se registrou tal designação (Reis: 2004, 85).

Convém assinalar, contudo, que outros tantos buracos surgiram e foram preenchidos por ordens de camaristas na região, nas décadas seguintes, como esta indicação de 29 de abril de 1885:

Do Sr. Franzen: - Indico que a Camara mande por algumas carradas de pedregulho em uns *buracos* proximos á ponte de ferro, no aterrado do Carmo. S. Paulo, 29 de

Abril de 1885. - G. Franzen. - Que se solicite providencias do Exmo. Governo da Provincia. (ACSP, LXXI, 71)

O processo de erosão do *Buracão*, contudo, era diferente ao que levou à formação dos *buracos*, aludidos no excerto transcrito. O primeiro corresponde a uma depressão longitudinal formada ao longo da ladeira e, por isso, único na região e (re)conhecido como tal pela comunidade. *Buracão* correspondia, portanto, a um novo acidente geográfico formado; enquanto os *buracos* nada diferem de tantos encontrados em estradas e várzeas.

Outros topônimos foram formados devido à valorização de determinados elementos encontrados no ambiente. Em alguns casos, observa-se que a nomeação do espaço se confunde com o momento em que o local passa a fazer parte do universo conhecido; conseqüentemente, passa a ser denominado a partir daquilo que chamou a atenção da comunidade. A presença no ambiente, portanto, não garante a sua fixação como designativo. É necessária a valorização do referencial para que se torne topônimo propriamente dito e mantenha-se como designativo.

IV.1.1 As pontes da freguesia do Brás

Um fator necessário à manutenção das designações, senão o principal, é a sua clareza, não em termos da significação original, mas a qual elemento geográfico encontram-se ligadas. A principal ponte do núcleo, segundo Sant'Anna (1950, 92), ao longo dos séculos XVI e XVII, era a ponte do Tamanduateí, que, com frequência, os moradores da vila eram chamados a reconstruir¹⁰³. Especialmente quando a imagem de Nossa Senhora da Penha adquiriu fama de milagrosa, intensificou-se a sua importância, já que era a única ligação com a São Paulo Oriental.

A construção de outras pontes sobre o Tamanduateí, concomitante a tentativas de aterrar a várzea do Carmo, especialmente no século XVIII, invalida a designação *ponte do Tamanduateí*. Isto porque tal nome passa a causar dubiedade quanto ao elemento geográfico ao qual se remetia.

¹⁰³ Sant'Ana (1950, 92) indica registro dos camaristas, de 17 de agosto de 1556, comunicando aos moradores com propriedades nas proximidades que eram “obrigados a fazer a ponte do rio tomẽteahi que passa por junto da villa todas as vezes que diso necessidade e por ora ao presente a dita ponte ter necessidade de concertarse mandarão que por todo este mes de agosto deste dito ano concerten a dita ponte.”

Já a ponte sobre o rio Tietê era conhecida não pelo hidrônimo, mas pela composição de um termo descritivo da ponte e outro, indicativo da localidade ao qual ligava. Sant'Ana (1950, 94) apresenta a denominação *ponte grande de goarê*, proveniente de registro de 1734, e *Ponte Grande do caminho de Santana no rio Tietê*, de 1763.

No século XIX, tem-se a fixação do topônimo *ponte Grande*. Das 22 menções diretas a esta ponte, entre as décadas de 1860 e 1880, nas atas da Câmara, 2 apresentam indicações que vão além da descrição pura do elemento geográfico e 1 não possui descrição propriamente dita:

* *ponte grande da Luz* (ACSP, XLVI, 185) = termo geográfico + topônimo propriamente dito [descritivo do termo geográfico + indicativo de lugar]

* *Ponte Grande de Sant'Anna* (ACSP, LXVII, 178-81) = termo geográfico + topônimo propriamente dito [descritivo do termo geográfico + indicativo de lugar]

* *ponte do Tietê*, sendo a expressão completa *ponte do Tietê, no aterrado de Sant'Anna* (ACSP, LXXIV, 24) = termo geográfico + topônimo propriamente dito [indicativo de lugar]

Percebe-se, portanto, a cristalização do topônimo. Os termos tendem a não mais serem analisados um a um, mas pelo conjunto. Inicialmente, a designação *ponte Grande* deve-se ao fato de ter sido esta a primeira ponte do principal curso d'água do planalto paulista, do qual todos os demais são tributários, e, certamente, era a maior ponte de São Paulo.

O nome, como se percebe pelas indicações acima realizadas, manteve-se a despeito da construção de outras pontes sobre o rio Tietê, senão maiores, não muito diferentes daquela, das quais se ressalta a ponte que ligava o aldeamento de São Miguel ao de Guarulhos. Nas *Plantas* de Gomes Cardim (1897) e da Comissão Geográfica e Geológica (1914), anotou-se ainda *PONTE GRANDE*, evidenciando-se a permanência deste topônimo no século XX.

Além disso, a fixação desta denominação e a atualização do seu significado na região verificam-se pela designação atribuída à ponte contígua. Originalmente o caminho aberto a norte do núcleo transpunha apenas o rio Tietê, passando pela ponte Grande.

Posteriormente, desviou-se o curso original do ribeirão Tamanduateí, de forma a fazê-lo vazar no Tietê além da ponte Grande, mas tornando necessária a construção de uma nova ponte sobre o novo canal (Sant'Anna, 1950, 94).

Nos registros da década de 1860 e primeiros anos da seguinte, a nova ponte é indicada por expressões que remetem à estrada, ao canal do ribeirão Tamanduateí ou a ponte Grande:

* em 1860, *ponte sobre o canal do Tamandatehy*, com menção à *estrada que desta segue para Bragança* (ACSP, XLVI, 190);

* em 1870, entre as *pontes sobre o rio Tamandoatehy*, destaca-se a *primeira ponte da estrada de Sant'Anna* (ACSP, LVI, 157-8); e, no *aterrado de Sant'Anna*, indica-se as duas pontes existentes: a *ponte grande* e a *ponte sobre o rio Tamandoatehy* (ACSP, LVI, 190).

Em 1871, tem-se o registro de *ponte pequena do aterrado de Santa Anna*, em contraposição à *ponte grande* (ACSP, LVII, 142). A designação *ponte Pequena*, contudo, não se encontra cristalizada. No ano seguinte, entre os locais onde os camaristas solicitam iluminação, indica-se a *ponte do Tamandoatehy*, no *bairro da Lús* (ACSP, LVIII, 26). Concomitantemente, as expressões *ponte pequena* e *pequena ponte* são indicativas de diversas outras pontes de tamanho reduzido:

* *ponte pequena* (ACSP, LVIII, 9-10) e *pequena ponte* (ACSP, LVIII, 86) construída sobre o rio Anhangabaú, em 1872.

* *pequena ponte*, também construída em 1872, na *rua que da freguesia do Bras, pouco adiante do falecido Caquito, segue para a Moóca* (ACSP, LVIII, 10). No ano seguinte, tem-se a mesma designação de *ponte pequena na rua da Moóca* (ACSP, LIX, 13).

* *pequena ponte* (ACSP, LIX, 40 e 60), construída em 1873, no início da estrada da Penha, após a ponte do Carmo. No mesmo ano, indicou-se esta mesma ponte pela expressão *ponte junto a ponte preta*, não mais apresentando o termo descritivo puro *pequena*, mas remetendo-a por associação a outra ponte (ACSP, LIX, 187)

A fixação do topônimo *ponte Pequena*, certamente para a qual contribuiu o paralelo estabelecido com a *ponte Grande*, ocorre apenas nos últimos anos da década de 1870: em

1879, *Ponte pequena* (ACSP, LXV, 57); em 1884, *Ponte Pequena* (ACSP, LXX, 112); em 1885, *ponte pequena* (ACSP, LXXI, 106); em 1886, *ponte Pequena* (ACSP, LXXII, 40-1); em 1887, *ponte pequena do Commercio da Luz e Ponte Pequena* (ACSP, LXXIII, 19 e 21, respectivamente). O mapa Gomes Cardim (1897) traz, igualmente, *PONTE PEQUENA*. Outras pontes de porte reduzido passam a ser descritas pela expressão *pequena ponte*, acrescida de outros elementos encontrados no ambiente.

Ainda quanto à cristalização destes descritivos puros, interessa observar a grafia das expressões e topônimos transcritos. Nota-se uma evidente indecisão do escrivão, ora os dois termos, o geográfico e o topônimo propriamente dito, são escritos em letras minúsculas, ora em maiúsculas; em outros momentos, apenas um deles, em maiúsculas. Já as outras diversas *pontes pequenas* apresentam-se anotadas em minúsculas.

Nos registros da Câmara, evidencia-se, contudo, especialmente a partir da década de 1870, uma tendência à diferenciação de termos geográficos e topônimos propriamente ditos pela utilização de letras minúsculas e maiúsculas. Tal hesitação é comum a descritivos, devido à natureza destes topônimos.

Formados a partir da observação coletiva e, portanto, difíceis de precisar o momento exato em que seus termos tornam-se mais fixos, topônimos descritivos têm sua cristalização relacionada ao processo de toponimização. Segundo Dick (1990: 61), tais topônimos, cujo termo específico denotava o próprio termo geográfico, constituem “exemplos típicos do que se poderia chamar *o nome pelo próprio nome*”. Isto implica dizer que a linha que separa termo geográfico e topônimo propriamente dito torna-se ainda mais tênue nestes casos, e, por esta razão, estabelece-se uma relação de dependência, equivalente a *lexias complexas*.

A indecisão quanto à grafia dos descritivos nos registros é reflexo direto deste atrelamento do topônimo propriamente dito ao elemento geográfico, um dos diversos exemplos de palavras que caem no “limbo” entre substantivos comuns e próprios, das tão rígidas (quanto falhas) definições existentes, como aponta Zelinsky (2002). Tal dificuldade, importa ressaltar, mantém-se na esfera da formalidade, visto que o referencial ao qual se ligam diretamente estes topônimos descritivos não geram qualquer dubiedade, tanto que as expressões cristalizadas não mais são utilizadas para outros referenciais, que se utilizam de outros torneios de língua para descrevê-los.

Outro designativo descritivo é *ponte do Meio*. Neste caso, trata-se antes de uma descrição do ambiente do que do próprio elemento geográfico, já que, conforme se observa pela utilização de *do meio* na documentação analisada, indica que a ponte encontra-se *no meio de determinado terreno aterrado e não entre outras duas pontes*. Sua construção tinha por objetivo facilitar a passagem sobre o primeiro canal do ribeirão Tamandateí, aberto na várzea do Carmo a fim de diminuir o espraçamento de suas águas em períodos de cheia.

O primeiro registro desta ponte na documentação analisada encontra-se na *Carta* de Frederico H. Gonçalves (1837), no qual se lê *Ponte do meio aterrado do Braz* (sic). As indicações seguintes apenas fazem menção à forma reduzida deste designativo: *Ponte do Meio*, no *Mappa* de Bresser (entre 1810 e 1840); *Ponte do Meio*, na *Planta* de Bresser (1841); *ponte do meio* (ACSP, LVII, 45), de 1871.

O estabelecimento do Gasômetro e, conseqüentemente, do aterramento entre o *aterrado do Braz* e o antigo porto Geral levou à construção de uma nova ponte em 1873. As primeiras expressões registradas pelos camaristas para designar o nome elemento geográfico são compostas por “*do meio*” + *outro elemento descritivo*:

* *ponte do meio que vae do mercado para o gazometro* (ACSP, LIX, 12);

* *ponte do Meio do aterrado do Gazometro* (ACSP, LX, 46).

Concomitantemente, registrou-se, em lexia textual, este elemento geográfico sem o termo *do meio*:

* *ponte por elle [Manoel Ferreira Leal] mandada fazer no aterrado entre a ponte do Mercado e o gazometro* (ACSP, LIX, 58);

* *ponte que há pouco se construio no aterrado que vai ao gazometro* (ACSP, LIX, 65);

* *ponte do aterrado que vae para o gasometro* (ACSP, LIX, 94).

Nos anos seguintes, a expressão que designa esta ponte começa a se reduzir, apesar de certa variação:

* *Ponte do Gazometro*, em 1877 (*Mapa* de Jules Martin);

* *ponte do aterrado do Gasometro*, em 1879 (ACSP, LXV, 135);

* *ponte de ferro no aterrado do Gazometro*, construção de nova ponte, já que a anterior ameaçava ruir, em 1885 (ACSP, LXXI, 109).

Nos anos seguintes, nas atas da Câmara, o topônimo *ponte do Meio* encontra-se cristalizado para a ponte que se encontrava na várzea do Carmo; apesar de, nos mapas posteriores a 1842 analisados, não se indicar qualquer designação para esta ponte. Apenas na década de 1890, fixou-se a denominação *ponte do Gasometro* para aquela encontrada no aterrado do Gasômetro, reduzida a expressão, cujos termos ainda eram muito variáveis. Percebe-se nas diversas fontes consultadas, contudo, que, no ano seguinte a sua construção, não mais se utilizou o termo descritivo *do meio*, inviabilizado diante da denominação anterior, já em processo de cristalização.

Os diversos nomes descritivos citados são formados por apelativos compostos de dois termos mínimos: um determinado e um determinante, sendo que o elemento determinado é o próprio elemento geográfico. A relação que os une, entretanto, é antes definida pelo significado do determinante, a partir da qual se define, em alguns casos, sua função gramatical no topônimo.

Um topônimo elucidativo é *rio Morto*, encontrado em muitos Estados brasileiros. Duas são as possibilidades comuns de interpretação quando utilizado como designativo: curso d'água sem correnteza ou sem peixe; este, atualmente, associado a rios poluídos. No primeiro caso, *morto* define o acidente geográfico em si. No segundo, *morto* é indiretamente relacionado a *rio*, sendo necessários outros componentes não inerentes ao elemento geográfico para o estabelecimento de tal designação¹⁰⁴. Nota-se que ambos os topônimos são descritivos, sendo que os primeiros são *descritivos puros* ou *descritivos propriamente ditos* e os segundos, *descritivos associativos* ou *topônimos por descrição*.

Recuperar esta relação só é possível pelo estudo diacrônico. Desvendar a visão de mundo e os valores culturais do denominador e o ambiente que o rodeia é fundamental para a compreensão do real significado das designações. Neste sentido, cabe notar que o

¹⁰⁴ Um paralelo pode ser realizado com o topônimo de língua indígena *Paranapanema*, geralmente traduzido por *rio ruim*. Segundo Sampaio (1928,282), *paranapanema* significa “o caudal imprestável, impraticável”, sendo *panema*, “ruim, imprestável, inútil; infeliz, mal sucedido; pobre, falho, esteril” (*idem*, 280). Neste sentido, apesar de *panema* descrever o curso d'água, o faz por associação à carência de peixes. Na região Norte do Brasil, atualmente, *panema* significa “caçador e/ou pescador infeliz” (Houaiss).

significado da denominação *ponte do Meio*, se analisada somente a partir do último quartel do século XIX, quando já cristalizada, pode gerar interpretação errônea. Atualmente, o sentido usual de *do Meio* seria como equivalente a entre elementos iguais ou similares e, coincidentemente, esta ponte se encontrava entre outras duas. Pela análise desta lexia, conforme se observou acima, contudo, esta parecia nem ser uma interpretação esperada na época.

Igualmente, cabe notar que outras tantas descrições acabam por não se cristalizar. Na *Planta* de Rufino J. Felizardo e Costa (1810), indica-se, na várzea do Carmo, o designativo *Ponte da Franca*, geralmente denominada *ponte do Carmo*. Sant’Anna (1950, 96-7), dentre outras possíveis interpretações, entende que aquela designação indica que a ponte

era “franca” aos transeuntes, isto é, porque nela não se cobrava, como em outras, o imposto então existente que recaía sobre os negociantes que, de fora, traziam gêneros ou animais a negociar na cidade.

O imposto sobre mercadorias ou animais comercializados no núcleo era cobrado na freguesia do Brás, defronte a chácara da Figueira. A existência de abrigo sobre a ponte estabelecida diante desta propriedade, evidenciada no registro *ponte coberta do Ferrão* (ACSP, LVI, 93), de 1870, é reflexo da longa permanência de representantes do governo inspecionando cargas de tropas. Outro fato que reforça a interpretação de Sant’Ana é que, no início do século XIX, aumenta o número de tropas que passavam pela São Paulo Oriental, fato visível pelos relatos de viajantes.

A menção à *ponte da Franca*, contudo, a despeito da falta indicação dos designativos das demais pontes, parece ter a função prática de indicar que era aquela a que não tinha posto de impostos, e não uma designação corrente na época. Apesar de Sant’Ana não apresentar a fonte do nome *ponte franca*, por ele analisada, a datação de 1810, indicada em certo ponto pelo Autor, leva a crer que é a *Planta* de Rufino J. Felizardo e Costa, possivelmente a única que apresenta esta designação, reiterando a hipótese.

No momento de construção de novas pontes nas proximidades da anterior, surgem outras descrições, visto que, durante o tempo que se mantêm dois diferentes elementos geográficos, necessita-se de diferentes designativos para diferenciá-las. Tem-se, neste

sentido, a discussão sobre construção de uma nova ponte no fim da rua da Tabatinguera, a mais antiga ligação com a região a leste do núcleo. A anterior necessitava constantemente de reparos, mas, devido à intensidade do trânsito, não poderia ser destruída enquanto outra não fosse construída no local:

O Snr. Coronel Rodovalho propõe que, as obras determinadas para a ladeira da Tabatinguéra, ponte do mesmo nome e rua da Boa-morte sejam feitas de fôrma seguinte: Que, na ponte da Tabatinguéra seja feito um concerto radical de madeira, que a rua da Boa-morte seja concertada, fazendo-se um boeiro no esgoto dessa rua para a ladeira do Tabatinguéra, sendo supprimido o rebaixamento da mesma ladeira por falta dos recursos pecuniarios na Camara. (...) - Aprovada a proposta e indicações, menos quanto a ponte da Tabatinguéra, que deve ser construida de tijólos, como foi deliberado pela Camara. (ACSP, LVII, 70)

Antes mesmo de iniciadas as obras, diferencia-se, entre os anos de 1870 e 1872, a antiga ponte daquela que se pretende construir como: *ponte do Tabatinguera* (ACSP, LVI, 139), com alguma variação, e *ponte de ferro* (ACSP, LVI, 136-7) ou *ponte de ferro na Tabatinguéra* (ACSP, LVIII, 99), respectivamente.

Após a construção da nova ponte e demolida a antiga, as referências àquela passam a ser feitas pela designação da anterior, *ponte do Tabatinguera*; sendo esta uma tendência comum de manutenção de antigas designações, apesar da mudança do elemento geográfico ao qual se referem¹⁰⁵. Nestes casos, nota-se que a própria comunidade de falantes estabelece designativos que vão além do objeto em si. A ponte pode ser reconstruída não exatamente no mesmo local nem com as características que a definiam anteriormente, mas mantém a designação.

Em outros casos, nota-se que tais descritivos mantêm-se como topônimos paralelos¹⁰⁶, conservados pela população local, mas desconhecidos por parte da população. Em excerto acima transcrito, o camarista Franzen, com propriedade na freguesia do Brás, traz designação similar para outra ponte da região: *ponte de ferro, no aterrado do Carmo*

¹⁰⁵ Em alguns casos, menciona-se a mudança pela incorporação da lexia *novo* / *nova* ao designativo. E ainda, se se mantém o antigo elemento geográfico, incorre o acréscimo da lexia *velho* / *velha* à denominação do elemento geográfico mais antigo.

¹⁰⁶ Sobre o assunto, ver Dick (2000). Neste trabalho, a Autora entende os designativos paralelos como parassinônimos do sistema onomástico.

(ACSP, LXXI, 71). Igualmente, em 1874, James Senthall, então representante da Companhia do Gás, encaminha ofício aos camaristas

pedindo providencias para o concerto da *ponte de madeira que se acha no caminho entre o Mercado e a fabrica do gás* que ameaça damnificar o cano principal que condúz a iluminação para a cidade (ACSP, LX, 41)

Às designações *ponte de ferro* e *ponte de madeira*, não se encontrou outra referência nas fontes consultadas; entretanto, não é possível descartar a hipótese de que eram designações comuns na esfera local, visto que, de imediato, os camaristas encaminham os pedidos a outros representantes do poder político, sem solicitação de especificação do local, como seria feito, caso não o identificassem. Por outro lado, não foi possível identificar a qual das três pontes encontradas no aterrado da várzea do Carmo se faz menção, já que, comumente, as referências são feitas pelo topônimo, não se apresentando outras descrições dos elementos geográficos.

Uma última observação a partir dos nomes descritivos de pontes diz respeito ao fato de que, depois de cristalizados, independente da mudança daquilo que é posto em destaque pela descrição, mantêm a designação. Talvez seja esta a principal maneira por à prova a fixação destes topônimos.

A primeira ponte na estrada da Penha, depois de percorrida a várzea do Carmo, era denominada *ponte Preta*¹⁰⁷. As primeiras cinco referências que compõem o *corpus* são da década de 1850, realizadas em demarcações dos Registros de Terra¹⁰⁸: *na estrada geral para o Rio de Janeiro; entre as pontes denominadas – Ponte Preta e Ponte de São Nicolau* (RT 13). Já a última menção a este elemento geográfico é de 1888, dentre as 16 indicações encontradas nas Atas da Câmara¹⁰⁹:

¹⁰⁷ Não foi possível identificar o hidrônimo sobre o qual passava a *ponte Preta*. Pelo mapa de Frederico H. Gonçalves, de 1837, supõe-se que se trata de afluente do rio Tietê, como braço que chegava às proximidades do porto Geral do rio Tamanduateí. É a partir da *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, e do *Mapa* Sara Brasil de 1930 que se nota que tal curso d'água foi aterrado ou canalizado parcialmente antes do término do século XX.

¹⁰⁸ As demais referências encontram-se nos RTs 47, *ponte preta*; 129, *lugar denominado Ponte Preta*; 130, *Ponte Preta*; 115, *Ponte Preta*.

¹⁰⁹ As demais 15 referências a este elemento geográfico registradas nas Atas da Câmara são: *ponte preta* (ACSP, LVIII, 105); *pontilhão, na ponte preta que atravessa a estrada da Penha* (ACSP, LIX, 10); *ponte Preta* (ACSP, LIX, 92); *rua que da ponte Preta, no Bras, segue para a Moóca* (ACSP, LIX, 104); *rua da ponte Preta vai a Moóca* (ACSP, LIX, 104); *ponte Preta e ponte junto a ponte preta* (ACSP, LIX, 187); *ponte preta* (ACSP, LX, 161); *ponte Preta* (ACSP, LXIII, 54); *ponte denominada preta* (ACSP, LXIII, 212-)

A mesma comissão [de Artes e Terras], examinando o requerimento de José Vicente, em o qual requer uma data na rua do Braz entre a capella de Santa Cruz e *ponte preta*, é de parecer que seja indeferido. Sala das sessões 23 de Janeiro de 1888. - Francisco Antonio Pereira Borges, Domingos Sertorio, Silveira da Motta. (ACSP, LXXIV, 26-7)

Esta ponte foi sem dúvida reconstruída diversas vezes, sendo possível mesmo que não mais mantivesse a coloração que lhe originou a denominação. A fixação da designação, contudo, evidencia-se pela sua manutenção ao longo das décadas. Um fato que pode ter concorrido para sua permanência é a translação toponímica desta denominação para a localidade do entorno.

A influência que gera o processo de translação toponímica resulta não necessariamente de sua proximidade ao novo acidente; ao contrário, é antes fundamental a força referencializadora em detrimento a tantos outros referenciais encontrados no ambiente, seja em virtude de importância social, mística ou comercial ou de se destacar como o elemento mais conhecido e reconhecido no espaço.

No caso da *ponte Preta*, percebe-se que o seu estabelecimento, assim como a denominação, é muito anterior a década de 1850, visto que o processo de translação toponímica já é perceptível nos Registros de Terras: *Local: Pouco além do lugar denominado Ponte Preta* (RT 129).

A expansão da referencialização, contudo, pode dificultar a compreensão de a qual elemento geográfico se faz menção, especialmente pela imprecisão já comentada quanto à grafia dos topônimos descritivos, por exemplo, em *Local: Ponte Preta* (RT 130), sem qualquer outra referência, em contraposição a *Local: pouco à direita da Ponte Preta* (RT 115). O cruzamento é também perceptível em outros elementos geográficos, cujo vigor referencial leva à progressiva translação toponímica:

De Miguel Escoffon pedindo para estabelecer uma linha (tranway) por tracção animada ou a vapor que partindo da *Ponte Grande* vá a serra da Cantareira

3); *ponte preta* (ACSP, LXV, 122-3); *alem da ponte preta* (ACSP, LXVI, 113-4); *rua que partindo da denominada Bella Vista vai terminar na Ponte preta da rua do Braz* (ACSP, LXX, 103); *ponte preta* (ACSP, LXX, 129); *rua que vai da Bella Vista a Ponte Preta* (ACSP, LXX, 135).

passando pelo arrabalde de Santa Anna - A Comissão de Justiça. (ACSP, LXXII, 113)

Tal imprecisão se intensifica no caso de resultantes do processo de translação toponímica que carregam, na migração do nome, o termo genérico. Trata-se de uma parcela ainda não mensurada de nomes cujo elemento geográfico exerce tal influência no processo de nomeação que acaba sendo incorporado ao novo denominativo ou cujo elemento geográfico toponimizado é descritivo e dificilmente dissociado de seu determinante primeiro. Processo similar é se verificado nos seguintes nomes de cidades brasileiras: *Rio Branco* (AC); *Porto Seguro* (BA); *Porto Alegre* (RS); *Serra Branca*, *Serra da Raiz*, *Serra Grande* e *Serra Redonda* (PB).

Os mapas consultados não apontam o local onde se encontrava a *ponte Preta*, possivelmente por ser uma ponte de menor porte. Entretanto, a *Planta* de Gomes Cardim (1897) registra uma rua do lado esquerdo da av. Rangel Pestana (antiga rua do Brás / estrada da Penha) denominada *P^{TE} PRETA* (atual rua do Doutor Ricardo Gonçalves), revelando que, apesar do desaparecimento do elemento geográfico, este topônimo permanece como referencializador.

IV.2. A função da Toponímia no resgate de memória

Entre os objetivos dos estudos toponímicos, nas suas diversas vertentes teóricas, filológica, etnolingüística ou lexicológica, quanto nas diferentes perspectivas de estudo, sincrônica e diacrônica, ressalta-se a sua proposição metodológica de recuperação de acontecimentos históricos, nacionais ou locais e de falares, tendo em vista que os topônimos agem como agentes perpetuadores de memória.

Os topônimos descritivos analisados apresentam uma produtiva fonte de termos geográficos populares, da percepção de hábitos dos moradores da região e de elementos comuns e valorizados no ambiente.

IV.2.1. Termos geográficos populares

A conversão de nomes comuns em próprios pressupõe a valorização do referencial pela comunidade. Não basta a existência de determinadas características no ambiente, é necessário que façam parte da rotina da comunidade. Igualmente, enquanto intrinsecamente relacionados a um determinado grupo de falantes, refletem marcas lexicais próprias do grupo. Neste sentido, alguns termos geográficos locais, e não aproveitados em vocabulário especializados da língua portuguesa do Brasil, são identificados no *corpus*.

Nos Registros de Terras, identifica-se fase anterior à fixação do topônimo *córrego Rapadura* (Mapa, Sara Brasil), afluente esquerdo do rio Aricanduva: *até chegar de frente de um brejo, do outro lado, que é esgoto das águas vindas da rapadura*¹¹⁰ (RT 20). O primeiro termo que chama a atenção é *esgoto*, designação que era comumente dada a pequenos cursos d'água, mas que, atualmente, refere-se apenas ao “sistema de canalização, ger. subterrâneo, que recebe a água da chuva e os detritos de um conjunto populacional” (Houaiss).

O segundo termo, *rapadura*, não é definido como termo geográfico em dicionários especializados, mesmo os mais modernos (Guerra, 1997). O dicionário Houaiss traz referência à *rapadura* como regionalismo, referente à “terra escavada pelo coelho para fazer a toca”. O contexto assinalado explicita que se trata, antes, de terra escavada pela ação da águas do que por animais.

Outro hidrônimo comum à região é *barrocada / barroca*, definido como “escavação formada por erosão das águas; cova, barranco” (Houaiss). O primeiro foi utilizado na delimitação de propriedade nas proximidades da cabeceira do Uberaba, talvez, remetendo a um afluente: *seguindo barrocada acima* (RT 12B). Já *barroca* foi utilizado como sinônimo de *córrego*: *barroca chamada do Ipiranga* (RT 126), em contraposição a *córrego chamado Ipiranga* (RTs 81 e 89).

Além destes, identifica-se, já toponimizado, o termo geográfico comum a diversas regiões brasileiras *Olho de Água*¹¹¹: *lugar chamado Olho D'Água* (RT 38); *lugar chamado Bocaina digo chamado Olho de Água* (RT 96), *Local: Olho de Água* (RT 135) e *Olhos de*

¹¹⁰ Trata-se do mesmo elemento geográfico identificado como *córrego Rapadura*, em 1930. Nos RTs, a propriedade descrita é indicada como localizada no bairro do *Bom Retiro*, antes *Tucuri*, denominações estas não identificadas posteriormente nas fontes consultadas.

¹¹¹ O lugar denominado *Olho de Água* encontrava-se a sul do rio da Moóca, entre os bairros da Invernada e da Moóca. Este topônimo não foi registrado em documentação posterior.

Água (RT 142B). Cabe notar que não foi registrada nenhuma referência a hidrônimo ou hidrotopônimo com a mesma designação, possibilitando a interpretação de que se trate de um topônimo por descrição e não resultante de processo de translação toponímica.

Outra designação única no *corpus* analisada é registrada no seguinte contexto: *subindo daí pelo – Rego D'Água*¹¹² (RT 24). As informações assim colocadas não possibilitam a identificação de se se trata de hidrônimo ou hidrotopônimo.

Um termo geográfico comum em São Paulo é *espigão*, definido como “a parte mais elevada de uma serra, de um muro etc.” (Houaiss). Nos RTs, tem-se a delimitação de uma propriedade na *Cabeceira da Moóca* pela identificação de um *espigão do campo* (RT 34), mas, assim como nas demais regiões paulistas, não foi toponimizado, possivelmente por ser uma designação demasiadamente corrente, não permitindo uma boa referencialização.

O último termo geográfico popular é *bocaina*, caracterizado como regionalismo no dicionário Houaiss, com diferentes significados, dentre os quais, pela configuração do local onde esta designação aparece, melhor define o de “depressão que serve de passagem numa serra”. Apesar de não ser registrado ou não ser possível identificar o elemento geográfico que teria desencadeado o processo denominativo, nota-se o desdobramento deste referencial pela translação toponímica: *Um capão de matos denominado Bocaina* (RT 96) e *estrada chamada da Bocaina* (RT 126)¹¹³.

IV.2.2. O ambiente e a ação do homem

A consulta aos Registros de Terra permite traçar o perfil da região na década de 1850. Ainda no sentido de compreender as relações existentes entre o ambiente e o ato de nomear, observa-se a freqüente menção a hidrônimos e a caracterizações do solo, especialmente erodido pela ação da água e do homem; paralelamente, são descritas grandes propriedades, ligadas por alguns poucos caminhos permanentes e uma intrincada rede de vias mutáveis, cujo atendimento restringe-se aos moradores.

¹¹² Pelo cotejamento de diferentes registros, chega-se à conclusão que tal denominação encontra-se entre a cabeceira do ribeirão da Moóca e o bairro do Caguaçu.

¹¹³ O *capão de matos denominado Bocaina* encontra-se contíguo ao bairro do Fonseca. E a estrada ligava tal localidade a proximidades da cabeceira da Moóca, ponto de convergência de diferentes caminhos. Esta denominação, *Bocaina*, não foi registrada posteriormente na região.

A falta de diversidade de referenciais, senão os elementos físicos próprios ao ambiente, faz as denominações girarem em torno de descrições corriqueiras. Dentre elas, destaca-se o termo *brejo*¹¹⁴: *até os Olhos de Água e pelo brejo abaixo até o rio da Moóca* (RT 142B) e *até dar no brejo* (RT 4) e *lugar chamado – Brejo* (RT 38). A análise de tais ocorrências remete a uma extensão área, possivelmente não ocupada, dada a configuração do solo, cujo elemento geográfico predominante se confunde com a designação do local. Nota-se, portanto, que a formação do topônimo é realizada pela toponimização do próprio termo geográfico.

Em outro registro, destaca-se a designação *barra do córrego seco* (RT 43), que remete a fato regular em períodos de estiagem. Tais descrições, contudo, causavam grandes confusões pela duração efêmera ou temporal de tais elementos e pela existência de designações comuns em diferentes lugares. Ambas não foram identificadas em menções posteriores nestas localidades, evidenciando-se que não se fixaram como topônimos. Outras descrições, entretanto, acabam por se cristalizar, como ocorreu com as *pontes Preta, Grande e Pequena*, cujas referencialização vão além do próprio elemento geográfico.

A prática de abrir valas para demarcação de propriedade era corrente na região até meados do século XIX. Por tal razão, descrições como *uns valos e uns caraguatás* (RT 126), *terreno todo valado* (RT 101), *chácara toda cercada de valos e espinhos* (RT 133) são constantes especialmente nos Registros de Terra.

Outra função ou consequência de valar a terra é para a mudança do curso de rios. A terceira ponte da várzea do Carmo e a ponte do Meio, por exemplo, foram estabelecidas sobre valas abertas do rio Tamanduateí a fim de dirimir as enchentes, que resultaram antes em ações paliativas. O excerto a seguir diz respeito àquela ponte, mais próxima à freguesia do Brás:

mande proceder aos reparos necessarios (...), especialmente no começo do dito caminho, onde existem agoas estagnadas e buracos, mandando-se tambem pôr guardas de madeira na ponte que fica sobre *o vallo* que atravessa a varzea. (ACSP, LVI, 28-9)

¹¹⁴ O brejal localizava-se a sul do rio da Moóca, entre o bairro da Moóca e do Tijucoçu.

A comparação de mapas hidrográficos e de ruas evidencia que grande parte dos antigos caminhos eram abertos margeando cursos d'água. No local designado *vertentes do ribeirão Tatuapé*, local de complexo cruzamento de caminhos, encontra-se uma indicação que remete a valas como pequenos cursos d'água que secam durante parte do ano, deixando a mostra valas intermitentes:

Do lado da cidade está dividido do campo Realengo com *um valo no seguimento da estrada que segue para o bairro da Moóca e pelo ribeirão Tatuapé acima até chegar em um lugar onde outra vertente desagua neste ribeirão* e daí divide com terras pertencentes a João Soares de Moraes *até alcançar outro valo que corre abeirando a mesma estrada do Caguaçu* que vem dos moradores do caminho da Penha e outra estrada que desta cidade vai para o mesmo bairro da Moóca e fica à esquerda do sítio até onde as duas estradas se encontram. (RDT 87)

A tendência à designação do elemento geográfico pelo seu próprio termo pode ser observada nos seguintes registros:

* *vallo denominado pelo povo do lugar - Vallinho velho* (ACSP, LXX, 20); *vallinho velho* (idem, 25); *terreno e capões de mattos comprehendidos do pequeno e velho vallo, conhecido pelos moradores do lugar, pelo nome de vallinho velho* (idem, 27); *vallinho velho* (idem, 27); *antigo vallo* (idem, 28)

* *vallo novo* (ACSP, LXX, 27)

* *vallos do Senr. Dr. Rafael* (ACSP, LXX, 24)

É nítida a intenção em se descrever o ambiente: a *vallinho velho* e *antigo vallo* contrapõe-se a *vallo novo*. Ao mesmo tempo, menciona-se o proprietário das propriedades que foram valadas – *vallos do Senr. Dr. Rafael*.

Apesar disto, no primeiro item, a toponimização do elemento geográfico – *Vallinho velho* – leva a crer que a denominação, a partir de tal referencial, é anterior ao estabelecimento de novos valos, maiores que os antigos, visto que colocado em destaque. A fixação do topônimo é reforçada pela tendência à translação toponímica para outros elementos geográficos – *terreno e capões de mattos comprehendidos do pequeno e velho vallo, conhecido pelos moradores do lugar, pelo nome de vallinho velho*.

A baixa incidência de pedras no entorno do núcleo, por outro lado, torna as localidades onde as encontrem conhecidas como tal. Assim, nos Registros de Terra, tem-se a referência ao elemento geográfico – *pedra grande* (RT 43) e *até dar em uma pedra* (RT 118) – e ao topônimo que surge a partir da sua exploração – *Local: Pedreira* (RT 43, 99 e 118).

Nas atas da Câmara, encontra-se menção a outro litotopônimo, possivelmente também assim designado em consequência da extração de pedras no local:

A mesma comissão [de Artes e Terras] examinando o requerimento de Athanazio Lourenço pedindo data no *logar denominado Pedregulho*, alto do Hyppodromo, é de parecer que seja indeferido. S. Paulo, 27 de Janeiro de 1888. - *Francisco Antonio Pereira Borges, Domingos Sertorio, Silveira da Motta*. (ACSP, LXXIV, 29)

A descoberta e exploração de uma grande gama de pedras na região Norte paulistana acabaram por desencadear diversas designações com tal referencial, fazendo com que muitos litotopônimos já fixados atenuassem sua capacidade referencializadora. Das denominações indicadas, manteve-se apenas a primeira designação, pela manutenção do referencial por décadas, ainda hoje cristalizada em *rua Pedreira*.

IV.2.2.1. A fitonímia e a fixação de designativos. As figueiras de São Paulo

A fitonímia apresenta-se com frequência entre os elementos utilizados na descrição dos ambientes e, constantemente, como referencial em processos de toponimização. Pela cristalização de tais referenciais, é possível verificar quais eram as antigas coberturas vegetais, devastadas pela ação do homem, revelando-se o papel da Toponímia na recuperação de registros de língua e de fatos do passado.

A constância de viajantes entre a cabeceira do Tatuapé e da Mooca, conforme se viu no capítulo anterior, confunde-se com o emprego da sapopemba para a construção de eixos de carros de bois, o que, certamente, contribuiu para a fixação de tal referencial como designativo na região. A manutenção de designativos, especialmente após o

desaparecimento da motivação original, contudo, relacionar-se a questões externas ao próprio ato denominatório.

Descrições da área entre o rio Tietê e o ribeirão Tamanduateí constantemente indicam a existência de coqueiros: *um coqueiro e uma árvore, denominada – árvore de São José* (RT 7); *com direcção a um coqueiro* (ACSP, LVII, 99). A *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, indica a denominação *r. dos Coqueiros*, para logradouro entre a *r. Dr. Carlos de Campos* e *r. Silva Telles*. Por não haver continuidade, o trecho seguinte da rua é denominado *r. da Cachoeira*. Já no *Mapa Sara Brasil*, de 1930, nota-se que o trecho inicial – *r. dos Coqueiros* – foi alinhado ao seguinte, e tal logradouro é designado unicamente por *rua da Cachoeira*.

A especulação imobiliária que afetou esta região ainda na década de 1880 levou a sua descaracterização, incluindo a derrubada da vegetação para construção de moradias e estabelecimento de vias. O desaparecimento do fitotopônimo *Coqueiros*, contudo, não está relacionada a este fato, antes a processos que regem a organização do espaço urbano.

Cabe notar que muitos fitônimos indicados em antigos documentos, especialmente aqueles que servem como indicação de demarcação de terras, não chegaram a formar designações que se fixassem. Por serem suscetíveis à ação do tempo, a vegetação pode variar de tempo em tempo; inclusive, não são raros os desacordos entre vizinhos quanto a limites de propriedades, realizados pela descrição de plantas não mais existentes.

Neste sentido, nenhum elemento serviu tão bem ao intento de referencializador do que as *figueiras*. E não é difícil encontrar explicação para tal fato: árvores de grande porte e, sobretudo, de frondosa copa de galhos grossos, que permitem até um grande grupo se abrigar do sol, não raro usados como banco e para amarrar animais, as figueiras se apresentavam como um bom local de descanso para viajantes. Além disso, duram por longo tempo, intensificando seu caráter referencializador.

Muitos são os exemplos de figueiras que correspondem a tais funções. Interessante notar as diferentes designações que cristalizaram a partir deste referencial. Destes destacam-se três exemplos de diferentes regiões de São Paulo: a estrada das Lágrimas, na região Sul; a figueira da Glette, na região Norte, e figueira do Brás, na região Leste.

O primeiro remete a uma figueira existente no novo caminho do mar, ponto tradicional de despedida daqueles que, deixando São Paulo, seguiam para o porto de Santos. O hábito de acompanhá-los até esta antiga árvore, posteriormente marcada como limite que as famílias de soldados que iam à Guerra do Paraguai poderiam alcançar, levou a designá-la por *Árvore das Lágrimas*. A estrada, a partir deste referencial, passou a ser denominada *estrada das Lágrimas*.

No antigo caminho que seguia para a freguesia de Conceição dos Guarulhos, no bairro de Santana, a norte do núcleo, uma árvore era conhecida como *Paciência*. Nota-se processo similar ao acima descrito, apesar de não ser possível afirmar se se tratava de uma figueira, pela demarcação de limite por uma árvore, e, a partir desta, a designação dos demais elementos encontrados no entorno:

* *Indo desta cidade pelo caminho antigo para a Conceição, tem no alto do morro uma árvore chamada da Paciência* (RT 221, Santa Ifigênia); *vai ter a estrada velha da Conceição junto à Árvore da Paciência* (RT 144, Santa Ifigênia);

* *Morro Grande até o caminho da Paciência* (RT 245A, Santa Ifigênia);

* *córrego da Paciência* (RT 60 e 91, Santa Ifigênia); *dois córregos denominados Paciência* (RT 85, Santa Ifigênia);

* *Local: Paragem Paciência* (RT 91, Santa Ifigênia); *Local: Paciência – Bairro de Santana* (RT 85 e 90, Santa Ifigênia); *Local: Paciência* (RT 226, Santa Ifigênia).

Convém indicar que, para a designação do antigo caminho, passa a concorrer *caminho antigo para Conceição* e *caminho da Paciência*. Já o novo caminho, é denominado *Estrada da Conceição*. Outro fato que reforça a escolha desta árvore como referencial é encontrar-se na elevação do terreno, local naturalmente em destaque.

Já a *Figueira da Glete* ficava nos fundos do antigo palacete de Jorge Street, antes chácara Mauá. Vendido em 1937 para abrigar a Faculdade de Geologia da USP, tornou-se ponto de encontro de estudantes. Apesar de o palacete ter sido demolido na década de 1970, cuja propriedade na época já havia sido transformada em estacionamento, a figueira foi tombada como patrimônio ambiental de São Paulo em 1994.

A Figueira do Brás, por sua vez, marcava o limite da cidade a leste. Os estudantes da Faculdade de Direito que seguiam para o Rio de Janeiro eram acompanhados até ali pelos colegas; por esta razão, é chamada eventualmente de *Figueira da Separação* ou *Figueira das Lágrimas*. Suas dimensões, contudo, fizeram com que se tornasse a *Figueira*, simplesmente:

De José de Souza Ribeiro pedindo permissão para edificar uma Capella de Santa Crús que se acha collocada á rua do Bras adiante da Ponte do Ferrão junto a *Figueira*. - A Commissão de Obras Publicas. (ACSP, LXII, 59)

A rua paralela ao segundo canal da várzea do Carmo recebeu por designação *rua da Figueira*. O primeiro registro nas atas da Câmara é de 1884, e, dois anos depois, já se solicita a preparação desta via para futura distribuição de datas de terra:

Indico que se mande concluir o alinhamento da rua da Figueira proximo a rua do Bras; - collocar guias e nivelar a mesma rua do Bras. S. Paulo, 17 de Março de 1886 - Antonio da Costa Moreira - Ao Dr. Engenheiro e a Commissão de Obras. (ACSP, LXXII, 66)

O alinhamento desta rua, ao contrário da citada *rua dos Coqueiros*, levou à definição de dois logradouros distintos, divididos pela rua do Brás, conforme se percebe claramente pela *Planta* de Gomes Cardim (1897). A faixa a norte, *comprehendida entre as ruas do Gazometro e Braz*, mantém a denominação *rua da Figueira*, recebendo novos melhoramentos, como iluminação pública (ACSP, LXXII, 76). O trecho restante é designado *r. S^{ta} Cruz da Figueira* (*Planta*, Cardim, 1897), acrescentando na denominação oficial um segundo elemento referencial – *Capella de Santa Crús*.

Convém notar que a *Figueira* localizava-se do lado norte da estrada da Penha, lateral da citada propriedade do Ferrão, morador constantemente citado pelos camaristas, cuja chácara era igualmente conhecida por *da Figueira*. A capela da Santa Cruz, por sua vez, foi estabelecida no lado sul da estrada da Penha, como se nota no seguinte registro:

A Commissão de Obras Publicas, no requerimento de José de Souza Ribeiro em que pede permissão para edificar uma Capella á Santa Crús na Freguezia do Braz, logo adiante da ponte do Ferrão a beira da estrada, é de parecer que se defira o

requerimento do Supplicante, marcando-se na paragem designada um espaço de terreno para a edificação da Capella que alli se propoem levantar o Supplicante e outros; mas de modo *que dê a frente do edeficio para o lado da rua, e o fundo para o lado do caminho de Santos*. Sam Paulo 19 de Outubro de 1876 - Indalecio R. F. de Aguiar - Bento Alves de Siqueiro Boeno. - Aprovado. (ACSP, LXII, 98)

Se a Figueira não poderia manter-se designativo para ambos os lados logradouros, por outro lado, a Santa Cruz não possui poder referencializador, conforme já verificado anteriormente. Na *Planta* de Gomes Cardim (1897), registrou-se outro logradouro com mesmo designativo – *r. da S^{ta} Cruz*¹¹⁵ –, possivelmente indicação de outra capela com mesmo orago. A formação do topônimo composto, duplamente referencializado, acaba por cumprir a função individualizadora.

Outra denominação engendrada a partir deste referencial foi *lugar denominado Figueira* (ACSP, LXVII, 157). A designação *Brás*, contudo, manteve-se oficialmente para a região onde estava a Figueira. Já a existência de uma *Alameda das Figueiras* (ACSP, LXXI, 33-5), onde posteriormente foi criado o *Palacio de Industria*, parece não estar relacionada a Figueira; tanto que os camaristas pouco antes já haviam solicitado iluminação para o mesmo logradouro, então indicado sob a denominação *rua das Figueiras* (ACSP, LXXI, 33). O desaparecimento desta última designação não é de se estranhar, já que poderiam gerar confusões, ainda mais em decorrência da proximidade destes.

A prevalência da *Figueira* como referencial naquele logradouro, apesar de pautado por questões oficiais, não deixa de implicar no seu valor sentimental na região.

Valorizamos o nome como um verdadeiro marcador existencial, aquilo que confere ao lugar personalidade jurídico-administrativa capaz e pertinente. Mas um lugar ou uma cidade não é apenas isso. É também memória afetiva, responsável pelas raízes individuais e coletivas da população. (Dick: 2004, 39)

O *Mapa* de Jules Martin (1877) retrata tal afetividade ao apresentar este referencial, sob a denominação *Figueira do Braz*, representado por desenho, em destaque. Nas

¹¹⁵ A *r. da S^{ta} Cruz* indicada por Cardim (1897) é paralela à *rua Visconde de Parnahyba*, na lateral do Hipódromo. Não parece ser proveniente da *Cap. de Sta. Cruz da Tabatinguera*, indicada no Mapa de Frederico H. Gonçalves, próxima à *Ponte da Tabatinguera*.

comemorações do Quarto Centenário de São Paulo, quarenta anos depois de derrubada, a figueira ainda é lembrada, apesar de envolta já em fantasias, pelo seu símbolo no período anterior à construção de ferrovias:

Era também famosa por possuir, em suas terras seculares, gigantescas e frondosas figueiras, considerada a maior e mais velha de São Paulo, derrubada em 1905. A árvore macróbia, contemporânea do São Paulo dos primeiros tempos, serviu, durante muitos anos, de abrigo aos viandantes que ali trocavam de roupas, lavavam-se e preparavam-se para subir a ladeira do Carmo e chegar ao largo da Sé. Um dia, resolveram, com o protesto de toda uma população, pô-la abaixo e levaram mais de um mês no trabalho insano!¹¹⁶

IV.2.2.2. Os vazios toponímicos: as várzeas realengas e devolutas

Ainda na década de 1850, evidencia-se que parte da freguesia do Brás não se encontrava ocupada. Isto é perceptível nos Registros de Terras, nos quais, constantemente, se menciona a existência de campos e várzeas devolutas e realengas. Das 53 propriedades, por exemplo, que margeavam a estrada da Penha, 19 indicam limites com terrenos assim definidos:

* *várzea devoluta* – RT 141 (lado esquerdo da estrada da Penha, no *Pari*), RTs 115 e 130 (*ponte preta*, lado direito da estrada da Penha), RT 138A (*Nicolau*, lado direito da estrada da Penha), RTs 26B e 59 (lado esquerdo da estrada da Penha, no *marco da meia légua*, *várzea do Tietê*), RT 28 (*além do morro do Tatuapé*, lado direito da estrada da Penha), RT 46 (lado esquerdo da estrada da Penha, pouco *a leste da meia légua*, *várzea do Tietê*), RT 128 (lado esquerdo da estrada da Penha, *aquém do marco da meia légua*) e RTs 50 e 140' (lado direito da estrada da Penha, *a leste do marco da meia légua*);

* *campos devolutos* – RT 138D (*Tatupé*, lado direito da estrada da Penha);

* *várzea Realenga* – RT 2 (lado direito da estrada da Penha, no *marco da meia légua*);

¹¹⁶ Este artigo encontra-se disponível em <http://www.abril.com.br/especial450/materias/bras/index.html> (Acessado em 10 de fevereiro de 2005).

* *várzea Realengo* – RT 30A (lado esquerdo da estrada da Penha, *aquém do marco da meia légua*) e RT 102 (*Maranhão*, lado direito da estrada da Penha);

* *campo Realengo* – RT 19 (*capão Embira*, lado direito da estrada da Penha), RT 87 (*vertentes do ribeirão Tatuapé*, lado direito da estrada da Penha) e RT 88 (lado direito da estrada da Penha, margem direita do *ribeirão Tatuapé*);

* *várzea Realenga denominada do – Tatuapé* – RT 36 (lado esquerdo da estrada da Penha, no Tatuapé);

* *Campos Realengo da Moóca* – RT 62 (lado direito da estrada da Penha, *Brás*).

Cabe mencionar que a estrada da Penha correspondia à via mais densamente povoada, por ser o principal eixo de ligação do núcleo com a igreja da Penha. É a partir dos registros assinalados que se verifica a utilização da lexia *devoluto* como definição oficial e sem intenção denominativa.

Já a utilização da lexia *Realengo* / *Realenga* tende a se caracterizar como topônimo propriamente dito. Isto é perceptível pela falta de concordância nominal com o elemento geográfico – *várzea Realengo* e *Campos Realengo* –, a despeito da lexia *devoluto*, que indica, nitidamente, terras sem designação e que aguardam a ocupação. Trata-se de uma designação que, originalmente, era utilizada na indicação de territórios localizados distante do poder real, em terras recém-descobertas, e, por extensão, passou a significar qualquer terra inóspita.

Realengo fixou-se como topônimo em todo o Brasil, especialmente quando regiões consideradas desfavoráveis ao desenvolvimento de povoados, mas reconhecidamente pertencentes a Coroa portuguesa, passam a ser ocupadas. No caso da freguesia do Brás, apesar de evidenciar-se a sua utilização como topônimo propriamente dito em terrenos alagadiços e desabitados, a proficuidade de utilização desta lexia inviabiliza sua fixação como designativo. É o que se evidencia em *várzea Realenga denominada do – Tatuapé* e

*Campos Realengo da Moóca*¹¹⁷, nos quais, para garantir a referencialização do elemento geográfico, são indicadas outras denominações.

IV.2.3. A toponimização de termos geográficos

A toponimização é um processo de formação de designativos especialmente produtivo no momento em que locais antes pouco habitados passam a ser ocupados. Observou-se a cristalização de elementos geográficos designados pela descrição de si mesmos, pelo seu próprio termo geográfico e pela descrição de outros elementos encontrados no ambiente.

Uma quarta possibilidade de formação de topônimos por descrição é a de toponimização de um aspecto do próprio elemento geográfico. Neste caso, o primeiro formante do topônimo é parassinônimo do elemento que nomeia, processo entre a simples descrição do elemento geográfico e a translação toponímica. Nos registros analisados, detectou-se a dois tipos de formação: por hiperônimo e hipônimo.

No primeiro caso, incluem-se todos os hidrônimos cujo topônimo propriamente dito é composto pela lexia *Água* + termo descritivo do curso d'água ou termo caracterizador do ambiente:

* *lagoa chamada Água Comprida* (RT 144); *pequeno córrego denominado – Água Vermelha* (RT 1); *ribeirão chamado – Águas Fundas* (RT 20), *ribeirão chamado – Água Funda* (RT 29), *ribeirão – Água Funda* (RT 29) → elemento geográfico + topônimo propriamente dito [hiperônimo *Água* (determinado) + termo descritivo (determinante)]

* *córrego das Águas das Vacas* (RT 123) → elemento geográfico + topônimo propriamente dito [hiperônimo *Água* (determinado) + descrição de elemento do ambiente (determinante)]

Nota-se que os termos formantes destes topônimos ainda não se encontravam totalmente cristalizados. Neste sentido, ressalta-se o exemplo *ribeirão chamado – Águas*

¹¹⁷ Dois anos depois de registrada a denominação *várzea Realenga denominada do – Tatuapé*, a tendência ao desaparecimento da lexia *Realengo* / *Realenga* já é perceptível pela designação *várzea do Tatuapé* (RT 138C) para o mesmo elemento geográfico.

Fundas (RT 20) e *ribeirão chamado – Água Funda* (RT 29), posteriormente fixado como *córrego Água Funda* (Mapa Sara Brasil, 1930).

Outro exemplo é *barroca chamada Bacia* (RT 142B). Neste caso, o topônimo propriamente dito, indicativo de depressão em terrenos, especialmente de leito de rios, é hiperônimo do elemento geográfico *barroca* que, conforme se verificou anteriormente, comumente designava canal de cursos d'água aberto por erosão.

Já em designativos cujo topônimo propriamente dito é hipônimo do elemento geográfico, o primeiro termo concerne a uma característica do termo geográfico: *aguada chamada – Lagoa* (RT 34) e *capão do Pau Caído* (RT 20). Cabe notar que, no segundo exemplo, a instauração da relação de hiponímia de *Pau Caído* para *capão* é evidenciada pelos dois termos que constituem o topônimo propriamente dito e não apenas pelo primeiro. O mesmo pode se verifica no topônimo *alto da Boa vista* (ACSP, LXII, 67), cujo designativo composto *Boa Vista* revela um aspecto do termo geográfico *alto*.

IV.3. A formação de designativos espontâneos por descrição associativa

Poucos são os topônimos formados por descrição associativa encontrados na freguesia do Brás até a década de 1850. A formação mais comum de designativos era por descrição pura dos elementos geográficos e por translação toponímica destes, especialmente no caso da criação de novos elementos geográficos humanos. Tal postura frente à denominação reflete a necessidade restrita de precisar o espaço para os indivíduos que nele habitam, já que as incursões pela região e as intervenções do poder público restringiam-se ao caminho da Penha e às pontes que lhe proporcionava acesso.

Declararam-se as seguintes denominações de elementos geográficos físicos por descrição associativa nos Registros de Terra: *córrego chamado da Moenda Velha* (RT 118), *córrego Passagem* (RT 126), *rio das Pedras* (RTs 57 e 83), *várzea das Minhocas* (RT 104), e *córrego chamado do Corredor* (RT 92).

Do primeiro topônimo indicado, reflete-se a utilização de pequenos cursos d'água para a moagem e, pelo elemento determinante *Velha*, intui-se que a prática era antiga na

região, ou pela existência de outros moinhos mais novos ou pela antiguidade do indicado pelo topônimo.

Já o hidrônimo *Passagem*¹¹⁸, localizado entre a cabeceira do rio da Moóca e o ribeirão Aricanduva, indica que o córrego é transponível, o que não devia ser habitual na região, a com maior número de cursos d'água da freguesia do Brás, e, por tal razão, conhecido e utilizado pelos moradores para travessia.

Verifica-se certa variação do elemento geográfico para a denominação *rio das Pedras*: *córrego das Pedras* (RT 84) e *córrego chamado, Rio das Pedras* (RT 85B). Apesar disto, apresenta-se cristalizada na década de 1850, o que se evidencia por dar nome à localidade: *Local: Rio das Pedras* (RT 83).

A *várzea das Minhocas* (RT 104) é o único espaço alagadiço da freguesia do Brás a não receber sua designação por processo de translação toponímia nos Registros de Terras. A manutenção deste designativo pode ser percebida ainda na década de 1880, a despeito da ocupação da várzea e sua descaracterização:

De varios assignados moradores nos bairros do Marco da Meia legoa e Tatuapé, estrada da Penha representando contra o *alinhamento dado* a Ernesto Fischtner na *Varzêa da Minhoca*, que prejudica o logradouro publico e de que se servem aos Suppes. - Ao Senr. Dor. João Boeno e Engenheiro Doutor Nabor Jordão. (ACSP, LXVII, 55)

Apesar de não se ter identificado a razão que levou a tal denominação, pressupõe-se que se deva diretamente à existência do animal¹¹⁹ e sua utilização pela população. Isto é evidenciado pela manutenção do referencial – *das Minhocas* e *da Minhoca* –, mesmo sem documentação que permita afirmar se houve fixação de alguma das formas mencionadas.

A lexia *corredor*, por sua vez, é encontrada tanto como elemento geográfico quanto topônimo propriamente dito na freguesia do Brás. Como topônimo propriamente dito, além de hidrônimo, registrou-se *terreno denominado corredor* (ACSP, LVI, 44). Convém notar que, em ambas as posições, *corredor* remete a caminhos estreitos ou curtos. As vias que se

¹¹⁸ Trata-se dos seguintes registros: *córrego chamado Passagem* (RT 125), *córrego denominado Passagem e dito córrego Passagem* (RT 126)

¹¹⁹ Cf. estudo sobre a denominação *beco dos Sapos*, logradouro do núcleo paulistano (Sant'Anna: 1950, 22-4)

originavam na estrada da Penha, indicadas nos Registros de Terras, vêm abaixo relacionadas, a fim de exemplificar tal uso:

* *beco comprido e acompanhando este a direção do Pari* (RT 47) = *rua que vai dar nos valos do terreno pertencente aos herdeiros de dona Ana Vicência e para o Pari* (RT 141) [lado esquerdo da estrada da Penha, da lateral esquerda da Igreja do Brás até o Pari]

* *um corredor ou caminho que segue para o lugar chamado – Pari* (RT 13) [lado esquerdo da estrada da Penha, das proximidades da ponte Preta até o bairro do Pari]

* *rua que vai para a várzea [devoluta que olha para o caminho da Moóca]* (RT 130) = *rua que segue para a várzea devoluta* (RT 145) [lado direito da estrada da Penha, das proximidades da ponte Preta até a rua da Moóca]

* *rua que segue para os Campos Realengo da Moóca* (RT 62) ≠ *corredor que segue para a várzea devoluta* (RTs 138A/138B) [lado direito da estrada da Penha, nas proximidades da ponte do Nicolau]

* *um corredor público que vai dar à várzea Realengo* (RT 30A) = *beco que segue para a várzea devoluta* (RT 128) [lado esquerdo da estrada da Penha, entre ponte do Nicolau e Marco da Meia Léguas; originalmente, era caminho dentro de uma única propriedade]

* *rua que segue para a várzea* (RT 59) [lado esquerdo da estrada da Penha, no Marco da Meia Léguas]

* *rua que vai pra a várzea Realenga* (RT 2) [lado direito da estrada da Penha, no Marco da Meia Léguas]

* *corredor chamado – Tatuapé* (RT 6A) [lado esquerdo da estrada da Penha, de proximidades da capela do Belém até o rio Tietê, margeando o ribeirão Tatuapé] ≠ *corredor público que vai dar a várzea Realenga denominada do – Tatuapé* (RT 36) [lado esquerdo da estrada da Penha, no Tatuapé]

* *saída que da capela da senhora do Belém segue para a várzea das Minhocas* (RT 104) [lado direito da estrada da Penha, no bairro do Tatuapé]

* *corredor de servidão pública* (RTs 101 e 103) [lado esquerdo da estrada da Penha, no Maranhão, até o rio Tietê]

Quanto ao termo geográfico, nota-se que as vias locais da freguesia do Brás eram indistintamente chamadas de *corredor*, *rua*, *beco* e *saída*; lexias que mantêm entre si relação de co-hiponímia. Verifica-se também que não são atribuídas denominações aos caminhos locais, apenas esparsas indicações de topônimos já cristalizados que se confundem com a menção do destino das vias, o que, possivelmente, configura-se como um processo incipiente de translação toponímica.

A tendência a não nomeação destes elementos geográficos justificaria o topônimo *córrego do corredor* sem indicação de qualquer outra designação. Isto significa dizer que, ao invés da toponimização do elemento geográfico em decorrência do processo de translação toponímica, trata-se de descrição associativa de um elemento do ambiente reconhecido simplesmente pelo seu termo. Duas interpretações são possíveis para o topônimo *terreno denominado corredor*: assim como a designação anterior, resultar de descrição associativa de um elemento geográfico ou ter uso de *corredor* pela população local.

As demais descrições associativas indicadas nos Registros de Terras dizem respeito à designação de propriedades particulares, os sítios e as chácaras da freguesia do Brás, e um caminho a sul do ribeirão da Mooca – a *estrada da Cancela Grande* (RT 142B).

A maioria das propriedades cujo nome foi declarado recebe a denominação de cursos d'água que limitam os terrenos, sendo os únicos provenientes de descrição: *fazenda do Carmo* (RT 82), *um sítio chamado Paraíso* (RT 87), *Um sítio com terras de lavoura e criar, chamada sítio dos Pinheiros* (RT 136).

O primeiro é um hierotopônimo que, conforme se observou anteriormente, é de caráter descritivo e tem por função indicar que tal propriedade é pertencente à Ordem dos carmelitas. Quanto ao topônimo *Paraíso*, é provável que se deva à devoção religiosa, apesar de não se ter identificado a presença de capelas com tal orago na região. Esta designação não foi registrada posteriormente na documentação consultada.

O *sítio dos Pinheiros*, limitado com a freguesia do Brás pelo ribeirão Aricanduva e, portanto, localizado na freguesia da Penha, recebe tal denominação ainda no século XVIII, já que, quando doada à igreja de Nossa Senhora da Penha de França em 1791, o antigo proprietário a fez por tal designação (RT 136). Igual referencial foi utilizado na denominação da propriedade de Raphael Pais de Barros, na Moóca: *Sítio do Pinheiro* (*Mapa de Chácaras*, s/d). Quando loteado em 1888, a designação do sítio não foi mantida.

Além destas, identificou-se apenas mais um topônimo formado diretamente por descrição associativa de biofatos: *Chácara Floresta* (*Mapa de Chácaras*, s/d). Trata-se de propriedade na confluência do rio Tietê e do ribeirão Tamanduateí, posteriormente transformada em clube de regatas sob a denominação *Floresta*, por processo de translação toponímica sem manutenção do elemento geográfico anterior.

IV.4. A Descrição do ambiente e a ampliação de referenciais

A criação da Diretoria de Obras Públicas em 1844 tinha por objetivo o melhoramento dos caminhos existentes e a abertura de novas estradas. Além disto, o Governo da Província de São Paulo visava mapear os povoados, necessário ao conhecimento das terras públicas (Morse: 1954, 110-1). A Lei de Terras de 1850 foi reflexo desta diposição à verificação das posses das terras e ao incentivo à ocupação dos vazios identificados.

Pelas declarações das propriedades da freguesia do Brás, traça-se uma região com grandes áreas desocupadas, refletidas em grandes vazios toponímicos, e, por falta de outros referencializadores, em constantes descrições dos próprios elementos geográficos. Em direta oposição, verifica-se o estabelecimento de pequenos aglomerados em torno de praças, capelas e comércio para atendimento de tropas e a existência de grupos de grandes chácaras espalhadas por toda a freguesia.

Nas décadas de 1860 e 1870, inicia-se uma fase de aproximação da freguesia do Brás e do núcleo. A construção da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí, em 1867, e, especialmente, da Estrada de Ferro de São Paulo ao Rio de Janeiro, em 1877, leva a

maiores investidas do Governo, no sentido do dessecamento da várzea do Carmo e ampliação das ligações do Brás com o núcleo e as freguesias vizinhas.

Isto também se deve à mudança do perfil dos moradores da freguesia do Brás. A distribuição de datas de terras torna-se cada vez mais constante após meados da década de 1860. À medida que novos moradores chegam à região, a opinião pública, antes preocupada com questões relacionadas apenas ao núcleo e à cidade nova, assume os problemas da região a leste e passa a denunciá-los. Um jornal da época declarava:

Nas immediações da ponte do Braz o aterrado está de tal maneira, que um tilbury corre risco de virar para o lado, si houver da parte do cocheiro um ceitil de descuido.

(...) o Braz só merece atenção, quando se trata de offerecer datas de terra aos capangas de eleições. (*O futuro*, de 23 de agosto de 1862; apud Morse: 1954, 134)

As soluções aplicadas à freguesia do Brás, antes pontuais, como a retificação de um pequeno trecho do rio Tamandateí entre 1848 e 1851 (Monbeig: 1954, 13) ou dessecamentos e abertura de canais na várzea do Carmo, são substituídas por constantes discussões dos camaristas em busca de uma solução definitiva.

As denominações acompanham tal mudança. A tentativa de dirimir as enchentes do Tamandateí, por exemplo, pelo aterramento da várzea do Carmo, leva à substituição da antiga denominação *várzea reuna chamada do Brás* (RT 60) por diversas outras designações, que abrangem trechos menores. Porções da várzea também descaracterizadas ganham novas denominações:

Officio do mesmo Governo da Provincia, de 5 do corrente, declarando que, desejando quanto antes realizar as *obras de aterro, deseccamento e arborisação da varzêa* compreendida na area entre o *aterrado do Carmo* e o *da Tabatinguera*, bem como os da area entre o *aterrado do Gasometro* e o da estrada de ferro de Santos a Jundiahy se lhe informe se esta Camara julga esse serviço de utilidade para o municipio e se quer utilizar-se da autoridade concedida pelo art. 14 Titulo 4.º da Lei do Orçamento Municipal, que junto remette por copia. - Deliberou-se acceitar a autorisação concedida, e encarregar-se a Comissão de Obras de

entender-se com o Governo da Provincia, e formular as bases do acordo por parte da Camara. (ACSP, LXVII, 141)

A criação de novos elementos geográficos nestas áreas aterradas acompanha a tendência de translação toponímica, ainda na década de 1870 e início da de 1880: *ponte do aterrado do Brás* (ACSP, LXVI, 74; 80) e *rua do Atterro do Braz* (ACSP, LXX, 102); *ponte do aterrado da Móoca* (ACSP, LXV, 42); *ponte do Meio do aterrado do Gazometro* (ACSP, LX, 46).

A abertura de novas ruas na freguesia do Brás também altera a paisagem. Em 1873, os camaristas propõem a abertura da *rua que dê comunicação á quella parte da cidade [Igreja do Collegio] com a Praça do mercado e Varzêa do Carmo* (ACSP, LIX, 53). A construção da Praça do Mercado, em 1867, e, consequentemente, da ponte do Mercado, já se configura um prenúncio desta expansão. Em 1874, o principal caminho terrestre que ligava o núcleo ao porto de Santos, pela iniciativa pública, atinge novamente a freguesia do Brás, após quase três séculos de alteração desta rota:

Officio do doutor secretario do Governo de 11 do corrente mes, remettendo de ordem de S. Exa. o Senr. Presidente da Provincia a copia do acto daquella data, pelo qual o mesmo Exmo. Senr. resolveo declarar de utilidade mixta provincial e municipal o terreno situado desde a margem do rio Tamandoatehy na ponte do Tabatinguéra ate o Lavapés, para o prolongamento da estrada antiga de Santos ate a rua da Moóca - Inteirada. (ACSP, LX, 91)

Tais iniciativas tornam-se cada vez mais constantes ao longo da década de 1870, mas refletem apenas em aglomerados próximos ao núcleo e existentes ao longo da estrada da Penha. Neste período, novos estabelecimentos comerciais e indivíduos que adquirem propriedades por datas de terra passam a conviver com os antigos chacareiros da região.

O processo de toponimização e engendramento de nomes por descrição pura, suficiente à referencialização local, dá lugar à intensa formação de topônimos por descrição associativa, proporcionada pela criação destes novos referenciais. Isto se deve, sem dúvida, à ampliação da necessidade de precisar as localidades, do núcleo para a freguesia do Brás e da freguesia do Brás para o núcleo.

IV.4.1. A demarcação dos limites da municipalidade: o Marco da Meia Legoa

Com a promulgação da Lei de Terras, as Câmaras tiveram de aguardar o fim dos registros das propriedades para continuar concedendo datas, o que leva ao acúmulo de centenas de pedidos dentro do rossio (Torres: 1969, 80). Nos Registros de Terras, nota-se que a noção de meia légua¹²⁰, distância oficial do rossio da cidade de São Paulo, tornou-se referencial para as propriedades ao longo da estrada da Penha, na freguesia do Brás:

- * *Local: No marco da meia légua na estrada que segue para a freguesia da Penha (RT 2);*
- * *Local: Pouco além do marco de meia légua, que tem a estrada que segue da cidade à freguesia de Nossa Senhora da Penha (RT 26B);*
- * *Local: Na estrada que segue da freguesia do Brás para a freguesia da Penha, a leste da meia légua (RT 46);*
- * *Da estrada que segue desta freguesia do Brás para a Penha a leste da meia légua (RT 50);*
- * *Local: Na estrada que de São Paulo segue para a freguesia da Penha no marco da meia légua (RT 59).*

Nos excertos acima, verifica-se a variação *marco da meia legoa e meia legoa* para designação da localidade. Trata-se de descrição associativa do marco de pedra encontrado na estrada da Penha ou da própria distância da propriedade ao núcleo, a qual, pelo número de indicações, já se configurava um referencial conhecido e utilizado.

As últimas declarações da freguesia do Brás ocorrem em maio de 1856. Em 1860, os camaristas discutem sobre a oferta de datas dentro da *meia legoa o rocio Municipal* (ACSP, 1860, 23-30), concedendo data na *Varzea do Braz*, por estar no *marco da meia legoa* (ACSP, XLVI, 115-6), e rejeitando outra, *alem da meia legoa* (ACSP 1860, 208).

¹²⁰ A légua – “legoa”, como aparecem nos documentos da época – era a medida utilizada no Brasil, equivalente a aproximadamente 6.600 metros (Houaiss). Mesmo após a adoção oficial do sistema métrico, em 1862, e a existência de “pesos e medidas” na Câmara de São Paulo, a légua permanece em referências dos camaristas até fins do século XIX para calcular distância.

Nos registros dos camaristas, nas décadas de 1860 e 1870, a utilização do referencial *marco da meia légua / meia légua*, contudo, não é restrita à freguesia do Brás:

De Francisco Antonio de Paula Cepellos, allegando que, tendo contractado os concertos da rua da Princeza e necessitando de pedregulho para essa obra publica quer tiral-o de um terreno de logradouro publico junto a estrada dos Pinheiros, *pouco alem do marco da meia legoa*, deixando afinal a escavação que fizer intupida e nivelada. - Concedida a licença. (ACSP, LXIV, 148)

A indicação da *meia légua* era utilizada para chamar à responsabilidade de serviços públicos as autoridades da Província de São Paulo e, especialmente, para negar pedidos de concessão de datas de terras não pertencentes à Câmara: no *lugar denominado Agua Branca*, por localizar-se *fôra do marco da meia legôa* (ACSP, XLVI, 126), e na *varzea de Santo Amaro*, *além dos limites de meia legoa* (ACSP, LVII, 102)¹²¹.

O referencial, contudo, encontrava-se fixado na freguesia do Brás desde as primeiras décadas do século XIX. A *Carta* de Frederico H. Gonçalves, de 1837, indica *Marco da Meia Légua*, como designativo de localidade entre o *Braz* e o *Tatuapé*. Isto significa que, em 1871, quando os marcos de pedra são colocados nos limites da municipalidade, o nome já se encontrava cristalizado:

Do mesmo Senhor [Pacheco de Toledo]: Proponho que a Camara ordene ao seo Engenheiro que proceda a medição da meia legoa do rocio da Cidade, partindo do centro, e no fim de cada lado colloque um marco de pedra - Paço da Camara 9 de Fevereiro de 1871 - Pacheco de Toledo - Aprovado. (ACSP, LVII, 28)

A utilização pelos camaristas do referencial *marco da meia légua / meia légua*, desta forma, atende ao objetivo de ressaltar as terras que estavam ou não sob sua responsabilidade. Na segunda metade da década de 1870, rareiam-se as indicações ao *marco da meia légua* para outras regiões.

Por ser um designativo descritivo, mantém-se a variação na grafia, especialmente até 1875:

¹²¹ Algumas datas são aprovadas pelos camaristas, apesar de encontrar-se fora dos limites da municipalidade: no *lugar denominado – Areal, alem da meia légua* (ACSP, XLVI, 226), por exemplo. Interessante notar que se mencionava, também nestes casos, a meia légua demarcada.

* em 1870: *primeiro becco a quem do marco de meio legoa; marco da meia legoa; Marco de Meia Legua; Marco de Meia legoa* (ACSP, LVI, 36, 54, 110 e 157, respectivamente);

* em 1871: *marco da meia legoa* (ACSP, LVII, 15);

* em 1872: *alto da meia legoa* (ACSP, LVIII, 19); *marco da meia legoa* (ACSP, LVIII, 89 e 167); *marco da meia légoa* (ACSP, LVIII, 145);

* em 1873: *marco da meia legoa; segunda Travessa aquem do marco da meia legoa; Marco da Meia Legoa* (ACSP, LIX, 25, 44 e 75, respectivamente);

* em 1874: *Marco da Meia Legoa; povoação do Marco da Meia Legoa; [destricto] marco da meia legoa; marco de meia legua* (ACSP, LX, 42, 144, 160 e 178, respectivamente);

* e, em 1875: *marco da meia legoa* (ACSP, LXI, 35 e 85); *Marco da meia legoa* (ACSP, LXI, 53); *Marco da meia Legoa, no beco que vaê para a várzea* (ACSP, LXI, 101); *Marco da Meia legoa* (ACSP, LXI, 130).

O reconhecimento deste designativo para o aglomerado da freguesia do Brás pelos camaristas é de 1874, quando é indicado pelos predicamentos *povoação* e *destricto*. No ano anterior, contudo, evidencia-se a tendência à cristalização, nas Atas da Câmara, pela indicação deste topônimo em letras maiúsculas.

Entre 1878 e 1879, fixou-se a designação em letras maiúsculas, com raras exceções¹²². Das 53 ocorrências da designação Marco da Meia Légua nas atas da Câmara entre os anos 1878 e 1888, somam-se:

* 34 referências à *Marco da Meia Legoa* (ACSP, LXV, 97, 138, 145; LXVI, 32, 33, 61, 64, 66, 78; LXVII, 18-9, 42, 123; LXX, 19, 33, 44, 45, 73-4, 118, 135, 172, 173, 174; LXXI, 165; LXXIII, 28; LXXIV, 48-9);

* 1, à *Marco da Meia legoa* (ACSP, LXVI, 24-5);

* 1, à *Marco da meia legoa* (ACSP, LXVI, 79);

¹²² Identificou-se apenas 3 registros com a indicação do primeiro termo do topônimo propriamente dito em letras minúsculas: *marco da meia legoa* (ACSP, LXV, 74); *marco da Meia Legoa* (ACSP, LXVII, 59); *marco da meia legoa* (ACSP, LXX, 51).

* 3, à *Marco da Meia legua* (ACSP, LXVII, 30);

* 8, à *Marco da Meia Legua* (ACSP, LXV, 85; LXXI, 96, 131, 139, 159, 170; LXXII, 74-5; LXXIV, 24);

* 3, à *Marco de Meia-legua* (ACSP, LXXIV, 28).

A fixação do nome do bairro vem ao encontro da chegada de novos moradores aos limites do rossio, ainda na primeira metade da década de 1870, estabelecendo um quadro aparentemente contraditório: há um aumento significativo da população, mas mantém-se o aspecto rural, tanto que os pedidos de moradores dirigidos aos camaristas trazem as vias locais sem designação.

Isto se deve ao fato de o Marco da Meia Légua conservar-se distante do núcleo, isolado por diversas chácaras localizadas em seu entorno, situação que se mantém até fins do século XIX. Por outro lado, organizou-se uma estrutura comercial a fim de atender à necessidade do povoado, tornando-o auto-suficiente. Assim, desde 1870, conta com mercado próprio: *becco junto ao Mercado de Meia Legoa* (ACSP, LVI, 116), e, de janeiro de 1874, com um professor de primeiras letras.

O isolamento faz com que, em 1879, os camaristas sugiram a criação de um *deposito publico* no *Marco da Meia Legoa* (ACSP, LXV, 44) e, em 1880, concedam *licença para carnear duas reses por semana, (...), sem dependencia de vir ao matadouro publico em rasão da grande distancia que media entre o (...) [Marco da Meia Legoa] e o matadouro* (ACSP, LXVI, 43). Já o incremento da população fez com que, no final da década de 1870, a Companhia de Carris de Ferro se mostrasse interessada em prolongar as linhas de bonde até o Marco da Meia Légua (Torres: 1969, 136).

Esta situação especial mostra-se proveitosa, especialmente, para o estabelecimento do novo cemitério da freguesia do Brás. Em 1874, o local *mais conveniente* é escolhido pelo Vigário Geral (ACSP, LX, 144) e, após análise, é aprovado pelo médico da Câmara. A Comissão de Obras Públicas da Câmara, em seu relatório final, conclui que

o referido cemiterio [ainda existente atras da Igreja do Brás] seja transferido para o marco da meia legoa destricto da mesma freguezia e levantado a direita da estrada em o campo proximo ou em terreno pertencente a Fortunato Pedreiro, logar este o

mais apropriado para tal fim por ser o mais elevado e retirado dos moradores (ACSP, LX, 160)

A *planta dos terrenos proximos ao projectado Cemiterio da Freguezia do Braz* só é entregue pelo engenheiro da Câmara, Fernando de Albuquerque, em 1878 (ACSP, LXIV, 26). O terreno foi marcado, mas, ainda em 1885, nada havia sido feito, tanto que um grupo de moradores da freguesia do Brás encaminhou um abaixo assinado com contribuições para a *construção do novo Cemitério* (ACSP, LXXI, 13). O cemitério será concluído apenas em 1891, após longa discussão entre os camaristas a respeito do fundo para pagamento das despesas.

Quando isto ocorre, o Marco da Meia Légua já se encontrava ocupado. No ano de 1887, os pedidos de datas de terras solicitadas no Marco da Meia Légua passam a ser indeferidos, já que restam poucos terrenos reservados à distribuição¹²³.

O crescimento da população e a urbanização do aglomerado refletem na designação do termo geográfico, de, simplesmente, *lugar denominado - Marco da Meia Legoa* (ACSP, LXVI, 39) adquire o status, reconhecido pelos camaristas, de *bairro* (ACSP, LXV, 54; LXVII, 55), predicamento já anotado, em 1876, por Azevedo Marques (II, 1952, 104).

Ao mesmo tempo, torna-se necessário precisar os lugares dentro do aglomerado. Em março de 1878, o vereador Pacheco de Toledo, proprietário na freguesia do Brás, é responsável por parecer de pedido de terra *na varze do Tiete de fronte o Marco de Meia Legoa, em alinhamento da caza de Pedro Fragoso* (ACSP, LXIV, 33). No mês seguinte, o pedido é aprovado, após *ter informado o Fiscal Virgilio Goulart Penteado, ser o referido terreno devoluto e estar dentro do rocio da Cidade* (ACSP, LXIV, 56).

O Coronel Gabriel Cantinho, também morador na freguesia do Brás, é responsável por 45 pareceres de pedidos de datas *no lugar denominado Varzêa do Marco da Meia Legoa* (ACSP, LXVI, 10-1), em 1879. Este mesmo camarista foi responsável pela indicação da designação *rua Catumby*, localizada na *Varzêa do Marco da Meia Legoa*, no ano anterior.

¹²³ Apesar disto, ainda muitos officios são entregues aos camaristas; nota-se, contudo, que os pedidos não são mais restritos a uma só localidade: *De Pedro Fellizari e familia, pedindo datas nas Perdizes ou Marco da Meia Legua. – Indeferido* (ACSP, LXXIV, 24). Ver especialmente ata da Câmara de 31 de janeiro de 1888 (ACSP, LXXIV, 28).

Em 1880, é concedida uma data *na Freguesia do Brás ao lado do Cemiterio novo* (ACSP, LXVI, 10), sendo que, conforme visto anteriormente, o cemitério encontrava-se apenas demarcado neste ano.

Novos melhoramentos são verificados no Marco da Meia Léguas no final da década de 1880 e na de 1890: a iluminação por lampiões a gás (ACSP, LXXII, 76) e o rebaixamento do *morro do Marco da Meia Léguas* (ACSP, LXXII, 23-4), em 1886; a várzea é alinhada (ACSP, LXXIV, 27) e a estrada da Penha, consertada pelo governo (ACSP, LXXIV, 7 e 42), em 1888. Convém notar que estes pedidos e obras são realizados pelo próprio poder público, e não mais pela comunidade.

Apesar de a urbanização ter encoberto a divisão física do Marco da Meia Léguas com o restante da freguesia do Brás e não mais serem concedidas datas de terra, a designação mantém-se para o bairro, conforme se observa na *Planta Geral da Cidade de São Paulo*, de 1914, que traz, simplesmente, *MARCO* como designação do bairro.

IV.4.2. A tomada da freguesia do Brás: do largo do Brás à rua da Concórdia

Os aglomerados tinham suas ruas de comércio local denominadas pela atividade desenvolvida. As ruas *da Quitanda*, *das Casinhas* e a *do Comércio*, sendo este último a que se firmou com a verdadeira rua comercial da região central, representavam o espaço destinado à compra e à venda no núcleo. A primeira (atual rua Álvares Penteado) era onde as negras vendiam legumes e miudezas (Dick: 1996, 236-9).

A rua das Casinhas, inicialmente sete, número posteriormente aumentado, era o designativo de logradouro com pequenas lojas de variedades, demolidas em 1873. Estas faziam contraponto com as casinhas da ladeira do Carmo, local conhecido como *Barracão*. Ainda no núcleo, houve também o Mercado de São João ou Mercadinho, entre 1890 e 1914 (Dick: 1996, 236-9)¹²⁴.

¹²⁴ Estes mercados, contudo, não eram suficientes para o atendimento da população. A construção de um mercado de verduras, por exemplo, é reclamada pela população por mais de 30 anos. Cogitou-se construí-lo em diversos pontos da cidade, mas os camaristas sempre alegam falta de fundos para a sua efetivação. Ver, especialmente, ACSP, XLVI, 85-6; LIX, 47 e 188; LX, 27-8; LXV, 136-7; LXVII, 45; LXX, 33, 82, 149, 186; LXXII, 39, 100, 177, 254; LXXIV, 9 e 13.

Na *rua do Comércio da Luz* (atual avenida Tiradentes), concentrava-se o comércio da região a norte do núcleo. Tratava-se da parte mais larga do antigo caminho do Guaré, entre o Jardim Público (atual Jardim da Luz) e a Igreja da Luz, tanto que os camaristas indicavam-no também como *largo do Commercio da Lús* (ACSP, LVIII, 154).

Na freguesia do Brás, conforme visto anteriormente, havia no Marco da Meia Léguas um mercado (ACSP, LVI, 166). No Brás, lê-se, na *Carta* de Frederico H. Gonçalves, de 1837, *Largo do Commércio do Braz*, para o espaço diante da igreja do Bom Jesus. Na década de 1860, não há mais registros deste largo. O espaço destinado ao comércio é denominado *Largo do Brás* e encontrava-se não mais diante da igreja, mas um pouco além, à esquerda da estrada da Penha.

Esta alteração gera estranhamento, especialmente porque, nas freguesias, ainda mais no Brás, cuja função principal era a de parada rumo à Penha, esperava-se que o largo da igreja se mantivesse como local em destaque. A explicação para a transferência encontra-se no princípio da ocupação do planalto e, posteriormente, na distribuição de datas de terras.

A única ponte existente entre o núcleo e a freguesia do Brás era a da Tabatinguera, no começo da rua da Mooca. Com a construção da capela de Nossa Senhora da Penha, os romeiros seguiam pela rua da Mooca e, na altura da igreja do Brás, tomavam um atalho perpendicular ao primeiro logradouro (traçado aproximado da atual rua Piratininga), até atingir a estrada da Penha.

A primeira orada de José Brás certamente tinha função de oratório público. A escolha de novo local para a construção da capela, em 1800, não foi aleatória; marcava o trecho inicial da estrada da Penha, já que se iniciaram as obras da ponte de pedra do Carmo apenas em 1805, concluídas três anos depois (Campos: 2006, 30). Nota-se, portanto, que a construção da orada ao Senhor Bom Jesus atendia antes à necessidade de uma primeira parada durante as peregrinações do que aos moradores do entorno.

A oferta sem planejamento de datas de terra ao redor da igreja fez com que, ao ser aberto o trecho da rua na várzea do Carmo, o espaço restante se tornasse insuficiente. O único local disponível, segundo Torres (1969, 95), era junto à chácara do doutor Inácio José de Araújo, o qual se tornou a parada de romeiros e ponto comercial da freguesia.

Nos Registros de Terras, verifica-se que o terreno anexado à igreja era de propriedade do monsenhor Andrade (RTs 58B e 146). Nenhuma referência se faz, contudo, a existência do espaço que, dez anos depois, tornar-se-ia o largo do Brás. Duas são as propriedades declaradas por Inácio José de Araújo: a primeira, à direita da estrada da Penha, já que *pelos fundos com a várzea devoluta que olha para o caminho da Moóca*, era *um terreno todo valado e cercado de espinhos*, concedido por carta de data, na *Ponte Preta* (RT 130).

A segunda propriedade era *um terreno todo circulado: em parte de valos e espinhos e em parte de taipas*, ao lado esquerdo da estrada da Penha, já que se limita com os terrenos do major Mateus Fernandes Cantinho e José Pereira Mendes e com uma *rua que vai dar nos valos do terreno pertencente aos herdeiros de dona Ana Vicência* (RT 141). Ana Vicência era a mãe do Barão de Iguape, o qual declarou possuir uma chácara na *Igreja do Brás*, da *ponte preta* até um *beco comprido que acompanhando este a direção do Pari* (RT 47), possivelmente a futura rua Maria Marcolina, ou caminho aproximado.

A chácara do Barão de Iguape tinha a frente para a estrada da Penha; o segundo terreno indicado por Inácio José de Araújo, ao contrário, não a margeava, sendo que o caminho diante de sua propriedade – *rua que vai dar nos valos (...)* – era paralelo a estrada da Penha. Trata-se possivelmente daquele que limitaria o largo do Brás ao fundo.

Em maio de 1856, quando Inácio José de Araújo realiza a declaração de sua propriedade, o terreno posteriormente ocupado pelo largo do Brás era, provavelmente, considerado devoluto e, por ser o primeiro depois da igreja do Brás não ocupado, passou a abrigar os romeiros que cruzavam a estrada da Penha.

As designações *igreja do Brás* e *largo do Brás* deviam causar constantes confusões, visto que se esperava que os dois fossem contíguos. Em 1865, o camarista Malaquias Rogério de Salles Guerra propõe que se substituam as designações de logradouros *sem significação alguma, e até menos conviniente*, antes da colocação de placas de nomes das ruas e dos números das casas. Dois meses depois, apresenta um plano com os logradouros que considerava merecerem alteração, o qual foi aprovado e executado ainda naquele ano.

Salles Guerra sugere, entre outros, a alteração de *Largo do Braz* para *Largo da Concórdia*. O novo designativo, segundo o Dicionário de Ruas¹²⁵, integra homenagens às vitórias brasileiras na Guerra do Paraguai: *Tanque do Zunega para Praça do Paissandú*, pela batalha de Paissandu, no Uruguai, decisiva para a aliança entre Uruguai e Brasil; *Largo do Braz* para *Largo da Concórdia*, em referência ao acampamento da Concórdia, na Argentina, onde se reuniram os exércitos uruguaio, argentino e brasileiro; e *largo do Bexiga* e *rua da Caza Santa* para *largo* e *rua do Riachuelo*, em homenagem à batalha de Riachuelo, primeira grande vitória da Tríplice Aliança.

Esta foi a primeira alteração oficial de designativo na freguesia do Brás e a única nos próximos dez anos. Interessante notar que a interferência das autoridades restringiu-se a local cuja referencialização era importante para os moradores de São Paulo de forma geral.

Nas atas da Câmara, a próxima menção a este designativo ocorre somente após a inauguração da ferrovia que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, a partir da freguesia do Brás. A estação da estrada de ferro foi estabelecida próxima ao largo da Concórdia, visto que este se tornou um reconhecido ponto comercial de São Paulo.

A rua da Concórdia, logradouro à esquerda do largo homônimo, era utilizada como acesso ao Bairro do Pari, antes da construção das ferrovias. Em 1880, começam os trabalhos no sentido de prolongá-la à direita da estrada da Penha, sendo designado este novo trecho como a *rua que segue junto a estação da estrada de ferro do Norte ate a da Moóca* (ACSP, LXV, 152), a *rua da Concordia para a da Moóca* (ACSP, LXVII, 190) e a *rua que, da Concordia na Freguesia do Brás, vai á Moóca* (ACSP, LXVII, 211). Após conclusão das obras, no final de 1881, passa a ser designada, definitivamente, como *rua da Concordia* (ACSP, LXVII, 223).

IV.4.3. O aterrado do Gasômetro: da ponte do Mercado à do Gasômetro

¹²⁵ Projeto do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH) de estudos sobre a legislação, o emplacamento e os designativos das ruas de São Paulo. Ver <http://www.dicionarioderuas.com.br> (Acessado em 10 de fevereiro de 2005).

Em 1867, inaugurou-se o *Mercado Municipal* na rua 25 de Março¹²⁶. Nos anos seguintes, novas ruas são abertas a fim de facilitar o acesso de diferentes regiões de São Paulo ao Mercado¹²⁷. A freguesia do Brás foi beneficiada pela construção de uma ponte sobre o ribeirão Tamanduateí, ainda na década de 1860.

Em 1870, é construído o *gazometro*, na margem esquerda do Tamanduateí (ACSP, LVI, 71, 87, 106 e 107). No mesmo ano, o projeto de um *ramal da estrada de ferro ao gazometro* é apresentado à Câmara¹²⁸ (ACSP, LVI, 184) e, no ano seguinte, os primeiros tubos para a canalização do gás são assentados, passando pelas *ruas da Tabatiguera, Flores e Boa Morte* (ACSP, LVII, 22). Em 1874, oito combustores são colocados *desde a ponte do Mercado ate a fabrica do gáz*, permitindo a iluminação deste trecho inicial da freguesia do Brás (ACSP, LX, 40).

A principal contribuição para o Brás, na década de 1870, foi, sem dúvida, a criação de um *aterrado* na várzea do Carmo, entre estes dois estabelecimentos. Assim, em 1871, o presidente da Câmara ordenou *aterrar a frente da casa do Gasometro* (ACSP, LVII, 61), e novos serviços são realizados no *aterrado que vai ter ao Gasometro até Freguezia do Braz, atravessando a varzea* (ACSP, LVII, 62)¹²⁹.

A mudança da paisagem é acompanhada pela criação de novos designativos, cada vez mais precisos. Entre 1871 e 1874, período em que o aterrado é realizado, nota-se grande variação para a designação do aterrado, que ora toma por referencial o Mercado,

¹²⁶ Desde a criação do *Mercado Municipal*, os camaristas o designam nas atas como *Praça do Mercado*, com poucas referências a *Mercado*, simplesmente; exceto em 1871, quando anotam *casa do mercado* (ACSP, LVII, 107), e em 1873 e 1880, com a indicação de *pateo do Mercado* (ACSP, LIX, 9; LXVI, 50). Em 1885, registrou-se uma variação simétrica entre *Mercado* e *Praça de Mercado*, com a permanência apenas do primeiro a partir da década de 1890.

¹²⁷ Em 1873, ocorrem as principais mudanças neste sentido. Discute-se a abertura de uma nova ligação com o centro do núcleo: *rua que dê comunicação á quella parte da cidade [Igreja do Collegio] com a Praça do mercado e Varzêa do Carmo* (ACSP, LIX, 53), a *rua que communique o centro da cidade com a praça do mercado* (ACSP, LIX, 138) ou a *rua que vai da Praça do Mercado a Ponte do Carmo, em continuação a rua 25 de Março na parte em que tinha de passar pelos terrenos da caza que foi da dita finada mãe [Exma. Marqueza de Santos]* (ACSP, LIX, 147-8). A ligação com a freguesia de Santa Ifigênia seria realizada pela abertura de uma *rua a começar do fim da rua 25 de Março a terminar á rua Alegre* (ACSP, LIX, 185). O distrito do Sul seria beneficiado com a abertura de uma *rua a começar na Tabatinguêra e a terminar na rua da Gloria de modo a dar comunicação com a praça do mercado a toda a população do Cambucy* (ACSP, LIX, 195).

¹²⁸ Este ramal deveria ligar-se à *estação do Braz*. Trata-se da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí, concluída em 1867.

¹²⁹ Convém salientar que, nos registros da Câmara, *aterrar* era a ação de jogar terra em qualquer terreno mais baixo, sendo o *aterro* o resultado de um lugar delimitado que foi encoberto por terra. Já o *aterrado* era a criação de caminho mais elevado nas várzeas, de forma a propiciar a passagem mesmo em períodos de cheia.

ora o Gasômetro, ora a ponte do Mercado¹³⁰. É a partir de 1877 que se cristaliza a designação *aterrado do Gazometro* (ACSP, LXIII, 122, 133, 146, 154 e 177), para o caminho entre o Mercado e o Gasômetro.

Quando anunciada a conclusão do *edificio gazometro*, em 1870, os camaristas o indicam na *varzea do Carmo* (ACSP, LVI, 87). Pelo *Mapa* de Jules Martin, de 1877, evidencia-se que a várzea, a partir da construção dos aterrados, também adquiria diferentes designações: a norte do *Aterrado do Gazometro*, era denominada *VARZEA GRANDE*, entre os aterrados *do Gazometro* e *do Braz*, *VARZEA DO GAZOMETRO*, e a sul do *Aterrado do Braz*, *VARZEA DO BRAZ*. Estas três porções de várzea, quando indicadas de uma maneira geral, mantinham-se conhecidas por *várzea do Carmo*.

Entre as décadas de 1870 e 1890, pouco foi feito no sentido de sanear e aterrar a várzea do Carmo. No começo de todos os anos, período de cheia do Tamanduateí, era constante a notícia de que os aterrados necessitavam de reparos. Apenas quando as epidemias de varíola assolavam São Paulo, as condições das várzeas preocupavam os camaristas:

Que a Camara com toda a brevidade, mesmo com preferencia a qualquer outro serviço municipal, mande abrir na varzêa do Carmo vallas para remoção das immundices que ali existem depositadas, aterrando-se convenientemente, começando esse serviço pelo atterro das que existem nas margens das estradas que seguem para a Freguezia do Bras e para a rua do Gazometro, requisitando-se para esse fim os galés precisos; e bem assim que se peça tambem as auctoridades competentes, por intermedio do Exmo. Governo da Provincia as providencias necessarias e mesmo sua coadjuvação em ordem a evitar o abuso que diariamente se dá nesta Capital em se fazer os despejos de agoas servidas e outros fora dos logares que para tal fim se achão designados. (ACSP, LXI, 103)

¹³⁰ Registraram-se as seguintes declarações pelos camaristas: *aterrado que vai ter ao Gasometro até Freguezia do Braz, atravessando a varzea* (ACSP, LVII, 62); *aterrado que communica a praça do mercado com o bairro do Brás* (ACSP, LVIII, 30); *aterrado que vai para o gazometro* (ACSP, LIX, 22); *aterrado em frente a ponte do Mercado* (ACSP, LIX, 216 e 226); *aterrado em frente a ponte do mercado* (ACSP, LIX, 221); *atterro do gazometro em frente a ponte do Mercado* (ACSP, LIX, 239); *aterrado da ponte em frente a Praça do Mercado* (ACSP, LIX, 259); *aterrado em frente da ponte do Mercado* (ACSP, LIX, 245); *aterrado da ponte em frente ao Mercado* (ACSP, LX, 17); *aterrado da ponte em frente a Praça do Mercado* (ACSP, LX, 24).

Soluções paliativas continuaram sendo tomadas pelos camaristas, quando se tratava da freguesia do Brás. Em 1888, por exemplo, é anulada uma licitação para calçamento do aterrado e rua do Gasômetro, alegando-se que o *aterrado não tem a largura exigida pela postura e está em certos logares mais baixos do que em outros, diferença de mais de metro*. Além disto, informava-se que, pelo Gasômetro, *só passam os bonds que demandão á estação do Norte e o centro da linha é calçado*, sendo que já se *despendeu muito dinheiro* para o calçamento da rua do Brás (ACSP, LXXIV, 44-5).

Assim, até a construção do Parque Dom Pedro II, nas primeiras décadas do século XX, a várzea do Carmo continua com suas cheias periódicas e, inviabilizada a construção de prédios, mantêm-se os aterrados ao longo da parte inundável, aos quais se seguem as ruas propriamente ditas¹³¹.

A solução emergencial para conter enchentes, conforme visto anteriormente, foi a abertura de valas na várzea do Carmo. Além da ponte em frente ao Mercado, sobre o ribeirão Tamanduateí, uma segunda ponte foi construída ao longo do aterrado do Gasômetro, em 1873, sobre o canal aberto no início do século XIX.

Para a designação destas pontes, prevalece a formação espontânea de topônimos, coexistindo chamamentos diversos para as pontes:

a) indicação por um referencial ou pelos dois extremos ligados:

Mercado: *ponte ao lado da rua 25 de Março* (ACSP, LVI, 46); *ponte junto ao Mercado* (ACSP, LVII, 68); *ponte que do mercado vai á fabrica do gaz* (ACSP, LVIII, 153); *ponte em frente a Praça do Mercado* (ACSP, LIX, 258); *ponte em frente ao Mercado* (ACSP, LX, 17);

Gasômetro: *ponte do atterrado que vae do mercado ao gazometro* (ACSP, LIX, 11); *ponte do meio que vae do mercado para o gazometro* (ACSP, LIX, 12); *ponte que vai do mercado á fabrica do gáz* (ACSP, LIX, 29); *ponte do atterrado que vae para o gasometro*

¹³¹ A *Planta* de Henry Joyner, de 1881, indica que, à *rua do Gazometro*, antecede o *aterrado do Gazometro*, indicado por traçado pontilhado, situação que permanece na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897. A *Planta* da Comissão Geographica e Geologica, de 1914, retrata o fim do processo de retificação do Tamanduateí; nota-se, contudo, que os antigos aterrados ainda não integram a *rua do Gazometro* e a *AVENIDA RANGEL PESTANA* (antiga rua do Brás).

(ACSP, LIX, 94); *ponte do Meio do aterrado do Gazometro* (ACSP, LX, 46); *ponte do aterrado do Gasometro* (ACSP, LXV, 136; LXXI, 64).

b) descrição da constituição física anteposta à indicação de um referencial:

Gasômetro: *ponte de madeira que se acha no caminho entre o Mercado e a fabrica do gás* (ACSP, LX, 41); *ponte de ferro no aterrado do Gazometro* (ACSP, LXXI, 109).

c) indicação do indivíduo responsável, direta ou indiretamente, pela construção da ponte, e de um referencial:

Mercado: *ponte que [Joaquim Antonio dos Santos] fês sobre o rio Tamandoatehy [na rua 25 de Março]* (ACSP, LIX, 74);

Gasômetro: *ponte mandada fazer pelo Senhor Presidente da Camara passada, no aterrado que vai da Praça do Mercado a Fabrica do Gáz* (ACSP, LIX, 37); *ponte por elle [Manoel Ferreira Leal] mandada fazer no aterrado entre a ponte do Mercado e o gazometro* (ACSP, LIX, 59).

Apesar de o *Mapa* de Jules Martin, de 1877, indicar o designativo *Ponte do Gazometro*, nota-se que não há fixação de um nome para ponte contígua ao Gasômetro ainda na década de 1880. A ponte de madeira construída não era de qualidade; tanto que, no ano seguinte a sua construção, é solicitado o seu conserto por ameaçar ruir e, conseqüentemente, danificar os canos do Gasômetro (ACSP, LX, 41 e 46)¹³². Em 1871, ao contrário, já se nota a fixação do designativo da principal ponte do aterrado do Gasômetro: *ponte do mercado* (ACSP, LVII, 125 e 133), visivelmente cristalizada nos anos seguintes: *ponte do Mercado*.

Estas alterações na paisagem, mesmo que de qualidade questionável, atendiam ao desejo das autoridades de dinamizar a ocupação das terras brasileiras, estimulando a imigração, a abertura de novos logradouros e a venda de terras devolutas no entorno das cidades e vilas. A Lei de Terras, de 1850, foi apenas uma das iniciativas lançadas pela Corte brasileira neste sentido.

¹³² O processo foi arquivado após a entrega de análise do engenheiro da Câmara. O Governo da Província de São Paulo já havia solicitado o conserto da ponte, possivelmente diante da demora por uma solução.

Os grandes proprietários encontravam na freguesia do Brás o isolamento, especialmente, pela existência de diversos terrenos devolutos. Inicialmente, a concessão de datas de terras nas proximidades do Gasômetro é bem aceita pelos chacareiros, muitos dos quais solicitam novas terras¹³³. As demarcações para alinhamento das ruas e a chegada de moradores pobres, contudo, geram discussões. Benjamin Constante, por exemplo, começou a *abrir um vallo para cercar seos terrenos á rua do Gazometro*, demolindo um *chafaris* que ali foi feito por ordem do Governo da Província, em 1875 (ACSP, LXI, 83); ato claramente de objeção à distribuição de datas de terras¹³⁴.

Diante da demanda por datas de terras, a Câmara inicia prolongamento da rua do Gasômetro. Entre 1874 e 1876, quando se almeja precisar o trecho ao qual se remete, os pedidos encaminhados trazem a solicitação por terras na *nova rua do Gazometro / rua nova do Gazometro*, em contraposição a *rua do Gazometro*, trecho mais antigo e ocupado, salvo alguns poucos terrenos, pelas propriedades dos chacareiros¹³⁵.

Esta diferenciação na designação remetia a características físicas da rua. A parte mais antiga era bem mais larga que o trecho aberto em 1874. Trata-se do caminho já indicado na *Carta* de Frederico H. Gonçalves, de 1837, utilizado como saída da chácara do Bispo para a travessa ao lado direito da Igreja do Senhor Bom Jesus (atual primeiro quarteirão da rua Monsenhor Andrade). Atualmente é o trecho que possui um canteiro central, aproximadamente da rua da Alfândega (antiga do Marechal Bittencourt) até os fundos da Igreja do Senhor Bom Jesus. A *nova rua do Gazometro* corresponde ao trecho inicial da atual rua do Gasômetro.

¹³³ Até 1874, as datas eram solicitadas por proprietários da região e altos funcionários do Mercado e das ferrovias que, em geral, pediam dispensa do pagamento sem apresentar justificativa. É a partir de 1875 que os pedidos por datas de terra no Gasômetro são realizados por baixos funcionários e imigrantes recém-chegados que, para solicitarem dispensa do pagamento das datas, alegam pobreza.

¹³⁴ Ver, também, ACSP, LVII, 100; LXI, 83 e 140; LXIV, 41.

¹³⁵ Em 1874, registraram-se as seguintes designações: *nova rua do Gazometro* (ACSP, LX, 122, 122-3 e 144), *rua nova do Gazometro* (ACSP, LX4, 124 e 133), *nova rua* (ACSP, LX, 127), *rua ultimamente aberta e denominada Gazometro* (ACSP, LX, 167), para o trecho aberto naquele ano, e *rua do Gasometro* (ACSP, LX, 127), para o trecho antigo. Dois outros pedidos realizados neste ano para a *rua do Gasometro* (ACSP, LX, 146 e 153) parecem não conter uma definição do terreno que se solicita. No ano seguinte, os pedidos de datas de terra não mais diferenciam obrigatoriamente o trecho aberto recentemente pela designação da rua: *nova rua do Gazometro* (ACSP, LXI, 35 e 81) e *rua do Gazometro* (ACSP, LXI, 77, 77-8, 78, 85, 91, 91-2, 115-6 e 130-1), para o trecho novo, e *rua do Gazometro* (ACSP, LXI, 83), para o antigo. Ressalta-se que a diferenciação atende à necessidade de se precisar o trecho ao qual se remete: *allega o Supplicante de se sentir prejudicado com a cessão das datas de terrenos na rua do Gazometro que ficão entre a nova rua e a sua propriedade* (ACSP, LXI, 140). Em 1876, a diferenciação é realizada apenas quando se deseja indicar com precisão o trecho ao qual se refere: *rua do Gazometro*, trecho antigo, e *nova rua do mesmo nome [do Gazometro]*, trecho novo (ACSP, LXII, 16); e *nova rua do Gazometro*, em documento oficial, reclamando o alinhamento realizado exclusivamente no novo trecho (ACSP, LXII, 66).

Em 1877, são abertas travessas ao longo da rua do Gasômetro. A diferenciação *nova rua* acaba se tornando inviável, já que poderia provocar confusão, não mais sendo registrada nas atas da Câmara¹³⁶.

Além disso, no ano anterior, discutia-se o prolongamento da rua do Gasômetro do trecho mais antigo *ate o Largo da Concordia*, o que, segundo o camarista Portilho, era um *melhoramento (...) muito necessario em vista do augmento da população que há tido esta Capital, e a muito (...) reclamado pelos habitantes daquela Freguezia*. Não deixa de ressaltar, contudo, que *o serviço publico tambem muito lucrará com este melhoramento mórmente quando começar a funcionar a linha ferrea do Norte*, ressaltando as vantagens da ocupação da freguesia do Brás (ACSP, LXII, 42-3)¹³⁷.

Tais medidas levaram à fuga dos chacareiros da freguesia do Brás e o loteamento de suas propriedades, especialmente quando começam a se proliferar os cortiços¹³⁸. O Barão de Souza Queirós, por exemplo, em dezembro de 1875, encaminhou um ofício ao Governador da Província de São Paulo, no qual se dizia *sintir prejudicado com a cessão das datas de terrenos na rua do Gazometro que ficão entre a nova rua e a sua propriedade, preferindo-lhe por isso aquella frente pelo que pede que annullando-se a cessão feita das datas se lhe mande ceder ou vender o terreno comprehendido*, o que foi negado pelos camaristas (ACSP, LXI, 140). Pouco mais de dez anos depois, este chacareiro encontra-se abrindo uma *rua (...) em continuação da do Gazometro* em seus terrenos (ACSP, LXXII, 95), visivelmente iniciando processo de loteamento de sua propriedade.

IV.4.4. Do hospital dos Lázaros à construção do hospital de Isolamento

O hospital dos Lázaros foi construído em 1805. Antes disto, os atacados de varíola eram abandonados além dos limites da cidade, e suas casas, fechadas por anos. Isto se deve ao fato de as epidemias terem diversas vezes consumido grande percentual dos moradores

¹³⁶ A única exceção diz respeito a caso em tramitação na Câmara, desde 1874. Ver ACSP, LXIII, 25-6.

¹³⁷ Para a realização desta obra, contudo, era necessário o retalhamento das propriedades pertencentes ao Monsenhor Anacleto, Januario Moreira, Commendador Cantinho Sobrinho e Domingos Paiva. Apesar de cientes das indenizações a serem pagas, este projeto é aprovado pelos camaristas (ACSP, LXII, 43-4).

¹³⁸ Na década de 1880, já havia cortiços na rua do Gasômetro. Fernando de Albuquerque, em 1886, por exemplo, encaminha ofício a Câmara, reclamando “contra o lançamento de imposto sobre *os cortiços que possuem na rua do Gazometro*” (ACSP, LXXII, 74).

de São Paulo, gerando temores diante do rápido contágio. A construção do hospital foi, portanto, a primeira tentativa no sentido de prestar socorro aos doentes.

O lugar escolhido foi a Luz, às margens do ribeirão Tamanduateí. No início do século XIX, conforme se observa na *Planta* de Rufino José Felizardo da Costa, de 1810, a maior parte da população ainda se mantinha restrita ao espigão entre os ribeirões Anhangabaú e Tamanduateí, e o Lázaros, portanto, encontrava-se suficientemente distante do núcleo, mas, ao mesmo tempo, pelo caminho da Luz, com acesso rápido para a transferência de doentes atacados de varíola.

Pela *Planta* de Bresser, de 1841, observa-se que o arruamento já despontava a norte Anhangabaú, indicando o aumento da população da Luz, nas proximidades do hospital dos Lázaros. Apesar do temor da população, a expansão era inevitável: o Jardim Público da Luz era um dos poucos passeios de São Paulo e a igreja e recolhimento de Nossa Senhora da Luz eram visitados constantemente.

Igual situação observa-se com a construção de uma ponte sobre o Tamanduateí, nas imediações do Lazareto, apenas no final da década de 1850. A demora na ligação do Pari com a Luz deveu-se, certamente, à existência do hospital. Uma vez construída, entretanto, a *ponte dos Lázaros* passa a ser utilizada com frequência, levando a constantes pedidos de consertos e reconstruções, especialmente a partir de 1868, quando a inauguração da estação da estrada de ferro Inglesa acelera o número de construção na região.

Na década de 1870, a situação se torna insustentável. A população torna-se ciente de que as doenças se propagam com maior facilidade meio à sujeira e em centros populosos, e os camaristas insistem pela construção de um hospital distante do núcleo. O Governo da Província, contudo, sempre responde negativamente. Em 12 de janeiro de 1875, por exemplo, o governador encaminha ofício no qual pede aos camaristas que instruem o chefe de polícia sobre *o modo por que devem ser prestados socorros necesarios ás pessoas indigentes afectadas das bexigas*. A resposta encaminhada ao Governo foi a seguinte:

Que se informe que, a Camara julga de urgente necessidade a criação de um Lazareto, permanente, não só para a epidemia actual da bexiga como qualquer outra que por ventura possa apparecer, o que não está nas forças da Camara

atender a essa necessidade, podendo sómente dispor dos serviços do seu medico de partido para o tratamento dos indigentes affectados; lembrando entretanto, ao Exmo. Governo, para aquelle estabelecimento o predio hoje pertencente a Domingos Marques Airosa situado nas Palmeiras, em lugar reconhecidamente saudavel. (ACSP, LXI, 8-9)

A resposta foi que o Governo não poderia arcar com a construção de um novo hospital. Além disso, declara *que sendo cazos isolados os que ultimamente se estão dando de variola, não convem por emquanto o estabelecimento do Lazareto* (ACSP, LXI, 16). Azevedo Marques (II, 1952, 296-7) escrevia, neste mesmo ano, que as epidemias mostravam-se menos “perniciosas” do que nos séculos anteriores, mas não se pode deixar de notar, contudo, que, em 1875, ocorreu a transladação da imagem da Penha para a Sé em virtude de epidemia de varíola (Langenbuch: 1968, 111). Nota-se, portanto, o descaso do Governo diante do problema.

No verão de 1878, os camaristas outra vez se reúnem para *tratar dos meios do estabelecimento de um lazareto nesta Capital, onde possão ser recolhidos e tratados as pessoas atacadas da variola, que infelismemente começa agraçar na população da Cidade* (ACSP, LXIV, 18). Desta vez, já que a Luz havia se tornado um local populoso, especialmente com a construção da ferrovia Sorocabana, os doentes são levados para o *lazareto denominado do Areal*, um hospital improvisado à margem direita do rio Tietê, no caminho para o bairro de Santana.

O problema, entretanto, não estava solucionado. Os camaristas denunciam as condições do novo lazareto: *a caza no estado que se acha toda esburacada, telha vãn e até chovendo dentro, não forrada e nem assoalhada, só pode agravar a sorte dos infelizes affectados*. Além disto, o Areal não era suficientemente distante do núcleo (ACSP, LXIV, 19).

Em 1879, iniciam-se as obras de construção do novo *hospital de variolosos*, na *chacara do Senhor Wanderley*, na *estrada de Pinheiros* (ACSP, LXV, 11). Desta vez, o Governo despende o dinheiro necessário para o estabelecimento de um prédio que atenda às necessidades de isolamento dos doentes, localizado distante dos centros povoados e próximo ao cemitério municipal. No ano seguinte, é inaugurado sob a denominação *Hospital de Isolamento de São Paulo*.

Interessante notar as diferentes visões pelo nome dos estabelecimentos: o *hospital dos Lázaros* ou o *Lazareto* remete ao horror que as epidemias ocasionavam na população, o “mal de São Lázaro”, como era conhecida a hanseníase, ou o Lázaro bíblico, ressuscitado por Jesus; já o *hospital de Isolamento* indica o atendimento especializado a indivíduos com doenças contagiosas, revelando a fase em que começa a prevenção pela *vaccinação municipal* (ACSP, LXVII, 187).

*

Nas décadas de 1860 a 1880, verifica-se a manutenção do designativo *ponte dos Lázaros*, sem variação¹³⁹. A cristalização deste nome é perceptível durante as duas reconstruções realizadas.

Na primeira, no início da década de 1870, declararam os camaristas: *Assim mais que se officie ao Exmo. Governo pedindo a reconstrucção da ponte dos Lazaros visto ser obra que corre por conta dos cofres provinciaes* (ACSP, LVII, 53). Dois anos depois, é anunciado o fim das obras da *ponte denominada dos Lazaros* (ACSP, LIX, 37).

Em 1876, uma rua da Luz ao Pari, passando por esta ponte, mantinha um único nome: rua do doutor João Teodoro. Percebe-se, contudo, a nítida diferenciação do nome da rua e o nome da ponte:

Conta de José Coelho de Souza da quantia de 20\$ rs. importancia do concerto na *ponte do Dor. João digo na Ponte da rua do Doutor João Theodoro*. - Pague-se, indo a Comissão de Contas para tomar nota. (ACSP, LXII, 45)

Na década de 1880, apesar da mudança definitiva do hospital dos Lázaros, permanece a designação: em 1884, a antiga ponte não havia sido demolida, diferenciavam-nas como *ponte dos Lazaros* e *ponte nova* (ACSP, LXX, 69); em 1885, anotou-se [*ponte de ferro*] na rua do Dr. João Theodoro (ACSP, LXXI, 109), uma única vez, e discute-se o *calçamento de alvenaria na ponte dos Lazaros* (ACSP, LXXI, 12).

¹³⁹ Identificaram-se os seguintes registros: *ponte dos Lazaros* (ACSP, XLVI, 190, 201; LVI, 20, 101, 128, 154, 157-8, 159; LVII, 53, 68-9; LIX, 16, 204; LXI, 16, 37-8, 60; LXX, 60, 68, 69, 82, 88; LXXI, 12); *ponte dos Lázaros* (ACSP, LXXI, 109); *ponte dos Lasaros* (ACSP, LVII, 137); *ponte denominada os Lazaros* (ACSP, LVI, 126); *ponte denominada dos Lazaros* (ACSP, LVI, 139; 159, 181; LIX, 37; LX, 165).

Na década de 1890, são construídas novas pontes sobre o ribeirão Tamanduateí, resultado do aumento descontrolado da população de São Paulo. A cartografia e os registros dos camaristas não mais apresentam designativos para as pontes, apenas os nomes das ruas que ligam.

Se antes as pontes tinham nomes e história, e a comunidade, afinidade com o espaço, a rápida multiplicação de pontes e a falta de intimidade da população com o espaço em que vive resultam na paulatina perda de referenciais necessários à toponímia espontânea. Pontes sem designativos refletem a modernidade e a descaracterização da nomeação como função coletiva.

IV.4.5. O Hipódromo Paulistano

A recatada população paulistana pouco conhecia sobre eventos para simples entretenimento. A fixação de imigrantes em São Paulo, provenientes de sociedades urbanas, leva à criação de ocupações culturais, para ostentação do requinte europeu, muitas vezes só aparente, ou para simples diversão (Morse: 1954, 201-15).

O planejamento da construção de um *prado de corrida de cavallos*, pelo recém-criado *Club Paulistano de corridas*, na *varzêa da Moóca*, em 1875, demonstra esta importação de uma nova rotina (ACSP, LXI, 40, 56 e 63). A escolha da freguesia do Brás para a construção do hipódromo alia a necessidade de um extenso espaço de baixo custo à facilidade de acesso. A família que desejasse assistir às corridas de cavalo poderia chegar a Mooca pelo aterrado do Brás, passando pelas pontes da várzea do Carmo, ou pela rua da Moóca, pela ponte da Tabatinguera.

Ainda durante a construção do hipódromo, são realizadas diversas solicitações de datas de terras, trazendo-o como referencial: *Campos da Moóca / Prado de Corridas* (ACSP, LXII, 32); *varzêa da Moóca / prado de Corridas* (ACSP, LXII, 40 e 94). A maior parte dos terrenos concedidos era alagadiça, inviabilizando a construção de bairros residenciais, como realizado próximo ao Gasômetro:

a petição inclusa de Bonecher Antonio imigrante Austriaco, e outros que ja obtiverão colletivamente desta Camara um terreno na *varzêa da Moóca em frente*

do prado de Corridas, para cultivarem, recorrem representando que sendo aquelle terreno por sua natureza alagadiço contendo alem disso um estenso brejal que o torna quasi inutil a qualquer cultura vantajosa, pedem a esta Camara em attenção a essa circumstancia haja com elles que são imigrantes equidade sobre o preço estipulado pelo imposto visto ser exorbitante e não estar em relação ao valor do terreno cedido. As Commissões reunidas (...) é (sic) de parecer que em vista da natureza do terreno os Supplicants sejam dispensados do pagamento do imposto tão somente da parte do brejal comprehendido nesse terreno, cobrando-se o imposto indicado somente do terreno firme que contiver a data cedida. (ACSP, LXII, 40)

Apesar de inaugurado em 1876, o primeiro registro do designativo *Hypodromo Paulistano* (ACSP, LXIII, 129) é de 1877. O *Mapa* de Jules Martin, do mesmo ano, indica *Hyppodromo*. Nos anos seguintes, não há variação deste designativo, salvo entre *Hipódromo Paulistano* e *Hipódromo*, simplesmente.

Em 1878, é aberto um caminho que ligaria o Hipódromo à rua da Moóca e à do Brás. Nota-se que o designativo deste novo logradouro mantém o processo de designação espontânea por descrição associativa, comum na freguesia do Brás; assim, antes da fixação do nome, identificam-se variações: *rua do Hippodromo* (ACSP, LXIV, 94 e 108), *travessa que vai ao Hipodromo* (ACSP, LXIV, 84), *rua que vai ter ao Hippodromo* (ACSP, LXIV, 85), *rua que desta [rua da Moóca] vae ter ao Hippodromo Paulistano* (ACSP, LXV, 39), *travessa que vai ao Hippodromo* (ACSP, LXV, 38), *rua que vai ao Hippodromo* (ACSP, LXV, 38) e *rua que vae ter ao Hippodromo* (ACSP, LXV, 38). No mesmo ano, os camaristas estudam a ligação do Hipódromo ao bairro Pari: *rua que passa pelos fundos da chacara de Dona Maria Marcolina e que vai ao Bairro do Pary* (ACSP, LXIV, 116). A cristalização do designativo ocorre na primeira metade da década de 1880, sendo que, a partir de 1884, registrou-se apenas *rua do Hippodromo* (ACSP, LXX, 59, 129, 136, 185, 195, 196 e 199) e *rua do Hypodromo* (ACSP, LXX, 144 e 145).

A designação *Mooca*, por denominar uma extensa região, da ponte da Tabatinguera até a cabeceira do ribeirão da Mooca, margeando a estrada da Mooca, pouco referencializava. Com o estabelecimento do prado de corridas, rapidamente o entorno passa a ser conhecido pelo novo referencial *Hipódromo*, por translação toponímica. Em 1879, registrou-se pela primeira vez *Campo do Hippodromo*, em pedido de data de terra (ACSP, LXV, 151). Nos anos seguintes, ocorre a fixação como nome de lugar: *Hipodromo*

(ACSP, LXVI, 68), *Hippodromo* (ACSP, LXVI, 78; LXVII, 13 e 14), *Hypodromo* (ACSP, LXVI, 110 e 123), *lugar denominado Hippodromo* (ACSP, LXVI, 102 e 110), *logar denominado do Hippodromo* (ACSP, LXX, 64), *logar denominado Hippodromo* (ACSP, LXX, 65) e *[bairro] do Hypodromo* (ACSP, LXXII, 37).

IV.5. O estabelecimentos de ferrovias na freguesia do Brás

Muitas foram as mudanças na freguesia do Brás, nas décadas de 1850 a 1880. Observa-se o aumento da população, incentivado pela concessão de datas de terra, e a criação de cortiços. Os imigrantes impulsionaram o estabelecimento de fábricas de bebidas, como a de licores do Bresser e as de cerveja do Bohemer e do Henriksen (Torres: 1969, 105), a ampliação do comércio, como o cultivo de flores pelo Joly, e a instalação de centro educacionais, como o Lycéo Allemão, e de entretenimento, como o Hipódromo. Soma-se o empenho de camaristas para a abertura de novas ruas a partir da década de 1870.

Outros melhoramentos realizados no núcleo e em outras freguesias, como a “iluminação e pavimentação das ruas, a Casa de Correição, o mercado e o matadouro, o abastecimento de água, o Jardim Botânico, o teatro, (...) [a melhoria] do equipamento para combate aos incêndios”, foram realizados especialmente por engenheiros estrangeiros (Morse: 1954, 114). Estas iniciativas, contudo, eram vistas com ressalva pelos paulistas, grandes proprietários rurais.

O estabelecimento das ferrovias visava unicamente ao escoamento do café produzido no interior. Se São Paulo tornou-se passagem obrigatória das estradas de ferro, não foi em razão do potencial agrícola ou comercial da região, antes o melhor trajeto para o assentamento de trilhos. Os melhoramentos oferecidos pelos imigrantes, especialmente aqueles que chegaram à cidade até a década de 1870, eram aceitos, trazendo um aspecto de europeização aos brasileiros, mas não verdadeiramente incorporados aos hábitos e costumes.

Bons exemplos de ostentação pouco nobre eram os carros elegantes puxados por cavalos puro sangue dos quais as filhas de aristocratas paulistanos se serviam para passeios

até a Ponte Grande, os palacetes ecléticos, misto de diversos estilos, e a tendência a encaminhar pintores de talento brasileiros à Europa, onde aprendiam a reproduzir pré-impressionistas (idem, 201-9).

Na freguesia do Brás, as chácaras mantinham-se isoladas umas das outras, e mesmo os imigrantes empreendedores que ali residiam zelavam pela manutenção do aspecto rural. Em 1881, registra-se, na rua da Concórdia, que interligava o largo da Concórdia à estação da estrada de ferro do Norte, uma briga entre vizinhos em decorrência de um dos moradores ter *entulhado a valla que dá expedição as agoas pluviaes* (ACSP, LXVII, 223), revelando a difícil convivência entre antigos chacareiros, que alteravam com frequência o curso de pequenos córregos, e a ocupação maciça do espaço. A rua do Hipódromo, da qual os camaristas se empenharam pela rápida abertura, por sua vez, recebeu iluminação pública apenas em 1885.

No primeiro momento, em que datas de terras são distribuídas nos limites com o núcleo, verifica-se um choque entre os antigos e os novos moradores. Os chacareiros estavam acostumados às grandes propriedades, distanciadas uma das outras. A extensa rede hidrografia permitia a existência de água potável em abundância, e a construção de moradias restringia-se aos espaços que não inundavam.

Na década de 1890, gera-se especulação imobiliária para os terrenos ao longo das ferrovias que, em virtude dos preços baixos, especialmente das terras próximas aos córregos, foram densamente ocupados. A alteração da paisagem não poderia ser diferente: surgiram bairros insalubres, e a população abastada mudou-se para os novos bairros nobres formados, a norte e a sul do núcleo.

No período intermediário, enquanto as terras são oferecidas por datas de terras pela Câmara Municipal, mantém-se a tendência de formação de designativos por descrição associativa dos elementos geográficos, conforme se verifica pelos topônimos relacionados a estradas de ferro, analisados a seguir.

IV.5.1. A Estrada Ingleza na freguesia do Brás e os designativos do núcleo provenientes de ferrovias

A primeira estrada de ferro a passar por São Paulo – a Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí (EFSJ) – foi inaugurada em 1867, marcando um aceleração na expansão da produção cafeeira para o oeste paulista.

A Companhia São Paulo Railway era formada por acionistas ingleses e foi responsável pela construção de onze estações, do porto de Santos até a cidade de Jundiaí. Por este ser o trecho mais lucrativo da estrada, já que se fechara um monopólio para o acesso ferroviário até o porto de Santos, não houve interesse da companhia em expandir a ferrovia. Assume esta função a Companhia Paulista de Estrada de Ferro que, no mesmo ano, iniciou o assentamento de trilhos além de Jundiaí.

Da inauguração da EFSJ até 1875, antigos caminhos são prolongados até a margem da ferrovia e outros novos são abertos: o prolongamento das ruas *da Conceição* (ACSP, LX, 121) e *Alegre* (ACSP, LVI, 53) melhora a comunicação com o núcleo, e a abertura de uma nova rua até o *largo do Commercio da Lús* (ACSP, LIX, 11) auxilia na expansão da cidade a noroeste da estação da Luz, assim como a *rua directa deste a porteira da Estação da estrada de ferro até a propriedade do Exmo. Senr. Barão de Antonina*¹⁴⁰, com a Consolação (ACSP, LVI, 26); realiza-se também a ligação com o *Bairro do Arouche* (ACSP, LVI, 69) e multiplicam-se as ligações com o *destricto de Santa Iphigenia* (ACSP, LVI, 164 e 177; LVII, 94; LVIII, 169). A ligação a leste da estação é proporcionada pela abertura da rua do Doutor João Teodoro, atingindo a freguesia do Brás pela ponte dos Lázaros.

A abertura de ruas e a concessão de datas de terras incentivaram o crescimento de São Paulo. Outro aliado foi o serviço de bondes para a população, o qual, inicialmente, visava *estabelecer uma linha de diligencias tiradas por animaes sobre trilhos de ferro*, unindo o *centro desta Cidade e subúrbios à estação do caminho de ferro* (ACSP, LVII, 38). Em pouco tempo, somou-se a função de transporte por toda cidade ao atendimento aos usuários da ferrovia. Langenbuch (1968, 119) constatou a importância deste serviço à “suburbanização de áreas situadas a maiores distâncias”, atribuindo-lhe “um espírito de pioneirismo, (...) [por ultrapassar] os limites da área construída da cidade, fazendo o seu ponto final um pouco além”.

¹⁴⁰ Este logradouro é chamado *nova rua da Lús do portão da estrada de ferro à chacara do Barão de Antonina*, ainda em 1870 (ACSP, LVI, 69). A designação *rua denominada do Barão de Antonina* é registrada nas atas da Câmara apenas em 1877, ano em que se solicita o prolongamento deste caminho até o *largo do Commercio da Lús* (ACSP, LXIII, 69).

O bonde não deixou marcas na toponímia paulistana, apenas se utilizou desta para a denominação das linhas construídas. A construção de ferrovias, ao contrário, foi responsável pelo engendramento de novos topônimos, especialmente para os novos elementos geográficos com ela surgidos, os quais revelam a manutenção da formação de designativos por descrição associativa, ainda na década de 1870.

Neste sentido, o nome oficial da primeira ferrovia de São Paulo era *Santos-Jundiaí*, mas, nas atas da Câmara, registrou-se, até 1874, *estrada de ferro*, simplesmente, salvo raras exceções, visto ser a única¹⁴¹. É a partir de 1874 que se cristaliza a designação *Ingleza*. Quanto ao nome da companhia, oficialmente *São Paulo Railway*, verifica-se, igualmente, a fixação do designativo *Ingleza*, em 1873¹⁴².

Na cartografia, ao contrário, nota-se a tentativa de manutenção da designação oficial: na *Planta* de Rath, de 1868, registrou-se *Estrada de Ferro* e, no *Mapa* de Jules Martin, de 1877, o autor indicou os destinos das ferrovias: *Para Jundiahy e Campinas* e *Para Santos*, mas anota *C^a Ingleza*; na *Planta* de Joyner, de 1881, *Estrada de Ferro Santos á Jundiahy*; na *Planta* de Jules Martin, de 1890, *Estrada de ferro S.P.R.*; e, na *Planta* da Comissão Geographica e Geologica, de 1914, *E.E.F.S. PAULO RAILWAL* (sic). Apenas no *Mapa* de Gomes Cardim, de 1897, indicou-se *ESTRADA DE F. INGLEZA*.

Antes da fixação do designativo da estação da EFSJ, no núcleo, verifica-se grande variedade de chamamentos. Na década de 1870, foi indicada, na maioria das vezes, como *estação da estrada de ferro*, simplesmente¹⁴³. Outras estações da EFSJ, contudo, já existiam no entorno, uma no *lugar denominado - Agua-Branca* (ACSP, LVII, 98) e outra na freguesia do Brás (ACSP, LVIII, 31; LXI, 68 e 69; LXIII, 180); sem falar nas outras duas ferrovias estabelecidas neste período em São Paulo. Entre 1879 e 1881, todas as menções a esta estação são registradas ora sob a denominação *estação da Luz* ora *estação da Estrada de Ferro Ingleza*:

¹⁴¹ Registrou-se *estrada de ferro*, para a EFSJ, em ACSP, LVI, 92; LVII, 56, 65; LVIII, 80, 99; LIX, 71, 96, 102; LX, 77, 99, 103. Quanto às exceções, trata-se de *estrada de ferro de Santos* (ACSP, LVI, 60), *estrada de ferro Santos a Jundiahy* (ACSP, LIX, 228), *estrada de ferro de Santos a Jundiahy* (ACSP, LX, 142 e 170) e *estrada de ferro Ingleza* (ACSP, LX, 104).

¹⁴² Entre 1870 e 1872, registrou-se *Companhia da Estrada de ferro de Santos a Jundiahy* (ACSP, LVI, 156) e *Companhia da Estrada de ferro* (ACSP, LVI, 164; 1872, 24) / *Companhia d'Estrada de ferro* (ACSP, LVIII, 11), simplesmente. Posteriormente, anotou-se apenas *Companhia Ingleza* (ACSP, LVIII, 146; LX, 103 e 107; LXIII, 61 e 132) / *Companhia Ingleza* (ACSP, LIX, 68; LXV, 105).

¹⁴³ Conforme ACSP, LVI, 53, 60, 69, 164, 177; LVII, 38, 94; LIX, 46, 96, 124; LX, 77, 121, 153; LXII, 39; LXIV, 45, 71.

- * estação da estrada de ferro da Luz (ACSP, LVII, 35);
- * estação da Lús (ACSP, LIX, 68);
- * Estação da Lús (ACSP, LXV, 14; LXVI, 46; LXVII, 44);
- * estação da estrada de ferro Inglesa (ACSP, LX, 146);
- * Estação da Estrada de Ferro Inglesa (ACSP, LXVI, 123);
- * Estação Inglesa (ACSP, LXVII, 50).

A designação *estação da Estrada Inglesa* pouco referencializava, visto que outras duas estações desta ferrovia encontravam-se próximas ao núcleo. A variação deve-se, possivelmente, ao fato da estação da Estrada de Ferro Sorocabana também se localizar no bairro da Luz, o que, inicialmente, deve ter inibido a fixação do topônimo *estação da Luz*. A ferrovia Sorocabana, contudo, mantinha um acanhado prédio como estação. Por acordo com a companhia Inglesa, os embarques de passageiros passaram a ser feitos na estação Inglesa ainda nos últimos anos da década de 1870. Apesar da utilização do prédio vizinho como estação de cargas, destacava-se a estação da Estrada de Ferro Inglesa. A cristalização da designação *estação da Luz*, conseqüentemente, ocorre nos primeiros anos da década de 1880.

As designações dos caminhos, enquanto se mantêm espontâneas, obedecem a regras mais claras para a fixação. A rua da estação da Luz, por esta ter sido aberta em função da criação da primeira ferrovia do núcleo, é conhecida como *rua da Estação*.

Nos primeiros anos, por ser um designativo proveniente de descrição, é registrado nas atas da Câmara em letras minúsculas: *rua da estação* (ACSP, LX, 33) e *rua da estação da estrada de ferro* (ACSP, LX, 107). Alternam-se, também, até 1880, *rua da Estação*, simplesmente¹⁴⁴, e *rua da Estação da estrada de ferro* (ACSP, LVI, 60) e *rua da Estação da Lús* (ACSP, LX, 122) / *rua da Estação da Lus* (ACSP, LXVI, 46) / *rua da Estação da Luz* (ACSP, LXVI, 60), com elemento determinante do topônimo propriamente dito,

¹⁴⁴ O designativo *rua da Estação* é a forma mais recorrente para nomear o logradouro diante da estação da Luz, voltado para o núcleo, desde 1874. Conforme ACSP LX, 109 e 142; LXI, 54; LXII, 64; LXIII, 78 e 142; LXIV, 59, 80, 108 e 118; LXV, 19, 32, 37, 61, 128; LXVI, 32, 36, 46, 71, 73, 80, 92, 93 e 120.

melhor precisando o logradouro ao qual se refere. A cristalização da forma *rua da Estação* ocorre na década de 1880.

No núcleo, duas outras denominações relacionadas às ferrovias são registradas: *rua do Doutor Falcão Filho* e *rua do Trem*. Tratam-se, contudo, de designações atribuídas oficialmente. A primeira é atribuída, em 1877, à *rua onde resede o Doutor Falcão Filho*. A razão principal para a homenagem, na realidade, era o fato de Clemente Falcão de Sousa Filho ser o responsável pela colocação dos trilhos até Taubaté, pela *Companhia - São Paulo e Rio de Janeiro*, e da *linha de Campinas ao Rio Claro*, pela *Companhia Paulista*, sendo chamado pelos camaristas de *illustre Paulista* (ACSP, LXIII, 146-7).

O topônimo *rua do Trem*, antiga *rua detraz do Quartel*, integra a lista de designativos sugeridos pelo vereador Malaquias, em 1865. Trata-se de nome indicado aleatoriamente, já que nenhum trem cruzava este logradouro. No *Mapa* de Jules Martin, de 1877, nota-se que nem mesmo a linha de carris passava por este logradouro; permanece, contudo, a designação ainda nos primeiros anos da década de 1880, sem intenções de substituí-la (ACSP, LXVI, 73; LXX, 49, 89, 140).

Em 1884, propõe-se a mudança para *rua da Fé* (ACSP, LXX, 149), indicação não aceita. A alteração deste designativo para *rua Anita Garibaldi* ocorre apenas nos primeiros anos do século XX, em homenagem à heroína revolucionária. Este topônimo permanece até hoje.

IV.5.2. Da estrada de ferro do Norte à E.F. Central do Brasil

Em 1855, a estrada de ferro Dom Pedro II (EFDP) começou a ser construída com o objetivo de ligar o Rio de Janeiro, corte do Brasil, até a cidade de Belém, no Pará. Em 1877, o ramal de São Paulo desta ferrovia, cujo trajeto ligaria a capital paulistana à cidade de Cachoeira (atual Cachoeira Paulista), limite das duas províncias, é concluído. Dois anos antes, contudo, foi inaugurado o trecho entre São Paulo e Mogi das Cruzes (Matos: 1954), cujo ponto inicial em São Paulo era na freguesia do Brás, próximo ao largo da Concórdia, no lado direito da estrada da Penha.

Tratava-se de um ramal, porque os trilhos utilizados eram de uma bitola menor ao da EFDP, fazendo com que, em Cachoeira, houvesse a necessidade de se mudar de trem para seguir a viagem até o Rio de Janeiro. Assim, ao ramal de São Paulo, foi atribuída uma denominação diferente à da ferrovia-tronco: *estrada de ferro do Norte* (EFN).

Esta designação provém da maneira como era conhecido o vale do Paraíba: *Zona Norte* (Reis: 2004, 126). Ainda no século XX, Costa e Silva (1939) chamou de *Norte* a região composta pelo Vale do Paraíba e o litoral Norte paulista, em sua divisão do Estado de São Paulo por zonas produtoras de café. Este topônimo é formado, portanto, por descrição associativa do destino da ferrovia.

Nas atas da Câmara, entre 1875 e 1889, registrou-se *do Norte* como a designação da EFN, salvo três ocorrências de *estrada de ferro [da Companhia] Sam Paulo e Rio de Janeiro* (ACSP, LXI, 108; LXII, 17; LXXI, 174), nas quais se utilizou o nome da companhia. Nota-se, contudo, que não há confusão entre as designações da companhia e da ferrovia, apenas uma referência indireta àquela. O mesmo ocorre no anúncio da conclusão do ramal: *estrada de ferro de Sam Paulo á Cachoeira* (ACSP, LXIII, 89), no qual se ressalta as localidades interligadas.

Enquanto se verifica a cristalização do topônimo propriamente dito desde a inauguração do primeiro trecho do ramal, registraram-se variantes do termo geográfico:

* *estrada de ferro do Norte* (ACSP, LXI, 93, 130, 134; LXII, 15; LXIII, 114, 115; LXXI, 67) / *Estrada de Ferro do Norte* (ACSP, LXX, 196; LXXI, 56, 138-9);

* *estrada do Norte* (ACSP, LXXI, 87) / *Estrada do Norte* (ACSP, LXVI, 82);

* *linha ferrea do Norte* (ACSP, LXI, 87; LXII, 32, 42-3; LXIV, 86).

No *Mapa* de Jules Martin, de 1877, desenhou-se, em caixa, a fachada da estação da EFN, com a indicação: *ESTAÇÃO DO NORTE. Inaugurada no dia 3 de Julho de 1877*. A designação *do Norte* devia-se, especialmente, ao fato de o topônimo *estação do Braz* (ACSP, LVI, 184) ter sido atribuído à estação ferroviária da EFSJ, a primeira construída na freguesia do Brás. Nas atas da Câmara, em 1877, verifica-se a variação *estação da Estrada de Ferro do Norte* e *estação do Norte*, simplesmente, com a cristalização da designação

reduzida nos anos seguintes¹⁴⁵. Quanto à rua que dava entrada à estação do Norte, manteve-se a designação *rua da Concórdia*, conforme visto anteriormente.

A construção da EFN levou à formação de um comércio urbano, antes desconhecido na freguesia do Brás. Após a inauguração, surgem pedidos para a construção de *quiosques*¹⁴⁶, solicitações estas negadas pelos camaristas (ACSP, LXIII, 106 e 114 e 129), e é aberto um hotel, na rua do Brás, o qual, pelo nome atribuído – *Hotel do Norte*, visava atender aos viajantes que chegavam pela EFN (ACSP, LXV, 29 e 84). Uma *nova linha de ferro Carris*, denominada *linha do Braz*, é aberta até a *Estação da estrada de ferro do Norte* (ACSP, LXIII, 108).

Diferente da EFSJ, a utilização da EFDP não representou um significativo esteio para o aumento de importações brasileiras. Em 1854, o vale do Paraíba era responsável pela produção de 77,5% do café paulista, levado por tropeiros até os portos de Ubatuba e de São Sebastião, mais próximos. Em 1886, em plena decadência, produzia apenas 20% do montante paulista, em virtude do esgotamento das terras (Morse: 1954, 118 e 179-182).

Antes de ser utilizada para condução de produção agrícola, a EFDP, especialmente o ramal de São Paulo, tornou-se um elo com a corte e assumiu a função de transportar passageiros e objetos, além de facilitar a importação de produtos culturais para as classes alta e média. Ainda em 1875, por exemplo, o presidente da Câmara, Ernesto Mariano da Silva Ramos, abre discussão acerca da construção de uma variante da EFN para a freguesia da Penha:

Proponho que se officie ao Exmo. Presidente da Provincia fazendo lembrar a conveniencia de um ramal em condição de rodagem da Estação da Penha na estrada de ferro do Norte á Freguezia do mesmo nome, e não podendo ser feita a custa da municipalidade não só porque o estado actual de seo cofre como os promissos que tem contrahido digo, como os compromissos que tem contrahido não permittem, mas ainda por que sendo os ramaes da estrada de ferro de competencia do Governo que garantindo seos capitaes deve procurar todos os meios de desenvolver suas

¹⁴⁵ Registraram-se as seguintes formas expandidas: *Estação da estrada de ferro do Norte* (ACSP, LXIII, 54 e 108); *estação da estrada de ferro do Norte* (ACSP, LXIII, 151); *Estação da estrada do Norte* (ACSP, LXIII, 129). Anotou-se apenas uma variação do termo geográfico, na qual se utilizou “estação” em francês: *Gare do Norte* (ACSP, LXX, 186).

¹⁴⁶ Nos quiosques octogonais, existentes nas praças e estações do núcleo, vendiam-se comidas e bebidas baratas.

rendas. Devendo auferir a Companhia grande lucro com esse ramal para onde poderá estabelecer trens de suburbio a vista da affluencia de passageiros que há para aquella Freguezia da Penha principalmente em occasiões de festa, julgo que depois de examinada a melhor vereda da estação á freguezia e competentemente orçada a despeza, seja a mesma Companhia autorizada a fazer esse ramal talves com tempo de já ser utilizada para a proxima festa de Outubro digo festa de 8 de Setembro. Salla das Sessões da Camara Municipal de Sam Paulo 5 de Agosto de 1875 - Silva Ramos. - Aprovado. (ACSP, LXI, 93-4)

A inauguração desta variante encerrou o hábito de peregrinos seguirem pela estrada da Penha, parando nas igrejas do caminho, o que levou ao progressivo desaparecimento dos pousos da freguesia do Brás. Por outro lado, com a mudança no perfil dos moradores, a EFN proporcionou à formação de povoações ao longo dos trilhos, especialmente na paradas. Surgiram, então, os bairros da *Quarta Parada*, da *Quinta Parada* e da *Sexta Parada*, conforme se verifica na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897. Segundo Dick (2004, 49), estes designativos “significam a toponimização popular do próprio fato”, refletindo a inexistência de outros elementos que melhor referencializem o lugar e ressaltando o forte vínculo estabelecido entre a comunidade e a ferrovia.

Após a Proclamação da República, o topônimo estrada de ferro Dom Pedro II, atribuído com a intenção de se imprimir, pelo nome do imperador, a força e o progresso da corte em todo o território brasileiro, tornou inviável ao novo regime político. Alterou-se, então, para *estrada de ferro Central do Brasil* (EFCB), a fim de indicar que, no ponto inicial da ferrovia, encontrava-se o centro político da República.

No ano seguinte, a EFN foi comprada pela EFCB, recebendo, oficialmente, a mesma designação. A remodelação da ferrovia e o alargamento da bitola ocorreram entre 1901 e 1908. Na *Planta* de Jules Martin, de 1890, mantém-se o topônimo *Estrada de ferro do Norte*. Em 1897, quatro anos antes do início da mudança dos trilhos, já se registrava *ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL* (*Planta* de Gomes Cardim), evidenciando-se que a substituição do designativo ocorreu em virtude da aquisição da ferrovia pela Companhia EFCB.

IV. 5.3. A EFSJ na freguesia do Brás e a formação de novos topônimos

Antes da construção das ferrovias paulistas, o café produzido na região Noroeste de São Paulo era transportado pelo antigo caminho do Mar, um lento e oneroso trajeto, no lombo de burros, guiados por tropeiros. Nas proximidades do núcleo, este caminho acompanhava a margem esquerda do rio Tamanduateí. A EFSJ, ao contrário, percorria a cidade transversalmente, de Noroeste a Sudeste, passando pela margem direita do Tamanduateí, na freguesia do Brás.

A EFN foi responsável pela expansão horizontal da freguesia do Brás, acompanhando aproximadamente o traçado da estrada da Penha. Sua contribuição à urbanização do Brás diz respeito, inicialmente, à facilitação da chegada de diversão e informações culturais, antes restritos ao Rio de Janeiro, e, posteriormente, pela construção de bairros mistos nas paradas dos trens. Datas de terras são solicitadas à Câmara em referência direta ao estabelecimento da *linha ferrea do Norte* (ACSP, LXI, 87 e 130; LXII, 32), antes da inauguração do ramal de São Paulo.

A EFSJ, por sua vez, foi a que propiciou o maior adensamento populacional na freguesia do Brás. Maior número de pedidos por datas de terras do que as com referência à EFN, por exemplo, é realizado para esta ferrovia desde 1860¹⁴⁷, solicitações que se multiplicam ao longo da década seguinte.

O traçado desta ferrovia, repleto de desvios, fez com que a EFSJ ocupasse uma grande área da cidade. Na freguesia do Brás, os trilhos foram assentados ao longo dos terrenos baixos e úmidos, adjacentes à várzea do Carmo, onde a maioria dos imigrantes pobres, que chegam a São Paulo no fim da década de 1870, foi morar (Morse: 1954, 198). Além disto, este trecho a esquerda da EFSJ se limitava com o núcleo, beneficiando-se, indiretamente, com os melhoramentos realizados, como iluminação pública e linhas dos bondes.

Os trilhos, cortando verticalmente a freguesia do Brás, de parte do bairro do Pari até a Mooca, tornaram-se o novo obstáculo para a região. As *porteiras da Inglesa*, como

¹⁴⁷ Em 1860, sete anos antes da inauguração da EFSJ, foram solicitadas datas de terra na *varzea do Braz*, próximo à *linha da estrada de ferro da companhia de estrada de ferro de Santos à São Paulo* (ACSP, XLVI, 41-2); na *varzea do Braz*, por onde passar a *estrada de ferro* (ACSP, XLVI, 55); e próximo à *estrada de ferro*, na *Varzea do Braz* (ACSP, XLVI, 104).

ficaram conhecidas, interrompiam a circulação da população, cada vez mais numerosa, e desmotivavam a criação de linhas de bonde no trecho entre o ribeirão Tamandateí e a EFSJ¹⁴⁸.

Na década de 1870, varia-se a utilização dos termos *portão* e *porteira* para o bloqueio entre as ruas da Constituição (atual rua Florêncio de Abreu) e Alegre (atual rua Brigadeiro Tobias) e o Largo do Jardim (posteriormente incorporado à avenida Tiradentes), em virtude de sua dupla utilização, como entrada da estação da Luz e para conter o trânsito durante passagens de trens¹⁴⁹.

Em 1875, anuncia-se a colocação de uma *cancella* pela *companhia Sorocabana*, na *Agua Branca* (ACSP, LXI, 68). Na década de 1880, uma nova *porteira* é colocada no *bairro das Cancellas*, pela *Estrada de ferro de Santos a Jundiahy*, a fim de propiciar comunicação entre as ruas *Helvetia* e *Alta*, nos lados esquerdo e direito da EFSJ, respectivamente (ACSP, LXX, 53-5). Nos próximos dois anos, o caminho ao longo das ferrovias Inglesa e Sorocabana, entre as ruas *Nothmann* e *do Bom Retiro*, é indicado sob a denominação *rua das Cancellas* (ACSP, LXXI, 173; LXXII, 181).

Na década de 1870, indica-se a existência de *porteira* da EFSJ na *rua do Bras* (ACSP, LIX, 61) e na *rua da Moóca* (ACSP, LXV, 42), as duas principais vias de comunicação da freguesia do Brás com o núcleo. Quando em função de topônimo propriamente dito, utiliza-se o termo *cancela*, e não *porteira*. Em 1881, o superintendente da EFSJ apresentou ofício à Câmara,

reclamando contra a intimação que lhe foi feita para que não impeça a servidão do *caminho denominado "Travessa das Cancellas"* na forma do artigo 63 do Código de Posturas municipais, visto como essa intimação oppoem-se as que dispõem o art. 13 do Decreto n.º 1930 de 26 de Abril de 1857. (ACSP, LXVII, 95)

¹⁴⁸ A prefeitura de São Paulo inicia estudos para a solução do problema das *porteiras da Inglesa* em 1914. Dois anos depois, a comissão responsável informou que era impossível estabelecer passagens subterrâneas nas ruas do Brás e do Gasômetro, tanto para pedestres quanto para o trem, já que os terrenos, excessivamente úmidos, poderiam não conter a estrutura. Assim, a única medida segura seria a construção de uma passagem acima do nível da rua, realizada apenas em 1949, interligando a rua do Gasômetro ao largo da Concórdia (Torres: 1969, 189-93).

¹⁴⁹ Trata-se das seguintes ocorrências: *porteira da Estação da estrada de ferro* (ACSP, LVI, 26) / *porteira da estação de ferro* (ACSP, LVI, 80) / *porteira da estação da Estrada de ferro na Luz* (ACSP, LVII, 104) / *porteira da estação* (ACSP, LIX, 11) / *porteira na estrada de ferro* (ACSP, LIX, 48) / *porteira da estrada de ferro* (ACSP, LXIV, 36) / *porteira da estrada de ferro Inglesa* (ACSP, LXV, 151) e *portão da estação* (ACSP, LIX, 11) / *portão da estrada de ferro* (ACSP, LVI, 69) / *portão da Estrada de ferro Inglesa* (ACSP, LXV, 160) / *portão da Companhia Inglesa* (ACSP, LXIII, 78).

Na sessão seguinte, este ofício é encaminhado ao Governo da Província de São Paulo (ACSP, LXVII, 102), declarando-se *que já esta destruido o fecho feito pela Companhia Inglesa, na travessa da Cancellla* (ACSP, LXVII, 102). A resposta encaminhada pelo governador remete ao bloqueio como a *porteira que existia para servidão particular de Antonio Silveira Caldeira* (ACSP, LXVII, 110), evidenciando-se a manutenção do termo *porteira*, em detrimento a fixação de *Cancellas* como topônimo propriamente dito. Em 1884, por sua vez, verifica-se a cristalização do termo geográfico *rua*.

Descartada a possibilidade de este topônimo designar a rua ao longo da EFSJ, cujo único registro, na década de 1880, revela apenas a descrição associativa à estação – *rua d'estação inglesa do Brás* (ACSP, LXVII, 161), verifica-se que se trata da atual rua Visconde de Parnaíba, visto que:

* era a única que, pela *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, possuía passagem pela EFSJ *entre as ruas do Brás e da Moóca* (ACSP, LXVII, 121) e

* permitia a comunicação com a *rua do Hypodromo* (ACSP, LXXI, 42).

O fato que corrobora esta afirmação é o anúncio, em 1886, da construção do *alojamento de imigrantes na rua das Cancellas* (ACSP, LXXII, 244), em substituição à hospedaria do Bom Retiro. Estes estabelecimentos eram destinados ao atendimento de imigrantes subvencionados que chegavam a São Paulo. Inaugurada em 1882 nas proximidades da estação da Luz, a hospedaria do Bom Retiro, em menos de cinco anos de funcionamento, mostrava-se insuficiente para o atendimento das crescentes levas de imigrantes.

A escolha da freguesia do Brás para abrigar a nova hospedaria não foi aleatória. O governador da Província, o então Barão de Parnaíba, pela experiência no Bom Retiro, verificou a necessidade de, além do espaço a ser ocupado pelo prédio, existir um extenso terreno desocupado, permitindo futuras ampliações. Além disto, era fundamental que a hospedaria se localizasse próximo às EFSJ e EFN, as portas de São Paulo, facilitando o desembarque e embarque.

Inicia-se, assim, uma nova fase para a freguesia do Brás, com a chegada de imigrantes pobres que, apesar de destinados a trabalhos agrícolas no interior de São Paulo, acabam se fixando na região, onde encontravam moradias baratas e uma incipiente produção fabril. As epidemias de crupe e varíola, que levaram ao fechamento definitivo da hospedaria do Bom Retiro e aceleraram os serviços na do Brás, antes mesmo de sua conclusão (Reale: 1982, 18-9), também incentivaram, inicialmente, a escolha do Brás como residência para os imigrantes.

Apesar disto, o topônimo rua dos Imigrantes (atual rua Areal) cristalizou-se para o caminho percorrido pelos imigrantes entre a estação da Luz e a hospedaria do Bom Retiro. Já a estação do Brás, como era conhecida a estação da EFSJ, passa a ser designada *Imigração*, conforme se verifica na *Planta* de Jules Martin, de 1890, dada a proximidade com a hospedaria e ter se tornado a principal para atendimento de imigrantes a partir de 1887.

A região entre a estrada de ferro Inglesa e o prado de corridas, contudo, mantém-se conhecida como *Hipódromo*, o maior prédio desta região e, portanto, um dos mais importantes referenciais. A rua especialmente aberta para o assentamento de trilhos até o *Hypodromo Paulistano*, variante da EFSJ (ACSP, LXIII, 129), vem denominada *RUA DOS TRILHOS* na *Planta* da Comissão Geographica e Geologica, de 1914. Apesar de não registrado anteriormente no *corpus* analisado, este designativo é, sem dúvida, anterior a 1914, reflexo da tendência à denominação por descrição associativa, comum na freguesia do Brás ainda na década de 1880.

IV.5.3.1. O problema de abastecimento de água do núcleo e a construção do *tramway* da Cantareira

A rápida e desordenada ocupação agravou ainda mais um antigo problema de São Paulo: a falta de água potável. Muitas são as notícias de traslados da imagem da Penha para o núcleo, no século XVIII, em razão de secas prolongadas. Em 1860, um dos principais temas abordados pelos camaristas era a necessidade de encontrar novas fontes de água para o abastecimento do núcleo (ACSP, XLVI, 36, 56 e 126).

A solução eficiente era a canalização de *agoas da Cantareira*, a norte do núcleo. O Governo da Província encontrava-se, porém, dividido, sendo que a maioria de seus representantes, menosprezando previsões de grande crescimento da população para as décadas seguintes, considerava-a desnecessária (Campos: 2005, 198-9)¹⁵⁰.

Apesar de os projetos de canalização indicarem que os ribeirões Tamanduateí e Anhangabaú encontravam-se impróprios ao consumo (ibidem), nas décadas seguintes, novos chafarizes são instalados no núcleo e nos arredores a fim de dirimir o problema¹⁵¹, e os ribeirinhos do rio Tietê permanecem servindo-se de suas águas (ACSP, LXX, 32).

O impasse mantém-se até o início da década de 1890, após diversos projetos serem apresentados pela Companhia Cantareira e Esgotos¹⁵², os quais demonstravam que a canalização das águas da Cantareira era a única solução viável para prover o crescente número de moradores de São Paulo.

As obras são rapidamente realizadas. Na serra, contudo, necessitava-se da construção de trilhos para o transporte do pesado material, especialmente de tubos de ferro. Entre 1893 e 1894, um ramal temporário é estabelecido pela Companhia Paulista da Estrada de Ferro. No ano seguinte, diante do número de solicitações, trens diários são oferecidos à população¹⁵³.

¹⁵⁰ Os camaristas e a população mantinham-se contrários a esta obra. Ver, especialmente, ACSP, LVI, 94-8; LVIII, 51-66; LX, 155-6; LXII, 10-1.

¹⁵¹ A nascente de Miguel Carlos, na chácara Episcopal, próxima ao ribeirão Anhangabaú, passa a prover chafariz homônimo, em 1870 (ACSP, LVI, 94-8). A principal lagoa da propriedade do sargento-mór Zunega, outra nascente que seguia para o Anhangabaú, abastecia o chafariz do *Largo do Tanque do Zunega* (posteriormente denominado, largo do Paisandú) (ACSP, LVII, 139). A água insuficiente deste chafariz ocasionava constantes reclamações da população da freguesia de Santa Ifigênciã. As reivindicações são atendidas apenas em 1871, quando se constrói um novo chafariz na outra extremidade da travessa do Paisandú, abastecido pelo tanque Reúno (ACSP, LVII, 122). Além do tanque Reúno, formado pelos ribeirões Saracura e Bexiga, afluentes do Anhangabaú (atual praça Franklin Roosevelt), havia o tanque Municipal, cujas águas encontravam-se canalizadas até a caixa d'água da rua do Príncipe (atual rua Quintino Bocaiúva). Todo este sistema de abastecimento, além de insuficientes, era de má qualidade, situação denunciada na década de 1870 (Campos: 2005, 1999). Na freguesia do Brás, ao contrário, além de extensos campos, a população abastada encontrava uma ampla rede hidrográfica, sendo necessárias fontes de abastecimento apenas à medida que as chácaras são loteadas e levas de imigrantes chegam à região, especialmente na década de 1890. O primeiro chafariz para atendimento da população local que se tem notícia no Brás, por exemplo, é de 1875 e foi construído para atender ao grande número de novos moradores que adquiria terras por data na rua do Gasômetro (ACSP, LXI, 83).

¹⁵² A Companhia Cantareira e Esgotos foi criada em 1877 com o objetivo de estudar as condições das águas de São Paulo e, a partir destas análises, desenvolver um plano para a construção de uma rede de abastecimento de águas e de esgotos.

¹⁵³ Em 1886, Miguel Escoffon propõe à Câmara a criação de uma *linha (tranway) por tracção animada ou a vapor da Ponte Grande à serra da Cantareira*, passando pelo *arrabalde de Santa Anna* (ACSP, LXXII, 113). Este projeto, que não foi concluído, mostrava-se interessado especialmente pelo transporte da população.

Na *Planta* de Cardim (1897), verifica-se a existência de dois terminais: a partir da *Est^{ção} do PARY*, a estação de armazenamento da Estrada Inglesa ao qual o ramal encontrava-se atrelado, e a *ESTAÇÃO DA CANTAREIRA*, na Luz. O primeiro é o mais antigo, destinado ao embarque do material importado que vinha do porto de Santos, e o segundo, a estação de passageiros criada, em relação à estação da Luz, no extremo oposto do *Jardim Publico*.

A designação do ramal é *TRAMWAY DA CANTAREIRA*. O termo genérico, em inglês, reflete à própria importação do sistema de trilhos e dos comboios. Já o topônimo propriamente dito segue a tendência de atribuir-se às ferrovias o nome do local ao qual se pretende atingir; nítido processo descritivo que se pode desdobrar em **tramway que segue para a Cantareira*.

Ainda na *Planta* de Cardim, lê-se, para dois logradouros traçados na freguesia do Brás, paralelos ao rio Tietê e perpendiculares à direita do tramway da Cantareira, os topônimos: *R. DA CANTAREIRA* e *R. DO RAMAL*. Interessante notar que, salvo se encontrarem próximos ao tramway, nenhum outro fato sustenta a designação indicada para estas ruas. Na *Planta* da Comissão Geographica e Geologica, de 1914, a rua do Ramal encontra-se como simples prolongamento da *Rua Pedro Vicente*, nome este já cristalizado no início da década de 1870 para o trecho à esquerda do tramway. A rua da Cantareira, por sua vez, nem aparece traçada nesta carta.

O topônimo *TRAM WAY DA CANTAREIRA*, excetuando-se a grafia, não registra alteração, na *Planta* de 1914. Já o caminho ao longo do tramway recebe a designação *AV. CANTAREIRA*, por processo de translação toponímica, a partir dos trilhos e não da serra. A retificação do ribeirão Tamanduateí, concluída em 1914, fez com que, antes da *RUA JOÃO TEODORO*, o tramway percorresse à esquerda do Tamanduateí.

Outra alteração perceptível é que a estação de embarque de passageiros não mais se localiza na Luz, mas em frente ao Mercado Municipal, mudança esta realizada a pedido da população, nos primeiros anos do século XX. A designação avenida da Cantareira mantém-se desta estação até a margem esquerda do rio Tietê. A estação de armazenamento do Pari, apesar de não mais necessário o transporte de materiais para a serra da Cantareira, deixou de existir em decorrência do aterramento da várzea do Carmo e da alteração no traçado do Tamanduateí.

Até o terceiro quartel do século XIX, a freguesia do Brás não apresentava problemas de abastecimento de água potável. A população abastada buscava na região, além do isolamento proporcionado pelos campos desabitados, a extensa rede hidrográfica.

A alteração desta paisagem inicia-se em meados da década de 1870, quando novas ruas são abertas pela municipalidade visando à concessão de datas de terra. Um bom exemplo é a colocação do primeiro chafariz para atendimento da população local na rua do Gasômetro, uma das primeiras a ser completamente ocupada por novos moradores.

A ampliação deste problema ocorre com a fixação de levas de imigrantes, especialmente a partir de meados da década de 1880. A falta de uma rede de esgoto levou à contaminação dos cursos d'água e do lençol freático, ao qual se une a insalubridade das moradias construídas em várzeas, antes evitadas.

A relação da comunidade com o espaço de convívio, conseqüentemente, sofre mudanças que são refletidas na maneira de denominá-lo. O próximo capítulo é dedicado à análise destas alterações.

V. Os topônimos sistemáticos da freguesia do Brás

Beco da Cachaça, Beco do Sapo, Rua do Jôgo de Bola, Beco dos Cornos. Note-se o contraste entre êstes e os nomes modernos oficiais, comuns a São Paulo e a tôdas as cidades brasileiras, grandes e pequenas: rua 15 de Novembro, rua Voluntários da Pátria, alameda Barão do Rio Branco, rua 7 de Abril.

Richard Morse

Na época da Independência do Brasil, as medidas tomadas pelos camaristas eram, claramente, de caráter paliativo. Pouco, ou nenhum, era o planejamento. São Paulo funcionava *ao acaso*, afirma Morse (1954, 30). Mesmo para problemas constantes, como o espraçamento das águas do Tamanduateí e do Tietê, no período das cheias, não se buscavam soluções permanentes: *se a várzea se inundava, uma comissão ad hoc tomava medidas, e depois se dissolvia* (ibidem).

Em 1822, por outro lado, um arruador é solicitado pela Câmara, ao qual se atribui as seguintes funções: abrir ruas em terrenos sem construções, nas quais pudessem ser construídas moradias, e demarcar o rossio da cidade, para verificação de terras da municipalidade, com a apresentação destes resultados em mapa. Nota-se, portanto, a intenção de expandir a cidade, então restrita ao núcleo.

A designação destes novos logradouros também era preocupação entre os camaristas, que passam a indicar, de modo incipiente, nomes a algumas vias, nos anos seguintes. Ressalta-se que, anos antes, em 1810, o ouvidor-geral já ordenara a colocação de placas com a designação das vias, nas esquinas, e com números, para identificação das propriedades, em todas as casas (Morse: 1954, 26).

Na década de 1870, propostas para abertura de ruas no núcleo e à esquerda do ribeirão Anhangabaú já eram seguidas por denominações, analisadas pelos camaristas e, por eles, refutadas ou aceitas:

A Comissão de Obras Publicas tendo examinado a proposta para a denominação das quatro ruas marcadas nos terrenos da Santa Caza de Misericórdia desta Capital e propostas pela Mesa da Irmandade da mesma Santa Caza, é de parecer que sejam aprovadas as denominações constantes da referida proposta por assim já serem

taes ruas conhecidas pelo publico - Aprovado e que neste sentido se officie a Meza da Irmandade. (ACSP, LX, 160)

Caso não fosse aceita a denominação proposta ou nenhuma sugestão fosse encaminhada, os próprios camaristas indicavam os topônimos. Em 1879, Eugenio Seide abre uma rua *em terrenos de sua propriedade*, na *Freguesia de Santa Iphigenia*; a este caminho, os vereadores denominam *Rua do Doutor Dutra Rodrigues*, em homenagem ao advogado Francisco Antonio Dutra Rodrigues, camarista nos primeiros anos da década de 1870 (ACSP, LXV, 13).

A substituição de topônimos já fixados também era uma prática comum, como a alteração *rua da Palha* para *7 de Abril* (LIX, 119), na qual se verifica o apagamento de um topônimo descritivo associativo (Dick, 1996, 228) por um historiotôponimo, em homenagem ao 42º aniversário de abdicação de Dom Pedro I. Já no caso de *rua da Cadeia*, substituída por *Rua da Assembléa*, ambos os topônimos eram descritivos associativos, cuja alteração apenas coloca em relevo o segundo referencial, em detrimento ao primeiro (ACSP, LXV, 9).

Em 1865, em análise das designações de logradouros *sem significação alguma*, conforme visto no Cap. IV, o topônimo *Largo do Braz* é alterado para *Largo da Concórdia*. No início da década de 1880, o vereador Sertório apresentação relação com sugestão de nomes para *diversas ruas desta Cidade que ainda não são denominadas* (ACSP, LXVII, 88). Salvo o topônimo largo da Concórdia, parada de peregrinos, não há sugestões de designações nem substituições de nomes da freguesia do Brás.

Outro fato que merece consideração é o tratamento dado a vias sem designação. No núcleo e nos trechos das freguesias da Santa Ifigênia e da Consolação diretamente ligados à expansão do núcleo, logradouros sem denominação eram indicados por elementos referencializadores das proximidades e menção de que não possuíam ainda um designativo: *rua sem nome, que, da do Dr. Abranches vae ter a do Dr. Sebastião Pereira* (ACSP, LXXIII, 32). Já os logradouros da freguesia do Brás eram, invariavelmente, indicados apenas por referencializadores.

No censo apresentado Müller (1923, 51), em 1836, menciona-se, no levantamento de quarteirões por distrito, que o *3º districto da Freguezia do Braz* possuía apenas 3 vias,

enquanto para o *districto da Freguezia da Penha*, 6. Certamente, muitos outros caminhos existiam na região, contudo, apenas a estrada da Penha e da Mooca e a futura rua Piratininga são contabilizadas oficialmente. No *Mappa* de Carlos Rath, de 1855, 5 ruas são marcadas a lápis e outras 5, por linhas cheias, todas partindo das estradas da Penha e da Mooca, mas para nenhuma destas vias é indicada designação.

Nas décadas de 1870 e 1880, muitas datas são oferecidas na freguesia do Brás; empenham-se os camaristas, especialmente os residentes na região, em abrir novas ruas. Somente em meados da década de 1880 que a denominação destes novos logradouros passa a ser realizada com maior constância. É também neste período que os antigos chacareiros começam a lotear suas propriedades; em princípio, tímidas iniciativas levam à abertura de ruas para a venda de parte dos terrenos, para a construção de casas de aluguel ou, ainda, para a formação de cortiços.

Na década de 1890, grandes loteamentos são realizados na freguesia do Brás, diretamente relacionados à fuga de famílias abastadas para novos bairros a sul do núcleo e à função mista, residencial e industrial, atribuída a terrenos localizados às margens de ferrovias. As moradias formadas em terrenos das várzeas trazem aspecto insalubre à região, habitada, especialmente, por imigrantes e migrantes pobres.

Neste momento, a denominação dos diversos logradouros abertos é necessária à referencialização dos espaços. O engendramento de topônimos não é realizado pelos novos moradores da freguesia do Brás. Inicialmente, os loteadores dos terrenos, sejam os antigos chacareiros ou as empresas especializadas na abertura de ruas e venda de lotes, submetem mapas com indicações de designações que desejam dar aos caminhos abertos e, mesmo, aos aglomerados humanos formados. Paralelamente, os camaristas passam a indicar nomes para ruas abertas pela municipalidade ou que não possuam designação, com raras tentativas de substituições de topônimos já fixados. A instauração do regime republicano no Brasil leva à reestruturação dos cargos políticos e de suas atuações. O engendramento de topônimos torna-se um ato oficial.

Esta nova concepção de formação de nomes é distinta daquela verificada, na freguesia do Brás, até a década de 1870. Os topônimos descritivos propriamente ditos e associativos eram estreitamente ligados à comunidade. De maneira geral, indicavam aquilo

que melhor referencializava o local e demandavam algum tempo para se cristalizarem como topônimo propriamente dito.

Designativos engendrados por chacareiros ou indivíduos alheios à região, ao contrário, previam a racionalização do ato denominatório. Não demandavam, igualmente, tempo para fixação, apenas restrita à aceitação ou não como singularizador do espaço e com raras alterações nos termos que o compunham após apresentação como designativo.

Dauzat (1937, 36 e sgts) chama *designativos systématiques* àqueles topônimos formados a partir de grandes eventos sociais ou grandes mudanças no cenário político. Assim, a conquista romana da Gália levou à criação de diversas povoações cujas denominações, formadas por compostos galo-latinos, homenageavam grandes chefes romanos. Dick (1995, 63-4), por sua vez, definiu nomes *sistemáticos*, ou a *sistematização dos batismos*, em contraposição à *espontaneidade* no engendramento de topônimos:

Os topônimos sistemáticos são resultados de uma política administrativa de nomeação, do agir consciente da comunidade ao eleger determinados padrões de designação como os seus paradigmas; geralmente se opõe aos precedentes [topônimos espontâneos] pelo aspecto dedicatório, devocional ou comemorativo de fatos ou costumes; homenageiam pessoas e reverenciam momentos de fé; podem até ser bajulatórios em sua reverência, conforme o momento político em que foram gerados; de qualquer forma, são interacionais em sua pontuação, muito embora cheguem a constituir áreas lexicais características do ponto de vista da toponímia.

Esta última definição, apoiada na observação das motivações toponímicas, vem ao encontro das causas que levam à formação de designativos na freguesia do Brás, especialmente a partir de meados da década de 1880. Assim, entende-se por *designativos sistemáticos* àqueles engendrados por um único indivíduo¹⁵⁴, mesmo que o faça como representante da coletividade, sem necessária intervenção ou aceitação da comunidade.

V.1. O processo de urbanização da freguesia do Brás: reflexo no processo denominativo

¹⁵⁴ Neste sentido, convém ressaltar que não se pressupõe a definição de motivações toponímicas norteadoras do processo de formação de topônimos sistemáticos. Cf. Fundamentação Teórica.

Enquanto a freguesia do Brás permanece imersa em seu aspecto rural, com suas grandes propriedades e população abastada, o núcleo já apresentava significativo crescimento e a necessidade de criação de diversão. Durante o governo de João Teodoro, é construída no ribeirão Tamanduateí uma ilha artificial, que Morse (1954: 192) chamou “o ímpeto mais impressionante para o progresso material”. Pintores e fotógrafos elegem-na, rapidamente, como um lugar de São Paulo a ser retratado.

Diversas são as imagens de casais e crianças passeando por esta ilha, denominada – *dos Amores*. Por outro lado, o local de diversão pública ficava nas proximidades de um dos pontos demarcados para o despejo de lixo¹⁵⁵. Neste sentido, este topônimo sistemático adquire tom ainda mais despropositado. Primeiramente porque foi atribuído, possivelmente, em referência à ilha do Amores do Canto IX dos *Lusíadas*, de Camões, no qual a ilha é o local de recompensa dos navegantes após longa empreitada, marcada pela paixão arrebatadora e pelo amor carnal. Além disto, a proximidade da várzea do Carmo e do lixão tornavam o ar fétido e, por ser construída no Tamanduateí, o local conhecido pelas enchentes durante as chuvas de verão.

Além disso, apesar das demarcações dos locais de despejo, era comum a população lançar lixo à rua ou aos rios, pelas pontes¹⁵⁶. Tal prática, que demonstra a dificuldade em vigorar normas em São Paulo, levava ao acúmulo de lixo na várzea do Carmo, tornando-a insalubre, e auxiliava na destruição de pontes e de aterrados.

*

Enquanto apenas as pontes do Carmo e a da Tabatinguera permitiam o acesso à freguesia do Brás, a várzea manteve-se como barreira natural entre a região a leste e o restante da cidade. O estabelecimento de ferrovias levou à multiplicação das pontes no Tamanduateí.

¹⁵⁵ Outro despejo conhecido de São Paulo era o *beco do Cisqueiro*, cujo primeiro registro é de 1873, pouco antes da formação da ilha dos Amores. Segundo Sant’Anna (1950: 30), este designativo é proveniente da palavra *cisco*. Localizava-se na encosta do morro do Anhangabaú, e era onde o lixo recolhido pela Limpeza Pública era lançado.

¹⁵⁶ Trata-se de um problema antigo de São Paulo. Em 1821, muitas são estabelecidas pela Câmara àqueles que não encaminhavam o lixo a um dos sete depósitos demarcados (Morse: 1954, 29). A questão, contudo, estava longe de ser resolvida: em 1873, um fiscal solicita sentinelas na ponte do Mercado, a fim de dirimir o hábito de lançar despejo em tal local (ACSP LIX, 125), e, em 1885, o chefe de polícia encaminha um ofício aos camaristas, no qual solicita providências sobre os constantes despejos que se faziam no Tamanduateí entre as pontes do Carmo e do Gasômetro (ACSP, LXXI, 64).

Se a várzea do Carmo permanece como um problema de saúde pública, deixa de impor dificuldades em sua travessia. Especialmente após a inauguração da estação do Norte, em 1877, diante do largo da Concórdia, novas pontes e pontilhões são construídos na região.

As antigas pontes permanecem reconhecidas e indicadas a partir de seus nomes, conforme visto no Cap. IV. Às novas pontes, contudo, não são atribuídas designações: *dois pontilhões de madeira na estrada da Moóca* (ACSP, LXIII, 133); *ponte existente na rua do Carneiro Leão, que vae da Moóca ao Braz* (ACSP, LXXI, 1115); *ponte existente na mesma rua [rua do Monselhor Anacleto]* (ACSP, LXXI, 188) e *tres pontes da rua Luiz Gama* (ACSP, LXXII, 110).

Antes o número restrito de pontes e a dificultosa travessia de cursos d'água, decorrente do alagamento das várzeas e dos aterrados, colocavam-nas em relevo. Na década de 1880, quando ocorre a multiplicação de pontes na região, nota-se que a singularização dos espaços passa a ser realizada pela denominação dos caminhos, suficiente à referencialização dos espaços.

V.1.1. A concessão de datas de terras na freguesia do Brás nas décadas de 1870 e 1880 e a designação de ruas abertas pela Câmara Municipal

Na década de 1870, a despeito do aumento das concessões de datas de terras pelos camaristas e do alinhamento de muitos dos antigos caminhos, grande parte dos logradouros da freguesia do Brás mantém-se sem denominação.

No Marco da Meia Légua, limite oficial para distribuição de datas, verifica-se a existência de dois caminhos, no lado esquerdo da estrada da Penha, na década de 1850.

Nas atas da Câmara, indica-se que o *primeiro becco a quem do marco de meio legoa* (ACSP, LVI, 36), o mais próximo do bairro do Pari, é alinhado em 1871 e, por ser tortuoso, consome sensivelmente a propriedade de Vicente Ferreira de Abreu (ACSP, LVII, 44). Em 1873, é solicitada autorização para a construção de uma *capella com a invocação de Sam João* neste caminho, indicado como *rua de 800 palmos, que partindo do lado esquerdo da rua do Bras vai a varzêa do Pary de cima* (ACSP, LIX, 75). No ano seguinte, este logradouro é registrado sob a denominação de *rua do Marco da Meia Legoa*,

sendo que um outro caminho – *becco que (...) vae sahir na varzea do Tieté* –, a partir deste, já havia sido aberto (ACSP, LX, 36).

No segundo caminho do Marco da Meia Léguas, o *beco que vaê para a varzêa* (ACSP, LXI, 101) ou *várzea do Pary*¹⁵⁷, como especialmente se registrou, diversas datas são concedidas ao longo da década de 1870.

No bairro do Pari, assim como a rua do Marco da Meia Léguas, os diferentes caminhos circundavam as chácaras, mantendo um traçado irregular. Além disto, ainda no terceiro quartel do século XIX, não apresentavam uma designação cristalizada, sendo indicados a partir do ponto de vista do informante: *De José Fernandes da Silva e Antonio de Carvalho, pedindo data de terrenos devolutos no caminho que vai para o Pary nos fundos de suas propriedades* (ACSP, LXI, 130); *De José Pereira Mendes Palhares, pedindo permissão para fechar um pequeno bêco que existe entre a sua chacara no bairro do Pary e a chacara que pertence ao Capitão Joaquim Roberto de Azevedo Marques* (ACSP, LXI, 139).

Em 1879, destacam-se dois logradouros do Pari: a *rua mais central daquele bairro [do Pary]* (ACSP, LXV, 15) e a *principal rua do Pary que se dirige daquelle bairro á Cidade* (ACSP, LXV, 64), sendo a primeira denominada, nos anos seguintes, *rua do Pary* (ACSP, LXVI, 113; LXVII, 11, 96 e 149; LXIII, 178). A fixação deste designativo é confirmada pela confecção e colocação de placa do logradouro em 1885 (ACSP, LXXI, 23).

A intensa distribuição de datas de terra nos bairros do Pari e do Marco da Meia Léguas, devido à proximidade com o núcleo, levou à abertura de novos caminhos. Coube, neste primeiro momento, à Câmara Municipal o arruamento e o alinhamento dos terrenos devolutos a serem oferecidos à comunidade. Assumiu também os camaristas a função de atribuir designativo a estes logradouros abertos em terrenos públicos.

A necessidade de nomear os antigos caminhos oferecidos por datas de terras se apresenta, igualmente, latente:

¹⁵⁷ A várzea do rio Tietê, da barra do ribeirão Tamanduateí até a primeira grande curva do rio, no Marco da Meia Léguas, era conhecida também *do Pari*, por translação toponímica da designação do aglomerado humano. As indicações várzea do Pari de cima não atendem a uma rigorosa diferenciação, já que o topônimo bairro do Pari prevalece para a região entre o Tamanduateí e a ponte Preta e o trecho de várzea era contínuo.

O mesmo senhor Cantinho sobre (...) o requerimento de Maria Ignacia Cantinho Bastos, Matheos Marques Cantinho, Euzebia e Mariana da Conceição que *pedem datas na varzea do Pary, devendo a Camara denominar essa rua de - Catumby - para assim ficar assignalado o dito lugar*. P. da C. M. em Sam Paulo 6 de Dezembro de 1878 - G. M. Cantinho – Aprovado. (ACSP, LXIV , 138)

Após mais de dez anos da atribuição do topônimo *largo da Concórdia* ao antigo *largo do Brás*, *rua Catumby* é a denominação sistemática apresentada, oficialmente, a logradouro da freguesia do Brás. Ressalta-se a utilização de designativo de origem indígena não registrado anteriormente na região, fixado, ao menos, desde o século XVIII, no Rio de Janeiro, como designativo de região nobre carioca em 1878¹⁵⁸.

A indicação da designação é realizada pelo vereador Gabriel Cantinho, camarista responsável pela distribuição das datas de terras de São Paulo entre 1878 e 1880, cuja família era proprietária na freguesia do Brás.

A *rua Catumby* é um dos raros exemplos de via aberta e alinhada rapidamente para distribuição de datas de terras. Nas décadas de 1870 e 1880, muitos dos terrenos devolutos não são concedidos por falta de arruamento. Outros pedidos de datas são aceitos sem a definitiva marcação de ruas, resultando em pedidos de alinhamento para a construção de moradias, o principal termo de responsabilidade do novo proprietário.

Um dos maiores problemas eram as chácaras encontradas no caminho. Além de a Câmara Municipal possuir baixos recursos para realizar as dispendiosas desapropriações necessárias para a abertura de vias contínuas, muitos dos proprietários eram personalidades públicas, com poderes políticos, que não desejavam ter suas terras cortadas por ruas. O resultado foi a demora na conclusão destas obras, quando executadas segundo os planos originais.

Do Senr. Capitão Portilho: A bem da prosperidade e augmento da Freguezia do Bras, e mesmo para commodidade de transito de seos habitantes, propondo que com brevidade se mande concluir a abertura da rua projectada entre a do Bras a

¹⁵⁸ Segundo Teodoro Sampaio (1928, 185) *catumbi* é corruptela de *caá-t-umby* e significa “a folha azul; o matto verde; o anil”. Uma segunda possibilidade, igualmente indicada por Sampaio, geralmente considerada a causa de atribuição deste designativo a região na zona Norte do Rio de Janeiro, é “*caá-tumby* e significa – a pé do monte, á beira da matta”.

sahir na do Gazometro, declarando-se de utilidade Municipal o terreno para esse fim necessario pertencente aos Doutores Brazilio de Aguiar e Miguel Antunes. Sam Paulo 6 de Julho de 1876. - Portilho - Aprovado. (ACSP, LXII, 61).

Certamente havia um caminho margeando o canal da várzea do Carmo, entre os aterrados do Brás e Gasômetro. As cheias do Tamanduateí não permitiram a consolidação como via permanente, tanto que, em 1877, tem-se a indicação de uma travessa entre estas duas vias pelos camaristas (ACSP, LXIII, 124), não indicada, contudo, no *Mapa* de Jules Martin, do mesmo ano, e na cartografia das décadas de 1880 e 1890.

Fazia-se necessária, então, neste outro extremo da rua do Gasômetro, totalmente ocupada no fim da década de 1870, a abertura desta rua na parte seca, interrompida pela existência de propriedades no local.

Na sessão seguinte, informa que o *Doutor Miguel Antonio de Moraes, declarando que cede sem indenização alguma os terrenos que pertencerem a sua chacara á rua do Bras para abertura da rua que da do Gazometro tem de comunicar com a mesma rua do Brás* (ACSP, LXII, 64), solicita apenas o terreno que não for utilizado entre a sua chácara e a travessa a ser aberta lhe fosse devolvido (ACSP, LXII, 102).

Dois anos depois, contudo, as obras continuavam paradas. A solução encontrada por Miguel Antunes de Moraes foi recorrer ao Governo da Província. A resposta dos camaristas foi de que

Competindo á Camara resolver sobre a abertura de ruas, nada tem a informar sobre o assumpto do requerimento se não que em vista do estado de suas finanças acha inoportuna qualquer despesa com essa desapropriação. (ACSP, LXIV, 32-3).

Abaixo-assinados dos moradores são igualmente encaminhados ao governador, ainda em 1878 (ACSP, LXIV, 39 e 80-1). O aumento do número de moradores na rua do Gasômetro tornou necessária novas ligações com a rua do Brás, realizada apenas pela antiga travessa na lateral da igreja do Senhor Bom Jesus.

Diante das respostas negativas da Câmara pela desapropriação de terras de Brasília de Aguiar, Miguel Antunes de Moraes mantém a doação de terrenos de sua

propriedade necessários a abertura de rua entre a do Gasômetro e do Brás e oferece *a quantia de 500\$000 reis para coadjuvar a conclusão da abertura* (ACSP, LXIV, 81).

Em 1880, as obras ainda se encontravam paradas. Outras representações de moradores são encaminhadas ao Governo, solicitando verba para esta obra (ACSP, LXVI, 38), às quais se informa que *a Camara julga conveniente a abertura da rua, mas que, dependendo de despesa, entendo que não devia fazer* (ACSP, LXVI, 38). Assim, Miguel Antunes de Moraes amplia em cem mil réis a ajuda para a desapropriação e a conclusão das obras (ACSP, LXVI, 101-2).

A solução, contudo, só viria em 1881 com a intervenção do vereador João Bueno, que, a partir ofício de Miguel Antunes de Moraes, requer aos camaristas a criação de uma comissão para cuidar da conclusão das obras, formada pelo engenheiro da Câmara e por ele mesmo (ACSP, LXVII, 54).

Quando foram verificar o local, outro morador das redondezas, José Coelho de Sousa, ofereceu mais 400\$000 réis para ajudar na conclusão das obras (ACSP, LXVII, 58). Um mês depois, o camarista João Bueno entende-se com Brasília Aguiar, que se encontrava ausente no início do mês (ACSP, LXVII, 67), o qual pedia 1:700\$000 réis de indenização pelos terrenos necessários para continuidade da rua, valor aceito pela Câmara (ACSP, LXVII, 80). Na semana seguinte, o mesmo proprietário encaminha requerimento no qual comunicava

que cede gratuitamente os terrenos para a abertura da rua do Brás ao Gasometro com tanto que se lhe dê um alinhamento digo se lhe dê um alinhamento no lado da Figueira de modo a faser uma linha recta a partir de uma pequena casa que possui na margem do rio até encontrar a rua do Brás na proximidade da ponte nova (ACSP, LXVII, 83).

Na década de 1870, a preocupação da Câmara é com os terrenos a serem concedidos por datas. Somente as terras ao longo da rua do Gasômetro eram passíveis de serem concedidas por datas, revelando que a prioridade se restringia as datas e não há comodidade dos novos moradores. Nota-se que, apesar da manutenção dos caminhos ser atribuição da municipalidade no núcleo e nos arredores, os moradores da freguesia do Brás permanecem consideravelmente com tal função.

Neste sentido, coube aos camaristas residentes na região o empenho em abrir novas ruas. Na Ata de 1876, acima transcrita, o vereador Portilho, com propriedade no Pari, indica a continuação de obras para abertura de travessa entre as ruas do Brás e Gasômetro. A solução, em 1881, por sua vez, deve-se à ação de outro morador do Marco da Meia Légua, o vereador João Bueno.

A denominação dos espaços acompanha esta tendência, tanto em pedidos de datas de ruas já abertas, quanto em solicitações para a abertura de novas. Mantém-se a descrição dos pontos de partida e de chegada para referenciar grande parte dos logradouros abertos pela iniciativa pública. Entre 1876 e 1881, permanece a descrição para a indicação da rua na várzea do Carmo, cujo processo de abertura mencionou-se acima, mesmo depois de concluídas as obras: *nova rua do Gasometro ao Brás* (ACSP, LXVII, 101-2).

Entre 1872 e 1873, mencionava-se uma rua nas proximidades da ponte preta, uma das poucas ligações entre as estradas da Penha e da Mooca, onde uma nova ponte era construída (ACSP, LVIII, 10 e 105), como *rua que da ponte Preta segue a Moóca* (ACSP, LIX, 60), *rua que da ponte Preta, no Bras, segue para a Moóca* (ACSP, LIX, 104), *rua da ponte Preta vai a Moóca* (ACSP, LIX, 104) e *rua que da estrada da Penha vai a Moóca* (ACSP, LVIII, 105).

Outras ruas a serem abertas pela municipalidade são, igualmente, indicadas por descrição: *duas ruas que partindo da rua do Pary vão terminar em direcção a rua 25 de Março* (ACSP, LXIII, 178) e *rua que partindo da denominada Bella Vista vai terminar na Ponte preta da rua do Braz* (ACSP, LXX, 103) / *rua que vai da Bella Vista a Ponte Preta* (ACSP, LXX, 135).

Apesar de, quando prolongado, o caminho que seguia pelos fundos da igreja do Brás ter sido denominado *rua do Gasômetro*, a antiga designação, por descrição a partir da orada, mantém-se, na década de 1870, para a população local: *rua de tras do Brás* (ACSP, LIX, 62) e *rua atrás da Igreja daquela Freguezia [do Braz]* (ACSP, LXII, 88).

A indicação dos proprietários das terras por onde as ruas eram abertas também era utilizada freqüentemente como referencializador: *rua que, passando pelo terreno de Custodio Fernandes e em continuação da rua já aberta em terrenos de Benjamim Constante, vá ter á rua de Santa Roza na varzêa do Carmo e terminar na rua 25 de Março*

(ACSP, LXX, 87) e *rua no terreno situado a margem do Tamandoatehy, lemitrophe por um lado com terrenos pertencentes ao Coronel Rodovalho e por outro com terrenos da Camara Municipal* (ACSP, LIX, 129).

Se antes os caminhos percorriam os entornos de propriedades, muitos utilizados como saídas de chácaras, o aumento da população e, conseqüentemente, a multiplicação de ruas abertas e alinhadas fazem a designação por descrição não ser suficiente para indicar os novos logradouros.

As ruas do Brás e da Mooca eram topônimos fixados como referenciais de logradouros conhecidos, além dos moradores da freguesia do Brás, ainda no início do século XIX. A designação de logradouros formada por translação toponímica de aglomerados humanos, por outro lado, perde capacidade referencializadora, ainda na primeira metade da década de 1880, deixando de ser registrados os topônimos *rua do Marco da Meia Légua* e *rua do Pari*.

Do caminho denominado Pari na década de 1870, mantém-se, no final de 1890, esta designação apenas para uma travessa (*Planta* de Gomes Cardim). A rua do Marco da Meia Légua é, provavelmente, a rua João Boemer, antropotopônimo proveniente de proprietário de chacara limitada pelo logradouro¹⁵⁹.

Grande parte das novas ruas abertas pela Câmara, contudo, não recebe designação até meados da década de 1880, diferente dos novos logradouros do núcleo e do entorno que, em geral, recebiam designação antes de concluídos ou, ainda, quando em projeto. Dois caminhos abertos entre 1873 e 1874 vão ao encontro desta afirmação.

Para as obras da *nova rua do Jardim* (atual avenida Tiradentes), alargamento do logradouro em frente ao Jardim Público, também denominado *LARGO DO JARDIM* (*Planta* de Gomes Cardim), foi necessária a desapropriação de parte de algumas propriedades. Assim, porções de terrenos da chacara de Doucet que não foram utilizadas, na *rua antiga ao lado que vai com direcção a ponte denominada dos Lázaros*, foram oferecidas em datas de terras (ACSP, LX, 165). Em 1875, menos de dois meses depois da

¹⁵⁹ É provável que se trate da rua João Boemer, já que a igreja de São João Batista localiza-se na continuidade deste logradouro. O pedido de terras para construção da capela de São João, conforme ata da Câmara, de 1873, indicada anteriormente, era para o lado esquerdo da antiga estrada da Penha; a igreja, por sua vez, encontra-se no lado direito, na rua José Monteiro.

conclusão das obras, esta rua recebe designação oficial, proposta pelo então presidente da Câmara, Dr. Ernesto Mariano da Silva Ramos:

Proponho que se dê em signal de reconhecimento aos relevantes melhoramentos feitos á esta Capital pelo actual Presidente da Provincia, dê-se á rua que partindo do Campo da Luz se dirige a Ponte dos Lazaros o nome de rua do - Dr. João Theodoro. (ACSP, LXI, 15)

O topônimo *rua do Dr. João Teodoro* passa a também designar o trecho além da ponte dos Lázaros. Convém notar que o nome é dado à rua localizada na freguesia de Santa Ifigênia e que, apesar de os dois caminhos serem anteriores a 1874 e distribuídos em datas de terras ao mesmo tempo, fixa-se para o trecho da freguesia do Brás apenas por entender-se como prolongamento daquele¹⁶⁰. A ponte, contudo, permanece sob a designação *dos Lázaros*, conforme visto anteriormente.

Apenas mais um logradouro da freguesia do Brás recebe designação sistematizada na década de 1870: *rua do Conde d'Eu*. Trata-se da rua aberta em 1874, pela Câmara e pelo Governo de São Paulo, ao longo da margem direita do ribeirão Tamanduateí, estabelecendo ligação da rua da Mooca com a antiga estrada de Santos (ACSP, LX, 91). Alguns meses após a abertura deste logradouro, encontrava-se o Conde d'Eu, esposo da princesa Isabel, em visita à São Paulo, razão pela qual se deve a homenagem:

O mesmo Senhor Presidente propoem mais: Que para commemorar a estada de Sua Alteza o Senhor Conde d'Eu nesta cidade se mande inscrever o nome de rua do Conde d'Eu -, na que vai da rua da Moóca à Estrada de Santos - Aprovado, ficando o Senr. Vereador Tenente Coronel Bento José Alves Pereira encarregado de mandar fazer a inscripção. (ACSP, LX, 156)¹⁶¹

Homenagear autoridades que visitam a cidade era uma prática corrente. As ruas *do Imperador, da Imperatriz, do Príncipe e da Princesa*, por exemplo, foram homenagens

¹⁶⁰ Ver, especialmente, ACSP, LXI, 37-8; 60; 65; 78-9; 83. Na ata de 22 de julho de 1875, indica-se a concessão de data de terra na *rua do Doutor João Theodoro*, entre os números 13 e 18, portanto, além da ponte dos Lázaros, na freguesia do Brás (ACSP, LXI, 85).

¹⁶¹ Ver, também, ACSP, LX, 165, na qual o governo acusa recebimento do ofício comunicando esta deliberação, “louvando (...) o procedimento da Camara por perpetuar com tal acto a lembrança da viagem de Sua Alteza a esta provincia e capital”, e ACSP, LX, 175, em que o Conde d'Eu agradece a homenagem.

realizadas por deliberação dos camaristas de 1864, após visita da família real à São Paulo (Dick: 1996, 256).

As duas últimas designações sistemáticas citadas, contudo, foram realizadas tendo em vista os distritos Norte e Sul da Sé, respectivamente¹⁶², estendendo-se à freguesia do Brás indiretamente. Estas ligações, incluindo a construção de uma ponte para a rua do Conde d'Eu, atendem à necessidade de ampliar a urbanização de São Paulo, mas mantinha-se restrita ao núcleo a preocupação com as designações dos logradouros, especialmente as homenagens a grandes personalidades políticas.

Multiplicam-se as ruas na freguesia do Brás neste período, principalmente em decorrência das ferrovias estabelecidas na região e dos novos estabelecimentos comerciais. Antigos caminhos são alinhados para a concessão de datas de terras, contudo se entende como necessário denominá-los apenas na década de 1880.

V.1.2. Os mecanismos de denominação das novas ruas

Até meados da década de 1880, as ruas recebiam designação a partir da descrição de elementos em destaque encontrados nas proximidades, de outros topônimos já fixados com os quais se travava relação referencializadora ou do nome de proprietários cujo terreno encontrava-se ao longo do caminho ou que eram responsáveis pela sua abertura. Aquelas vias traçadas em função de novos estabelecimentos criados, conforme visto anteriormente, fixaram sua designação a partir da descrição do destino, como em *rua do Gasômetro* e *rua do Hipódromo*.

A maior dos logradouros, contudo, permanece sem denominação até a década de 1880. Na década de 1850, a mais antiga travessa entre as ruas do Brás e da Moóca é indicada como *rua que segue para o páteo da igreja até a rua da Moóca* (RT 137), *caminho que desta estrada [que segue para a Moóca] atravessa para a freguesia acima*

¹⁶² No caso da rua do Dr. João Teodoro, verificou-se que se tratava de designação indicada, inicialmente, para o trecho até a ponte dos Lázarus, districto do Norte da Sé. Quanto a rua do Conde d'Eu, *á que segue da Moóca a estrada de Santos com direcção ao Ipyranga* (ACSP, LX, 165), entendia-se como pertencente ao districto Sul da Sé, tanto que, em 1875, as obras realizadas nesta rua foram feitas *pelos trabalhadores do Districto do Sul*, apesar de os estragos terem sido realizados em virtude da abertura do novo canal do Tamanduateí, na freguesia do Brás (ACSP, LXI, 131-2).

dita [do Brás] (RT 139) e rua que desce de frente do portão da chácara descrita na ficha 149A, vai ter a praça da Igreja do Senhor Bom Jesus (RT 149B).

Em 1871, este logradouro é designado como *corredor que vai ter a Moóca* em solicitação de data de terra (ACSP, LVII, 83). Nos últimos anos da década de 1870, verifica-se o início da fixação do topônimo *rua Travessa da Moóca*:

- * *rua travessa do Braz para a rua da Moóca* (ACSP, LXIV, 149);
- * *Travessa da rua Moóca* (ACSP, LXV, 54);
- * *travessa da Moóca* (ACSP, LXV, 85 e 122-3);
- * *rua que comunica rua do Brás e Moóca* (ACSP, LXV, 88);
- * *rua travessa que comunica a rua do Bras com a da Moóca* (ACSP, LXV, 99);
- * *rua Travessa da Moóca* (ACSP, LXV, 122, 134 e 153);
- * *travessa que comunica a rua da Moóca com a do Brás* (ACSP, LXV, 123);
- * *travessa que do Brás vae a Moóca* (ACSP, LXV, 132).

No início da década de 1880, outra rua paralela a esta é aberta, o que auxilia na cristalização do topônimo *rua Travessa da Moóca*. Antigos chacareiros mantêm a descrição do destino da rua, como se observa em ofício do vigário da igreja do Brás, Joaquim José Rodrigues, no qual se indicou: *rua que vai á Moóca na Freguesia do Brás* (ACSP, LXVI, 39).

Nos demais registros, a variação é quanto à concepção de *rua travessa*, como novo termo geográfico, surgido em decorrência da ampliação dos caminhos tributários, e *rua Travessa*, no qual o segundo termo é interpretado como integrante do topônimo propriamente dito, portanto toponimizado¹⁶³, como se verifica na ata transcrita a seguir:

¹⁶³ *Travessa*, como termo geográfico toponimizado, é nítido em *rua Travessa da Moóca* (ACSP, LXVI, 22-3 e 36; LXX, 87); *Atravessa da Moóca que comunica a rua desse nome [Moóca] com a Freguesia do Brás* (ACSP, LXVI, 81); *Travessa da Moóca* (ACSP, LXX, 9, 60, 69, 73). Já como elemento geográfico, registrou-se *travessa da rua da Moóca* (ACSP, LXVI, 87) e *travessa da Moóca* (ACSP, LXX, 48). Como dito anteriormente, nas atas da Câmara consultadas, da segunda metade do século XIX, nota-se, claramente, a

Sobre o offico do Tenente Coronel Joaquim Antonio Dias em que faz entrega das obras de concertos da *rua Travessa do Brás á Moóca*, deo a Comissão o seguinte parecer: A Comissão encarregada de examinar as obras feitas na *Travessa da Moóca*, é de parecer que achão-se conforme as condições do contracto e no caso de serem acceitas pela Camara. Paço da Camara 11 de Março de 1880. - Luiz Ferreira, Cantinho Sobrinho. - Aprovado, e pague-se a quantia de Rs. 1:700\$000 de conformidade com o contracto. (ACSP, LXVI, 50)

O mesmo se verifica em outros caminhos criados na freguesia do Brás, nas décadas de 1870 e 1880, que tomam por designação o topônimo da rua perpendicular, refletindo, visivelmente, sua função de tributário deste último, anterior e principal. O caminho aberto entre as ruas do Gasômetro e do Brás, denominado em ata da Câmara de 1881 como *nova rua do Gasometro ao Brás* (ACSP, LXVII, 101-2), é assinalado como *Travessa do Gazometro* na *Planta* de Joyner, do mesmo ano, sendo que este último topônimo se mantém até 1884.

É a partir das ruas do Catumbi e da Concórdia que surgem os topônimos *Travessa da rua do Catumby* (ACSP, LXX, 90) e *Travessa da Concordia* (ACSP, LXX, 69), respectivamente. O primeiro topônimo, relativo a um caminho entre a rua homônima e a várzea do rio Tietê, permanece como denominação ainda no fim do século XIX, como se observa na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897: *TR. CATUMBI*. A multiplicação das travessas da rua da Concórdia leva à alteração da designação da travessa homônima, por perda da capacidade referencializadora.

Em 1879, registrou-se *travessa que vai ao Hippodromo*, em contraposição à *rua que vai ao Hippodromo / rua que vae ter ao Hippodromo* (ACSP, LXV, 138). Cristalizados ambos os topônimos – *travessa* e *rua do Hipódromo* –, mantiveram-se as designações já que o primeiro era o caminho que, efetivamente, levava até a entrada do Hipódromo Paulistano, sendo a segunda via aquela que permitia atingir as proximidades a travessa do Hipódromo, a partir das ruas da Mooca e do Brás.

Apesar da alteração da designação *rua do Pari*, na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, verifica-se a manutenção da denominação para logradouros em *TR. DO PARY*, originalmente caminho entre a rua homônima e a várzea do rio Tietê.

Inicialmente, nota-se, portanto, que o termo *travessa* oscila entre uma nova classificação de elemento geográfico, diferenciando-se as *ruas* propriamente ditas das *ruas-travessas*, e um elemento geográfico toponimizado, contrapondo-se como denominações diferenciadas: ruas *Mooca* e *Travessa da Mooca*. A tendência, no início da década de 1880, é para a interpretação neste segundo sentido, nas atas da Câmara.

No final do século XIX, fixa-se, contudo, *travessa* apenas como termo geográfico, conforme se observa na cartografia da época. A multiplicação de ruas fez com que novas ruas surgissem ao longo das antigas travessas e paralelas a elas, inviabilizando a utilização deste termo como o único (ou um dos únicos) caminho existente em relação a uma ou duas ruas principais. Os poucos logradouros que permanecem com tal classificação fazem-no antes por manutenção dos antigos designativos do que por diferenças de traçado ou por concentrar maior ou menor trânsito¹⁶⁴.

Manter o termo geográfico *travessa*, especialmente para os caminhos principais, muitos alinhados com largura idêntica às *ruas*, perdia, paulatinamente, o sentido. Fez-se necessária, conseqüentemente, a atribuição de novas designações, a fim de evitar a duplicação de topônimos. No caso da travessa da Mooca, a solução ocorre por influência da denominação de outro logradouro. É conveniente, contudo, retomar as razões que levaram à abertura deste caminho e, posteriormente, o seu prolongamento.

*

No século XVIII, quando não existia a ponte do Carmo, esta travessa era percorrida por aqueles que, do núcleo, passando pela ponte da Tabatinguera, desejassem chegar à estrada da Penha. No início do século XIX, com a abertura do caminho na várzea do Carmo, conhecido como aterrado do Brás, o trecho inicial da rua da Mooca deixa de ser passagem obrigatória e, conseqüentemente, esta travessa que levava à rua do Brás.

¹⁶⁴ Questão identifica se verifica em relação aos *bairros Vila*, surgidos no fim do século XIX, e aos *bairros Jardim* e *bairros Parque*, do início do século XX. Nestes casos, se inicialmente se mantinha a função dúbia dos termos *vila*, *jardim* e *parque*, antes mesmo da metade do século XX, fixaram-se como termos geográficos toponimizados.

Interessante notar que a mudança na articulação dos caminhos reflete nas designações descritivas. Se antes do século XIX era a **travessa da rua da Mooca para a rua do Brás*, é designado **travessa da rua do Brás para a rua da Mooca* na segunda metade do século XIX. Na cartografia, evidencia-se, contudo, que, na forma reduzida, a designação deste logradouro era, desde a primeira metade do século XIX, *Mooca*, com variação apenas do termo geográfico¹⁶⁵.

Em 1877, atendendo à demanda por ligações das ruas do Gasômetro e do Brás, é prolongada a travessa entre as ruas do Brás e da Mooca, paralela, portanto, ao antigo caminho à esquerda da igreja do Brás (ACSP, LXIII, 178). Neste ano, começam a circular bonde com destino às estações de ferrovias da freguesia do Brás. Uma *rua que da Moóca vem a do Gazometro* (ibidem) minimizava o problema representado pelas porteiras das estradas de ferro, por não ser necessário cruzar nenhum bloqueio, facilitando a circulação de veículos provenientes do núcleo.

Este novo logradouro passa a ser denominado *travessa do Brás*, mantendo o topônimo *travessa da Mooca* e complementando-o. Em 1879, os camaristas decidem substituir o topônimo *travessa do Brás* por *rua dos Campos Piratininga* (ACSP, LXV, 139)¹⁶⁶, dando início a uma série de atribuições de denominações sistemáticas a logradouros da freguesia do Brás. Neste caso, antigo e novo designativo passam a coexistir ao menos na década de 1880.

Na *Planta* de Joyner, de 1881, anotaram-se *TRAVERSA DO BRAZ* e *TRAVERSA DA MOOCA*. Em 1886, é encaminhado um *abaixo assignado de moradores nas ruas do Gazometro e travessa do Braz, pedindo nivelamento e aterro para essa travessa* (ACSP, LXXII, 79).

Por outro lado, em dezembro de 1881, em discussão sobre o alinhamento deste logradouro, registrou-se o topônimo *Rua de Piratininga* (ACSP, LXVII, 232), com perda de parte da denominação proposta em 1879. Em 1884, propõe-se a designação *Rua de Dom*

¹⁶⁵ No *Mapa* de C. A. Bresser, sem data (entre 1810 e 1841), a travessa entre a estrada da Penha, cuja designação não é indicada, e a *Estrada da Mooca* é denominada *Caminho da Mooka*. Na *Planta* de Carlos Rath, de 1868, é igualmente designada *Caminho da Mooca*; anotou-se, contudo, para a via que segue a partir da ponte da Tabatinguera, *Caminho da Tabatinguera*.

¹⁶⁶ Segundo Sampaio (1928, 292), piratininga é corruptela de “pirá-tininga”, “o peixe a seccar; o secca-peixe”. Este nome devia-se aos peixes que ficavam expostos ao sol pelo secamento de canais abertos nos períodos de cheia.

Antonio de Mello para a rua que partindo da Travessa do Brás vae ter a Moóca (ACSP, LXX, 90). Este topônimo, contudo, não se fixou na freguesia do Brás, tanto que, no ano seguinte, os camaristas reclamavam que se indicasse a *uma das ruas da cidade o nome do finado bispo - D. Antonio de Mello* (ACSP, LXXI, 77)¹⁶⁷.

A não aceitação de um novo designativo revela que o topônimo rua Piratininga já se fixara para este último logradouro. Assim, na *Planta* de Jules Martin, de 1890, indicou-se *PIRATININGA* como a designação de ambas as travessas do Brás e da Mooca. No final da década de 1890, cristaliza-se *rua Piratininga* como designação apenas para a travessa da Mooca, conforme se verifica na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, que ainda apresenta *TR BRAS*, como topônimo para o logradouro à direita da igreja do Brás.

*

A tendência de se atribuir a estes logradouros abertos na década de 1880 o termo geográfico *Travessa* é também decorrência da demora na abertura de ruas, fazendo com que muitas não fossem concluídas ou, para a conclusão das obras, demandassem muitos anos. Permaneciam, portanto, estreitamente relacionadas ao caminho perpendicular.

Muitas são as tentativas de abrir novos caminhos entre as ruas do Gasômetro a do Brás, desde meados da década de 1870. No início da década de 1870, sente-se a necessidade de ampliar as ligações entre as ruas do Brás a da Mooca. Grande parte destes projetos nem é iniciada, já que muitos eram os entraves.

Em 1871, o vereador Cantinho, proprietário na freguesia do Brás e então responsável pela análise de pedidos de terras na região, propõe a abertura de uma nova *Rua que comunica os bairros da Moóca com a do Bras, já considerada no orçamento desta Câmara*, paralela a travessa da Mooca (ACSP, LVII, 128). No ano seguinte, defini-se que a rua deveria passar pelos terrenos do *Brigadeiro Carneiro Leão* e de *Francisca Garcia* (ACSP, LVIII, 14).

Este logradouro é indicado por meio de descrição dos pontos que pretende ligar, com uso do termo geográfico *rua*: *rua que communica as ruas da Moóca e do Brás*

¹⁶⁷ A homenagem é realizada em uma das três ruas abertas entre as ruas de *São Caetano* e *Dr. João Theodoro*, na margem esquerda do ribeirão Tamanduateí: ruas *D. Antonio de Mello*, *Tiradentes* e *D. Sebastião* (ACSP, LXXI, 77).

(ACSP, LVIII, 14), *rua que comunica a da Moóca com a do Braz* (ACSP, LVIII, 22), *rua que da Moóca vai sahir perto da ponte do ferrão no Braz* (ACSP, LVIII, 31), *rua que da Moóca vai sahir no Bras*, passando pelas chácaras da *Viuva Garcia* e do *Brigadeiro Carneiro Leão* (ACSP, LIX, 10).

Apenas parte da rua é concluída, em 1873. Neste momento, nota-se alteração na forma de designar o logradouro: *nova rua que comunica a Moóca com a Freguezia do Bras* (ACSP, LIX, 145) e *nova rua que se acha em começo e que da Moóca vai sahir no Braz* (ACSP, LIX, 154). As obras, contudo, mantêm-se inconclusas até 1881, tanto que, na *Planta* de Joyner, deste ano, verifica-se um curto caminho a partir da rua da Mooca.

Em 1879, a despeito da paralisação dos serviços, planejava-se o prolongamento deste caminho até a rua do Gasômetro: *nova rua que communique a do Bras e Gasometro com a da Moóca a encontrar a projectada rua que parte da chacara do Brigadeiro Carneiro Leão* (ACSP, LXV, 151). Mais uma vez, indicar a continuação dos trabalhos e dialogar com os moradores para as desapropriações necessárias são tarefas realizadas por camaristas com propriedade na freguesia do Brás, especialmente tendo em mente que a Câmara Municipal não poderia nem desejaria arcar com grandes obras na região. Assim, no ano seguinte, os vereadores *Gabriel Cantinho*, *Cantinho Sobrinho e Portilho* e *Luis Ferreira* indicam a retomada das obras de abertura da

rua já começada que communica a rua da Moóca com a do Brás, para qual se deve dar uma direcção conveniente (...), ficando o Senr. Luis Ferreira encarregado de dar parecer sobre a desapropriação, inclusive a continuação da rua até a rua do Gasometro. (ACSP, LXVI, 88).

Todos os proprietários acabam por ceder os terrenos necessários para a conclusão da *nova rua da Moóca do Brás*, permanecendo apenas questões judiciais quanto a menores herdeiros de propriedades encontradas no caminho (ACSP, LXVI, 97 e 98). Sem gastos com desapropriações, a rua é aberta por sistema de administração, sob a responsabilidade do vereador Ferreira, em menos de um mês (ACSP, LXVI, 120; LXVII, 22), mas

em vista da diminuta quantia que foi autorizado a despende não pôde ficar a rua completa, pois que os trabalhos erão importantes e difficeis, como movimento de

terra, valletas para escoamento das agoas em terrenos baixo e alagadiços, pelo que não ficou com a perfeição desejada. (ACSP, LXVII, 22)

Apesar das condições descritas, registrou-se apenas a construção de um bueiro (ACSP, LXVII, 30 e 43), e, seis meses depois, em agosto de 1881, é prolongado este caminho até a rua do Gasômetro (ACSP, LXVII, 143).

Quando a rua é concluída, os camaristas a indicam como *rua ultimamente aberta entre a rua da Moóca e Brás* (ACSP, LXVII, 30) e *rua entre as da Moóca e Brás* (ACSP, LXVII, 43), ainda por descrição dos limites, portanto. Quando decidem pelo seu prolongamento, o Doutor Augusto Queirós solicita que o engenheiro realize o alinhamento da *rua nova do Gasometro, sahindo do Brás para a rua conhecida pelo – do Carneiro Leão* (ACSP, LXVII, 143).

Desde final da década de 1870, nota-se que o logradouro, ou o que havia sido aberto, era conhecido pelo nome deste antigo proprietário da região, que exercia o cargo de camarista, o Carneiro Leão¹⁶⁸. Se ser conhecido foi importante, não se pode descartar que a doação de terrenos para a abertura da rua e manter-se, por quase sete anos, o único trecho do logradouro aberto contíguo a sua chácara, como saída de sua chácara e de algumas outras poucas, levaram à referencialização da nova rua a partir deste proprietário.

No início da década de 1880, passa a ser tal designação indicada mesmo fora da freguesia do Brás, demonstrando a fixação do topônimo *rua do Carneiro Leão*. Esta designação, contudo, só dizia respeito ao caminho entre as ruas do Brás e da Mooca, claramente declarado no parecer final do engenheiro:

Do Engenheiro da Camara Doutor Nabor Jordão, de 29 de Agosto findo [de 1881], apresentando a planta dos terrenos desapropriados pela Camara para a abertura da rua do Brigadeiro Carneiro Leão, compreendida entre as ruas do Brás e da Moóca, e dando seo parecer a respeito. (ACSP, LXVII, 154)

¹⁶⁸ Em 1871, por exemplo, no momento em que se consertava um pontilhão da rua da Moca, o vereador Joaquim Cantinho menciona que as madeiras a serem utilizadas para a obra encontravam-se na *casa do Senhor Vereador Carneiro Leão* (ACSP, LVII, 128). Nota-se, portanto, que a localização da chácara do Carneiro Leão era conhecida e que este camarista colaborava para os melhoramentos da freguesia do Brás, além da função administrativa.

Em 1884, sugere-se o topônimo *Rua dos Voluntarios da Patria* para a rua que partindo do centro da rua do Gasometro vae terminar na da Moóca, portanto a rua do Carneiro Leão e o seu prolongamento até a rua do Gasômetro, sem mencionar aquela designação (ACSP, LXX, 90). Apesar de a indicação desta nova designação ser sistemática, o topônimo *rua do Carneiro Leão*, salvo pequenas variantes, continua sendo o único reconhecido e utilizado¹⁶⁹, tanto que, em 1885, uma data de terra é concedida na travessa *Carneiro Leão* (ACSP, LXXI, 165), um dos logradouros que surge a partir da rua homônima.

A não aceitação do novo topônimo não se deve à falta de aceitação popular aos voluntários da pátria da Guerra do Paraguai. Em meados da década de 1880, quando as datas de terras começam a se escassear e todos os pedidos são negados¹⁷⁰, a petição do *Voluntario da Patria Antonio Joaquim de Barros*, em 1886, é aprovada, e uma data lhe é concedida no *Marco da Meia Léguas*; ser veterano da Guerra do Paraguai, certamente, foi decisivo na análise do pedido (ACSP, LXXII, 75)¹⁷¹. A manutenção do topônimo *rua do Carneiro Leão* deveu-se, portanto, à fixação do designativo no logradouro.

*

Outro caminho entre as ruas do Brás e da Mooca começa a ser planejado no início do século XIX, desta vez paralelo à rua Piratininga e à linha Inglesa. Enquanto para a rua Piratininga construiu-se prolongamento entre as ruas do Brás e do Gasômetro, neste caso, tratava-se do antigo caminho do lado esquerdo da igreja do Brás que se pretendia prolongar até a rua da Mooca.

Quando em projeto, em 1873, registravam-se as seguintes descrições do traçado que deveria ter o logradouro: *rua da Moóca a sahir naquela Freguezia [do Bras]*,

¹⁶⁹ Na sessão anterior à indicação da designação sistematizada, o topônimo *rua - Carneiro Leão* (ACSP, LXX, 77) é anotado nas atas da Câmara e permanece posteriormente: *rua Carneiro Leão* (ACSP, LXX, 201; LXXII, 76); *rua do Carneiro Leão* (ACSP, LXXI, 129); *rua do Brigadeiro Carneiro Leão* (ACSP, LXXI, 56; LXXII, 91).

¹⁷⁰ Até o terceiro quartel do século XIX, a posse de terrenos na freguesia do Brás não era garantida, mesmo quando as concessões atendiam exatamente ao pedido de data de terra realizado. Na década de 1880, escasseiam-se as datas passíveis de serem oferecidas, e a especulação imobiliária passa a tomar forma na região. Terrenos antes abandonados geram longos processos entre herdeiros e posseiros. Apesar de não ser da freguesia do Brás, indica-se, especialmente, uma longa discussão a respeito de terras na *varzea da Ponte Grande*, em 1881, como exemplo da mudança na valorização de terrenos dos arredores (ACSP, LXVII, 178-81; 191-4; 216).

¹⁷¹ Dentre as denominações sugeridas pelos chacareiros quando lotearam suas terras, a homenagem aos voluntários da pátria é recorrente. Ver, especialmente, o subcapítulo V. 2.

passando pelo lugar do referido sobrado [do Doutor Americo Brasiliense] (ACSP, LIX, 164) ou *rua que do largo da Matris vai a Moóca*, a partir da *caza do Doutor Americo* (ACSP, LIX, 185-6).

Esta rua, contudo, só começou a ser aberta na segunda metade da década de 1880, e não chegou a ser concluído o projeto inicial. Na *Planta* de 1890, o trecho aberto iniciava-se na rua do Brás e não atingia a rua da Mooca, chegando à rua Visconde de Parnaíba (antiga rua das Cancellas); o topônimo *rua Americo Brasiliense* é anotado para este logradouro. Em 1897, pela *Planta* de Gomes Cardim, indica-se o traçado desta rua sem atingir a rua da Mooca nem a do Brás, como se observa atualmente, e com a designação que se cristalizou *R. ARIST^D. LOBO*.

Em 1886, fala-se na abertura da *rua Dr. Americo Brasiliense* (ACSP, LXXII, 224). Não é possível, contudo, afirmar se se tratava deste último logradouro ou de outro, igualmente designado, cujas obras também são ordenadas pela Câmara na segunda metade da década de 1880: *rua que sob a denominação de rua do Dr. Americo, facilite o transito dos moradores da rua de Santa Rosa para o Braz* (ACSP, LXXIII, 19). Na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, verifica-se que o topônimo *R. AM^{CO} BRAZILIENSE* cristalizou-se como designação deste logradouro.

Assim como o Brigadeiro Carneiro Leão, o Doutor Américo Brasiliense era morador na freguesia do Brás e ocupou cargos públicos. No final da década de 1850, formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e, entre 1867 e 1868, integrou a Assembléia de São Paulo, como suplente do Conselheiro Carrão (Azevedo Marques, I, 1952, 213-9). Entre 1881 e 1882, ocupou o cargo de camarista, despendendo esforços pela criação de uma

lei para o calçamento, pelos cofres provinciais, das ruas do Brás, desde o começo do atterrado na ponte do Carmo, até o largo da Concordia; Sete de Abril desde a ponte do Piques, largo Sete de Abril e a rua que d'ahi segue até a Capella de Santa Cecilia; da Constituição, desde a ponte de Miguel Carlos até a ponte Grande; da Liberdade, estrada Vergueiro até a ponte dos trilhos de bonds ficando autorizado o Presidente da Provincia a despende em cada exercicio até a somma de dusetos contos de reis, e devendo ser calçadas primeiramente as ruas da Constituição até a

da Estação da linha Inglesa, e o aterrado e a rua do Brás até a Estação do Norte. (ACSP, LXVII, 33)

Diante da recusa da maioria dos vereadores, indicou o levantamento de uma *planta para melhoramento e aformoseamento da rua do Brás, desde a ponte do Ferrão até a chacara das Flores*, no sentido de criar linha divisórias entre o passeio e a passagem de veículos e ajardinar as frentes de casas e propriedades municipais (ACSP, LXVII, 158).

Foi, também, um dos responsáveis pela reabertura do *caminho, denominado - Travessa das Cancellas*, fechado pela Companhia Inglesa, que impedia a circulação da população (ACSP, LXVII, 138-40). É visível a tentativa de melhorar a paisagem, em constante transformação, e proporcionar qualidade de vida aos moradores da freguesia do Brás, até então questões não atentadas por camaristas para a região.

Em 1873, conforme indicado anteriormente, possuía um sobrado próximo ao largo da igreja do Brás (ACSP, LIX, 185-6), limitado pela rua que, até início da década de 1890, por descrição associativa, era conhecida pelo seu nome. Em 1880, uma data de terra no *lugar denominado Varzêa do Marco da Meia Legoa* lhe é concedida (ACSP, LXVI, 10-1)¹⁷².

Para o logradouro ao lado de sua propriedade, configurou-se a formação de um topônimo por descrição associativa, no início da década de 1870, como no caso da rua Carneiro Leão. A alteração para o topônimo *R. ARIST^D. LOBO*, ao contrário, é sistemática. A causa para esta mudança é a homenagem a representantes da República na quadra da rua do Brás à do Visconde de Parnaíba e entre a rua Piratininga e a linha Inglesa, no qual esta via se encontra. Paralelamente, a demora na abertura do trecho ao lado da casa do Doutor Américo Brasiliense, diferente da rua do Carneiro Leão, faz com que o topônimo propriamente dito só seja consolidado no final da década de 1880, mesmo porque não havia nem o traçado do logradouro para fixar a referencialização.

A indicação de *rua do Dr. Américo Brasiliense* para a rua entre a da Santa Rosa e do Monsenhor Andrade é, por sua vez, sistemática, já que nenhum elemento justifica a

¹⁷² Não consta Registro de Terra de Américo Brasiliense, revelando que a aquisição de propriedade no Brás é posterior à década de 1850. Por outro lado, de mesmo apelido de família era o fiscal da freguesia do Brás em 1881 e 1886 - *Olegario Florindo Brasiliense*, o que leva a crer na fixação da família na região (ACSP, LXVII, 66; LXXII, 110).

utilização deste antropônimo como referencial para o logradouro aberto. A homenagem justificaria, em partes, o malogrado projeto de designação da rua ao lado de sua residência, a partir do nome do seu conhecido morador.

Evidencia-se por este logradouro que a noção de homenagem, neste momento restrita aos moradores da freguesia do Brás com prestígio social, chega à região. Verifica-se, também, a mudança no tempo despendido para abertura de ruas.

A espera dos moradores foi de quase uma década para a conclusão da rua do Carneiro Leão. Em 1881, quando concluída, evidenciava-se o aceleramento na ocupação da região e a conveniência de ampliar as ligações com outros pontos de São Paulo, tanto que o alinhamento de antigo caminho para a rua do Gasômetro, a fim de formar um único traçado até a Mooca, foi realizado logo após a indicação dos camaristas. No final do mesmo ano, o Doutor Américo Braziliense, como camarista em exercício, declara que

Sendo de reconhecida necessidade facilitar a comunicação dos habitantes do bairro do Cambucy com a Moóca e Brás, e estando aberta a rua denominada Carneiro Leão, que liga as ruas da Moóca e Brás, indico que a Camara mande abrir uma rua desde o Cambucy até a Moóca. (ACSP, LXVII, 185)

Aprovada esta indicação, o prolongamento a sul da rua do Carneiro Leão é rapidamente concluído, sendo conhecido, até 1884, por descrição dos seus limites: *rua que parte do Cambucy á Moóca* (ACSP, LXX, 40) e *rua que partindo da Moóca vae ao Cambucy* (ACSP, LXX, 109). Neste ano, duas sugestões de denominações parecem sobrepor-se; primeiramente, propõe-se à *rua que communica o Cambucy com a Freguesia do Bráz* o topônimo *Rua do Monsenhor Anacleto* (ACSP, LXX, 90). Algumas sessões depois, é indicada a denominação *Luiz Gama à rua aberta entre a Gloria e Mooca* (ACSP, LXX, 144).

Quanto ao primeiro homenageado, encontram-se referências ao doutor Anacleto José Ribeiro Coutinho (RT 58A) nos Registros de Terras. Em meados da década de 1850, possuía uma chácara nas proximidades da igreja do Brás, para o qual um caminho permitia acesso: entre a sua propriedade e as terras do cônego Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade, *intermediando uma rua* (RT 58A) / *travessa que vai nos fundos da casa do doutor Anacleto* (RT 105).

Em 1876, a chácara é indicada nas atas para ser parcialmente desapropriada, dando condições ao prolongamento da *rua do Gazometro até o Largo da Concórdia* (ACSP, LXII, 43-4). Apesar de aprovada esta proposta, não mais é citado, nas atas, se o projeto foi concluído. Dois anos depois, o excesso de água fluviais que seguiam por guia da rua do Brás, não permitindo uma regular vazão, torna-se um problema reconhecido pela Câmara Municipal, para o qual conclui

A Comissão [de Obras Publicas] procurando estudar esta causa, desvanece-se em acreditar que ella não é outra senão a - obstrução dos vallos que fechão a Chacara de Monsenhor Anacleto, e que sempre servirão de escoamento digo escoadouros ás agoas pluviaes que demandão a rua do Braz. (ACSP, LXIV, 54-5)

Não fica evidente se se tratava de um problema decorrente da alteração da paisagem das proximidades do Brás, no qual caminhos foram abertos e os trilhos da ferrovia e de bondes colocados, e/ou da falta de limpeza da vala ou, ainda, se é mais uma resposta de antigo proprietário ao aumento da população da freguesia do Brás. Ressalta-se, neste último sentido, que, no final da década de 1870, os terrenos municipais da rua do Gasômetro já se encontravam concedidos por datas de terras para a população.

Quanto a Luiz Gama, era, igualmente, proprietário da região e conhecido em São Paulo. É mencionado nas atas da Câmara pela sua função de advogado (ACSP, LX, 134 e 148) e em reivindicações pela convocação de cargos de juízes de paz de diversos distritos (ACSP, LXI, 66)¹⁷³, na década de 1870. Destacava-se, contudo, pelo papel de abolicionista, cujo número de adeptos cresce rapidamente na década de 1880¹⁷⁴.

Em pedidos por data de terras, identificaram-se duas concessões. Primeiramente, em 1875, na *antiga rua ao lado da que vai com direcção a ponte dos Lazaros*, sendo-lhe concedida a data número 9, *a quem da ponte dos Lazaros, indo da Lus* (ACSP, LXI, 37-8),

¹⁷³ A rotatividade de juízes de paz, ainda no século XIX, em São Paulo, era considerável. Trata-se de um problema comum, em uma cidade com alto índice de analfabetismo e poucos indivíduos capacitados para ocupar este cargo público. Diante de convocações, era comum a alegação de mudança da residência para outro distrito ou de já se ter cumprido esta função anteriormente.

¹⁷⁴ Sobre o trabalho de Luiz Gama como advogado e poeta e sua condição de mulato em período escravista, ver Ferreira (2003). A aceitação do movimento abolicionista em São Paulo é confirmada pela fundação, em 1882, do Centro Abolicionista de São Paulo. Outras tantas iniciativas surgiram nos anos seguintes, dentre elas a Sociedade Emancipadora, criada em 1887, que se comprometeu a libertar todos os escravos até o fim da década de 1880. Segundo Morse (1954, 175), quando a Lei Áurea foi assinada pela princesa Isabel, em 1888, não havia razões para comemorar, já que as lavouras cafeeiras já contavam com mão-de-obra imigrante.

posteriormente denominada rua do Doutor João Teodoro. Mas, por reclamação da *Irmandade dos Lázaros*, que se dizia proprietária destes terrenos, tal concessão é sustada pela Câmara (ACSP, LXI, 60). Cinco anos depois, em dezembro de 1880, adquire data de terra *no lugar Hippodromo* (ACSP, LXVI, 123-5).

Antes da concessão desta data de terra, Luiz Gama, em setembro do mesmo ano, já residia na freguesia do Brás, visto que, quando convocado a ocupar a função de juiz de paz do *Districto do Norte da Freguesia da Sé desta Cidade*, alegou residir no *Districto do Brás*, sendo dispensado da função (ACSP, LXVI, 96). Possuía, também, propriedade em outras regiões de São Paulo, sendo que, em 1881, solicita alinhamento em terreno localizado na *margem esquerda da velha estrada de Santos no Bairro do Cambucy* (ACSP, LXVII, 213).

O logradouro no qual é indicada a primeira sugestão de designação – *rua do Monsenhor Anacleto* – diz respeito ao prolongamento sul da rua do Carneiro Leão. O nome deste morador da freguesia do Brás, contudo, era conhecido para logradouro nas proximidades de sua propriedade, conforme se observou nos Registros de Terras, e utilizada como referencial na região, conforme se evidencia pela leitura das atas da Câmara.

Com chácara entre as ruas do Brás e do Gasômetro, a designação sistemática não é aceita pela população em logradouro a sul da rua da Mooca. Paralelamente, o trecho a norte da rua Carneiro Leão é designado *rua do Padre Anacleto* (ACSP, LXVI, 87 e 90), quando obras são realizadas no local, em 1880, antes, portanto, da conclusão da rua Carneiro Leão (ACSP, LXVII, 143).

Neste segundo caso, trata-se de topônimo engendrado por descrição associativa¹⁷⁵. Assim, em 1884, quando se sugeriu o topônimo sistemático *Rua dos Voluntarios da Pátria* para este logradouro e seu prolongamento até a rua da Mooca, mantiveram-se os designativos descritivos já fixados.

¹⁷⁵ A causa como descrição associativa é evidenciada pela variação em relação ao título atribuído ao indivíduo – *Chacara de Monsenhor Anacleto* (ACSP, LXIV, 54-5) e *terrenos do Padre Anacleto* (ACSP, LXV, 122-3), como se observa em remissão a sua propriedade – também ser verificada em relação ao logradouro: *rua do Padre Anacleto* (ACSP, LXVI, 87 e 90), em 1880, e *rua do Monsenhor Anacleto* (ACSP, LXXI, 144 e 188; LXXII, 22, 45 e 72) / *rua de Monsenhor Anacleto* (ACSP, LXXIV, 40) / *rua Monsenhor Anacleto* (ACSP, LXXIV, 50), em 1885 e anos seguintes.

Para a segunda sugestão de topônimo, rua *Luiz Gama*, o logradouro indicado – *rua aberta entre a Gloria e Mooca* (ACSP, LXX, 144) – é impreciso, permitindo três interpretações: tratar-se da *travessa que comunica a rua da Gloria com a rua do Tabatinguera* (ACSP, LXX, 119), para a qual se indicaria a rua da Tabatinguera como a da Mooca; ser antes substituição do topônimo rua Conde d’Eu para rua Luiz Gama; e ser o próprio prolongamento da rua do Carneiro Leão, sendo que, nos dois últimos casos, designar-se-ia, equivocadamente, a antiga estrada de Santos com a rua da Glória.

Cristalizou-se o topônimo – rua Luiz Gama – para a última interpretação. Neste sentido, entendendo-se como engano do camarista a referência *rua da Gloria*, a nova designação atribuída ao caminho aberto pela Câmara viria ao encontro da rejeição da proposta – *rua do Monsenhor Andrade* –, realizada algumas sessões antes.

Neste caso, a homenagem a Luis Gonzaga Pinto da Gama, para topônimo sistemático da freguesia do Brás, em 1884, dois anos após a sua morte, atendia aos anseios abolicionistas e republicanos em efervescência em São Paulo, nesta época¹⁷⁶. Além disto, as propriedades de Luiz Gama, tanto no Brás quanto no Cambuci, eram nas proximidades do logradouro que recebe seu nome, possivelmente contribuindo para a cristalização deste designativo¹⁷⁷.

Na década de 1870 a de 1890, nota-se, desta forma, um arranjo de topônimos sistemáticos e de antigos designativos formados por descrição associativa, para as ruas abertas pela Câmara, algumas delas aproveitando antigos caminhos. Isto significa que nomes sistematizados têm aceitação permeada por antigos topônimos já fixados ou em processo de fixação na freguesia do Brás e pela causa denominativa.

Na *Planta* de 1890, a *Rua do Monsenhor Anacleto* corresponde ao traçado entre as ruas do Gasômetro e a do Visconde de Parnaíba (antiga Travessa das Cancellas); a *Rua do Carneiro Leão*, restrita ao trecho contíguo à chácara do Brigadeiro Carneiro Leão, em

¹⁷⁶ Os chacareiros da freguesia do Brás eram indivíduos abastados e proprietários de escravos. Em 1874, por exemplo, um escravo de Domingos Paiva, morador da região, é multado (ACSP, LX, 13-4). Na década de 1880, diversas medidas tendem a coibir a escravidão na cidade, de uma forma geral. Assim, em 1881, tem-se uma demarcação dos limites de cobrança de taxa de escravos em São Paulo (ACSP, LXVII, 118), e, em 1885, é criada uma tabela de impostos segundo a função exercida pelo escravo, com intuito de desestimular a *introdução de novos escravos neste Município* (ACSP, LXXII, 102-3).

¹⁷⁷ A fixação deste topônimo evidencia-se pela referência, em 1885, às *pontes da rua Luiz Gama* (ACSP, LXXI, 76). No ano seguinte, quando uma destas pontes é reconstruída (ACSP, LXXII, 22), verifica-se tratar de três o número de *pontes da rua Luiz Gama* (ACSP, LXXII, 110).

prolongamento à rua do Monsenhor Anacleto até a rua da Mooca; e a *Rua Luiz Gama* corresponde ao prolongamento sul da rua Carneiro Leão, até a antiga estrada de Santos, cruzando o ribeirão Tamanduateí. Na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, tem-se a composição de topônimos que se verifica na *Planta* da Comissão Geographica e Geologica, de 1914: a avenida Rangel Pestana (antiga rua do Brás) é a divisória entre a rua do Monsenhor Anacleto, cuja designação não é anotada em ambas as cartas, até a rua do Gasômetro, e a *R. CARN^{RO} LEÃO*, até a rua da Mooca; a *R. LUIZ GAMA*, por sua vez, corresponde ao mesmo traçado indicado em 1890.

*

A reordenação de designativos descritivo associativo e sistemático é verificada em outros casos. Antigas cruzes colocadas ao longo de caminhos e capelas cujo orago era a Santa Cruz, algumas delas construídas posteriormente a colocação das cruzes, engendraram topônimo. Na freguesia do Brás, verifica-se a formação de designativos idênticos com base nestes referenciais.

Em 1884, registrou-se *rua da Crúz, no Pary*, em solicitação de abertura de rua (ACSP, LXX, 52). No mesmo ano, indicou-se a designação *rua de Santa Crus* (ACSP, LXX, 153) para o mesmo logradouro. A variação é mantida nos anos seguintes: *rua de Santa Crúz* (ACSP, LXXI, 28); *rua de Santa Cruz* (ACSP, LXXI, 98); *rua da Cruz* (ACSP, LXXII, 111); *rua da Cruz* (ACSP, LXXII, 114).

Este designativo é decorrente, provavelmente, da capela de *Sta. Cruz da Figueira*, indicada na *Carta* de Frederico H. Gonçalves, de 1837. Esta orada integrava a propriedade da chácara da Figueira, posteriormente da Marquesa de Santos, e localizava-se, portanto, no lado esquerdo da rua do Brás.

Na década de 1870, por esta capela já ter ruído ou manter-se como particular, José de Souza Ribeiro solicita à Câmara permissão para construir uma *Capella de Santa Crus*, na *rua do Bras adiante da Ponte do Ferrão junto a Figueira* (ACSP, LXII, 59). A resposta favorável da Câmara Municipal indica o local onde a orada é construída:

A Comissão de Obras Publicas, no requerimento de José de Souza Ribeiro em que pede permissão para edificar uma Capella á Santa Crús na Freguezia do Braz,

logo adiante da ponte do Ferrão a beira da estrada, é de parecer que se defira o requerimento do Supplicante, marcando-se na paragem designada um espaço de terreno para a edificação da Capella que alli se propoem levantar o Supplicante e outros; mas de modo que dê a frente do edificio para o lado da rua, e o fundo para o lado do caminho de Santos. (ACSP, LXII, 98)

Trata-se certamente de outra capela, pois o terreno localiza-se no lado direito da rua do Brás, apesar de manter o mesmo orago que a anterior. É nas proximidades desta orada, utilizada como referencial em solicitação de obra pública no final da década de 1880 (ACSP, LXXIV, 36), que, segundo a *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, tem início um novo caminho a sul da *AV^{DA} RANGEL PESTANA* (antiga rua do Brás), designado *R S^{TA} CRUZ DA FIGUEIRA*.

O desaparecimento do topônimo *rua da Santa Cruz*, no bairro do Pari, vem ao encontro da existência deste outro logradouro igualmente designado, o que geraria ambigüidade e diminuição da capacidade de referencialização. A fixação à direita da rua do Brás, neste sentido, deve-se a existência da capela construída em terreno público em 1876, garantindo a utilização pela população em geral.

Ainda na *Planta* de Gomes Cardim, verifica-se o topônimo *R. BELEM* indicado em dois diferentes logradouros: no bairro do Pari, entre a rua do Dr. João Teodoro e a várzea do rio Tietê, e no bairro do Marco, entre a *AVENIDA DA INTENDENCIA* (antiga estrada da Penha) e a igreja de São José do Belém.

No primeiro caso, trata-se de registro único na região, sem outra menção ao designativo *Belém* para o bairro do Pari no *corpus* analisado. Duas são as possibilidades para a indicação deste designativo: a existência de orada com orago relacionado ao nascimento de Cristo, gerando uma denominação por descrição associativa, ou resultar de topônimo sistemático atribuído ao logradouro.

No bairro do Marco, assim como a capela da Santa Cruz da Figueira, a solicitação de terras para a construção de orada em devoção a São José do Belém é realizada em 1876:

Dos moradores do Marco da meia legoa, estrada da Penha, pedindo a concessão de um terreno que fica entre a chacara de Antonio Teixeira de Carvalho e dos

herdeiros do finado José Alves de Siqueira para edeficarem uma Capella onde possão ter Missa aos Domingos, visto a distancia em que se achão da Igreja do Bráz e da Penha. (ACSP, LXII, 63)

Designar *Belém* à rua que seguia até a capela é decorrente de descrição associativa do destino do caminho. Em meados da década de 1880, o topônimo *rua do Bethlêm* (ACSP, LXXI, 95) já se encontra cristalizado para este logradouro, denominação que se mantém até hoje.

A referencialidade, neste caso, foi decisiva para a fixação do topônimo na região, tanto que, nesta época, o topônimo *bairro do Belemzinho* (ACSP, LXXII, 76) já designava o aglomerado humano formado entre os bairros do Marco e do Tatuapé, no entorno da capela. A designação BELEMZINHO também indicada na *Planta* da Comissão Geographica e Geologica, de 1914, revelando a sua cristalização mesmo com a urbanização e aproximação de bairros contíguos.

Na *Planta* de Gomes Cardim, outro logradouro da freguesia do Brás apresenta por denominação *R. DA S^{TA} CRUZ*. Trata-se do caminho paralelo a *RUA DE VISCONDE DE PARNAYBA* (antiga Travessa das Cancellas), entre as ruas da *CONCORDIA* e *BRESSER*. A manutenção deste topônimo, a despeito da designação *Santa Cruz da Figueira*, é assegurada pela indicação de outro referencial: a figueira do Brás.

A perda da referencialização da designação rua de Santa Cruz, nas proximidades do Hipódromo, por sua vez, indica a verdadeira incorporação da freguesia do Brás à rotina da cidade, no século XX. Isto porque a capela de Santa Cruz, no bairro *CLEMENTINO*, a sul do núcleo, apresentava poder referencializador em São Paulo e, conseqüentemente, o logradouro na qual se localizava, denominado *RUA STA CRUZ*. Em 1914, conforme a *Planta* da Comissão Geographica e Geologica, o logradouro no Brás já havia sido substituído para *RUA IPANEMA*, topônimo claramente sistemático.

*

O topônimo – rua do Doutor Américo Brasiliense –, conforme visto anteriormente, foi atribuído a dois caminhos na freguesia do Brás. A ambigüidade é resolvida na primeira metade da década de 1890, após alguns anos de coexistência deste apelativo. O primeiro

logradouro recebe esta designação em decorrência de iniciar-se diante da propriedade de Américo Brasiliense, que, diante da demora para início das obras, tem a designação substituída. O segundo caminho, distante da chácara do então camarista, é rapidamente concluído, o que, certamente, contribuiu para a fixação do designativo sistemático.

Quanto à figueira, conforme visto no capítulo IV, era um referencializador recorrente na freguesia do Brás. Apesar de, na *Planta* de Joyner, de 1881, não haver qualquer menção à figueira, indicou-se o topônimo *lugar denominado Figueira* (ACSP, LXVII, 157), nas atas da Câmara, constatando-se a permanência da referencialização de um biofato, mesmo diante da urbanização da região. Tanto que, em 1884, verifica-se a paulatina substituição do topônimo *travessa do Gasômetro* por *rua da Figueira*.

Esta designação é descritiva associativa e não sistemática e vem ao encontro da tendência deflagrada em meados da década de 1880 de, sem necessária intervenção oficial, substituir as denominações das *Travessas*, homônimas às ruas perpendiculares, por novos topônimos. O topônimo *rua da Figueira* é referente ao trecho entre as ruas do Brás e do Gasômetro. Verifica-se, porém, a necessidade de precisar a localização nos anos seguintes:

* *Indico que se mande concluir o alinhamento da rua da Figueira proximo a rua do Bras* (ACSP, LXXII, 66);

* *Indico que se officie ao governo pedindo para que seja servida com iluminação a gaz, a rua da Figueira, na parte comprehendida entre as ruas do Gazometro e Braz* (ACSP, LXXII, 76).

Isto se deve ao fato de, em 1884, ao prolongamento da antiga travessa do Gasômetro, ser atribuído o topônimo *rua de Santa Rosa*. Quando se inicia o processo de substituição daquele topônimo, nota-se o embate entre as duas designações:

* *Figueira*, designação descritiva associativa decorrente da conhecida árvore e do caminho entre as ruas do Brás e do Gasômetro ter sido aberto em terrenos da chácara da Figueira; e

* *Santa Rosa*, designação sistemática (portanto, sem período de fixação do designativo), e atribuída a trecho mais extenso ao da chácara da Figueira.

No *Mapa* de Jules Martin, de 1890, indicou-se o topônimo *ponte da Figueira*, para a terceira do aterrado do Brás. No *Mapa* da Intendência, de 1890, todo o logradouro, da rua do Brás até o ribeirão Tamanduateí, é designado *Sta. Roza*. A fixação destes designativos só ocorrer no final da década de 1890: na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, têm-se *R. DA FIGUEIRA* e *R. S^{TA} ROZA*, limitadas pela rua do Gasômetro, e, na *Planta* da Comissão Geographica e Geologica, de 1914, *RUA DA FIGUEIRA* e *RUA DA ROSA* (sic).

Este período é, portanto, decisivo para a acomodação de antigos nomes. Apesar do prolongamento da rua da Concórdia, que recebe a designação a partir de largo homônimo, da rua do Doutor João Teodoro até a rua dos Trilhos, ser cortado pela estrada de ferro Central do Brasil, mantém-se a designação rua da Concórdia em toda sua extensão.

Nota-se, também, que outros antigos logradouros da freguesia do Brás formados por descrição associativa são substituídos pela perda da capacidade referencializadora do elemento de destaque. No *Mapa* de Joyner, de 1881, verifica-se um caminho sendo aberto ao longo do lado esquerdo da linha Inglesa. Nos anos seguintes, este logradouro é indicado a partir da estação da Companhia Inglesa, a qual se deveu a criação da rua.

Em 1890, esta rua é denominada *NORTE*, segundo as *Plantas* da Intendência e de Jules Martin. Esta designação causa estranhamento, visto que este logradouro não dá entrada à estação do Norte, separados pela própria estrada de ferro Inglesa. Assim, esta designação é substituída pelo topônimo *R. DOM^{OS} PAIVA* (*Planta* de Gomes Cardim), ainda na década de 1890.

Apesar de não haver registro no *corpus* analisado se esta designação é sistemática ou descritiva, uma das causas do engendramento deve-se ao fato de a chácara de Domingos Paiva Azevedo ser contígua ao lado esquerdo da linha Inglesa. Trata-se de um antigo e conhecido morador da freguesia do Brás¹⁷⁸, cuja propriedade é mencionada entre as desapropriações parciais necessárias para o prolongamento da *rua do Gazometro até o Largo da Concordia* (ACSP, LXII, 43-4), possibilitando uma noção de sua grande extensão, em ambos os lados da rua do Brás. Era também proprietário de *ranchos para tropeiros* no *Marco da Meia Legoa* (ACSP, LXX, 162 e 203), o que, certamente, tornou-o mais conhecido na região. Esta designação mantém-se até hoje neste logradouro.

¹⁷⁸ Nos Registros de Terras, Domingos Paiva Azevedo declarou possuir um sítio em São Caetano (RT 151).

Outro designativo que substitui antigo nome é, em maio de 1886, atribuído sistematicamente para um logradouro sem denominação, por ter sido pouco antes aberto, no bairro do Pari:

Indico que se de o nome do Barão do Paranahyba, a rua que começa na de Monsenhor Andrade e termina na rua da Cruz, entre a chacara do Senr. Coitinho e a que foi de W. Burnet. (ACSP, LXXII, 114)

Este topônimo em homenagem a Antônio de Queirós Teles, presidente da Província de São Paulo, contudo, não se cristaliza para este logradouro. Sem outra referência em ata da Câmara, esta designação passa a substituir a antiga *travessa das Cancellas*, topônimo que poderia gerar confusão em decorrência de outros tantos caminhos fechados por porteiras das ferrovias.

A alteração ocorre no ano seguinte, já que, no final de 1886, em comunicado sobre construção da hospedaria dos Imigrantes, indica-se, ainda, a denominação *rua das Cancellas* (ACSP, LXXII, 244). Além disto, cristaliza-se o topônimo *rua do Visconde de Parnaíba*, título atribuído a Antônio de Queirós Teles pelos serviços realizados enquanto presidente em São Paulo, nos anos de 1886 e 1887¹⁷⁹.

A fixação deste topônimo neste logradouro, contudo, não foi aleatória, como a primeira sugestão, em rua sem designação no bairro do Pari. O Barão de Parnaíba, quando assumiu a presidência da Província de São Paulo, idealizou e escolheu o terreno onde seria construída a hospedaria dos Imigrantes, estabelecimento público em destaque neste logradouro.

*

Entre 1884 e 1886, quatro designativos sistemáticos em ruas abertas no início da década de 1880, apesar de não serem atribuídos oficialmente em sessões da Câmara, são registrados em atas: rua Florida, rua Bela Vista, Rua Bela Oriente e rua Alegria.

¹⁷⁹ O Barão de Parnaíba foi o presidente da Província de São Paulo entre 26 de abril de 1886 e 19 de novembro de 1887. Antes de falecer, em 1888, foi-lhe imputado outro título – o de Conde de Parnaíba; a fixação do topônimo *rua do Visconde de Parnaíba*, desta forma, deve ter ocorrido em 1887. Ressalta-se que o título *presidente* era equivalente ao atual cargo de *governador*.

A *rua Florida* localiza-se entre a rua Monsenhor Andrade e a linha Inglesa, no *Bairro do Pary*, onde uma *porteira da Estrada de Ferro Inglesa* foi colocada após sua abertura (ACSP, LXXI, 27). Em 1886, muitas são as reclamações por consertos neste pouco extenso logradouro, levando à realização de um abaixo assinado pelos moradores (ACSP, LXXII, 55). Dois anos depois, obras ainda são necessárias, proporcionado a dimensão da situação deste logradouro a partir da menção a *serviços mais urgentes* a serem pagos (ACSP, LXXIV, 25, 40 e 50). Este topônimo é indicado, sem alteração, na cartografia analisada.

A designação *Bella Vista* é registrada nas atas da Câmara apenas em 1884, quando se iniciam obras para abertura de uma *rua que partindo da denominada Bella Vista vai terminar na Ponte preta da rua do Braz* (ACSP, LXX, 103) / *rua que vai da Bella Vista a Ponte Preta* (ACSP, LXX, 135). Sem qualquer outra indicação, não é possível identificar a qual logradouro das proximidades da ponte Preta, este topônimo foi atribuído.

A primeira menção à rua Bela Oriente ocorre, igualmente, em 1884. Segundo o *Mapa* de Joyner, este logradouro já se encontrava aberto em 1881. Verifica-se variação nesta designação até início da década de 1890: *rua Bella do Oriente* (ACSP, LXX, 48), *rua Bella Oriente* (ACSP, LXX, 104, 110 e 121), *rua da Bella Oriente* (ACSP, LXX, 129), *rua Bello Oriente* (*Mapas* da Intendência e de Jules Martin, ambos de 1890) e *rua Oriente* (*Planta* de Gomes Cardim, de 1897).

Nota-se que, originalmente, a denominação era *rua Bela*. A indicação do referencial – *Oriente* – devia-se a existência de outro caminho igualmente designado em São Paulo, remetendo, portanto, à localização da freguesia do Brás em relação ao núcleo. Após a perda da preposição que marcava a relação entre estes termos, verifica-se mudança no sentido atribuído à designação: o primeiro elemento do topônimo propriamente dito passa a não mais caracterizar o termo geográfico, mas o elemento referencial, em função de topônimo. Assim, o destaque da designação não é mais dado ao caminho (*rua Bela*), mas a toda a região a leste do núcleo ou, em outro entendimento, à Ásia (*Belo Oriente*). Nos anos seguintes, ocorre a supressão do primeiro termo da designação, cristalizando-se, definitivamente, o topônimo *rua Oriente*.

A *rua da Alegria*, por sua vez, é indicada em atas da Câmara apenas em 1886, quando lampiões são instalados neste logradouro (ACSP, LXXII, 14 e 72). Este

designativo, contudo, cristaliza-se, sendo registrado nas *Plantas* de Jules Martin, de 1890, de Gomes Cardim, de 1897, e da Comissão Geographica e Geologica, de 1914.

A motivação toponímica destes quatro designativos é fitotoponímica, para o primeiro, e animotoponímica, para os três últimos. Convém notar que, apesar disto, o primeiro indica não um vegetal em si, mas caracteriza a rua como ornada por flores: *rua Florida*¹⁸⁰. Tem-se por primeira causa denominativa destes topônimos, desta forma, a intenção de atribuir ao logradouro boas qualidades – ornamentação (*Florida*), vista panorâmica (*Bela Vista*), beleza (*Bela do Oriente*) e felicidade (*Alegria*) – a partir de sua designação.

V.2. O loteamento de antigas chácaras: os designativos indicados pelos proprietários

No final da década de 1870, alguns dos antigos bairros da freguesia do Brás encontravam-se ocupados. A várzea do Carmo é vencida por diversas pontes, e a região a leste do núcleo aproxima-se definitivamente da cidade. Paralelamente, os problemas decorrentes do adensamento dos locais alagadiços são apresentados pelos vereadores como questões a serem resolvidas em prol da higiene.

Em 1881, os vereadores Elias Chaves e Sertório, representantes da Comissão de Obras da Câmara, em relatório sobre as várzeas do Tietê e do Tamanduateí, consideram necessária a criação de sarjetas nas *ruas que, da Praça da concordia vai até a Lús a entroncar nos Lasaros e a que vai até o lugar denominado Figueira*, verificando-se as prioridades de acordo com os fundos existentes. Entre os argumentos apresentados, o grande número de contribuintes e a importância de manterem-se limpas e livres de águas estagnadas as vias, visto o fluxo de carroças que por ali transitam, vêm ao encontro do primeiro argumento apresentado: *o bairro do Pary está augmentadissimo, constando de muitas habitações e chacaras bem construídas* (ACSP, LXVII, 157).

¹⁸⁰ Tentativas de arborização de logradouros eram comuns na freguesia do Brás. Na década de 1870 e 1880, eram incluídas nas propostas de camaristas especialmente para as ruas principais, como a rua do Brás (ACSP, LX, 142), e abertas pela municipalidade para concessão de datas, como a rua do Gasômetro (ACSP, LXXIV, 36). Encontrava-se também nas diversas solicitações de aterro e dessecamento da várzea do Carmo (ACSP, LXVII, 141; LXXIV, 53).

Apesar de sólidas justificativas, os demais vereadores não aprovam a indicação realizada. Como em anos anteriores, apenas a rua do Brás recebe atenção¹⁸¹. Neste caso, a indicação do engenheiro da Câmara era pela adoção de *um outro systema de esgoto* (ACSP, LXVII, 187), mas, a partir do orçamento (ACSP, LXVII, 196), alegaram os camaristas que a obra era provincial, eximindo-se da responsabilidade (ACSP, LXVII, 207).

Nota-se, portanto, que os melhoramentos necessários à freguesia do Brás já eram preteridos a de outras regiões de São Paulo. Ao mesmo tempo, a rápida ocupação, especialmente de bairros contíguos ao núcleo e ao longo das ferrovias, leva à formação de logradouros com traçado irregular, por aproveitar os antigos caminhos e evitar gastos com desapropriações.

A Comissão incumbida de dar os alinhamentos na rua do Gazometro, a que se referem as petições juntas, procedeo a estes alinhamentos tendo em atenção as allegações offerecidas, procurando conciliar quanto foi possivel o direito das partes com o interesse publico. A commissão sente confessar que não foi mais praticavel um plano que trouxesse completo embelesamento á aquella rua, visto como as edificações feitas embaração a sua realização; entretanto ella esforçou-se por fazer o melhor. (ACSP, LXIV, 41)

Além de custosas, as desapropriações eram barradas por questões políticas. Os antigos chacareiros eram, em sua maioria, proprietários abastados e com importantes cargos públicos; muitos deles ocuparam cadeira na Câmara Municipal. Apesar de não mais ser uma obrigação da população, as obras da região eram realizadas normalmente pelos próprios moradores. Em 1886, por exemplo, é negada obra na *continuação da rua do Gazometro*, sob a alegação desta ser *uma travessa particular que ainda não foi entregue a Camara* (ACSP, LXXII, 106-7).

Pelos Registros de Terras, verifica-se que os caminhos da freguesia do Brás percorriam os limites das chácaras. As novas ruas abertas pela Câmara, especialmente na segunda metade da década de 1870, quando não realizadas em terrenos públicos, aproveitavam estes antigos traçados, conhecidos e utilizados pela população local. Em

¹⁸¹ Ressalta-se que, na década de 1870, as obras realizadas na rua do Brás restringiam-se ao trecho entre os núcleos e as ferrovias. Desta forma, a meta era atender àqueles que seguiam para as estações e não um melhoramento à freguesia do Brás propriamente dito. Ver ACSP, LX, 11-7; LXVII, 158.

1860, por exemplo, anuncia-se o prolongamento da *rua de traz da Chacara do Tne. Cel. Luz* (ACSP, XLVI, 219), caminho indicado, anos antes, como *rua que vai para a chácara do finado capitão Joaquim da Silva* (RT 114).

Por outro lado, a abertura de novos caminhos fez com que outros se tornassem desnecessários ou fossem inutilizados, especialmente aqueles usados apenas como saída de propriedades. Neste sentido, alguns requerimentos são encaminhados à Câmara. Em 1871, Rafael Tobias de Aguiar pede *permissão para fechar o resto da rua que outr'ora ia finalizar no morro da Moóca*, alegando que, com a construção da EFSJ e a concessão de data de terra a Américo Galvão Bueno, ninguém mais utilizava aquele caminho (ACSP, LVII, 56 e 65-6)¹⁸².

Domingos Pinto dos Santos realiza idêntica solicitação no ano anterior, ao pedir a concessão de terras da *rua que nenhum tranzito tem* entre suas duas propriedades na *varzea da Moóca* (ACSP, LVI, 178). No bairro do Pari, José Pereira Mendes Palhares solicita *pequeno bêco (...) visto ser em lugar deserto e de nenhum uzo publico* (ACSP, LXI, 139). Este caminho, informa o proprietário, encontrava-se entre a sua chácara e a do capitão Joaquim Roberto de Azevedo Marques.

A princípio, a chegada de novos moradores à freguesia do Brás, que adquirem terrenos por concessões de datas de terras, gera impasse, conforme visto anteriormente. Se antes a rede hidrográfica era considerada um atrativo e o problema restringia-se às enchentes da várzea do Carmo, por dificultar o acesso à região, a ocupação maciça torna fundamental investidas públicas, e cada vez maiores, para conter as águas que emanam por toda parte.

Em meados da década de 1880, já era considerável o aumento da população. Em 1885, o vereador Franzen, proprietário na freguesia do Brás, chamava a atenção da Câmara Municipal sobre a necessidade de rever as tarifas e o percurso dos bondes (ACSP, LXXI, 42-3). Tal intervenção demonstra a expansão da urbanização e a existência de um número considerável de habitantes não abastados que residiam em pontos afastados, mas iam com frequência ao núcleo.

¹⁸² Quando aprovada esta solicitação, alegam os camaristas que, além de ser um caminho não utilizado, esta concessão seria importante para o *embellesamento do Bairro da Moóca* (ACSP, LVII, 65-6). Tal parecer elucida o que se entendia por embelezamento possível, já que poucas serão as intervenções no sentido de melhorar a qualidade de vida dos novos moradores da freguesia do Brás.

V.2.1. A abertura de ruas: a formação de antropotopônimos

Até a década de 1870, poucas eram as iniciativas comerciais na freguesia do Brás, em geral vinculadas ao atendimento de tropas. Em geral, apenas as chácaras de estrangeiros eram produtivas. Com o surgimento das ferrovias e a distribuição de datas de terras, estabelecem-se novos ramos comerciais relacionados ao atendimento de passageiros, como o hotel do Norte, e novos institutos educacionais, com a criação de cadeiras de primeiras letras, do Liceu Alemão e do Instituto de Educandos Artífices.

Na década de 1880, proprietários da freguesia do Brás passam a exercer novas atividades comerciais, visando ao crescimento da população na região. Nas atas da Câmara, por exemplo, menciona-se a existência de um açougue no *Marco da Meia Legoa* de Alexandre Felini (ACSP, LXX, 69 e 74), de um *negociante, morador á rua do Brás n.º 74*, de nome João Baptista da Silva (ACSP, LXVII, 205-6), de uma alfaiataria, pertencente a Caetano Nacorato, na rua de Santa Roza (ACSP, LXX, 163), e outros tantos cortiços, entre eles o de Fernando de Albuquerque, engenheiro da Câmara, na rua do Gasômetro (ACSP, LXX, 135).

O aproveitamento de terras da freguesia do Brás para desenvolvimento de atividades comerciais, contudo, só se torna constante na década de 1890. Morse (1954, 169) afirma que, além de individuais, as iniciativas cabiam “aos estrangeiros, a um ou outro brasileiro que se esforçava por adquirir no próprio país habilitações e experiência, e aos brasileiros educados no estrangeiro”. O mesmo se observa quanto às primeiras iniciativas de abertura de ruas e loteamento de chácaras, estritamente relacionadas à formação deste comércio para atendimento aos aglomerados humanos.

Em 1877, Guilherme Maxuel Rudge, cujo pai era inglês, abre duas ruas nos terrenos de sua chácara, no bairro do Pari, ligadas a rua do Brás (ACSP, LXIII, 91, 154, 156 e 191). Em 1881, *a bem dos interesses da população desta Cidade*, oferece proposta de criar uma linha de carris de ferro, da rua 25 de Março à freguesia da Penha de França, passando pela rua da Mooca, na freguesia do Brás (ACSP, LXVII, 99). Igual pedido, renova-se três anos depois (ACSP, LXX, 109).

Ainda em 1881, José Gonçalves Pereira, diretor da Companhia Carris de Ferro, encaminha uma planta à Câmara, com demarcação de ruas em sua propriedade, na rua do Brás, a qual pretendia *vender ditos terrenos em lotes* (ACSP, LXVII, 111 e 116).

Outro chacareiro que investe na freguesia do Brás é Antonio José de Azevedo Junior. No início da década de 1870, já possuía um *negocio de molhados* na região (ACSP, LVIII, 153), declarado *varejo* na década seguinte (ACSP, LXV, 144).

Ao menos, tinha duas propriedades. Em 1878, é informado à Câmara que ele construía um prédio na travessa do Brás, entre as ruas do Gasômetro e do Brás, fora do alinhamento realizado no caminho (ACSP, LXIV, 135 e 136). Possivelmente, Azevedo Junior visava estabelecer um cortiço no local; tanto que, em 1881, reclama o valor do imposto pago por esta atividade (ACSP, LXVII, 213). Mantinha também uma casa no local, provavelmente, residência da família (ACSP, LXV, 16).

O outro terreno localiza-se entre a rua Caetano Pinto e o ribeirão Tamanduateí, alinhado em 1888 (ACSP, LXXIV, 5). Na década de 1890, loteia esta propriedade e abre um novo logradouro, a partir da rua Caetano Pinto, a qual designa rua *AZEVEDO JUNIOR* (*Planta* de Gomes Cardim).

O mais antigo registro de especulação imobiliária por chacareiro na freguesia do Brás remonta ao engenheiro alemão Carlos Abrão Bresser, que chegou ao Brasil em 1836 e, alguns anos depois, fixou residência em São Paulo. Na cidade, passaria a viver com Ana Clara Müller, com quem teria cinco filhos¹⁸³. Ana Clara era irmã de Daniel Pedro Muller (Morse: 1954, 48 e 52), membro do governo provisório paulista de 1821 e diretor de Obras Públicas da Província de São Paulo, foi também o responsável pela contratação de Bresser.

Na década de 1850, Bresser possuía uma grande chácara no lado esquerdo da estrada da Penha, formada por compra de diversos terrenos e por *carta de data da Câmara Municipal* (RT 12A, 13 e 132). Outras propriedades não contíguas àquela chácara, vendera a terceiros: um terreno em *Maranhã* a Joaquim de Toledo (RT 48) e uma ilha do rio Tietê, no bairro do Pari, a Joaquim José da Silva (RT 147B).

¹⁸³ Sobre a chegada e a visão comercial para revenda de propriedades de Bresser, ver Unzelte: 2003, 2-8

A residência oficial da família era no núcleo, como muitas outras famílias abastadas que possuíam terras na freguesia do Brás. A diferença dizia respeito ao entendimento de sua chácara não como simples moradia, mas como possível de ser explorada comercialmente; tanto que iniciou a construção de diversas casas de aluguel, obra que não se achava concluída quando faleceu, em 1856 (Unzelte: 2003, 6).

Ana Clara Muller e seu filho mais velho, Carlos Augusto Bresser, seguem o seu caminho. Em 1880, solicitam datas de terra no *lugar denominado – Catumby* (ACSP, LXVI, 58-9) e mantêm os investimentos em casas de aluguel e cortiços. Quando os terrenos são definitivamente loteados, duas ruas recebem a designação em referência aos proprietários: *BRESSER* e *MÜLLER*, conforme a *Planta* de Gomes Cardim, de 1897. Neste caso, nota-se a preferência por denominação das ruas abertas pela indicação do nome de família, e não de algum membro em especial.

Em outros casos, os estrangeiros residentes na freguesia do Brás dedicavam suas chácaras ao cultivo. Nestes casos, a venda em lotes é progressiva, mantendo a produção agrícola parcialmente. Em 1886, uma planta é apresentada por Julio Joly e Sampson *para abertura de novas ruas* (ACSP, LXXII, 64). A chácara das Flores de Julio Joly permanece fornecendo mudas e flores para São Paulo, sendo realizada uma encomenda pela Câmara enquanto se aguardava a aprovação daquela proposta de loteamento (ACSP, LXXII, 79).

No ano seguinte, nova rua é aberta em terrenos de Julio Joly, *entre o Pary e a rua do Braz*, cruzando terrenos de outro proprietário da região, José Bento Ferreira (ACSP, LXIII, 145). Meses depois, estes dois chacareiros apresentam novo loteamento à Câmara, cujo loteamento previa a abertura de

ruas, cujos terrenos forão oferecidos á Camara por J. Joly, e José Bento Ferreira na Freguezia do Bráz, partindo da estrada da Penha no lugar denominado - Ponte Preta - segue em direcção N. 41.º, 35' 0, para o Pary com largura de 13m,22 (60 palmos) e com 123m, 98 de extensão, sendo limitada a Éste pelos terrenos de José Bento Ferreira e J. Joly, e a Oéste pelos do Tenente Coronel Ignacio Monteiro de Barros (ACSP, LXIII, 192)

Em outra proposta, de 1891, Julio Joly realiza apenas o loteamento da *Chacara das Flores – Brás* e apresenta as designações: *rua Pary, rua Brás e rua Joly* (*Planta* - CMP).

Posteriormente, apresenta ainda outra planta de loteamento da *Chacara das Flores* à Câmara Municipal (Planta – CMP), com a indicação dos seguintes topônimos: *rua Rangel Pestana*, *rua Bresser*, *rua Saldanha Marinho*. Nesta proposta, é anotado, pela primeira vez, uma sugestão de designação para o aglomerado formado a partir destes lotes: *Villa Bella Joly*.

Quanto aos topônimos mencionados, *chácara das Flores* foi engendrado por descrição associativa, em relação à função da propriedade, e é mencionado nas atas da Câmara desde a década de 1880, apesar de ser, certamente, bem mais antigo (ACSP, LXVII, 158). A designação *Brás* é igualmente proveniente de descrição associativa, e *Rangel Pestana*, em substituição à denominação anterior, e *Saldanha Marinho* foram atribuídas sistematicamente após a Proclamação da República, em homenagem a autoridades envolvidas. Tais topônimos já se encontravam fixados quando apresentados por Julio Joly.

Já as denominações *Joly*, provavelmente atribuída à rua aberta em 1887, passando por terrenos de José Bento Ferreira, e *SAMPSON*, indicada na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, e possivelmente atribuída a algum logradouro do loteamento de 1886, único registrado em propriedade deste chacareiro, resultam da tendência à formação sistemática de topônimos por indicação do nome do loteador. O mesmo se verifica no caso de outro chacareiro, João Boemer, cujo logradouro aberto foi denominado *R. JOÃO BOEMER* (*Planta* de Gomes Cardim).

Neste sentido, nota-se que o topônimo atribuído ao bairro/loteamento também coloca o nome do proprietário em relevo: *bairro Villa Bella Joly*. As demais lexias indicadas na denominação evidenciam o caráter comercial: *vila*, comumente utilizada em bairros de periferia, indicava, ao menos a princípio, a existência de rede de atendimento aos moradores, como em vilas romanas; já *bela* era utilizada como atrativo a interessados em adquirir lotes, ressaltando a beleza do empreendimento. Quando concluída a divisão da chácara, por outro lado, não mais se mantém a antiga denominação – *Flores*.

Na década de 1880, outras tantas propostas de abertura de ruas são encaminhadas à Câmara, cada vez em maior número. Longe de uma mera formalidade, os caminhos demarcados poderiam ser rejeitados, se não cumprissem as Posturas Municipais.

Em 1886, José Coelho de Souza oferece *trez ruas por elle abertas na freguesia do Braz, em terrenos de sua propriedade* (ACSP, LXXII, 78-9). Após análise do engenheiro da Câmara, o projeto não é aprovado, já que as ruas não tinham a largura mínima indicada (ACSP, LXXII, 92).

Apesar da evidente desatenção dos camaristas em geral pela freguesia do Brás, as Posturas Municipais eram cumpridas. Este mesmo proprietário, mencionado como responsável por diversas empreitadas lançadas pela Câmara Municipal¹⁸⁴, é multado, por exemplo, em 1878, por construir sem alinhamento em terreno que adquirira por data de terra na rua do Gasômetro. Neste caso, foi indeferido ofício de apelação, mesmo tendo alegado ter solicitado este serviço anos antes e não ter sido executado por problemas gerenciais da Câmara, (ACSP, LX, 167; LXII, 39; LXIV, 34 e 41).

Assim, o fato de ser camarista não implica em simples indicação de próprio nome a topônimos, como pura homenagem. Os proprietários da região, com ou sem cargos públicos, encaminham propostas para loteamento de suas chácaras e indicam, principalmente, o próprio nome aos logradouros abertos em suas chácaras. É inegável que tais topônimos engendrados são sistemáticos; pondera-se, contudo, que não se trata de simples auto-homenagem, antes resultam de identificação de antiga propriedade: rua aberta sob responsabilidade e em terrenos de ‘chacareiro-loteador’.

Em 1885, a *rua Franzen* já se encontrava aberta no *Marco da Meia Legoa* (ACSP, LXXI, 139). No ano seguinte, o prolongamento deste caminho é levantado pelo engenheiro da Câmara, para o qual afirmam os camaristas que tinha *de ser feita á custa dos particulares*, indicando a procedência particular deste caminho (ACSP, LXXII, 25). Apesar de faltarem documentos, pressupõe-se que o vereador Franzen tenha sido o responsável pela abertura desta rua e em sua propriedade.

¹⁸⁴ José Coelho de Sousa executou, por exemplo, serviços na *rua da Cadêa e travessa de Santa Cruz*, ambas no núcleo (ACSP, LXI, 14), consertos na ponte dos Lázarus (ACSP, LXII, 45) e no bueiro e esgoto da *ponte do Tabatinguêra* (ACSP, LXII, 83).

O mesmo se verifica quanto às ruas denominadas *JOÃO BUENO*, topônimo anotado na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, e *José Porfírio de Lima*. Em ambos os casos, estes camaristas possuíam propriedade onde o caminho encontra-se traçado; no primeiro caso, no Marco da Meia Léguas e, no segundo, no Tatuapé.

O major Luis Pacheco de Toledo, antes de exercer a função de vereador, é um antigo chacareiro da freguesia do Brás. Em julho de 1855, Luiz Pacheco de Toledo e sua mulher, Joana da Cruz de Jesus, declaram, nos Registros de Terras da freguesia de Santa Ifigência, que compraram da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo um *Pasto de aluguel*, denominado “*Dos Lázaros*”, localizado *aquém e além do canal do Tamanduateí* (RT, SI 1). Nos Registros de Terras da freguesia do Brás, é indicado como o *Capitão de Guardas Nacionais Luis Pacheco de Toledo* (RT 60), em divisa de chácara no bairro do Pari.

Em 1876, sua propriedade é utilizada como referencial nas atas da Câmara. Indica-se o novo ponto final da *actual linha de bonds na direcção do bairro da Lús* diante da *casa da residencia do Major Luis Pacheco de Toledo no começo do aterrado da ponte grande*. É interessante ressaltar que a justificativa apresentada pelos camaristas é que os bondes deveriam seguir até onde se poderiam oferecer vantagens à Companhia, ou seja, houvesse maior adensamento (ACSP, LXII, 103-4).

O loteamento desta propriedade no lado da freguesia do Brás, ocorrido na década de 1890, levou ao engendramento do topônimo *R. PACHECO*, conforme *Planta* de Gomes Cardim, de 1897. A designação dos logradouros abertos a partir do apelido de família não foi comum entre antigos proprietários da freguesia do Brás, concorrendo a esta designação apenas os topônimos *R. DOS PASSOS* e *R. ASSUMPTÃO* (*Planta* de Gomes Cardim) idêntica escolha.

Neste último caso, deve-se ao fato do *Tenente Lucas Queiroz d'Assumpção* ter aberto dois logradouros em sua propriedade, contígua à rua do Gasômetro (ACSP, LVII, 99), optando por esta denominação, para a rua principal, e rua *T^E LUCAS* (*Planta* de Gomes Cardim), para o logradouro perpendicular.

Por outro lado, a abertura de uma nova rua leva à alteração do topônimo *rua Pacheco*; cristalizam-se, então, os seguintes topônimos sistemáticos: *rua Luis Pacheco* e

*rua João Pacheco*¹⁸⁵. Assim, do nome da família proprietária do loteamento, passa-se a identificar as ruas a partir do nome dos proprietários, pai e filho, respectivamente.

Ao caminho aberto pelo vereador Benjamin Constante de Oliveira, em 1884 (ACSP, LXX, 87), é atribuído, inicialmente, o topônimo *rua de Benjamim Constante* (ACSP, LXXI, 14) / *rua de Benjamin Constant* (ACSP, LXXI, 129) / *rua Benjamin Constant* (ACSP, LXXI, 118; LXXII, 22), correspondente à maneira como era apresentado comumente como chacareiro e vereador: *Benjamin Constante* (ACSP, LXI, 83; LXX, 87) / *Benjamin Constant* (ACSP, LXXII, 88)¹⁸⁶.

A indicação do topônimo *rua Benjamin Constant* no núcleo, em homenagem a um dos articuladores da Proclamação da República, levou à alteração daquela designação para *R. BENJ. OLIVEIRA*, conforme *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, a fim de evitar homonímia. Neste caso, evidencia-se, pela mudança na designação original, a intenção em ato denominatório que caracteriza os topônimos como sistemáticos.

Salvo este caso, as designações formadas a partir do nome do proprietário que se fixaram conservam a maneira como estes eram comumente chamados:

* A rua aberta em propriedades de Francisco de Assis Cavalheiro e Silva foi designada *R. CAVALHEIRO* (*Planta* de Gomes Cardim). Em solicitação oficial por data de terra na *varze do Tiete de frente o Marco de Meia Legoa*, indica-se o antropônimo Francisco de Assis Cavalheiro e Silva (ACSP, LXIV, 33 e 56); nos demais registros, Francisco de Assis Cavalheiro e Cavalheiro, simplesmente¹⁸⁷.

* Após o alinhamento da rua Carneiro Leão (ACSP, LXXI, 38, 50 e 56), Claudino Pinto de Oliveira, que prestou auxílio na conclusão deste logradouro (ACSP, LXVI, 97), realiza o loteamento de sua chácara, com a abertura designada *CLADNO PINTO* (*Planta* de Gomes Cardim).

¹⁸⁵ Em 1881, o Major Luis Pacheco e *João Pacheco de Toledo, filho do antecedente* foram chamados a prestar esclarecimentos acerca de briga por posses de terrenos de *datas da varzea da Ponte Grande de Sant'Anna*, sendo que o primeiro argumentou como morador *há mais de 40 annos* no local (ACSP, LXVII, 178-81).

¹⁸⁶ Registrou-se apenas uma indicação do antropônimo *Benjamin Constante de Oliveira* (ACSP, LXII, 102), em ata da Câmara de atribuição de datas de terras.

¹⁸⁷ Em 1886, registrou-se, em ata da Câmara, *cidadão Francisco de Assis Cavalheiro*, no qual este chacareiro assumia as obras da estrada da Penha e o rebaixamento do *morro do Marco da Meia Légua* (ACSP, LXXII, 23-4). Dois anos depois, como juiz de paz da freguesia do Brás, é indicado em ata da Câmara como *tenente Francisco de Assis Cavalheiro / tenente Cavalheiro* (ACSP, LXXIV, 44).

* O logradouro aberto na chácara de Luís Inácio Bittencourt, já indicado como testamenteiro de antigo proprietário do bairro do Pari, nos Registros de Terras (RT 148), é denominado *M^{AL} BITTENCOURT* (*Planta* de Gomes Cardim).

As designações formadas por nomes de mulheres devem-se, igualmente, ao fato de serem as proprietárias das chácaras. O topônimo *R. BRAZILIA* (*Planta* de Gomes Cardim) deve-se, provavelmente, a Brasília Augusta Soares de Sousa, filha mais nova de Hipólito José Soares de Souza (Azevedo Marques, 1952, I, 319). Na década de 1850, o *Dor. Hypolito*, como indicado nas atas da Câmara (ACSP, XLVI, 217), possuía propriedade no local onde este logradouro foi aberto três décadas depois (RTs 58A, 134 e 139).

Já o logradouro denominado *M^A MARCOLINA* (*Planta* de Gomes Cardim) corresponde ao caminho aberto em propriedade de Maria Marcolina Prado Monteiro. A chácara loteada manteve-se em mãos da família por, no mínimo, quatro gerações. Nos Registros de Terras, foi declarada pelo seu pai, o Barão de Iguape (RT 47 e 56), como herdeiro direto de Ana Vicência Rodrigues de Almeida. Por sua vez, tem-se que Manuel Rodrigues Jordão, membro do governo provisório paulista de 1821 (Morse: 1954, 48), já possuía chácara na região.

Como homenagem propriamente dita, registraram-se apenas três topônimos indicados por chacareiros: rua Inácio de Araújo, rua Caetano Pinto e rua Maria Domitila.

No primeiro caso, trata-se do proprietário do terreno contíguo ao largo da Concórdia, com propriedades indicadas nos Registros de Terras, conforme visto anteriormente. O loteamento da propriedade do lado direito da antiga estrada da Penha ocorre apenas na primeira década do século XX, já que, conforme a *Planta* de Gomes Cardim, o logradouro denominado *INÁCIO DE ARAUJO* (*Planta* da Comissão Geographica e Geologica) não havia sido aberto ainda em 1897.

Em 1886, a rua aberta em terreno do tenente-coronel Luiz Pinto Homem de Menezes e de Antonio José de Azevedo Junior, *com o fim de comunicar as ruas do Braz e da Cancellas*, é denominada *Caetano Pinto*, por indicação do primeiro proprietário (ACSP, LXXII, 186), filho do tenente-coronel Caetano Pinto Homem. Trata-se de uma das mais antigas famílias proprietárias da freguesia do Brás, sendo indicada na *Carta* de Frederico H. Gonçalves, de 1837, a *Chacara dos Menezes*.

O terceiro topônimo relacionado diz respeito a logradouro aberto, a partir de planta apresentada à Câmara, em 1881, por Brazilico de Aguiar e Castro (ACSP, LXVII, 142). A denominação é homenagem à mãe do proprietário, a Marquesa de Santos, de quem herdara a propriedade em 1867¹⁸⁸, e que, durante o 2.º Reinado, torna-se a “dama de maior prestígio na sociedade paulistana” (Morse, 1954, 102). Neste caso, destaca-se que, apesar de a designação *rua de d. Maria Domitila* ser registrada ainda na década de 1880 (ACSP, LXXIV, 6), o verdadeiro nome da antiga proprietária era Domitila de Castro Canto e Melo.

Apesar de se tratarem de topônimos sistemáticos com homenagem propriamente dita e de o segundo designativo não ser engendrado no momento em que ocorre o loteamento da propriedade, ressalta-se que os homenageados eram os proprietários originalmente no local onde o logradouro foi aberto. Verifica-se, portanto, a tendência à formação de antropotopônimo, na década de 1880, apenas a partir de personalidades conhecidas e com relação direta ao local designado.

V.2.2. Os designativos de motivação religiosa

Na freguesia do Brás, a formação de topônimos com motivo religioso até a década de 1870 era consequência da existência de capela no local. Quando os antigos chacareiros começam a lotear suas propriedades, hierotopônimos integram o rol de designativos indicados para os novos caminhos abertos, mesmo sem a existência de oradas.

Em 1880, o Cônego João Jacintho Gonçalves de Andrade encaminha ofício à Câmara solicitando autorização para *abrir varias ruas em terrenos de sua propriedade sitos na freguesia do Brás* (ACSP, LXVI, 48). No ano seguinte, outra rua é aberta em seus terrenos (ACSP, LXVII, 64). Em requerimento, além de pedir autorização para prolongar este caminho até o largo da Luz, em propriedades da Santa Casa de Misericórdia, solicita a aprovação do topônimo *rua de Sam Caetano* (ACSP, LXVII, 64)¹⁸⁹. Ressalta-se que tal

¹⁸⁸ O pai da Marquesa de Santos – o *finado Major Canto e Mello* – já possuía propriedade na freguesia do Brás, a *meia legoa da cidade* (ACSP, LIX, 91). O seu marido – Rafael Tobias de Aguiar –, além da *chácara no bairro da Mooca, contígua à ferrovia* (ACSP, LVII, 56 e 65-6), solicita datas de terras na *rua do Gazometro* (ACSP, LX, 146, 153 e 167), ao lado da chácara da Figueira, na qual a rua Maria Domitila é aberta.

¹⁸⁹ Sobre o prolongamento da rua São Caetano até o largo da Luz, ver ACSP, LXVII, 104 e 110.

orago deve a devoção particular do chacareiro, sem que tenha se construído capela no logradouro ou ligação com o antigo caminho para a freguesia de São Caetano.

Em 1884, outros dois hagiotopônimos sistemáticos começam a ser indicados em atas da Câmara: *rua São Leopoldo*, no Marco da Meia Léguas (ACSP, LXX, 71-2), e *rua de Santa Rosa*, a qual o prolongamento foi designado *rua da Figueira* (ACSP, LXX, 87, 152-3, 163 e 194). Na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, outros dois designativos seguem idêntica tendência: *STA RITA* e *STA CLARA*.

A formação de topônimos a partir de nomes de membros da Igreja Católica é decorrência do loteamento de chácaras por eles pertencentes. Não há informações no *corpus* consultado sobre os designativos indicados no primeiro loteamento realizado pelo Cônego João Jacintho Gonçalves de Andrade. Verifica-se, a partir do local onde possuía chacara, que, entre os logradouros abertos, uma rua foi designada *P^E JOÃO JACINTHO* (*Planta* de Gomes Cardim), indo ao encontro da tendência de engendrar topônimos a partir do nome do proprietário-loteador.

Meses antes de lotear a própria propriedade, o Cônego João Jacintho fora o responsável pela abertura de duas ruas nos *terrenos da chacara do Brás, que pertenceo ao finado Monsenhor Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade*. Neste caso, indica as designações *Monsenhor Andrade* e *Dona Luisa* para os logradouros (ACSP, LXVI, 37). Quanto à segunda homenageada, não há referências; pressupõe-se que seja algum membro da família do falecido proprietário ou do responsável pelo loteamento.

Em 1885, diversas ruas são abertas no Marco da Meia Léguas, entre a rua do Brás e a EFCB. Ao adensamento formado a partir da rua Franzen, indica-se o topônimo *Bairro de N. S. do Parto* (ACSP, LXXI, 139). A construção de igreja com tal orago ocorre apenas no ano seguinte:

As comissões de Datas e Obras, conformando-se com as informações do fiscal no requerimento do padre Adelino Jorge Montenegro é de parecer que seja dado o terreno pedido para a Igreja de Nossa Senhora do Parto. - S. Paulo, 27 de Janeiro de 1886 - G. Franzen - Antonio Paes de Barros - Cantinho Sobrinho - Rafael de Barros - Aprovado. (ACSP, LXXII, 26)

Argumentava-se sobre a necessidade de criar uma capela no local, em vista da distância de outras igrejas e o aumento da população. Reforça-se, neste sentido, a tendência à formação de designativos sistemáticos, entre os quais se destaca que os antropotopônimos eram inicialmente referentes apenas a antigos proprietários do local onde o caminho é traçado, à crescente urbanização ao longo da EFCB e da margem direita do Tamanduateí, especialmente a partir de meados da década de 1850.

Na década seguinte, entre os logradouros abertos à direita da linha férrea da EFCB, destaca-se o topônimo *RUA PADRE ADELINO* (*Planta* da Comissão Geographica e Geológica), em referência ao chacareiro *Dr. Adelino Jorge Montenegro* (ACSP, LXXII, 36) / *padre Adelino Jorge Montenegro* (ACSP, LXXII, 26), proprietário do terreno onde a rua foi aberta (*Planta* de Chácaras) e que solicita datas de terras para a construção da Igreja de Nossa Senhora do Parto. Na *Planta* de Gomes Cardim, este mesmo logradouro consta sob a designação *SERRA DE ARINAIA*.

Este logradouro integrava o bairro planejamento entre a EFCB e a rua da Mooca. A denominação que não se cristaliza deve-se à padronização de topônimos realizada por uma empresa especializada. Neste caso, prevalece o nome do religioso por não ter sido concluído o plano original. Em outros casos, contudo, verificam-se grupos de topônimos com idêntica causa denominativa em traçado relativamente uniforme. Tem-se, assim, a configuração de topônimos sistemáticos engendrados por indivíduos não conhecedores da região.

V.3. A estabilização do processo de engendramento de topônimos sistemáticos

Nota-se que a parte de familiares de chacareiros que loteiam suas propriedades solicita datas de terra nas décadas de 1870 e 1880. Da família de Guilherme Maxwuel Rudge, pioneiro da região em loteamento de terrenos, datas são concedidas, no *Marco da meia legoa*, a Anna Maxwel Rudge, a João Manoel Rudge (ACSP, LXVI, 58), a Alfredo C. Rudge e a Henriqueta de Mendonça Rudge (ACSP, LXVI, 64). Da família Passos, cuja chácara encontrava-se nas proximidades da capela de S. José do Belém, Amelia Augusta de Passos e Graciana Maria dos Passos adquirem datas de terras no *lugar denominado*

Catumby (ACSP, LXVI, 102 e 123-5) e Carolina Rosa dos Passos, na *Moóca* (ACSP, LXVI, 123-5).

O mesmo se verifica nos seguintes casos:

* do Comendador Joaquim Fernandes Cantinho Sobrinho¹⁹⁰, a partir do qual, em 1885, é designado *Comor. Cantinho* (ACSP, LXXI, 170) o logradouro aberto diante de sua casa. Na década de 1870, diversos são os membros desta família que solicitaram datas de terra no Pari e na Mooca¹⁹¹;

* de Adriano Corrêa de Andrade, que adquire data de terra em 1880 (ACSP, LXVI, 10-1) e abre, posteriormente, a rua denominada *CORREA DE ANDRADE* (*Planta* de Gomes Cardim);

* do Major Octavio Augusto de Oliveira que, em 1874 e em 1886, realiza pedido de terra em diferentes pontos da freguesia do Brás¹⁹² e é responsável pelo loteamento na *R. MAJ. OCTAVIANO* (idem);

* da família de José Monteiro, com diversos pedidos de datas, em 1875, *junto a linha ferrea do Norte* (ACSP, LXI, 86-7 e 130) e que, quando loteada a chácara, recebe a rua aberta o nome do proprietário; e

* de Eugenio Vautier, que, em 1888, *pede á Camara, que lhe venda um terreno, sito a rua do dr. João Theodoro e que fica encravado entre a sua propriedade e a referida rua* (ACSP, LXXIV, 40-1 e 50) e, posteriormente, loteia toda sua propriedade a partir do

¹⁹⁰ A família Cantinho é antiga proprietária de terras na freguesia do Brás, tanto que, em 1854, declara-se como limite de terreno no bairro do Pari um *pasto do sargento-mór Mateus Fernandes Cantinho* (RT 8A). A maior parte dos cargos públicos ocupados e das obras públicas executadas pelos seus membros revela ligação direta com o Brás. Além do Commendador Joaquim Fernandes Cantinho Sobrinho, vereador entre 1878 e 1880, destacam-se Manoel Fernandes Cantinho, em conserto do *atterrado da ponte em frente ao Mercado* (ACSP, LX, 17); Martinho Fernandes Cantinho, como fiscal da freguesia do Brás entre os anos de 1874 e 1876 (ACSP, LX, 29; LXI, 83, 113 e 130; LXII, 70 e 92); Tenente Joaquim Fernandes Cantinho, como Juiz de Paz da freguezia do Brás (ACSP, LXI, 127-8); Gabriel Cantinho, como vereador entre 1878 e 1880 (ACSP, LXIV, 54; LXVI, 10-1); e Joaquim Francisco Ribeiro Cantinho, como Juiz de Paz na freguesia do Brás (ACSP, LXVII, 15).

¹⁹¹ Em 1875, Henrique Fernandes Cantinho solicita data *junto a ponte dos Lazaros na rua do Doutor João Theodoro* (ACSP, LXI, 65). No ano seguinte, Saturnino Fernandes Cantinho, José Fernandes Cantinho, Maria da Conceição, Maria Benedicta Cantinho e Margarida Fernandes Cantinho pedem datas *no campo da Moóca* (ACSP, LXII, 102) e, em 1878, Maria Ignacia Cantinho Bastos e Matheos Marques Cantinho, na *varzea do Pary* (ACSP, LXIV, 138).

¹⁹² A chácara da família era no Marco da Meia Légua, onde se encontra o logradouro denominado Major Octaviano. Este proprietário, contudo, solicita datas no *Bairro do Pary* (ACSP, LXII, 102) e na *rua da Mooca* (ACSP, LXXII, 31 e 87).

logradouro denominado *VAUTIER*, que abre em prolongamento à rua Monsenhor Andrade (*Planta* da Comissão Geographica e Geologica).

Tais pedidos por datas antevem a intenção comercial que culmina no loteamento da chácara da família. Neste sentido, além da fuga dos antigos chacareiros no momento em que se inicia o processo de urbanização e adensamento da freguesia do Brás, a especulação imobiliária contribuiu para o aceleração e venda destas propriedades em lotes.

Neste sentido, destaca-se Guilherme Carlos Oppel. Com propriedade no Marco da Meia Légua, passa, sistematicamente, a solicitar datas de terras e a comprar os terrenos do entorno em 1880. Em fevereiro, chega à Câmara pedido, antes remetido ao Governo da Província,

sobre a compra que pretende o supplicante dos terrenos nos fundos de sua propriedade no Marco da Meia Legoa na estrada da Penha, de cujo terreno acompanha uma mappa. (ACSP, LXVI, 32)

No mês seguinte, informava o engenheiro da Câmara que tais terrenos já teriam sido concedidos (ACSP, LXVI, 39). Outro ofício é encaminhado por Leopoldo José da Silva, juízo comissário das medições do Governo da Província, na tentativa de vender estas propriedades a Guilherme Oppel (ACSP, LXVI, 66), mais uma vez informado pelo engenheiro da Câmara como indisponíveis (ACSP, LXVI, 79). Solicita também diversas datas de terras, como *no lugar denominado - Catumby* (ACSP, LXVI, 58-9).

Não se identificou as razões que motivaram a perseverança deste proprietário. Guilherme Oppel não é mais registrado no *corpus* analisado. É possível que intentasse o chacareiro reunir maior terreno a fim de loteá-lo e, visto que seu nome não ficou registrado na toponímia da região, tenha indicado a uma empresa especializada tal tarefa.

Em mapa de loteamento da *Chacara de José Seabra (Coronel) e Bento Pires de Campo*, na *Moóca* (Planta – CMP), apresentado à Câmara, nota-se a reunião de dois antigos proprietários para venda em lotes de suas chácaras, na qual resultou no engendramento dos topônimos *R. SEBRA* e *R. PIREs* para os logradouros abertos (*Planta* de Gomes Cardim). A especulação imobiliária já se mostra presente pelo anúncio anexado à planta, o qual informa que este loteamento encontra-se perto do centro.

No lado direito da estrada da Penha, Marco da Meia Léguas, a *Chácara do Sr. Fernandes – Braz* (Planta – CMP) é loteada em 1898. Na Planta apresentada, os designativos anotados foram: *Voluntários da Pátria, 21 de Abril, Major Octaviano e Visconde de Parnahyba*. Informa-se, também, “Projecto para abrir uma rua em prolongamento da Rua N. S. José nos terrenos pertencentes a Il^{mo} S^t Fernandes”.

O topônimo *rua Voluntários da Pátria*, conforme visto anteriormente, é referência recorrente, em São Paulo, no terceiro quartel do século XIX. Nos demais documentos consultados, este logradouro é apresentado sob a designação *Bresser*, por entender-se como prolongamento a sul da rua do Brás daquele caminho aberto em chácara da família homônima. Outros três topônimos que remontam à Guerra do Paraguai são encontrados na freguesia do Brás¹⁹³:

* *R. D^a ANNA NERY*, originalmente atribuído a logradouro aberto no distrito Sul da Sé (Planta de Gomes Cardim, de 1897), posteriormente prolongado até a rua da Mooca, *RUA ANNA NERY* (Planta da Comissão Geographica e Geologica, de 1914);

* *R. AL^{TE} BARROZO* (Planta de Gomes Cardim) / *RUA ALMIRANTE BARROZO* (Planta da Comissão Geographica e Geologica), em referência ao Almirante Francisco Manuel Barroso da Silva, militar da Marinha Brasileira que chefiou a batalha de Riachuelo. Este topônimo foi atribuído a logradouro do bairro do Pari;

* *RUA EMILIO MALLET* (Planta da Comissão Geographica e Geologica), o barão de Itapevi, conhecido por manobras que levaram à vitória na batalha de Tuiuti. Trata-se de rua aberta na Vila Gomes Cardim, indicada sob a designação *SERRA DE ITAQUERY*, em 1897 (Planta de Gomes Cardim).

A designação *21 de Abril*, por sua vez, é concernente à data de enforcamento de Tiradentes, evento da Inconfidência Mineira que culminaria na Independência do Brasil. Em meados da década de 1880, momento em que o movimento republicano adquire força em São Paulo, volta-se à temática Inconfidência: o designativo *Tiradentes* é indicado pelo camarista Ribeiro Lima para uma das ruas abertas entre as ruas São Caetano e Dr. João

¹⁹³ No Dicionário de Ruas do DPH/SP, afirma-se que o topônimo *R. HERVAL*, indicado na Planta de Gomes Cardim, é referência a um dos encouraçados brasileiros utilizados durante a Guerra do Paraguai. Não há qualquer menção sobre a causa denominativa deste designativo no *corpus* consultado que permita confirmar ou refutar tal informação.

Teodoro (ACSP, LXXI, 76) e, no ano seguinte, o camarista Manoel Lopes de Oliveira solicita que *se lance na acta um voto commemorativo*, no dia 21 de abril, em memória *anniversario de morte do grande patriota e martyr - Joaquim José da Silva Xavier - conhecido pelo alcunha de Tiradentes - executado em 21 de Abril de 1792* (ACSP, LXXII, 94). O primeiro registro da *R. 21 DE ABRIL* é na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897.

Registraram-se, ainda, outros seis topônimos com semelhante motivação, esses referentes a personalidades dos séculos XVI a XVIII: *R. PHILLIPPE CAMARÃO*, no bairro Tatuapé; *R. MEN DE SÁ*, no lado esquerdo da rua da Mooca; *R. MART. AFFONSO*, entre as rua do Brás e a igreja de São José do Belém; *R. FREI CASPAR*, em referência ao cronista paulista, nas proximidades do Hipódromo (*Planta* de Gomes Cardim); *RUA AMADOR BUENO*, o Aclamado de 1641, prolongamento da rua dos Trilhos; e *RUA ANTONIO DE BARROS*, um dos bandeirantes que residiam nas proximidades do núcleo, caminho que ligava o bairro Maranhão à Vila Gomes Cardim (*Planta* da Comissão Geographica e Geologica).

Na freguesia do Brás, nota-se, portanto, que, além de pouco comuns, os historiotopônimos encontravam-se esparsos e não configuravam uma produtiva tendência na formação de novos topônimos. De fato, na primeira metade da década de 1890, as motivações denominativas identificadas em topônimos sistemáticos engendrados na região nos próximos anos já se encontravam estabelecidas.

Assim, salvo os dois últimos designativos – *Amador Bueno* e *Antonio Barros* –, atribuído no início do século XX, e os topônimos *rua Voluntários da Patria* (*rua Bresser*, nas demais referências), quando a *Chácara do Sr. Fernandes* é subdividida, e *rua Emilio Mallet*, estes logradouros já se encontravam abertos e com denominações cristalizadas. Não coube ao loteador indicar novos designativos.

O mesmo se verifica quanto ao prolongamento mencionado. Na *Planta* da Comissão Geographica e Geologica, de 1914, nota-se que o topônimo *R. NOVA S. JOSÉ* nomeia, igualmente, a continuação do logradouro. Este designativo provém de logradouro aberto no núcleo pelo Capitão General Marechal Frei José Raimundo Chichorro da Gama

Lobo, no século XVIII¹⁹⁴. Em 1889, foi substituído pela denominação *Libero Badaró*, em decorrência deste jornalista ter sido assassinado neste logradouro.

Anos depois, aquele topônimo designava o caminho aberto entre as ruas *HIPPODROMO* e *BRESSER* (*Planta* de Gomes Cardim). Ressalta-se que a transferência de designativos de um referencial a outro é pouco comum, sendo o único exemplo desta causa denominativa identificado no *corpus* analisado.

*

Outro mapa original de loteamento conservado pelo DPH é o da *Chacara Tivoly*, no *Brás/Marco da Meia Legoa* (*Planta* – CMP), executado em 1892 pelo loteador Dr. Joaquim Carlos Silva e pelo engenheiro Oscar Frieder-Reich. Neste caso, indicam-se os seguintes topônimos: *Rua Dr. Joaquim Carlos*; *Rua Kawer*; *Rua Bering*; *Rua Serafim Leite*; *Rua Belisario Souza*; *Rua Mamede*; *Rua Braz*.

O designativo *Belisario Souza* diz respeito a Francisco Belisário Soares de Souza, conhecido como conselheiro Belisário. Já que o mesmo não possuía propriedades na região, trata-se de homenagem em função de suas atividades como conselheiro de Estado e como senador. Além de designar logradouro aberto neste loteamento, o nome de Belisário de Souza é indicado para topônimo sistemático no bairro do Pari, poucos anos após falecer, em 1889: *R. C^{RO} BELIZARIO*.

Ressalta-se que o topônimo *R. BEL^{RO} DE SOUZA* não inviabiliza o anterior, ambos registrados na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, e ainda hoje mantidos como denominação destes logradouros. Diferente da homonímia, como apontado em *rua de Benjamin Constant*, a homossemia não compromete a referencialização, mesmo enquanto o significado da designação é reconhecido pela população.

Já a denominação *Serafim Leite* diz respeito a chacareiro da região (*Planta* de Chácaras). Ressalta-se que, ao contrário da designação descritiva *Braz*, é engendrada sistematicamente, assim como os topônimos *Rua Kawer*, *Rua Bering* e *Rua Mamede*. No *corpus* analisado, contudo, não há referências a estes nomes, que também não figuram

¹⁹⁴ Dick (1996, 182) retoma a discussão acerca da causa de engendramento do topônimo rua Nova de São José: “a denominação talvez não tivesse como causa a devoção do santo, e, sim, a homenagem ao governador, responsável pela abertura da via.”

entre as autoridades em destaque da época, não sendo possível recuperar a causa denominativa. Indicam, aparentemente, apelidos de família, decorrentes do universo do loteador.

Idêntico engendramento de topônimo ocorre em *AV. MART. BURCHARD* (*Planta de Gomes Cardim*). A propriedade no qual se encontra este logradouro pertencia a Victor Nothmann, alemão que se torna conhecido loteador de São Paulo (ACSP, LXXIV, 07). Quando este caminho é aberto, no início da década de 1890, indica-se a denominação *Martim Burchard*, colega de profissão de Nothmann¹⁹⁵.

Os logradouros da freguesia do Brás eram estreitos, sendo que os abertos em loteamento possuíam a largura mínima exigida pela Câmara; e, por isto, eram indicados como *rua*, em geral¹⁹⁶. O caminho designado *Martim Burchard*, apesar de não diferir em largura das demais abertas na região, é indicado pelo elemento geográfico – *avenida*. Ressalta-se, neste caso, a tentativa de valorizar o caminho em questão a partir da atribuição do elemento geográfico.

Tal preocupação é verificada, igualmente, em loteamento da chácara de Eleutério Cintra (*Planta de Chácaras*), no qual se atribui os seguintes topônimos: *AL^{DA} TAUBATÉ*, *AL. PINDAMONHANGABA*, *AL^{DA} GUARAT^{TA}*, *AL^{DA} LORENA*, *AL^{DA} JACAREHY*, *AL^{DA} DA CACHOEIRA* (*Planta de Gomes Cardim*). Neste caso, apresentam-se, como designativo, nomes de cidades paulistas. O elemento geográfico *alameda* atribuído induz à idéia de alamedas arborizadas e elegantes, evidenciando-se a escolha toponímica indo ao encontro da especulação imobiliária.

Os loteamentos planejados e indicados na *Planta de Gomes Cardim*, elaborada em 1897, revelam as tendências denominatórias mais comuns na região e ressaltam a preocupação com os designativos escolhidos. Destaca-se o traçado de quatro chácaras contíguas, no lado direito da EFCB e em ambas as margens do ribeirão Tatuapé:

¹⁹⁵ O loteamento da chácara do Barão de Ramalho, em 1889, que deu origem ao bairro Higienópolis, foi realizado por Burchard e Nothmann. Ver, especialmente, Souza: 1980.

¹⁹⁶ Na *Planta de Gomes Cardim*, além da *AV. MART. BURCHARD*, é atribuído o elemento geográfico *avenida* apenas às vias que interligavam o núcleo à freguesia da Penha: *AV^{DA} RANGEL PESTANA* e *AVENIDA DA INTENDENCIA*, correspondente a rua do Brás e a estrada da Penha. Neste caso, foram assim indicada em decorrência da metragem e não da largura.

* Para o loteamento da chácara do Padre Adelino (*Planta de Chácaras*), são indicados os seguintes topônimos: *R. SERRA DE ARARAQUARA*, *R. SERRA DE ARINAIA*, *R. SERRA DE BOCAINA*, *R. SERRA DE BOTUCATU*, *SERRA DE BRAGANÇA*, *SERRA DE CAVÓCA*, *SERRA DE ITAQUERY*, *R. SERRA DE ITATINS*, estas cinco últimas interligam os três primeiros loteamentos, e *R. SERRA DE JARAGUÁ*, para as ruas abertas paralelamente a EFCB; e *R. CAMBAROPY*, *CERQUEIRA* e *R. DR CLEMENTINO*, *R. SABUCAIA*, *RUA SERRA DE JAYRÉ*, *R. MORRETES*, *R. PARANAPUÃ*, *R. GUARAPUANNA*, *R. ITAJAHY*, *r. JAGUARARIAHYBA* e *R. PHILLIPE CAMARÃO*, para as perpendiculares à EFCB;

* Para o loteamento parcial da chácara de Augusto Saraiva (*Planta de Chácaras*): as já indicadas ruas, na horizontal; e *R. MASSAMBÚ*, *R. MAMPITUYA*, *R. ARARANGUA*, *R. ITAPOCOROY* e *R. LAGUNA*, na vertical;

* Para o loteamento da chácara de Macedo Soares (*Planta de Chácaras*): *R. SERRA DE JARAGUÁ*, *R. SERRA DE JUQUERY*, *R. SERRA DE MAICATIRA*, *R. SERRA DE MANTIQUEIRA*, *R. SERRA DE MONGAGUÁ*, *R. SERRA DE PARAHYBUNA*, *R. SERRA DE TAPETY*, *R. SERRA DE PPELADO* (sic), correspondentes ao traçado horizontal, a partir da *R. SERRA DE ITATINS*; e *R. JACUHY*, *R. SERRA DA JURÉA*, *R. SERRA DO JAPY*, *R. ITAPURA*, *R. SERRA DO APUCARANÃ*, *R. SERRA DO MTE SERRATE*, *R. ACARAHY*, *R. AGUAPHY*, *R. ALAMBARY*, *R. ANHUMAS* e *R. ARAÇATUBA*, perpendiculares à EFCB;

* Para o loteamento da chácara de Sampaio Moreira (*Planta de Chácaras*): *PARAHYBA*, *R. ARARAPIRA*, *R. JABAQUARA*, *R. BOISSUCANGA*, na horizontal; e *R. AGUAPHY*, unindo ao loteamento anterior, e *R. ARAÇOIABA*, ambas na vertical.

Nota-se, portanto, que, a todas as ruas horizontais, são atribuídas designações sistemáticas provenientes de topônimos fixados em serras. Outro fato que revela o planejamento destas designações é o fato de o segundo elemento do topônimo propriamente dito ser indicado em ordem crescente, de norte a sul – Araraquara, Arinaia, Bocaina, Botucatu, Bragança, Cavóca, Itaquery, Itatins, Jaraguá, Juquery, Maicatira, Mantiqueira, Mongaguá, Parahybuna, Tapety e Pelado.

Na década de 1880, conforme visto anteriormente, a freguesia do Brás começa a ser conhecida pelos numerosos cortiços, terrenos úmidos e falta de higiene. A escolha desta motivação e a toponimização do elemento geográfico *serra* devem-se ao fato de parte destas chácaras localizar-se nos pontos mais elevados da região e, especialmente, induzirem a possíveis compradores dos lotes a idéia de que os terrenos não eram baixos e insalubres.

Já para as ruas perpendiculares a EFCB, são indicados nomes de serras e de cidades brasileiras. As ruas *CERQUEIRA* e *DR. CLEMENTINO* atingem segundo e primeiro quarteirão do loteamento da chacara do Padre Adelino, respectivamente, e seguem além da via férrea. São topônimos engendrados por homenagem a autoridades políticas dos primeiros anos do regime republicano no Brasil, envolvidas em sua consolidação. Assim como a rua Philipe Camarão, tratam-se de caminhos oriundos de outros loteamentos e que não seguem o padrão da motivação toponímica adotado.

Na *Planta* da Comissão Geographica e Geologica, de 1914, verifica-se que este projeto de loteamento de quatro chácaras, realizado no final da década de 1890, o maior plano previsto para a região, não foi concluído. Muitas ruas não foram demarcadas, e as denominações que se fixaram nos logradouros abertos não seguiram estritamente o planejamento.

Na chacara do Padre Adelino, as poucas ruas abertas não seguem nem mesmo o traçado em xadrez. Quatro são os caminhos perpendiculares à EFCB: *RUA S. ARARAQUARA*, *RUA PADRE ADELINO*, *RUA SERRA DA BOCAINA* e *RUA AMADOR BUENO*; sendo esta última em diagonal. Os topônimos *RUA S. DE APIAHY* e *RUA ALVARO RAMOS* foram atribuídos aos caminhos perpendiculares. A rua indicada sob a designação *CAMBAROPY*, na *Planta* de Gomes Cardim, é designada *JOÃO BUENO*, por se entender como prolongamento da rua aberta por aquele camarista em sua propriedade, no lado esquerdo da linha férrea.

Na chacara de Augusto Saraiva, não é concluída nenhuma via; apenas dois sinuosos traçados, em pontilhado, indicam ligações entre outros lotes, passando por esta propriedade, como prolongamento das ruas Padre Adelino e Serra de Apiaí.

O loteamento da chácara de Macedo Soares, pelo contrário, é o que mais se aproxima do projeto inicial. Das treze vias paralelas à EFCB projetadas, onze foram abertas, para as quais são atribuídas as seguintes denominações: *SERRA DE BOTUCATU*, *SERRA DE BRAGANÇA*, *CANTA GALLO*, *EMILIO MALLET*, *EUCLYDES PACHECO* e *AVEZEDO SOARES*.

Já as vias perpendiculares, apesar de retilíneas, não formam um xadrez perfeito, como o projeto inicial. Os designativos indicados também fogem às motivações previstas na *Planta* de Gomes Cardim: *COELHO LISBOA*, *BARÃO DE JAPI* e *FRANCISCO MARENGO* (*Planta* da Comissão Geographica e Geologica). Este loteamento foi o único ao qual se atribuiu uma denominação: *VILLA GOMES CARDIM* (*Planta* de Gomes Cardim) / *VILA GOMES CARDIM* (*Planta* da Comissão Geographica e Geologica).

Na chácara de Sampaio Moreira, por sua vez, apenas dois logradouros foram abertos. O primeiro, perpendicular à EFCB, acompanha o traçado da via indicada sob a designação *AGUAPHY* e segue além da ferrovia, atingindo a várzea do rio Tietê, sendo indicado o topônimo *RUA ANTONIO BARROS* a todo o caminho descrito (*Planta* da Comissão Geographica e Geologica). A rua designada *ARAÇOIABA* encontra-se parcialmente traçada, mas não há menção a designação.

Outro loteamento entre a linha da EFSJ e o ribeirão Tamanduateí, a sul da rua da Mooca, cujas ruas seriam denominadas a partir de nomes de serras, igualmente com a toponimização do elemento geográfico, também não foi realizado¹⁹⁷. Por outro lado, se não integralmente, parte das ruas abertas mantém a motivação proposta na *Planta* de Gomes Cardim e outras tantas da freguesia do Brás são denominadas como corotopônimos.

Neste sentido, destaca-se o topônimo *RUA CAMBARUPY* (*Planta* da Comissão Geographica e Geologica), uma das vias perpendiculares a rua João Bueno, cuja denominação na *Planta* de Gomes Cardim é *CAMBAPORY*. Nas proximidades deste caminho, outras ruas abertas recebem designação proveniente de nomes de cidades

¹⁹⁷ Na *Planta* de Gomes Cardim, de 1897, mencionam-se os seguintes topônimos: *R. SERRA DE PARACATÚ*, para o caminho paralelo à ferrovia, *R. SERRA DE TUMUCURAQUE*, *R. SERRA DE PARACAINA*, *R. SERRA DE IBIAPABA*, *R. SERRA DE TABATINGA*, *R. SERRA BORORÓS*, *R. SERRA DE BORBOREMA* e *R. SERRA DE AQUIRAZ*. Apenas a via Serra de Paracaina encontra-se parcialmente traçada na *Planta* da Comissão Geographica e Geologica, de 1914. Provavelmente este loteamento foi também projetado por Gomes Cardim, já que o traçado e a motivação escolhidos são similares aos das quatro chácaras mencionadas anteriormente.

brasileiras: *TAQUARY*, *GUARAPUAVA*, *IPANEMA* e *CAJURU* (*Planta* da Comissão Geographica e Geologica).

Nota-se, portanto, que muitos termos indígenas passam a ser utilizados com frequência na toponímia da freguesia do Brás. Não se trata de recuperação de antigos designativos existentes na região ou tentativas de criação de novos, mas de nomes provenientes de topônimos já cristalizados. Além dos corotônimos transcritos, atribuiu-se, por exemplo, hidrônimos da bacia amazônica às ruas abertas no loteamento da *Chacara Theophilo Azanbuja* (*Planta* das Chacaras): *NEGRO*, *PUZUMAYO*, *XINGU*, *UCAYALE* e *JAMUNDÁ* (*Planta* de Gomes Cardim).

Quando as propriedades da freguesia do Brás passam a ser loteadas, prevalece a motivação antropotoponímica a de maior número de ocorrências¹⁹⁸. Nos loteamentos descritos, apesar da proposição de topônimos sistemáticos, parte dos logradouros recebe o nome dos antigos donos das chácaras; além do Padre Adelino, Avezedo Soares – Joaquim José de Azevedo Soares – e Francisco Marengo possuíam pequenas propriedades nas proximidades das ruas abertas.

As homenagens a autoridades políticas revelam-se como a tendência mais comum em engendramento de designativos, nos anos que seguem a Proclamação da República. Dois médicos homenageados em topônimos sistemáticos na freguesia do Brás eram envolvidos, ao menos indiretamente, com a cura / prevenção de doenças infecto contagiosas: *R CARL BOTELHO*, logradouro paralelo a estrada da Penha, perpendicular a rua Bresser, em referência ao diretor da Santa Casa de Misericórdia e proprietário do *Instituto Cirurgico* da rua do Gasômetro, nas proximidades da várzea do Carmo (ACSP, LXXII, 241-2); e *R. DOUTOR MARCOS ARRUDA*, em substituição a *rua das Mangueiras* (ACSP, LXXII, 108), paralela a rua do Catumbi (*Planta* de Gomes Cardim), Inspetor de Higiene da Província de São Paulo, a partir de 1884.

¹⁹⁸ Parece ser esta uma tendência comum a outras regiões de São Paulo. Em 1887, Manoel Correa Dias apresenta um mapa com demarcações de ruas em sua propriedade e designações para cada uma delas, todos corotônimos de procedência indígena, aprovados no ano seguinte. Tal processo de engendramento de topônimos é valorizado, de maneira aos próprios camaristas indicarem o topônimo *bairro do Guanabára* ao loteamento. A formação de antropotônimos a partir do nome dos proprietários era tão comum que a regularidade da motivação toponímica é quebrada pela atribuição a um dos logradouros, ao qual se denominaria *Mamoré*, do topônimo – rua do dr. *Corrêa Dias* (ACSP, LXXIV, 17), sem que esta designação tivesse sido considerada pelo próprio proprietário.

Nota-se que eram atribuídas, especialmente, no momento em que os cargos de destaque eram ocupados, mesmo com a substituição de nomes já cristalizados, sendo raras são as homenagens *in memoriam*. Os únicos topônimos feitos em homenagem póstuma são *RUA SILVA JARDIM*, em referência a Antonio da Silva Jardim, conhecido republicano que faleceu em 1891 (Planta de Gomes Cardim), e rua Barão de Machado. A maior parte destes topônimos é atribuída aleatoriamente, especialmente em ruas sem denominação, entre os quais se destacam:

* deputados e senadores: *R. CINCINATO BRAGA* (Cincinato César da Silva Braga), *R. VANDELKOCK* (Almirante Eduardo Wandenkolk, também ministro da Marinha), *R. SALDANHA MARINO* (Joaquim Saldanha Marinho) e *R. CESARIO ALVIN* (José Cesário de Faria Alvim Filho), na *Planta* de Gomes Cardim; *RUA COELHO LISBOA* (João Coelho Gonçalves Lisboa), na *Planta* da Comissão Geographica e Geologica;

* prefeitos e governadores: *R. JULIO DE CASTILHOS* (Júlio Prates de Castilhos, governador do Rio Grande do Sul) e *R. BARÃO DE JAGUARÁ* (Antonio Pinheiro de Ulhôa Cintra, Barão de Jaguará, governador de São Paulo), na *Planta* de Gomes Cardim; e *R. CERQUEIRA* (José Alves de Cerqueira César, vice-governador de São Paulo), na *Planta* da Comissão Geographica e Geologica;

* ministro: *R. MENDES JUNIOR* (João Mendes de Almeida Junior, ministro no Supremo Tribunal Federal) e *VILLA BERN^{NO} DE CAMPOS* (Bernardino José de Campos Júnior, ministro da Fazenda), na *Planta* de Gomes Cardim;

* secretários: *R. DR CARLOS DE CAMPOS* (Carlos de Campos, secretário da Justiça de São Paulo), na *Planta* de Gomes Cardim;

* comissão para formulação de novo Código brasileiro: *R. CONSRO JUSTINO* (conselheiro Francisco Justino Gonçalves de Andrade), na *Planta* de Gomes Cardim.

Verificam-se apenas três antropotopônimos que homenageiam personalidades do Império: *R. B^{RO} MACHADO*, em referência a José Joaquim Machado de Oliveira (brigadeiro Machado), conhecido por diversos cargos políticos e como militar em diversas campanhas; *R. C^{RO} LAFAYETTE*, em homenagem ao conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira, igualmente conhecido por cargos políticos e estudos sobre o câmbio; e *R B^{ÃO} DE*

LADARIO, José da Costa Azevedo (o barão de Ladário), inicialmente era contra a República, mas, na década de 1890, assume o cargo de senador e passa a apoiar o novo regime. Em todos os casos, especialmente no último, nota-se que a contribuição para a República foi superior à identidade do regime anterior.

Na freguesia do Brás, o único conjunto de topônimos formados por homenagem a autoridades políticas identificado encontra-se entre as ruas do Brás e Alegria e a rua Piratininga e a EFSJ. Atribuíram-se os seguintes designativos: *DR CAMP. SALES* (Manuel Ferraz de Campos Salles), Presidente da República eleito em 1898, e *PRU^{TE} DE MORAES* (José Prudente de Moraes Barros), *COR^{EL} MURSA* (Joaquim de Souza Mursa) e *ARIST^O LOBO* (Aristides da Silveira Lobo), em homenagem ao Triunvirato do Governo do Estado, formado no dia seguinte a Proclamação da República (*Planta Gomes Cardim*).

A mudança na motivação toponímica após a Proclamação da República deve-se, em grande parte, a maneira como a abertura de novos logradouros e a ação de denominá-los passa a ser tratada pelos órgãos públicos:

Art. único. - Sem credito especial para despesas extraordinárias e dentro de suas attribuições e poderes, o Intendente fará dar nome ás ruas e praças que não tiverem, substituindo ou mudando as que estão com nome em duplicatas, respeitando quanto possível aquelles pelos quaes já estiverem conhecidos. (Lei Municipal 77, 9 de dezembro de 1893)

Entre 1889 e 1898, momento em que diversas mudanças ocorrem na Câmara Municipal, tais atribuições eram de responsabilidade ora do Intendente Municipal, ora do Presidente da Câmara ou do Intendente de Justiça. Verificam-se homenagens àqueles que assumem tais cargos. O bairro formado a partir do loteamento da chácara de Macedo Soares recebe o nome de *VILA GOMES CARDIM*, em homenagem ao intendente de obras Pedro Augusto Gomes Cardim, responsável pelas obras públicas, e um logradouro nas proximidades da igreja São José do Belém, *R D^R CLEMENTINO*, em homenagem a Clementino de Souza e Castro, outro intendente de Obras.

Por sua vez, os intendentess de justiça, Eduardo da Silva Chaves e Firmiano de Moraes Pinto, dão nome à rua paralela à avenida Tiradentes, no bairro do Pari – *ED^O*

CHAVES – e à rua paralela a da Bresser, no lado direito da estrada da Penha – *R. D^R FIRM^O PINTO* (*Planta* de Gomes Cardim).

Quanto à causa do topônimo rua Rodrigues dos Santos, no bairro do Pari, registrado pela primeira vez na *Planta* de Gomes Cardim, em 1897 – *R. RODRIG. DOS SANTOS*, não é possível afirmar se se deve ao Doutor Gabriel José Rodrigues dos Santos ou ao seu filho Brasília Rodrigues dos Santos.

Nos Registros de Terras, verifica-se que o Doutor Gabriel possuía uma *chácara cercada de valos*, na *Estrada da Moóca*, que herdara de seu pai (RT 134)¹⁹⁹. Quanto a Brasília, herdeiro desta propriedade, era republicano e foi senador em 1891. Não há referência a propriedades desta família no bairro do Pari, onde este logradouro foi aberto, mas é possível que adquirissem, posteriormente, outras propriedades.

Os exemplos que melhor evidenciam a nova tendência denominatória instaurada, contudo, são as substituições:

* da rua do Brás, topônimo cristalizado há um século, por *AV^{DA} RANGEL PESTANA*, responsável pela comissão redatora da Constituição Brasileira, ainda em 1890, diversas vezes deputado e senador da República (*Planta* de Gomes Cardim).

* da avenida da Penha, que dava nome ao logradouro desde o século XVIII, para *AV^{DA} DA INTENDENCIA* (*Planta* de Gomes Cardim), em homenagem a criação da Intendência Municipal (Lei nº 21 de 22/02/1893), topônimo alterado novamente, anos depois, para *AVENIDA CELSO GARCIA*, em referência a um jornalista conhecido pela atividades em defesa do trabalhador (*Planta* da Comissão Geographica e Geologica).

Antes dar nomes aos logradouros integrava a rotina da população local, função também de camaristas que possuíam propriedade na região e, portanto, conheciam a sua dinâmica denominativa. Num segundo momento, a designação dos espaços adquire caráter oficial, realizado por representantes do povo, conhecedores de políticas públicas, mas distantes dos anseios de comunidade.

¹⁹⁹ Nota-se forte vinculação de Gabriel Rodrigues dos Santos e a região, dado que assina o registro de moradora analfabeta das proximidades do Tatuapé (RT 107). Segundo Azevedo Marques (1952, I, 294-5), quando adoece, em maio de 1858, “continuando a sofrer gravemente em sua saúde”, optar por afastar-se do núcleo, “retirando-se para a chácara que possuía na freguesia da Penha”, onde falece pouco depois.

Com a criação do cargo de Prefeito Municipal, em 1899, definem-se, claramente, quais as funções das Câmaras e das Prefeituras, sendo que estas últimas recebem a pasta de obras públicas, entre as quais se inclui a responsabilidade pela denominação dos logradouros. As mudanças destes designativos descritivos – Brás e Penha –, os mais conhecidos da freguesia do Brás, demonstram esta nova visão do ato de dar nomes e revelam que a toponímia passa para o campo das homenagens ao cenário político e social da cidade em si, e não mais da região propriamente dita.

*

A fuga dos chacareiros abastados da freguesia do Brás e o loteamento definitivo de suas propriedades ocorrem na década final do século XIX e, no caso dos terrenos mais distantes do núcleo e das ferrovias, nas primeiras décadas do século XX. Antes mesmo disto, contudo, a especulação imobiliária já se evidenciava em São Paulo. Em 1875, o vereador Portilho indica a criação da *Companhia – Predial Edificadora* a fim de possibilitar a construção de casas de baixo custo, para venda ou aluguel:

E' geral o clamor contra o excessivo preço dos alugueis de casas, e esse mal que tão de perto affecta as classes mais desfavorecidas da fortuna, tende a assumir maiores proporções com a corrente sempre crescente da imigração para esta Cidade, não só de diversos pontos do Imperio como da Europa, e ultimamente dos estados platinos. E' geralmente reconhecido também que as novas edificações não acompanham a marcha ascendente da população e que pouco se pode esperar do esforço individual com o preço extraordinario a que tem chegado os terrenos e materiaes, exorbitancia dos salarios e a falta de operarios. Nesta conjuntura a medida a tomar é, no nosso entender, promover-se a criação de Companhias que, ou edifiquem por si, ou adiantem capitaes, a juros modicos e prazos longos, á quem quiser edificar predios na Capital. (ACSP, LXI, 40-2)

Interessante notar que as datas de terras oferecidas pela Câmara ainda não haviam se esgotado, quando esta indicação é realizada. O indivíduo beneficiado por esta indicação era o imigrante e o migrante pobre, recém-chegados a cidade, conforme se observa no excerto. A preocupação das autoridades municipais era, especialmente, quanto à falta de higiene de moradias, evidenciada no seguinte questionamento do camarista: *Como impedir a aglomeração de muitos individuos na mesma habitação havendo falta de cazas na*

cidade? (ibidem). Vale lembrar que, neste período, registros de cortiços na freguesia do Brás multiplicam-se.

O loteamento da propriedade era realizado a partir da abertura de rua(s). Poucas eram as normas que tocam tal questão: a rua poderia ser aberta desde que apresentasse uma largura mínima estabelecida pela Câmara Municipal e fosse retilínea. O traçado bidimensional é decorrente da única provisão existente no Código de Posturas de 1886 para a abertura de ruas, cujo resultado Morse (1954, 199-200) classifica como “arcaico e sem imaginação”.

A falta de um plano urbanístico maior levou à desarticulação entre os loteamentos. A disposição dos logradouros da freguesia do Brás, quando observado pelo todo, proporciona numa visão caótica. Para as quatro chácaras indicadas na *Planta* de Gomes Cardim, no Tatuapé, por exemplo, verifica-se preocupação na articulação das vias nos diferentes lotes, mas só se apresenta adaptação a caminhos mais antigos quando estes atingissem as chácaras em questão. O traçado irregular da rua Araçoiaba, por sua vez, na propriedade de Sampaio Moreira, em contraste com o projeto bidimensional, revela o aproveitamento ao máximo do terreno da antiga chacara.

Ainda neste sentido, permanecem as estradas da Penha e da Mooca como principais caminhos da região, o que não implica em iniciativas que visassem alargá-las. O resultado é um emaranhando de ruas que ocupam terrenos úmidos e até pontos alagadiços. No início do século XX, é visível a intervenção pública no sentido de reduzir a descontinuidade das ruas. Quando o traçado permitia, caminhos eram alinhados de maneira a proporcionar ligação uns aos outros. Assim, tornados um só logradouro, passavam a receber apenas uma designação. A rua denominada *BRAZILIA* (*Planta* de Gomes Cardim), por exemplo, é incorporada a rua *ASSUNÇÃO* (*Planta* da Comissão Geographica e Geologica), ambas paralelas a rua do Gasômetro.

As alterações no traçado das ruas eram mínimas, a fim de evitar desapropriações. Apenas em um caso, verifica-se relativa mudança de antigo logradouro: a *TR COSTA* dá lugar ao prolongamento de dois outros caminhos, *SAMPSON* e *AL^{TE} BARROZO* (*Planta* de Gomes Cardim). Neste caso, mantêm-se os últimos dois topônimos, e a denominação *COSTA* desaparece com o traçado do logradouro que designava.

Apesar de comprometer a referencialização, verifica-se ainda a existência de homonímia. No final do século XIX, verificou-se a utilização em diferentes logradouros da freguesia do Brás de idêntica designação. Em 1914, por outro lado, as ocorrências de homonímia restringem-se logradouros encontrados em diferentes regiões. A denominação *PRUD. DE MORAES / PRUDENTE DE MORAES*, por exemplo, é comum a logradouro entre a rua Piratininga e a linha Inglesa, no Brás, e a outro, no antigo centro da Penha; assim como o topônimo *RUA CEL. RODOVALHO*, registrado no bairro do Marco e no lado direito do ribeirão Aricanduva, como continuação da estrada da Penha (*Planta da Comissão Geographica e Geologica*).

A criação do cargo de prefeito municipal, no final do século XIX, propicia a organização da estrutura administrativa. Em 1913, a promulgação da lei n. 1.666 revela que o traçado de novos logradouros passa a ser visto também em função de caminhos já abertos, e não mais isoladamente²⁰⁰. O artigo 5º, por exemplo, possibilita a abertura de logradouros em curva, e não apenas em linha reta, como anteriormente, funcional no caso de vias de grande trânsito.

No ano seguinte, dois fatos impõem uma nova fase na relação e na maneira de designar para a região a leste do núcleo. A retificação do ribeirão Tamanduateí, iniciada em 1896, é concluída (Freitas, s/d). Grandes alagamentos ainda serão registrados na região, mas o sinuoso Tamanduateí dá lugar a paredes que o tiram de seu trajeto e a estáveis pontes. A barreira que a separa do restante da cidade não é mais apenas física, mas social. O Tamanduateí canalizado segrega a população pobre e a ascendente industrialização da cidade, situação já apontada por Réclus (1894, 371), no final da década de 1890:

A l'est un autre quartier, peuplé surtout d'Italiens, s'entend au loin dans la plaine basse et contraste par ses usines, ses rues malpropres, ses égouts vaseux, avec les constructions élégantes et les villas de quartiers occidentaux. Il serait urgent de drainer le sol et d'aménager de vastes espaces en parcs et en jardins; mais les constructions empiètent incessamment sur les terres marécageuses et pourries d'immondices, où se rejoignent les ruisseaux pour aller se déverser au nord la rivière Tieté.

²⁰⁰ Trata-se, especialmente, dos artigos 6º e 7º, segundo os quais as ruas deveriam *ficar fronteiras às ruas que desembocarem proximalmente* e, ainda, os logradouros deveriam ter saída em ambos os lados. Desta forma, buscava-se dirimir a construção de caminhos restritos ao aproveitamento dos lotes e impunha a ligação de novos caminhos a antigos.

A população abastada passa a residir no espigão da Paulista, em bairros planejados que visam à qualidade de vida (Morse, 1954). O segundo fato relevante, por sua vez, diz respeito ao Ato 671, de 14 de março de 1914, primeira ação oficial no sentido de oficializar grande número de topônimos:

São consideradas publicas para todos os efeitos municipaes, além das que já o foram por lei da Câmara ou por acto da Prefeitura, todas as ruas, avenidas e praças constantes da planta da cidade de S. Paulo, levantada pelos engenheiros F. Costa e A. Cocci, em 1913.

A indicação de um elemento cartográfico implica na desconsideração de topônimos anteriormente oficializados. Perdem-se, também, as menções a responsáveis pelo engendramento das designações e a causas denominativas; ao mesmo tempo, cabe ao cartógrafo a solução de homônimos e, em alguns casos, a designação de logradouros sem nome, prática comum na *Planta* de Gomes Cardim, por exemplo.

Destacam-se, também, dois casos de não reconhecimento da primeira causa denominativa: *R DR CHAVANTES* (*Planta* de Gomes Cardim) e a *RUA SANTA ROSA*, indicadas sob as formas *XAVANTES* e *ROSA* (*Planta* da Comissão Geographica e Geologica). No primeiro caso, o antropotopônimo passa a ser reconhecido como o grupo indígena, pela supressão do primeiro termo do topônimo propriamente dito; independente do significado em si, tal termo vem ao encontro da tendência à utilização de designativos já fixados em elementos geográficos brasileiros, em especial os de origem indígena.

A interpretação como rua Rosa é decorrente da via em continuidade a este logradouro designar-se rua da Figueira e, nas proximidades, localizar-se a rua Florida. Neste caso, nota-se a influência de grupos de ruas que recebem denominação sistemática a partir de uma única motivação toponímica.

Além das novas tendências denominativas citadas, às quais se somam os antropotopônimos em homenagem a autoridades políticas, a renovação da população contribuiu para o visível esvaziamento do significado original dos topônimos. Atribuir nomes não é mais função dos moradores, mas de órgãos oficiais que, mesmo sem conhecer a região, indicam e alteram, sistematicamente, os topônimos, sem consultar a população local.

Conclusão

A efetiva ocupação dos lugares é evidenciada pelo engendramento de designativo que o singularize dos demais espaços. Assim, dar nomes indica o reconhecimento do local e a sua tomada, adquirindo *projeção no real* (Dick: 2004a, 36).

A freguesia do Brás, apesar da proximidade com o núcleo paulistano, manteve-se isolada fisicamente do restante de São Paulo por quase três séculos e meio. A várzea do Carmo dificultava a passagem entre o núcleo e a região a leste por quase seis meses, decorrente do espraçamento das águas do ribeirão Tamanduateí, especialmente durante o verão.

No período de seca, valas com água parada e sujeira trazida pelo rio cobriam a várzea. Além disso, o Tamanduateí e a encosta do morro do Carmo eram lugares onde comumente a população fazia despejo do lixo, comprometendo ainda mais a salubridade. As Posturas Municipais dedicavam parágrafos e mais parágrafos à várzea do Carmo, mas, mesmo assim, não conseguiam manter condições mínimas de higiene. O trecho abaixo extraído da sessão de 21 de maio de 1873 da Câmara da Cidade de São Paulo (ACSP, LIX, 125) exemplifica esta situação:

O Fiscal João Antonio de Azevedo fez as seguintes participações: (...). Que mandou collocar na varzêa do Carmo um páu para sinal indicativo do ponto determinado onde se devem fazer os despejos da limpeza da Cidade, e lembrava a Camara a necessidade de se manda collocar sentinellas na ponte do Mercado das 7 as 10 horas da noite para prevenir que fação os despejos fóra do lugar designado ate que os conductores fiquem habituados a isso. (...) – Inteirada, e que se officie ao Doutor Chefe de Policia pedindo a collocação de sentinellas na ponte do mercado das 7 as 10 horas da noite para impedir que se fação despejos fóra do lugar determinado.

Na margem direita do ribeirão Aricanduva, a capela de Nossa Senhora da Penha, cuja imagem era tida por milagrosa, atrai romeiros de toda São Paulo, especialmente a partir do século XVIII. A freguesia do Brás torna-se palco de peregrinações, levando à criação de sistema de atendimento ao longo da estrada que passa a ser designada da *Penha*.

A constância destas romarias justifica a construção, no início do século XIX, de uma ponte na várzea do Carmo, reduzindo o percurso daqueles que vinham do núcleo.

A existência desta barreira natural, contudo, impedia a expansão da cidade a leste. Quando as condições higiênicas do núcleo passam a preocupar os moradores do núcleo, os vastos campos e a rede hidrográfica da freguesia do Brás tornaram-se atrativos. Especialmente no final do século XVIII, proprietários abastados estabelecem residência na região.

Isso não implica na formação de significativo adensamento humano. Nota-se, ao contrário, que as chácaras mantinham-se isoladas umas das outras, reunidas em verdadeiros bairros rurais. Internamente, a formação de grandes aglomerados era inviabilizada pelas várzeas do Pari e da Moóca, que auxiliavam na fragmentação dos povoados. Permanecem, desta forma, apenas os caminhos Penha e Mooca conhecidos e utilizados pela população em geral. Os próprios moradores são os únicos que cruzam o restante da região.

A lenta ocupação da região reflete na relação entre moradores e de moradores com a denominação do local. Morse (1954, 26-7), ao estudar os primeiros séculos de formação de São Paulo, conclui que

em tal cidade, ou comunidade rural, as relações eram primárias e pessoais. As leis, as instituições, até os nomes de ruas só se tornavam efetivos se expressos em termos localmente reconhecidos. Serviços executados pelos milhares de agentes especializados da metrópole auto-consciente, eram realizados na pequena cidade rural comunalmente, quase que por instinto.

Os caminhos eram abertos quando necessário, para dar entrada a chácaras ou acesso às principais estradas e às várzeas, e circundavam as propriedades. Já a ausência de marcos conhecidos levou ao intenso processo de translação toponímica. Nomes de procedência indígena, possivelmente fixados na região ainda no período de bilingüismo, passam a denominar os novos elementos geográficos.

Outros topônimos são engendrados por descrição dos próprios elementos geográficos ou por descrição do ambiente. Neste sentido, antropotopônimos e hierotopônimos deviam-se à existência de determinado morador ou orada.

Assim, o caminho aberto e a capela construída diante da propriedade de José Brás, antigo chacareiro com propriedade nas proximidades da várzea do Carmo, foram denominados *do Brás* e *Senhor Bom Jesus do Brás*, respectivamente; e o nome da freguesia – *Brás* – é decorrente de translação toponímica destes últimos. Já o topônimo *estrada da Penha* indica o destino do caminho, principalmente utilizada por peregrinos que seguiam para a capela de Nossa Senhora da Penha.

No século XIX, especialmente após a Independência do Brasil e a inauguração da Faculdade de Direito, verifica-se o crescimento do número de tropeiros que circulavam por São Paulo. A criação de pousos de tropas impulsionou a formação de modestos aglomerados humanos, comumente seguida pela construção de oradas. Para estes adensamentos e novos elementos geográficos humanos estabelecidos, o engendramento de antropotopônimos e designativos referentes à prática tropeira é realizado a fim de referencializá-los.

Ressalta-se que tais denominações eram igualmente descritivas, por indicarem moradores e proprietários de pousos e os elementos da paisagem por eles e por tropeiros valorizados. Enquanto a freguesia do Brás mantém-se isolada fisicamente, percorrida apenas por romeiros e por tropas provenientes do vale do Paraíba, a formação de topônimos descritivos mantém-se constante. Nesta época, ao contrário, designativos sistemáticos já eram atribuídos a caminhos do núcleo e dos bairros formados ao longo da margem esquerda do Anhangabaú.

A única exceção registrada é *Largo da Concórdia*, topônimo sistemático indicado para logradouro da freguesia do Brás, em 1865. Neste caso, tal denominação é atribuída à parada de viajantes localizadas nas proximidades do Marco da Meia Légua, e a alteração deve-se ao fato da antiga designação – *Largo do Brás* – indicar, equivocadamente, o pátio da igreja do Brás.

No final da década de 1860 e início da de 1870, dois fatores passam a alterar decisivamente a paisagem da freguesia do Brás: a distribuição de pequenas porções de terras e a construção de ferrovias.

Da Lei de Terras, de 1850, destacam-se os incentivos à ocupação de terras devolutas, por meio da concessão de datas de terras e da abertura de caminhos²⁰¹. Neste sentido, a distribuição de datas de terras, em cumprimento às tais ordens imperiais, faz com que novos moradores, em geral famílias de pequenos funcionários públicos e alguns poucos escravos libertos, passem a residir na região, especialmente no Pari e na Mooca, bairros próximos ao núcleo. Antes composta de proprietários abastados e indivíduos miseráveis, em geral escravos e ex-escravos, espalhados ao longo das principais estradas, o perfil da população da freguesia do Brás é sensivelmente alterado.

A fixação destes indivíduos é vinculada à obrigatoriedade de se construir no local para a definitiva concessão destes terrenos. Logo vias são abertas e alinhadas segundo as Posturas Municipais, algumas delas seguindo o traçado daqueles antigos caminhos que acompanhavam os limites de chácaras. A maneira como eram conhecidas localmente, contudo, não foi suficiente para referencializá-las, sendo que algumas delas permaneceram sem designações fixadas, indicadas pelos limites e destinos dos caminhos.

Somente no final da década de 1870, algumas sugestões de topônimos sistemáticos são realizadas por camaristas com propriedade na região. Nota-se que apenas uma pequena parcela de caminhos são designados, especialmente aqueles abertos com recursos da municipalidade e nos quais grandes quantidades de datas eram concedidas. Em princípio, tais indicações são aleatórias e, em alguns casos, sem atentar a antigas designações registradas em atas da Câmara, em anos anteriores. Verifica-se, contudo, como tendência denominativa, a atribuição de designativos que trouxessem boa caracterização do logradouro, o que não implica na existência destas qualidades.

Em 1878, por exemplo, a logradouro aberto em terrenos devolutos da várzea do Tietê, no Marco da Meia Léguas, é atribuído o topônimo *rua Catumbi*. Se a procedência indígena deste designativo vem ao encontro da busca pela identidade nacional e da

²⁰¹ Trata-se, especialmente, do Art. 12º., segundo o qual o Governo das Províncias deveria se empenhar na ocupação de terras devolutas: 1º, para a colonização dos indígenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos, 3º, para a construção naval. (Ver Anexo)

valorização da língua tupi, extinta há, aproximadamente, um século, a escolha deste corotopônimo deve-se antes ao fato de ser proveniente de região nobre do Rio de Janeiro do que uma criação ou mesmo recuperação de nome anteriormente encontrado na freguesia do Brás.

O estabelecimento de ferrovias, por sua vez, foi decisivo na alteração da paisagem, influenciando o aumento de solicitações de datas de terras. A integração da freguesia do Brás a dinâmica de São Paulo faz com que as denominações deixem de ser importantes apenas no contexto local e tenham de ser reconhecidas por toda a comunidade paulistana. Isto implica na aceitação ou não de antigos topônimos e na inviabilização de homônimos.

Em princípio, os antigos chacareiros mantêm o entendimento que possuíam anteriormente da região. Não aceitam a chegada de novos moradores, encaminhando pedidos para que não se distribuíssem datas de terras nas proximidades de suas chácaras, e alteram traçados de caminhos, abrindo e fechando vias sem autorização da Câmara, chegando mesmo a destruir chafarizes estabelecidos para a crescente população.

No final da década de 1870, por exemplo, quando a responsabilidade pela manutenção dos caminhos era da Câmara Municipal, um grupo de moradores da freguesia do Brás ainda realiza consertos na estrada da Penha, prática comum no início do século XIX:

Do senr. Coronel Gabriel Cantinho: Proponho um voto de louvor ao senhor José Manoel da Costa e mais senhores que espontaneamente concertarão o caminho da Penha desde a Freguezia do Braz ate a dita Freguezia da Penha. Paço da Camara em Sam Paulo aos 6 de Junho de 1878 – G. M. Cantinho – Aprovado. (ACSP, 1878, 69-70)

Isto não significa que as autoridades tenham assumido a freguesia do Brás e empenhassem-se na solução de antigos problemas. Verificam-se, ao contrário, o crescimento desorganizado e concessões de datas de terras até em terrenos alagadiços. Se antes a grande extensão das propriedades permitia a escolha de pontos elevados para a construção de residências e a rede hidrográfica era elemento da paisagem valorizado pela população, o adensamento das várzeas gera novos problemas.

Em 1878, o subdelegado do Brás comunica aos vereadores sobre a *conservação de agoas pluviaes que se achão depositadas em difirentes lugares*, comprometendo o *estado sanitario* (ACSP, 1878, 21); situação que se repete com frequência nos anos seguintes. No início da década de 1870, tinha-se por condição *sine qua non* para definitiva concessão de datas a construção no local; no início da década seguinte, o engenheiro da Câmara encaminha o *padrão com os limites minimos para edificação das casas nesta Cidade* (ACSP, 1881, 74), e os camaristas solicitam ao Governo Provincial a criação de Postura com metragens mínimas para os quintais, para os quartos e para as portas e as janelas de cortiços (ACSP, 1881, 77).

Moradias insalubres multiplicam-se e, à medida que imigrantes pobres fixam residência na região, os antigos proprietários loteiam suas chácaras. A designação dos espaços acompanha a reorganização das vias na freguesia do Brás. As ruas abertas por chacareiros passam a receber o nome do proprietário. Neste momento, entende-se que a denominação indica a posse original do terreno e a iniciativa em abrir o logradouro. Raras são as homenagens a familiares ou à indicação do apelido de família.

Apenas para os planos de loteamento de chácaras de Guilherme Oppel, de Joaquim Franciso Ribeiro Coutinho e de Francisco José Bastos (ACSP, 1881, 223; LXXI, 145), na primeira metade da década de 1880, não são deixados os nomes dos proprietários na toponímia local. Interessante notar que eles não são mais indicados no *corpus* analisado, possivelmente em decorrência destes terem abandonado completamente a região após a venda em lotes de suas chácaras. A maior parte dos antigos chacareiros, ao contrário, mantém algum vínculo com a região ainda nos primeiros anos do século XX; a fuga definitiva, quando ocorreu, é verificada apenas em decorrência da industrialização da década de 1920.

Na segunda metade da década de 1880, multiplicam-se as sugestões de nomes sistemáticos para os logradouros da freguesia do Brás, inclusive alterações, não mais apenas por camaristas com propriedade na região. No caso de substituições, nota-se que não são mencionados os antigos designativos, mesmo os comumente registrados nas atas da Câmara, como se estes fossem apenas referencializadores de espaço e não topônimos propriamente ditos.

A maior parte destes nomes indicados pelos camaristas não se cristaliza automaticamente, diferente do núcleo e das demais freguesias, onde a fixação de topônimos sistemáticos já era imediata. Neste período, outra característica própria ao engendramento de designativos na freguesia do Brás é a preferência pela fixação de antropotopônimos em locais nos quais os homenageados tivessem algum vínculo.

Assim, o topônimo *travessa das Cancelas* é substituído por *rua do Visconde de Parnaíba*, já que, anos antes, construiu-se, neste logradouro, a Hospedaria dos Imigrantes por ordem do então Governador da Província de São Paulo, o Barão de Parnaíba. Durante este governo, indicou-se o topônimo *rua do Barão de Parnaíba* para outra via, no bairro do Pari. A inexistência vínculos entre o homenageado e o local, contudo, parece ter ocasionado a não fixação do topônimo.

Verifica-se, também, ao longo da década de 1890, o arranjo de novas e antigas designações. Os caminhos partindo das principais estradas da freguesia do Brás eram comumente chamados de *travessas* e designados a partir da identificação do destino, por processo de translação toponímica. Quando estas vias se multiplicam, os topônimos compostos pelas *travessas* ou *ruas Travessas* perdem a referencialização e são paulatinamente substituídos por topônimos com a indicação de *rua*, como elemento geográfico. Na *Planta* de Jules Martin e da Intendência Municipal, ambas de 1890, não há mais indicação de *travessas* na freguesia do Brás.

Por outro lado, as designações dos bairros rurais mantêm-se apesar da urbanização e do loteamento das antigas chácaras, e nomes de elementos geográficos físico que desaparecem pela ação do homem passam a denominar os novos elementos geográficos humanos estabelecidos. No *Mapa* da Comissão Geographica e Geologica, de 1914, os bairros *PARY*, *TATUAPÉ*, *MOÓCA* e *MARANHÃO* mantêm designativos de procedência indígena com registros que datam até o século XVII, e as ruas *CANINDÉ* e *CASSANDOCA* correspondem, respectivamente, a antigo trecho alagadiço da várzea do Canindé e a trecho canalizado do córrego Cassandoca.

Após a Proclamação da República, os designativos relacionados ao Império, fixados em logradouros do núcleo, são substituídos sistematicamente por designativos relacionados ao novo regime político. Posteriormente, outros topônimos são atribuídos a diversas ruas da cidade, desencadeando processo de indicação aleatória de topônimos por

homenagem. Verificam-se também alterações de nomes cristalizados, mesmo aqueles não relacionados a questões políticas ou sem problemas de referencialização.

Paralelamente, migrantes e imigrantes pobres fixam-se na freguesia do Brás, sendo que a maior parte deles passa a residir em cortiços da região, que se proliferam rapidamente. Na década de 1890, conseqüentemente, os proprietários abastados seguem para novos bairros planejados a sul do núcleo, os quais visavam à qualidade de vida e à higiene, com amplas moradias e jardins. As chácaras que possuíam no Brás, em especial aquelas localizadas ao longo das ferrovias, por sua vez, são completamente loteadas até início do século XX.

O exame do traçado das ruas da freguesia do Brás, apresentado na cartografia do final do século XIX e início do XX, permite detectar os limites destas antigas chácaras. É a partir do cotejamento da *Planta* de Gomes Cardim, na qual se indicam loteamentos que não foram executados ou acabaram parcialmente realizados, com a *Planta* de Chácaras, a qual apresenta a localização das chácaras da região e identifica seus proprietários, que se verifica que as demarcações de ruas em xadrez eram realizadas em função do terreno loteado.

Desta forma, os caminhos sinuosos visíveis nos mapas correspondem, em geral, a antigos traçados que circundavam chácaras ou a trechos destes caminhos aproveitados em ruas abertas até meados da década de 1870. Os traçados retilíneos equivalem a ruas abertas atendendo a um planejamento, sendo que os traçados em xadrez remetem a loteamentos.

As causas denominativas também passam a ser diversas àquelas verificadas anteriormente. Os topônimos sistemáticos de procedência indígena indicados para logradouros da região são essencialmente corotopônimos, escolhidos pelo local que denominam – sejam cidades ou elementos geográficos pré-determinados – e não pelo seu significado primeiro. Neste sentido, evidenciam-se manchas de corotopônimos, não apenas de origem indígena, como uma das novas tendências ao engendramento de designativos, a partir da década de 1890.

Ressaltam-se, assim, as diferenças na formação de designativos indígenas. A camada mais antiga de nomes formados na região, mantidos na freguesia do Brás por alguns séculos, encontram-se fixados aos elementos geográficos que denominam e

manterem-se referenciais, em meados do século XIX. Nos anos seguintes, parte destes topônimos, por homonímia a designativos encontrados em outras regiões ou por questões de eufonia, desaparece aos primeiros sinais de urbanização.

Já no segundo momento de engendramento de topônimos de procedência indígena, verifica-se que eram atribuídos por aquilo que, originalmente, designavam. Neste caso, os nomes remeterem a locais importantes para a história brasileira ou reconhecidamente prósperos.

A maioria dos designativos sistemáticos indicados a logradouros da freguesia do Brás, nos últimos anos do século XIX e primeiros do XX, tem motivação antropotoponímica. Tais designativos configuram típicas homenagens, já que engendrados por referência a autoridades políticas, enquanto ocupam altos cargos. Neste sentido, nota-se que raras são as homenagens póstumas.

Diferente dos antropotopônimos formados entre meados da década de 1870 e a instauração da República, estes designativos fixam-se rapidamente. O novo regime contribui para tal mudança na concepção de formação de nomes, visto que a denominação das ruas passa a figurar entre as principais atribuições do prefeito municipal, especialmente a partir de 1899, quando a Prefeitura e a Câmara Municipais passam a ser órgãos distintos, e as designações são oficializadas a partir de mapas indicados por meio de leis, em 1914.

Tem-se, neste sentido, o desenvolvimento da toponímia de caráter puramente oficial em São Paulo, desvinculando a designação dos espaços da história das comunidades. Na freguesia do Brás, o perfil dos novos moradores, provenientes de culturas diferentes e muitos falantes de diferentes línguas, certamente corrobora esta mudança. O período de adaptação não lhes dá expressão na localidade, assim como o local não lhe permite a intimidade necessária para a atribuição de nomes. Além disso, enquanto os antigos chacareiros sentiam-se responsáveis pelo espaço que ia além de suas propriedades, muitos dos novos moradores vão morar em cortiços, restringindo-lhes, mesmo, o espaço privado.

Bibliografia

1. Bibliografia básica

ACKER, R. V. van. *Os signos do centro nas fotografias do triângulo paulistano na primeira década do século XX*. São Paulo, 2001 (Dissertação de Mestrado- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / USP).

CARDOSO, A. L. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961a (Coleção General Benício : v. 9).

_____. *Amerigenismos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961b (Coleção General Benício : v. 4).

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história. O problema da mudança lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

_____. *Principios de semântica estructural*. Madrid: Gredos, 1977.

_____. *Teoría del lenguaje y linguística general*. Madrid: Gredos, 1969.

DAUZAT, A. *Les noms de personnes. Origine e évolution. Prénoms – Noms de famille – surnoms – pseudonymes*. 4. ed. Paris: Libraire Delagrave, 1946.

_____. *Les noms de liex. Origine et évolution*. Paris: Lib. Delabrave, 1937.

DAUZAT, A et al. *Mélanges de linguistique offerts à Albert Dauzat par ses élèves et ses amis*. Paris : Éditions d'Artrey, [1951] .

DICK, M. V. P. A. A língua de São Paulo. In. *Revista da USP*, São Paulo, v. 63, n. 1, p. 36-63, 2004a.

_____. A toponímia paulistana: formação e desenvolvimento dos nomes da cidade de São Paulo. In: Paula Porta. (Org.). *História da Cidade de São Paulo*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 2004b. p. 335-367.

_____. Rede de Conhecimento e Campo Lexical: Hidrônimos e Hidrotopônimos na Onomástica Brasileira. In: Isquerdo & Krieger (org). *As Ciências do Léxico* - vol. II. Campo Grande, MS: ed. UFMS, 2004c. p.121-130.

_____. Names as ideological markers. Study of case: The Project ATESP (Toponymic Atlas of São Paulo State). In. *Acta Semiotica et Lingvistica*, v. 9. São Paulo: SBPL; Terceira Margem, 2003. pp. 139-156.

_____. Aspectos de etnolingüística: a toponímia carioca e paulistana. Contrastes e confrontos. In. *Revista da USP*, n. 56. São Paulo: dez/fev 2002-3. pp. 180-191.

_____. Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolingüística da toponímia brasileira. In. *Investigações Lingüística e Teoria Literária. Recife*, v.13-14. Recife: 2001. p.153 – 172.

_____. A parassinonímia nas práticas onomásticas. In. *Cadernos do CNLF (Círculo Nacional de Lingüística e Filologia)*. Rio de Janeiro, 2000. p. 30-40.

_____. Métodos e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: o Altas Toponímico do Estado de São Paulo. In. *Investigações. Lingüística e Teoria Literária*, v. 9. Recife: 1999. p. 119-148.

_____. Significação Hiperonímica e Hiponímica nas Práticas Onomásticas. In. *Anais do I Encontro Nacional do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL*. Recife: 1998a. p.41 – 61.

_____. Os nomes como marcadores ideológicos. In. *Acta Semiotica et Lingüística*, v.7. São Paulo: 1998b. p. 97-122.

_____. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo. 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. O Léxico Toponímico: Marcadores e Recorrências Lingüísticas. Um Estudo de Caso: a Toponímia do Maranhão. In. *Anais da XLVII Reunião Anual da SBPC*, v. II. São Luís: 1995. p.338-47.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: USP/FFLCH, 1992.

_____. *Motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DORO, M. P. M. *Pouco espaço com grandes ideais: os topônimos de Vila Nova Savóia*. São Paulo, 2000 (Dissertação de Mestrado- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / USP).

DRUMOND, C. *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1965 (Publicações do Instituto de Estudos Brasileiros; 1).

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimand, 1996.

FURTADO, S. S. *A Toponímia e a Cartografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1960.

GRASSO, D. E. I. *Lenguas indígenas americanas*. Buenos Aires: Editorial Nova, [1958] (Compendios Nova de iniciación cultural; 15).

GUIZZETTI, G. F. La etnolingüística: del mundo del idioma al mundo de la cultura. In: *Revista de Antropologia*, vol. 5, n.1. São Paulo: jun. 1957.

HARTT, C. F. *Notas sobre a lingua geral ou tupi moderno do Amazonas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1937.

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: ed. Nacional; ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. *Semantics*. Cambridge: University Press, 1977.

_____. *Novos horizontes em lingüística*. Tradução de Geraldo Cintra. São Paulo: Cultrix, 1976.

PAIS, C.T. Conceptualização, denominação, designação: relações. In: *Revista Brasileira de Lingüística São Paulo*, v. 9, n. 1. São Paulo, 1997. p. 221-239.

POTTIER, B. *Linguistique générale: théorie et description*. Paris: Klincksieck, 1974 (Initiation à la linguistique: Série B, Problèmes et méthodes; 3).

_____. *Théorie et analyse en linguistique*. Deuxième édition corrigée. Paris: Hachette Supérieur, 1992.

ROSTAING, C. *Les Noms de lieux*. 7.^a ed. Paris: Presses universitaires de France, 1969 (Que sais-je?. N.º 176).

SAMPAIO, T. *O tupí na geographia nacional*. 3. ed.. Bahia: Secção graphica da Escola de aprendizes artifices, 1928.

ULLMANN, S. *Semântica. Uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

VASCONCELOS, J. L. *Opusculos*. Vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

ZELINSKY, W. Slouching Toward a Theory of Names: A Tentative Taxonomic Fix. In: *Names* 50.4: The American Name Society, dec. 2002. p. 243-262.

2. Dicionários e Enciclopédias

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GUERRA, A. T. *Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Oficinas dos Serviços Gráficos do IBGE, 1957-1964 (36 volumes).

3. Bibliografia complementar

ALMEIDA, A. Vida Cotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822). In: Moura, Eugenio (org). *Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial; Fundação Editora da UNESP; Imprensa Oficial do Estado; Secretaria do Estado da Cultura, 1998. pp. 89-140.

ANDRADE, M. M. de. *Bairros alem-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica do Brás, Moóca e Belenzinho*. São Paulo: 1991. (Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / USP).

ARROYO, L. *Igrejas de São Paulo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

AZEVEDO, A. *Aldeias e Aldeamentos de Índios*, Boletim Paulista de Geografia, n. 33, São Paulo, out. 1959.

AZEVEDO, A. (org.). *A cidade de São Paulo. Aspectos da metrópole paulista*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, vol. III, 1958.

BONTEMPI, S. *O bairro de São Miguel Paulista*. São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1970. (Série História dos Bairros de São Paulo – VII)

_____. *O Bairro da Penha*. São Paulo: Oficinas da Gráfica Municipal, 1969. (Série História dos Bairros de São Paulo – III).

CAMPOS, C. & FRIOLI, A. *João de Camargo. O nascimento de uma religião de Sorocaba*. São Paulo: editora SENAC, 1999.

CAMPOS, C. A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo, 1875-1892. *Anais do Museu Paulista*. Vol. 13, n.º02. São Paulo: Universidade de São Paulo, julho-dez. 2005, pp 189-232.

CANABRAVA, A. As chácaras paulistanas. In. *Boletim*. São Paulo: 1953.

COSTA E SILVA, S. M. *Roteiro do Café e Outros Ensaio*s. Coleção Departamento de Cultura, São Paulo, 1939.

COSTA, L. A. M. *O Ideário Urbano Paulista na Virada do Século. O Engenheiro Theodoro Sampaio e as Questões Territoriais e Urbanas Modernas (1886-1903)*. São Paulo, 2001 (Dissertação - Mestrado) / FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).

FERREIRA, J. P. Da Bahia a São Paulo - Luiz Gama, o Nosso Valoroso 'Orfeu de Carapinha'. *Revista da USP*, n. 58, jun.-ago./2003. pp. 148-53.

FREITAS, A. A. *Tradições e reminiscências paulistanas*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, [s.d.]. (Coleção Paulística, v.IX).

LANGENBUCH, J.R. *A estruturação da Grande São Paulo. Estudo de geografia urbana*. Rio Claro: 1968. (Tese de Doutorado – UNESP).

MARZOLA, N. *Bela Vista*. São Paulo: Secretaria de Cultura, 1979 (Série História dos Bairros de São Paulo – XV).

MONBEIG, P. Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo. In *Boletim Paulista de Geografia*, n. 16. São Paulo: Associação dos Geógrafos do Brasil, março de 1954, pp. 3-29.

MORSE, R. *De comunidade à metrópole. Biografia de São Paulo*. Tradução de Maria Aparecida Madeira Kerberg. São Paulo: Serviço de Comemorações Culturais, 1954.

PETRONE, P. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.

_____. As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 14, pág. 26-37. São Paulo: 1953.

REALE, E. *Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos*. São Paulo: Pioneira; Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

REIS Filho, N. G. *São Paulo: Vila Cidade Metrpole*. São Paulo: Prefeitura do Municpio de São Paulo; BankBoston, 2004.

SANTANA, N. Igrejas do sculo da fundao. In: *Ensaio paulistas*. So Paulo: Editora Anhambi, 1958. pp. 473-209.

_____. *Metrpole*. So Paulo: Departamento de Cultura, 1950.

SILVA, R. A. et al. *A evoluo urbana de So Paulo*. So Paulo: Revista de Histria V, 1955.

SOUZA, M. C. P. *Higienpolis*. So Paulo: FAU-USP, 1980.

TAUNAY, A. E. *Relatos monoeiros*. So Paulo: Livraria Martins editora, 1953.

Torres, M. C. T. M. *Historia dos bairros de So Paulo: o bairro do Brs*. So Paulo: Secretaria da Educao e Cultura, 1969.

VIOTTI, H. A. *Anchieta: o apstolo do Brasil*. So Paulo: Edies Loyola, 1980.

4. Documentos oficiais antigos

AZEVEDO MARQUES, M. E. *Apontamentos histricos, geogrficos, biogrficos, estatsticos e noticiosos da Provncia de So Paulo*. 2 tomos. So Paulo: Martins, 1952.

ESTADO de So Paulo. *Registros de Terras de So Paulo – Freguesia de Santa Ifignia*. So Paulo: A Diviso, 1999.

_____. *Registros de Terras de So Paulo – Senhor Bom Jesus do Brs*. So Paulo: A Diviso, 1998.

JUZARTE, T. J. *Dirio da navegao*. So Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2000.

MULLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatstico da Provncia de S. Paulo: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de maro de 1837*. 3.^a ed. So Paulo : Governo do Estado, 1978.

PINTO, A. A. *Histria da viao pblica em So Paulo*. So Paulo: Governo do Estado, 1977.

PREFEITURA do Municpio de So Paulo. *Atas da Cmara da Cidade de So Paulo* [de 1860 a 1890]. Vols XLVI – LXXVI. So Paulo: Departamento de Cultura, 1946-1949.

5. Relatos de viajantes

JUNIUS [Firmo de Albuquerque Diniz]. *Notas de viagem*. São Paulo: Governo do Estado, 1978. (Coleção paulística; v.5).

MAWE, J. *Viagens ao interior do Brasil*. Tradução de Solena Benevides Viana. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1944.

PINTO, A. M. *A cidade de São Paulo em 1900. Impressões de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 190.

RECLUS, É. *Nouvelle Géographie Universelle. La terre et les hommes - Amérique du Sud. L'Amazonie e la Plata. Guyanes, Brésil, Paraguay, Uruguay, République Argentine*. Vol. 19. Paris: Librairie Hachette et C^{ie}, 1894.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo 1822*. Tradução rev. e prefácio de Vivaldi Moreira; apresentação e notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974 (Coleção Reconquista do Brasil: v. 11).

_____. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editoria, 1972 (Biblioteca histórica brasileira).

ZALUAR, A. E. *Peregrinação pela Província de São Paulo: 1860-1861*. São Paulo: Martins, 1954 (Biblioteca Histórica Paulista; 2).

6. Memorialistas

BARROS, M. P. No tempo dantes. In: Moura, Eugenio (org). *Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial; Fundação Editora da UNESP; Imprensa Oficial do Estado; Secretaria do Estado da Cultura, 1998. pp. 89-140.

BUENO, F. A. V. A cidade de São Paulo: recordações evocadas da memória. In: Moura, Eugenio (org). *Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial; Fundação Editora da UNESP; Imprensa Oficial do Estado; Secretaria do Estado da Cultura, 1998. pp.153-170.

MOURA, P. C. *São Paulo de outrora: evocação da metrópole*. São Paulo: Martins editora, 1943.

PENTEADO, J. *Belenzinho, 1910: Retrato de uma época*. São Paulo: Martins, 1962 .

REZENDE, F. P. F. *Minhas recordações*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944.

7. Romances

AZEVEDO, Álvares. *Obras completas de Álvares de Azevedo*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1942.

GUIMARÃES, Bernardo. *Rosaura, a Enjeitada*. São Paulo: Saraiva, [19--].

8. Elementos cartográficos

Carta de São Paulo, organizada e desenhada por Frederico H. Gonçalves, 1837.

Planta da Cidade de São Paulo, levantada pelo engenheiro D. Rath, 1875.

Mapa da Capital da Província de São Paulo (seus edifícios públicos, hotéis, linhas férreas, igrejas, bondes, passeios, etc.), publicado por Francisco de Albuquerque e Jules Martin, 1877.

Planta da Cidade de São Paulo, levantada pela Companhia Cantareira de Esgotos, sendo engenheiro-chefe Henry B. Joyner, na escala de 1:50.000, 1881.

Planta da Cidade de São Paulo, incluindo a nova zona a conceder-se à intendência Municipal, sem indicação de autor, na escala de 1:20.000, 1890.

Planta da cidade de São Paulo, com indicação do eixo dos encanamentos assentados nas ruas e praças para o serviço de iluminação a gás e dos limites da décima urbana, sem indicação de autor, na escala de 1:10.000, 1896.

Planta da Capital de São Paulo, organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim, intendente em Obras, retificada, na escala de 1:20.000, 1897.

Planta Geral da Cidade de São Paulo, levantada e organizada pelo eng. civil Alexandre Mariano Cococi e Luis Frutuoso da Costa, na escala de 1:20.000, edições de 1905 e 1913.

Planta Geral da Cidade de São Paulo, organizada pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado, sendo chefe o eng. João Pedro Cardoso, na escala de 1:20.000, 1914.

Map of the City of São Paulo. Brazilian Traction Light and Power Company Limited, 1920 (base 1914).

Mapa SARA Brasil (Società Annonima Rilevamento Aerofotogrametrici), executado pela empresa Sara Brasil S.A., nas escalas 1:1.000, 1930.

Mapa de Chácaras, Sítios e Fazendas, ao redor do centro (desaparecidas com o crescer da Cidade), escala 1:20.000, [19--].

Anexos